Universidade Federal do Rio de Janeiro
Fórum de Ciência e Cultura
M u s e u N a c i o n a l

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

INTELECTUAIS PORTUGUESES EXILADOS NO BRASIL

FORMAÇÃO E TRANSFERÊNCIA CULTURAL, SÉCULO XX

Douglas Mansur da Silva

2007

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

INTELECTUAIS PORTUGUESES EXILADOS NO BRASIL

FORMAÇÃO E TRANSFERÊNCIA CULTURAL, SÉCULO XX

Douglas Mansur da Silva

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Antropologia Social

Orientadora: Profa. Dra. Giralda Seyferth

RIO DE JANEIRO
2007

INTELECTUAIS PORTUGUESES EXILADOS NO BRASIL

FORMAÇÃO E TRANSFERÊNCIA CULTURAL, SÉCULO XX

Douglas Mansur da Silva

Tese de Doutorado submetida à Banca Examinadora em 28 de setembro de 2007, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Antropologia Social. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Banca Examinadora:

_____

Presidente: Profa. Dra. Giralda Seyferth (PPGAS/MN/UFRJ)

_____

Prof. Dr. Gilberto Cardoso Alves Velho (PPGAS/MN/UFRJ)

_____

Profa. Dra. Lygia Maria Sigaud (PPGAS/MN/UFRJ)

_____

Profa. Dra. Bela Feldman-Bianco (PPGAS/UNICAMP)

_____

Profa. Dra. Gladys Sabina Ribeiro (PPGH/UFF)

_____

Suplente: Profa. Dra. Olívia Maria Gomes da Cunha (PPGAS/MN/UFRJ)

_____

Suplente: Prof. Dr. Helion Póvoa Neto (IPPUR/UFRJ)

RIO DE JANEIRO
2007

FICHA CATALOGRÁFICA

Silva, Douglas Mansur da.
Intelectuais Portugueses Exilados no Brasil. Formação e Transferência Cultural, Século XX/Douglas Mansur da Silva – Rio de Janeiro: UFRJ/MN, 2007.
xi, 334f.: 31 cm.
Orientadora: Giralda Seyferth
Tese (doutorado) – UFRJ/Programa de Pós-Graduação/Museu Nacional, 2007.
Referências Bibliográficas: f. 317-330.
1. Intelectuais. 2. Portugueses. 3. Exílio. 4. Migração. 5. Refugiados. 6.Transferência cultural. I Seyferth, Giralda. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. III. Título.

SUMÁRIO

SIGLAS UTILIZADAS NO TEXTO 11

1. INTRODUÇÃO 13
1.1. APRESENTAÇÃO DOS PERSONAGENS 22
1.2. O PROCESSO DE PESQUISA E AS FONTES 36

2. A ATIVIDADE CULTURAL E POLÍTICA DURANTE O ESTADO NOVO 44
2.1. O REGIME E A OPOSIÇÃO 45
2.2. LEIS DE IMPRENSA, CENSURA E REGULAMENTAÇÃO DA ATIVIDADE CULTURAL 56
2.3. A "EDUCAÇÃO NACIONAL" E O MEIO ACADÊMICO 66
2.4. CAFÉS, REVISTAS E ASSOCIAÇÕES 74

3. DA FORMAÇÃO À PARTIDA PARA O EXÍLIO 85
3.1. O "MOVIMENTO MATEMÁTICO" 86
3.2. ESCRITORES E JORNALISTAS 96
3.3. OS SENTIDOS DO TRABALHO INTELECTUAL 112
3.4. FORMAS DE EXPULSÃO, REDES E O BRASIL COMO DESTINO 126

4. INSERÇÕES DIFERENCIAIS NA SOCIEDADE RECEPTORA 136
4.1. PRIMEIROS EXÍLIOS: SITUAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA E CAMPOS SOCIAIS 137
4.2. OS INTELECTUAIS E A OPOSIÇÃO POLÍTICA NO EXÍLIO 153
4.3. ATUAÇÃO NO ENSINO E PESQUISA 190
4.4. IMPRENSA, EDITORAS, PRODUÇÃO ARTÍSTICA E LITERÁRIA 211
4.5. 1964: DUPLO EXÍLIO? 223

5. SIGNIFICADOS DO EXÍLIO E DA PRESENÇA DE INTELECTUAIS PORTUGUESES NO BRASIL 243
5.1 FRONTEIRAS DA CONDIÇÃO MIGRANTE 244
5.2 ESPECIFICIDADES E CORRELAÇÕES DESTE EXÍLIO 256
5.3 EFEITOS DA PRESENÇA INTELECTUAL PORTUGUESA 273
5.4 TRADIÇÃO MILITANTE, MEMÓRIA E RECONHECIMENTO SOCIAL TARDIO 294

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS 312

REFERÊNCIAS 317

OUTRAS FONTES 331

RESUMO

SILVA, Douglas Mansur da. **Intelectuais Portugueses Exilados no Brasil. Formação e Transferência Cultural, Século XX**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

Estudo do processo de *transferência cultural* de intelectuais portugueses e seus *projetos* para o Brasil, durante a vigência do regime autoritário português do século XX (1926-1974), com ênfase nos núcleos de exilados constituídos em Recife e São Paulo. A partir de um estudo de caso e do conceito de *transferência cultural*, compreendido como processo de migração conjunto de pessoas e idéias, saberes ou técnicas, e suas interações na sociedade receptora, o estudo aborda as especificidades do exílio frente a outros processos migratórios, através da contínua e dinâmica relação que os exilados mantêm com o país de origem. Neste sentido, a práxis dos personagens é contextualizada no tempo e em relação às principais organizações e redes sociais que constituíram ou com as quais interagiram antes e após a partida para o exílio, isto é, desde a fase de formação em um contexto social português e europeu à migração para o estrangeiro. As inserções diferenciais e alguns dos efeitos de suas presenças na sociedade receptora, as especificidades de um exílio de intelectuais portugueses no Brasil do século XX e o modo como tem sido apropriado o legado de intervenção cultural e política que constituíram são outros assuntos tratados nas seções finais deste trabalho. Considerou-se como "exilado", neste estudo, o personagem engajado em atividades coletivas de intervenção cultural ou política, no estrangeiro, destinadas a pôr termo ao seu próprio exílio.

Palavras-Chave: INTELECTUAIS. PORTUGUESES. EXÍLIO. MIGRAÇÃO. REFUGIADOS. TRANSFERÊNCIA CULTURAL

ABSTRACT

SILVA, Douglas Mansur da. **Intelectuais Portugueses Exilados no Brasil. Formação e Transferência Cultural, Século XX**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

This is a study of the process of *cultural transference* of Portuguese intellectuals and their *projects* to Brazil, during the Portuguese authoritarian regimen of the twentieth century (1926-1974), with an emphasis on the constituted exiled nucleus of Recife and São Paulo. Starting from a case study and the concept of *cultural transference*, understood as a joint migration process of people and ideas, knowledge or techniques, and its interactions on the host society, the study approaches the exile specificities and its differences from other migratory processes, considering the continual and dynamic relations that the exiled ones maintain with their native country. In this sense, the praxis of the characters is contextualized along the time and in relation to the main organizations and social nets that they constituted or with which they interacted before and after the departure to the exile, that is, from the formation phase in a Portuguese and European social context to the migration to the foreign land. The different insertions and some of the effects of their presence in the host society, the specificities of an exile of Portuguese intellectuals in the twentieth century Brazil, plus the way in which their legacy of cultural and political intervention has been appropriated, are other subjects treated in the final sections of this work. This study considered as "exiled" people who, in a foreign land, engaged in collective activities of cultural or political intervention, destined to put a term to the conditions that produced their own exile.

Keywords: INTELLECTUALS, PORTUGUESE, EXILE, MIGRATION, REFUGEE, CULTURAL TRANSFERENCE.

AGRADECIMENTOS

A realização da pesquisa de campo e documental que deu origem a este trabalho contou com o apoio financeiro decorrente de dois auxílios-pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, do Museu Nacional, e de um convênio firmado entre a CAPES e o GRICES, através do projeto "Circulação Transnacional, Fronteiras e Identidades", cuja instituição sede no Brasil é o Centro de Estudos de Migrações Internacionais, da Universidade Estadual de Campinas, e em Portugal, o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, instituição que me acolheu como "pesquisador visitante júnior" em "missão de estudos para estágio de doutoramento no exterior", durante um período de cerca de 5 meses, no ano de 2005. Além disto, o Centro Universitário de Volta Redonda financiou a ida a alguns encontros onde apresentei resultados preliminares deste estudo.

A origem deste trabalho remonta ao fim do mestrado e aos debates em que tive a oportunidade de participar, no âmbito do Centro de Estudos de Migrações Internacionais da Universidade Estadual de Campinas. Por conta disto, sou grato a todos os pesquisadores que por lá passaram, em especial às professoras Mary Garcia Castro, Gladys Sabina Ribeiro e aos colegas de formação, Igor José de Rennó Machado, Eduardo Caetano da Silva, Cristina Machado Maher e Célia Harumi Seki. Devo à Profa. Ana Maria Galano (*in memorian*), a insistência para que mantivesse o foco de minha abordagem, para o doutorado, sobre a temática do exílio. Com a Profa. Bela Feldman-Bianco tenho uma grande divida de formação, por ter me iniciado e conduzido, ao longo dos anos, no ofício de antropólogo.

No Rio de Janeiro, sou grato à acolhida que recebi, em diversas oportunidades no Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em especial à Miriam de Oliveira Santos e ao Prof. Helion Póvoa Neto. No Museu Nacional, os Profs. Gilberto Velho e Lygia Sigaud acompanharam o processo de pesquisa, e a ambos sou grato pelas generosas contribuições que deram a este trabalho. À Profa. Giralda

Seyferth, orientadora científica, agradeço a acolhida que deu à temática proposta, suas contribuições e incentivo para que expusesse resultados parciais deste trabalho em diversas ocasiões. Suas leituras e a relação de confiança que sempre manteve têm sido marcantes em minha formação. No Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde fui professor substituto entre 2001 e 2004, pude contar com o apoio dos professores do Departamento de Antropologia Cultural, a quem agradeço, em especial, a Marco Antonio da Silva Mello, Miriam Goldenberg, Rosilene Alvim, Isabel Travancas e Olívia Maria Gomes da Cunha. No Centro Universitário de Volta Redonda e no Centro Universitário de Barra Mansa pude contar com alunos e colegas que, de maneira direta ou indireta contribuíram para este trabalho.

Em Lisboa, a Profa. Cristiana Bastos foi minha orientadora científica e Roberto Numeriano o mais fiel companheiro de jornada. Os Profs. Manuel Villaverde Cabral e António Costa Pinto acolheram o tema de pesquisa com generosas sugestões. A Prof. Ilda Perez, matemática da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, facilitou-me imensamente a pesquisa sobre o "movimento matemático".

Às instituições ou arquivos pessoais onde levantei material documental ou bibliográfico. No Rio de Janeiro, o Real Gabinete Português de Leitura, a Cátedra Jorge de Sena e a Biblioteca Nacional. Em São Paulo, o Centro Cultural 25 de Abril, o Centro de Memória da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, a biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a Cátedra Jaime Cortesão, o Arquivo do Estado- seção Delegacia Estadual de Ordem Política e Social e o Arquivo do Jornal O Estado de São Paulo, além de espólios pessoais de Fernando Lemos e Vitor Ramos. Em Araraquara, a Biblioteca da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e, em Recife, o Centro de Estudos da Natureza da Universidade Federal de Pernambuco. Em Lisboa, o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, a Biblioteca

Nacional, o Arquivo da Torre do Tombo, a Sociedade Portuguesa de Matemática, a Biblioteca Museu República e Resistência, o Partido Comunista Português, a Associação 25 de Abril e os espólios de Alfredo Pereira Gomes e António Brotas. Em Coimbra, o Centro de Documentação do 25 de Abril, o Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX e o Centro de Estudos Sociais. No Porto, as Faculdades de Ciências e Letras da Universidade do Porto.

Por fim, sou especialmente grato a todas as pessoas que concederam entrevistas para esta pesquisa e aos amigos de sempre, meus pais e irmã e à companheira das boas ou más horas, que esteve ao meu lado em todas as tensões criativas ou viscerais ao longo destes 5 anos: Luiza.

SIGLAS UTILIZADAS NO TEXTO

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CC25A – Centro Cultural 25 de Abril
CCC - Comando de Caça aos Comunistas (Brasil)
CEMAE – Centro de Estudos de Matemática Aplicados à Economia
CEML – Centro de Estudos Matemáticos de Lisboa
CEMP – Centro de Estudos Matemáticos do Porto
CEIS 20 – Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX
CES – Centro de Estudos Sociais
CNPq – Conselho Nacional de Pesquisas/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNRS – Centre National de la Recherche Scientifique
CRP - Centro Republicano Português
DI - Diário Ilustrado
DIFEL – Difusão Européia do Livro
DOPS/DEOPS - Departamento de Ordem Política e Social/Departamento Estadual de Ordem Política e Social (seção São Paulo)
DRIL - Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação
ECA – Escola de Comunicação e Artes
FAPLE – Frente Anti-Totalitária dos Portugueses Livres no Exílio
FCL – Faculdade de Ciências e Letras
FFCL – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
FFLCH - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
FPLN - Frente Patriótica de Libertação Nacional
FRELIMO - Frente de Libertação Nacional de Moçambique
GACs- Grupos de Ação Anti-Fascista
GRICES – Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e do Ensino Superior
IAC – Instituto para a Alta Cultura
ICEP – Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal
IIESSP – Institutos Isolados de Ensino Superior de São Paulo
IM – Instituto de Matemática
IMPA – Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
IST – Instituto Superior Técnico (Portugal)
JIM - Junta de Investigação Matemática
MABLA - Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola
MND - Movimento Nacional Democrático

MNI – Movimento Nacional Independente
MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola
MUD - Movimento de Unidade Democrática
MUNAF - Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista
OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômicos
OESP - O Estado de São Paulo (jornal)
OIT - Organização Internacional do Trabalho
ONU - Organização das Nações Unidas
OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAIGC - Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCP - Partido Comunista Português
PD - Portugal Democrático
PIDE - Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PVDE - Polícia de Vigilância e Defesa do Estado; DGS - Direcção Geral de Segurança)
PS – Partido Socialista
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SPN/SNI – Secretariado de Propaganda Nacional/Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (Portugal)
SPE – Sociedade Portuguesa de Escritores
SPM – Sociedade Portuguesa de Matemática
UBE - União Brasileira dos Escritores
UDF – Universidade do Distrito Federal
UDN - União Democrática Nacional (Brasil)
UDP - Unidade Democrática Portuguesa
UEE - União Estadual dos Estudantes (seção São Paulo)
UESP - União Estadual dos Estudantes de São Paulo
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UN/ANP - União Nacional/Acção Nacional Popular
UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
USP - Universidade de São Paulo

1 **INTRODUÇÃO**

A partir do início da ditadura militar em Portugal em 28 de maio de 1926 e, mais tarde, com a formação do Estado Novo naquele país, em 1933, um significativo contingente de "intelectuais"[1] portugueses desembarcou no Brasil, acentuadamente nas décadas de 1950 e 1960. Ao saírem de seu país de origem deram continuidade ou reformularam *projetos* individuais e coletivos iniciados em Portugal, dos quais participavam antes da partida para o exílio - e aqui atuaram, com maior ou menor efetividade, em suas profissões e em organizações e ações de intervenção cultural ou política, em meios sociais os mais diversos, da universidade à imprensa, da literatura às artes plásticas, uns ao longo de anos, outros por um curto período.

O presente estudo pretende analisar o processo de *transferência cultural*[2] para o Brasil de *projetos*[3] coletivos de cunho cultural, político, profissional ou científico, que se viram impossibilitados de se realizarem ou continuarem a ser realizados em Portugal durante a vigência da ditadura militar e do Estado Novo que se lha seguiu. Tais *projetos* foram engendrados, em grande medida, em Portugal ou em um contexto de formação europeu, tendo sido transferidos para um outro contexto social, sem perder totalmente de vista as dinâmicas da sociedade e do contexto social em que foram originalmente engendrados. Por conta disto, e através da análise acima referida, pretende-se também levar adiante uma reflexão acerca do exílio e suas peculiaridades frente a outros processos migratórios. De modo a dar conta do processo de migração desses *projetos* através do Atlântico, torna-se necessário situar na história dos dois países as organizações ou iniciativas das quais participaram, os personagens

[1] Ao longo do texto, todos os termos entre aspas, exceto citações, designam categorias ou expressões nativas. Os termos em itálico designam ora categorias analíticas, ora expressões ou palavras em língua estrangeira, ora um trecho de citação ou expressão destacados pelo autor.

[2] Por *transferência cultural* compreende-se, neste estudo, o processo conjunto de migração de pessoas e de idéias, saberes ou técnicas e suas interações em outros contextos sociais que não aquele em que foi originalmente engendrado.

e suas ações e reconstituir, ainda que de maneira abreviada, a história de tais organizações. Assim, trata-se de uma abordagem que privilegia a análise, de maneira indissociável, do *exílio intelectual* e *político* português no Brasil de meados do século XX e do *exílio* em sua dimensão *coletiva* o que, em outras palavras, também implica em afirmar que não se optou por um recorte exclusivamente direcionado à análise biográfica ou biobibliográfica dos personagens, nem do exílio individual ou em sua condição subjetiva, embora esses aspectos não venham a ser de todo negligenciados. Além disto, e de maneira complementar, pretende-se abordar as especificidades históricas e sociais deste exílio, bem como os efeitos de tais presenças para a sociedade e cultura brasileiras.

No caso da imigração portuguesa para o Brasil, o contingente mais expressivo, desde o século XIX, foi formado pelo que tem sido denominado de "imigração econômica"[4]. Portanto, é importante destacar a singularidade do fluxo aqui estudado frente aos demais, uma vez que o numeroso contingente de imigrantes portugueses que desembarcou no Brasil ao longo do século XX era composto, em sua maioria, de mão de obra pouco qualificada, além de uma parcela de técnicos, operários com alguma qualificação, engenheiros e profissionais liberais das mais variadas formações e ocupações de trabalho (BAGANHA, 1994 e LOBO, 2001). A longa duração do regime autoritário em Portugal e sua permanência no pós-guerra, e no Brasil o desenvolvimentismo aliado a um curto período de democracia, ainda que limitada, entre 1946 e 1964, tornaram-se atrativos, entre outros aspectos, para a expressiva presença de "exilados" portugueses no Brasil, opositores que eram da ditadura e do Estado Novo português.

---

[3] De acordo com Schutz, a noção de projeto pode ser definida como "conduta organizada para atingir finalidades específicas" (1979), podendo ser coletivo ou individual, como bem destaca, por exemplo, Velho (1995)

[4] Esta expressão tem seu uso já consagrado pelos estudos sobre as grandes migrações. Contudo, é importante ressaltar sua apropriação ou elaboração como categoria nativa, em determinados contextos históricos e sociais, como um modo de demarcar as diferenças entre a imigração predominantemente motivada por motivos econômicos e as demais, de exilados políticos, refugiados, expatriados, etc... Outro problema da tipificação que termos como "imigração econômica" carrega deve-se ao fato de passar a idéia de que as motivações para a migrações poderiam ser reduzidas a um único fator, no caso, o determinismo econômico.

Desde já, é importante destacar que a categoria "exilado", neste estudo, leva em consideração sua auto-atribuição ou a atribuição por terceiros em decorrência de relações sociais, em situações em que é empregada para se referir àquelas trajetórias pessoais ou coletivas em que se enfatizam as motivações de ordem política como decisivas para a partida ou fuga do país de origem ou para a manutenção de uma ação política no estrangeiro. Mas o principal critério adotado na escolha da amostra foi a atuação dos personagens, no estrangeiro, em ações políticas e/ou culturais de enfrentamento do regime estabelecido em seu país de origem ou contra o sistema político como um todo, de modo a tentar acabar com o regime que produziu as condições de seu exílio. Neste sentido, também o que se pode classificar como motivação política pode variar em cada caso, podendo abranger desde a filiação partidária ou ideológica ao envolvimento em iniciativas, atividades clandestinas ou legais, perseguições, posicionamentos éticos, estéticos, morais ou razões variadas de cunho subjetivo, desde que se traduzam na participação em uma ação política continuada no campo da oposição. Deste modo, este estudo dedica menos atenção às iniciativas individuais de exilados políticos que se mantêm afastados das organizações políticas do exílio do que grupos ativos de exilados. Isto não significa afirmar, ainda, que razões consideradas como de ordem "política" não estivessem mescladas a outras, de cunho econômico, profissional, afetivo, etc..., uma vez que em raros ou talvez em nenhum caso as motivações para o exílio possam ser reduzidas a apenas um fator.

No tocante aos fenômenos migratórios, importa salientar, desde já, tanto as diferenciações existentes entre o exílio e a grande migração em massa, por terem acentuados, respectivamente, os motivos de ordem política ou econômica - embora um e outro tenham relações entre si -, quanto as significativas distinções existentes entre "exilados" e "refugiados" ou "expatriados". As diferenças, para além do plano jurídico, residem na experiência migratória e no engajamento em atividades políticas. Podem estar presentes tanto

nas expectativas relativamente ao retorno e aos sentidos atribuídos à fuga ou partida do seu país de origem, e para o qual, sobretudo o exilado, pretende retornar, quanto, no plano das idéias e da subjetividade, as práticas voltam-se mais ou menos para a manutenção dos vínculos com os destinos e questões políticas, sócio-culturais e econômicas do país de origem, expressas muitas vezes no engajamento em atividades políticas e culturais, apesar dos vínculos e interações estabelecidos na sociedade receptora. No entanto, optamos nesta pesquisa por considerar como exilado apenas o ativista político, em sentido *lato.* Esta opção corresponde a uma filiação a abordagens que privilegiam o estudo do exílio como fenômeno coletivo[5]. Iniciada na Ciência Política (cf., por exemplo, SHAIN, 1989), este recorte da problemática não negligencia as dimensões subjetiva, psicológica ou jurídico-normativa. No entanto, tal perspectiva teórico-metodológica possibilita a compreensão dos significados, estratégias e historicidade das iniciativas levadas adiante por exilados com o intuito de pôr fim ao seu próprio exílio, ao mesmo tempo em que torna viável o exame comparativo de suas organizações, estratégias de ação, historicidade, elementos de coesão ou cisão, entre outros.

Entre os "exilados" que também eram "intelectuais", no caso estudado, outros motivos foram bastante relevantes para que o Brasil se apresentasse como destino, como a língua comum ou, em meados do século XX, a expansão do ensino superior e a acelerada transformação de um país com economia e população agrárias em uma nação predominantemente urbano-industrial, fatores que estimulavam a demanda por quadros qualificados e, por conseguinte, a formação e ampliação de um público letrado e consumidor de bens culturais. Quanto à categoria "intelectual", para além da auto-atribuição ou das definições existentes no plano teórico, dentre as quais destacamos aquelas definições que tendem a vê-los mais como produtores de categorias sociais atrelados, em maior ou menor medida, a grupos sociais (cf., por exemplo, GRAMSCI, 1978), do que simplesmente como

[5] A respeito da discussão teórica em torno da temática do exílio conferir o capítulo 5 desta tese.

especialistas ou *scholars*, aqui o termo carrega alguns sentidos específicos históricos e sociais cuja compreensão demanda uma abordagem etnográfica[6].

Além dos aspectos acima realçados, redes[7] de relações pessoais, partidárias, de amizade, de parentesco ou profissionais foram muitas vezes decisivas na criação das condições e motivações para a vinda ao Brasil e para a permanência ou não neste país. Reconstituir tais redes de relações complementa-se à tarefa, antes mencionada, de situar as organizações e iniciativas dos "intelectuais" na história dos dois países e de se averiguar a história e respectivas dinâmicas de tais organizações, pois é em decorrência de contínuas e novas relações travadas, tanto antes do exílio quanto na sociedade brasileira que se negociam e se demarcam os posicionamentos e se (re)configuram os *projetos*.

Outro aspecto a destacar, no que diz respeito aos "intelectuais" portugueses exilados no Brasil - e que se refere diretamente ao estabelecimento de redes de relações -, é que estes se caracterizam em sua composição por um fluxo inconstante - com exceção talvez da fase entre 1958 e 1964 - e heterogêneo, tanto em seus posicionamentos político-ideológicos e partidários, quanto em suas áreas de formação e campos de atuação. Entre os nomes que podemos destacar estão, por exemplo, os dos escritores e críticos literários Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena e Vitor de Almeida Ramos, do militar e publicista João Sarmento Pimentel, dos jornalistas Miguel Urbano Rodrigues e Carlos Maria de Araújo, do filósofo Agostinho da Silva, dos historiadores Jaime Cortesão e Joaquim Barradas de Carvalho, do artista plástico Fernando Lemos, dos matemáticos Alfredo Pereira Gomes, Ruy Luiz Gomes e José Morgado, entre outros. De origens sociais, áreas de atuação e gerações distintas, muitos dos nomes acima listados travaram relações próximas entre si e participaram de iniciativas conjuntas ao longo de suas vidas, isto é, antes, durante ou após o exílio no Brasil. Do mesmo

[6] Conferir seção 3.3 desta tese.

[7] Com base na literatura sobre a noção de redes, (cf., por exemplo, BARNES, 1987), pode-se defini-la como "um conjunto de relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros indivíduos" (*ibid.*: 167), podendo os indivíduos estar vinculados ou não a diferentes grupos sociais e/ou instituições.

modo, compartilharam, em diferentes momentos das histórias de Portugal e Brasil, de experiências coletivas semelhantes, e em todos os casos travaram relações, em diferentes *campos*[8] de conhecimento, com intelectuais brasileiros. Além disto, notabilizaram-se na sociedade receptora e mobilizaram-se, uns mais outros menos, em algum momento de suas vidas, em atividades da oposição ao Estado Novo, tanto em Portugal quanto no Brasil. Por fim e, sobretudo, muitos dentre esses personagens compartilharam *projetos* culturais, científicos e políticos (de sociedade e nação) e algum grau de consciência acerca da importância, tanto para seu país de origem quanto para a sociedade receptora, das atividades que exerceram em Portugal e no exílio.

Restam, ainda, as últimas observações sobre o recorte empírico e a qualificação da amostra. Em decorrência da multiplicidade de iniciativas, organizações e personagens, serão focalizados, para efeito deste estudo, dois núcleos e os *projetos* a que estiveram atrelados: o dos matemáticos portugueses que atuaram no Recife e o núcleo de São Paulo, composto em sua maioria por "intelectuais" das áreas de letras, o que inclui, no caso, além da literatura e crítica literária, jornalistas, um historiador e um artista plástico com incursão literária. De fato, tivemos também a presença de intelectuais portugueses de expressão como Agostinho da Silva, em Salvador, Brasília e Florianópolis, Eudoro de Sousa, em Brasília, Manuel Rodrigues Lapa, em Belo Horizonte, Eduardo Lourenço, em Salvador, Jaime Cortesão, António Aniceto Monteiro e Paulo de Castro, no Rio de Janeiro, entre outros. Contudo, para delimitar a abrangência do estudo e evitar um viés acentuadamente biográfico ou biobibliográfico, optou-se por analisar dois núcleos que, por estreitas relações profissionais, de amizade ou de parentesco agregaram-se em torno de *projetos* e iniciativas em comum. Apesar deste recorte é importante destacar que houve a participação efetiva de intelectuais portugueses residentes em

[8] A noção de *campo*, tal como elaborada por Bourdieu, refere-se aos fatores que incidem sobre a prática dos intelectuais e especialistas de diferentes áreas do conhecimento, capazes de produzirem visões, obras ou posicionamentos, correspondendo também a agentes providos de propriedades distintivas, portadores de um *habitus* socialmente constituído. (cf., por exemplo, BOURDIEU, 1984, 1996, 2004)

outras partes do Brasil ou do exterior - assim como de intelectuais brasileiros-, em diversas atividades dos núcleos abordados neste estudo, decorrente da mobilização das redes de relações a que nos referimos. Em alguns casos, a composição de um núcleo duro para a execução de certas tarefas encontrava-se desterritorializado, embora em alguma altura as contribuições de diferentes pessoas para a elaboração, por exemplo, de uma publicação, fossem reunidas e disseminadas a partir de São Paulo ou de Recife. Portanto, ao longo do trabalho os personagens aparecerão relacionados às organizações e iniciativas das quais participaram.

Como todo processo migratório, o exílio e, no caso, a *transferência cultural* de *projetos* coletivos, tornam-se processos sociais singulares para se pensar as (re)elaborações de identidades e categorias sociais. Além disto, uma análise destes processos não pode negligenciar as relações dos personagens e suas organizações com os Estados e suas imaginações nacionais, tendo como pano de fundo os desdobramentos da economia política global. Ademais, o aspecto social da constituição das idéias, os sentidos das práticas dos personagens e as relações e tensões no processo de inserção em diferentes *campos sociais* na sociedade receptora são elementos constitutivos da problemática da *transferência cultural* e demandam, para a apreensão etnográfica desta totalidade, uma análise processual.

Assim, em consonância com esta opção analítica, os capítulos procuram abranger o processo de *transferência cultural* ao longo do tempo, desde a formação em um contexto europeu à migração e inserção diferencial dos personagens, suas idéias e organizações. O capítulo 2, sobre *A Atividade Cultural e Política durante o Estado Novo*, aborda a estrutura, a gênese e características dos preceitos ideológicos do Estado Novo e suas políticas, com ênfase nos campos da cultura, educação superior, ciência e tecnologia. Como contraponto, as práticas políticas da oposição, a sociabilidade e os mecanismos sociais de alcance de legitimidade, entre os desafetos do regime, serão contextualizados vis-à-vis as práticas do regime. O

capítulo 3, *Da Formação à Partida para o Exílio*, procura detalhar o processo de formação cultural e política dos personagens e de constituição dos *projetos* e iniciativas de intervenção cultural dos quais participaram em Portugal ou na Europa, de modo geral, em diferentes campos de conhecimento: matemática, letras, jornalismo, história, artes plásticas. Assim, a atenção recai para as instituições e organizações das quais fizeram parte, para o debate em torno dos sentidos atribuídos ao trabalho intelectual e para as relações que estabeleceram com outros intelectuais, inclusive brasileiros, que acabaram por ajudar a criar as condições para a partida. As contingências e constrangimentos que os forçaram ao exílio, através de expurgos, perseguições, atos de censura, dentre outros mecanismos, também serão contextualizados.

Ao situar os personagens e organizações constituídas a partir do exílio no Brasil, o capítulo 4, por sua vez, dedica-se a abordar as *Inserções Diferenciais na Sociedade Receptora*, isto é, as redes de relações e interações que estabeleceram na sociedade brasileira e que lhes permitiram levar adiante alguma intervenção cultural e política neste país. Os meios sociais onde atuaram e as organizações que ajudaram a constituir ou das quais participaram serão contextualizadas a partir de alguns eixos articuladores como a atuação nos campos da oposição política; no ensino e pesquisa; na imprensa e em editoras, além da produção artística e literária. Ademais, os dilemas e as relações que mantiveram com intelectuais e instituições brasileiras do início da ditadura militar no Brasil até a derrocada do regime em Portugal (1964-1974) - reviravolta que levou alguns dos personagens a optarem por deixar o país e outros a manterem atividades de intervenção cultural e políticas e organizações até então constituídas no exílio brasileiro -, serão tratados na seção final do capítulo.

Um balanço analítico dos *Significados do Exílio e da Presença de Intelectuais Portugueses no Brasil* é o que se propõe no capítulo 5. Neste sentido, a contextualização das categorias sociais empregadas nas relações sociais, o modo como foram acionadas – e sua

apropriação na configuração das fronteiras simbólicas da condição migrante -, dá lugar a uma arqueologia conceitual e à busca da compreensão dos sentidos específicos de termos como "imigrante", "emigrante", "expatriado", "exilado", "exílio intelectual", "exílio político", dentre outras, no caso estudado. Mais adiante, as especificidades e correlações do exílio de intelectuais portugueses no Brasil serão analisadas com base no debate teórico sobre o tema. Assim, procuramos fundamentar teoricamente a escolha de uma abordagem do fenômeno que privilegie a análise das organizações e iniciativas dos personagens constituídas a partir do exílio, mas sem deixar de considerar as relações que estas estabelecem continuamente com a sociedade de origem e a possibilidade de tais organizações representarem, em alguma medida, a continuidade ou a ressignificação de *projetos* originalmente engendrados antes do exílio. A adoção de tal perspectiva viabiliza, ainda, um exame comparativo das organizações, suas estratégias e historicidade, dentre outros aspectos. As seções finais dedicam-se à análise dos efeitos da presença de intelectuais portugueses no Brasil, com ênfase em São Paulo e Recife, em diferentes campos sociais da cultura e da política e aponta para a importância de se considerar as peculiaridades do exílio e da práxis de exilados e suas contribuições para a difusão de idéias políticas e sociais, saberes e técnicas, processo de *transferência cultural* que tem sido pouco estudado se comparado às análises sobre a presença de viajantes, missionários e migrantes, de maneira geral. Por fim, numa espécie de prólogo, o capítulo termina por contemplar algumas das homenagens individuais e rituais de reconhecimento da obra coletiva que intelectuais portugueses desenvolveram na sociedade brasileira do século XX, bem como analisa o modo como o legado do exílio tem sido apropriado e ressignificado em um contexto pós-colonial, frente às políticas do Estado-nação português e brasileiro, entre lideranças imigrantes de São Paulo. As disputas em torno do alcance do reconhecimento social junto ao Estado português, imigrantes e brasileiros - pelo conjunto de atividades de intervenção cultural e política que desempenharam em favor do Portugal contemporâneo, democrático,

"moderno e europeu", durante anos de exílio, tornando-os, ao mesmo tempo, *intermediários culturais* privilegiados -, faz com que, no presente, a produção de memórias constitua-se numa arena privilegiada de disputas simbólicas. A construção de marcos simbólicos na paisagem paulistana, celebrações e festejos, dentre outros rituais, constituem-se em algumas das iniciativas de lideranças imigrantes neste sentido. As distinções entre essas lideranças, traduzidas em suas iniciativas e representações em torno da identidade portuguesa, acabam por remeter, em última instância, às múltiplas presenças de Portugal na sociedade brasileira.

1.1 APRESENTAÇÃO DOS PERSONAGENS

Nesta seção, os personagens serão apresentados através de suas trajetórias pessoais relacionados às redes e organizações das quais participaram. Em São Paulo, o terreno para a vinda de intelectuais portugueses foi cultivado, anteriormente à Segunda Guerra, por João Sarmento Pimentel e Ricardo Severo, com a colaboração de Jaime Cortesão, que residia no Rio de Janeiro, através da edição, entre 1930 e 1945, da *Revista Portuguesa*, que alcançou prestígio e reconhecimento de intelectuais paulistanos como, por exemplo, o escritor Paulo Duarte, diretor da revista *Anhembi*. Os idealizadores da *Revista Portuguesa* faziam parte de uma geração de liberais republicanos, primeiros opositores diretos da ditadura instaurada em 1926 e que participaram das pioneiras ações com vistas à derrubada do novo governo instaurado. Tornaram-se, também, os primeiros exilados. João Sarmento Pimentel, militar que ao longo de décadas desempenhou o papel de "decano" dos portugueses no exílio brasileiro, era também escritor, publicista e foi, em muitos casos, uma espécie de "patrono", ao promover a vinda para o Brasil de alguns intelectuais e personalidades públicas ou financiar iniciativas da oposição no exílio. Chegou ao Brasil em 1927, após um tentativa frustrada de um *putsch* para a derrubada do regime. Em 1931 juntou-se ao que naquela altura era o

principal núcleo da oposição no exílio, na Espanha republicana, para outra tentativa frustrada, que ficou conhecida como "reviralhismo"[9] - termo que acabou por ser empregado para demarcar sua geração – para logo em seguida retornar ao Brasil. Ao lado de Sarmento Pimentel, mas na Espanha já havia alguns anos, estava Jaime Cortesão. Médico de formação, Cortesão acabou por dedicar-se mais à história, às letras e à política. Foi diretor da Biblioteca Nacional na I República e era um dos intelectuais republicanos mais influentes e de maior prestígio entre seus pares políticos. Com o início da Guerra Civil na Espanha, partiu para o exílio na França, mas a ocupação alemã o forçou a um novo exílio, no Brasil, entre 1940 e 1957, quando obteve autorização para retornar a Portugal. Durante o período em que residiu no Brasil, trabalhou no Itamarati como historiador e especialista em cartografia e suas obras de maior repercussão o projetaram como um historiador dos descobrimentos, razão pela qual foi convidado para organizar a *Exposição de História de São Paulo no Quadro da História do Brasil*, durante as celebrações do IV Centenário da cidade de São Paulo, em 1954. Jaime Cortesão esteve continuamente envolvido nas ações da oposição no exílio, tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo, e suas relações próximas com intelectuais e políticos e, particularmente, com o diretor do jornal *O Estado de São Paulo*, Júlio de Mesquita, foram cruciais para a fixação de diversos intelectuais portugueses no Brasil. Tanto Cortesão quanto Sarmento Pimentel eram *seareiros*, isto é, fizeram parte da revista *Seara Nova,* em sua fase inicial. Principal veículo de debate e divulgação dos *projetos* republicanos, a publicação mudou várias vezes de orientação, mas manteve-se como espaço privilegiado para a discussão de questões culturais e políticas até a sua extinção, no ano de 1979. Já Ricardo Severo era um animador do associativismo entre os imigrantes portugueses. Fundador da Casa de Portugal e

[9] De fato, acabou por ficar conhecida como "reviralhismo" as ações revolucionárias levadas a cabo por diversos setores do republicanismo radical, com vistas à restauração da "República Democrática". Embora tais ações tenham se concentrado entre 1926 e 1933, e as mais expressivas em 1927 e 1931, o reviralho permaneceu ativo até o final da década, tendo perdido apoio popular e a maioria dos seus líderes para o exílio.

do Centro Republicano, Severo chegou ao Brasil em 1908, portanto antes mesmo da instauração da República.

Ainda na fase anterior à Segunda Guerra, Fidelino de Figueiredo exerceu o papel de pioneiro dos estudos acadêmicos de língua e literatura portuguesa, contribuindo tanto para a formação de eminentes estudiosos nessa área, no Brasil, quanto viabilizando as condições para a vinda de outros acadêmicos e literatos portugueses. Formado em Ciências Histórico-Geográficas, tinha sido também Diretor da Biblioteca Nacional no período republicano, mais especificamente durante a curta ditadura de Sidónio Pais. Tinha já uma consistente obra de crítica literária quando foi convidado para apoiar na implantação da área de estudos de língua e literatura portuguesa na então recém formada Universidade de São Paulo (USP). Chegou ao Brasil em 1938 e, além do convite da USP, contou em muito para a sua decisão em exercer a profissão no estrangeiro o seu envolvimento em uma tentativa de golpe frustrada, que ficou conhecida como a "revolta dos Fifis"[10].

No pós-guerra, a rearticulação do regime em Portugal produziu a partida para a imigração e para o exílio de muitos portugueses, sendo o Brasil o destino privilegiado na década de 1950. Por ocasião da organização da exposição histórica do IV Centenário da cidade de São Paulo, Jaime Cortesão convidou para nela trabalhar o então jovem artista plástico e escritor Fernando Lemos, que acabou por erradicar-se até o presente no Brasil. Formado pela Escola de Belas-Artes António Arroio e pela Sociedade Nacional de Belas-Artes, articulou-se desde cedo aos surrealistas. No Brasil atuou, sobretudo, como artista plástico, mas também foi do Conselho Editorial do jornal *Portugal Democrático* e um dos promotores da editora *Giroflé*, nos anos 1960. Por ocasião do golpe militar no Brasil, era professor na Escola de Comunicação e Artes da USP, quando teve o seu contrato encerrado. Contudo, optou por permanecer no Brasil e engajou-se em atividades de oposição ao regime

[10] As iniciais de Fidelino de Figueiredo e do militar Filomeno da Câmara, principais idealizadores da revolta, acabaram por dar nome à mesma.

militar brasileiro, promovidas pela classe artística. Premiado em duas Bienais de São Paulo, estabeleceu ao longo de décadas um relacionamento estreito nos meios artísticos brasileiros[11], tendo alcançado recentemente o reconhecimento artístico em Portugal.

As articulações de intelectuais portugueses exilados no Brasil, como Jaime Cortesão, Sarmento Pimentel e Fernando Lemos, ao lado de intelectuais e acadêmicos brasileiros, possibilitaram a vinda para o exílio de nomes de expressão nos meios literários, como Adolfo Casais Monteiro e Jorge de Sena. No primeiro caso, a vinda de Casais Monteiro também se deu por ocasião das atividades relativas à comemoração do IV Centenário de São Paulo. Formado em Letras pela Universidade do Porto, Casais Monteiro teve seu nome ligado ao *presencismo*, grupo de literatos que se reuniu ao longo de mais de uma década em torno da revista coimbrã *Presença*. Divulgador que era do modernismo na literatura portuguesa, Casais Monteiro tornou-se um eminente conhecedor e um dos principais críticos da obra de Fernando Pessoa, quando este ainda era um autor praticamente desconhecido. Além de crítico era poeta e talvez mais pela sua obra como crítico fosse já relativamente bem conhecido tanto em Portugal quanto no Brasil. Contudo, Casais Monteiro amargava o ostracismo em Portugal, uma vez que não podia publicar qualquer coisa que não fosse de imediato vetada, tendo de fazê-lo sob pseudônimos ou escrevendo artigos para jornais para obter alguma renda, sem assiná-los. No Brasil teve início sua carreira como professor universitário, no Rio de Janeiro, em Salvador e no Instituto Isolado do Interior do Estado de São Paulo, em Araraquara, que mais tarde veio a compor, junto a outras unidades, a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Além disto, coordenou por mais de uma década o *Suplemento Literário* do jornal *O Estado de São Paulo* e coleções editoriais das áreas de literatura portuguesa e brasileira, vindo a falecer no Brasil em 1972.

[11] Além disto, atuou no campo da política cultural, tendo sido Diretor do Centro Cultural Vergueiro, da prefeitura de São Paulo.

Jorge de Sena, por sua vez, era engenheiro de formação, mas desde cedo apresentou um pendor literário. Sua vasta obra abrange contos, romance, teatro, ensaios, crítica literária, traduções, textos políticos, mas é, sobretudo, como poeta que tem sido reconhecido. Com afinidades próximas aos surrealistas e com as temáticas sociais do neo-realismo, manteve sempre certa autonomia frente a quaisquer movimentos. Por conta de sua formação, não podia exercer a atividade de docência e pesquisa em letras, em Portugal. Além disto, a família numerosa, motivações de ordem ética e o envolvimento em atividades da oposição, sobretudo por ocasião das eleições de 1958, nas quais foi candidato pela oposição Humberto Delgado, parecem ter pesado em sua opção de partir para o exílio. No Brasil, encontrava-se, além de Sarmento Pimentel e Casais Monteiro, o crítico e amigo Eduardo Lourenço, na Universidade da Bahia, que se empenhou para a sua vinda durante a realização, em Salvador, do *IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Afro-Brasileiros*, em 1959, ocasião que serviu para que Sena permanecesse no país. Aqui pôde exercer a atividade docente, primeiro no Instituto Isolado do Interior de São Paulo de Assis, depois, paralelamente, no de Araraquara. Nesta última cidade doutorou-se em 1963, o que o facultou em definitivo ao exercício da atividade docente e de pesquisa. Participou de iniciativas culturais, acadêmicas e políticas durante sua passagem pelo Brasil, onde também produziu muitas de suas obras. Tinha acabado de obter a cidadania brasileira quando, por conta do golpe militar, decidiu, em 1965, partir para os Estados Unidos. A partir de então, lecionou em universidades norte-americanas até o seu falecimento, em 1978.

Um personagem de trajetória bastante singular foi Vitor de Almeida Ramos. Formado em Letras, foi desde jovem um aplicado militante do Partido Comunista Português (PCP). Trabalhou como jornalista em Paris, para onde partiu depois que se formou, por conta do seu envolvimento com atividades políticas clandestinas. Dividiu as funções de correspondente internacional com as de repórter da agência *France Presse*, ao mesmo tempo em que deu

continuidade aos seus estudos em língua e literatura francesa, na Sorbonne. No início dos anos 1950, conheceu num congresso da juventude internacional comunista, em Paris, a brasileira Dulce, com quem se casou e partiu para o Brasil. Desde que chegou, Vitor Ramos veio com a incumbência, que lhe foi atribuída pelo PCP, de formar um jornal da oposição no exílio brasileiro (de acordo com o depoimento de sua esposa, Dulce Helena Pessoa Ramos), e assim o fez, em 1956, com a criação do *Portugal Democrático*, que acabou por se tornar o principal periódico da oposição portuguesa exilada. Trabalhou como correspondente da agência *France Presse* e, posteriormente, dedicou-se à carreira docente, primeiro no Instituto Isolado do Interior do Estado de São Paulo, em Assis, e depois na Universidade de São Paulo (USP). O fim do regime contra o qual se empenhou durante grande parte de sua vida veio em um 25 de abril, dia do seu aniversário. Uma semana depois morreu repentinamente, vítima de um aneurisma. Como pesquisador, suas atividades resultaram na publicação de obras especializadas de literatura e língua francesa. Além disto, coordenou coleções e traduziu clássicos da literatura francesa para o português.

No ano de 1957, um leva de jornalistas oriundos do periódico português *Diário Ilustrado* desembarcou no Brasil, por discordarem da linha que vinha sendo adotada no jornal e por conta das intervenções da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) naquela publicação. O primeiro a chegar foi Miguel Urbano Rodrigues que, pela mediação de Jaime Cortesão, amigo de Júlio de Mesquita, conseguiu ser alocado em uma vaga no jornal *O Estado de São Paulo*. Segundo depoimentos, Júlio de Mesquita tinha alguma simpatia pela causa da oposição portuguesa por também ter sido exilado durante a vigência do Estado Novo no Brasil, além de considerar que os portugueses escreviam bem (depoimento de Miguel Urbano Rodrigues). A questão é que, na seqüência da vinda de Miguel Urbano chegaram Victor da Cunha Rêgo e João Alves das Neves, que se juntaram a Carlos Maria de Araújo,

João Santana Mota e Paulo de Castro (pseudônimo de Francisco de Barros Cachapuz)[12], que já se encontravam no jornal, e ali formaram uma espécie de central difusora de informações e notícias sobre as questões portuguesas. Muitas das notícias que durante quase duas décadas foram veiculadas no jornal da oposição, *Portugal Democrático*, partiram da redação de *O Estado de São Paulo*. Além disto, iniciativas como o *Comitê dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Anistia e Liberdade de Expressão*, no final dos anos 1950, e a publicação de outro periódico da oposição de vida curta, o *Portugal Livre*, foram ali engendradas e dinamizadas, o que se somou à contínua colaboração, por Adolfo Casais Monteiro, no *Suplemento Literário* de *O Estado de São Paulo*, entre 1956 e 1967. Victor da Cunha Rêgo partiu ainda para o campo editorial, ao fundar e dirigir na primeira metade dos anos 1960 a editora Felman-Rêgo, cuja linha editorial esteve sempre voltada à publicação de obras de análise ou denúncia da situação política portuguesa ou das suas então "colônias" ou "províncias ultramarinas". Por conta disto, deixou o Brasil às pressas por ocasião do golpe militar, temendo represálias. Os demais permaneceram no país e mantiveram paralelamente as atividades de jornalistas e de militantes, as exceções ficam por conta de João Alves das Neves, que se afastou paulatinamente das atividades da oposição, e de Carlos Maria de Araújo, que veio a falecer antes do golpe militar, em 1962. Este último, também poeta, deixou uma pequena, mas reconhecida obra literária.

Outro personagem que iniciou no jornalismo e teve incursões na literatura e pela etnologia foi Casto Soromenho. Nascido em Moçambique, em 1910, sua família pertencia aos quadros da administração colonial. Sua mãe era cabo-verdiana e seu pai foi governador de Luanda. Passou a maior parte da infância em Angola e durante muitos anos esteve entre Lisboa e Angola. Em 1937 foi para Lisboa, onde passou a colaborar em diversos jornais e na imprensa periódica literária, ao mesmo tempo em que iniciou-se no campo literário, tendo

[12] Paulo de Castro residia na cidade do Rio de Janeiro.

publicado suas principais obras entre as décadas de 1940 e 1960, sob a estética neo-realista. No entanto, tem sido considerado por alguns de seus críticos como um escritor angolano, pelo tratamento que dá aos personagens e à paisagem africana, marcados pela ruptura com uma visão colonial da África. Suas críticas ao salazarismo levaram-no ao exílio, primeiro na França, entre 1960 e 1965, depois nos Estados Unidos, onde foi professor na Universidade de Wisconsin por um ano. No Brasil, lecionou literatura africana na USP, tendo participado da fundação do Centro de Estudos Africanos naquela universidade. Colaborou em jornais como *A Semana Portuguesa* e na imprensa de oposição constituída em São Paulo. Faleceu no Brasil no início de 1968. Suas descrições da África têm sido consideradas como etnográficas, por alguns estudiosos de sua obra.

Por fim, há outros dois nomes a mais do núcleo de São Paulo a destacar. O primeiro é o de Joaquim Barradas de Carvalho. Historiador, formado pela Universidade de Lisboa, realizou seu doutoramento em Paris e era pesquisador do *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS), vinculado ao grupo de Fernand Braudel que, nos anos 1930, lecionou na USP. Sua especialidade era em história ibero-americana, com pesquisas direcionadas à história das mentalidades, e foi para esta área que, a partir de 1964, veio a ser convidado para trabalhar na USP. Além do convite, pesou em sua decisão de vir para o Brasil o fato de ser amigo de Vitor de Almeida Ramos, com que também dividia a filiação partidária comunista. Chegou às vésperas do golpe e permaneceu até 1970 quando, por conta da permanência e endurecimento da ditadura no Brasil e por um convite da Sorbonne, retornou a Paris. No Brasil exerceu intensa atividade de docência e pesquisa, a par da atividade militante. Já o segundo personagem é Sidónio Muralha. Engenheiro e administrador de formação, Sidónio trabalhou ao longo da vida em diversos países, em multinacionais, mas desenvolveu paralelamente sua veia literária, através de romances, contos e poemas. Chegou ao Brasil no início dos anos 1960 quando, ao lado de Fernando Lemos e Fernando Correia da Silva,

fundou e dirigiu a premiada editora de livros infantis *Giroflé*. Falecido em 1982, tem sido reconhecido como um dos maiores escritores de literatura infantil, em língua portuguesa, do século XX.

Mas o espaço gregário por excelência dos intelectuais portugueses radicados no Brasil foi o jornal da oposição *Portugal Democrático*, editado entre 1956 e 1975, cuja sede, a partir de 1958, localizava-se em uma sala do *Centro Republicano Português* (CRP), na cidade de São Paulo. Todos os nomes acima listados, com exceção de Fidelino de Figueiredo e Ricardo Severo - que não o alcançou -, dele participaram na Direção, no Comitê Editorial ou como colaboradores. Obra coletiva, de fato o jornal contou com o apoio de uma longa lista de personagens para que viesse a ser publicado por quase duas décadas: intelectuais, militantes e políticos portugueses de várias orientações ideológicas e partidárias, além de diversos setores da sociedade civil brasileira (imprensa, editoras, sindicatos, associações, partidos), com destaque para intelectuais que nele colaboraram através de artigos, participação em manifestos, atos públicos ou em celebrações, tais como Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Carlos Gulherme Mota, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Lygia Fagundes Telles, Antonio Candido, dentre outros. O jornal também estabeleceu relações com a "Frente Interna" da oposição e com outros núcleos da oposição exilada, no Brasil e em outras partes do mundo, com exilados espanhóis no Brasil e em outros países da América Latina, e com os movimentos de libertação nacional que emergiram na África a partir da década de 1960.

Os outros espaços de intensa sociabilidade foram as universidades, para os que se dedicaram aos estudos de língua e literatura, e o jornal *O Estado de São Paulo*, para os jornalistas. A par disto havia as iniciativas editoriais e as relações institucionais e com intelectuais brasileiros. Contudo, o *Portugal Democrático*, por ser um espaço de debates e publicação de artigos de temáticas tanto políticas quanto culturais, pode hoje ser lido como

uma das mais privilegiadas fontes para assinalar as atividades dos intelectuais portugueses no Brasil, com ênfase naqueles que residiam e atuavam em São Paulo.

Em Recife, a chegada de Alfredo Pereira Gomes e Manuel Zaluar Nunes, em 1952, possibilitou ao longo de duas décadas a realização e/ou continuação de projetos científicos iniciados em Portugal por um núcleo que se autodenominava "movimento matemático", após uma primeira incursão, não duradoura, de um de seus membros, António Aniceto Monteiro, no Rio de Janeiro dos anos 1940.

A partir da segunda metade dos anos 1930, em Portugal, uma leva de jovens doutores em matemática deu início à organização de Centros de estudos e pesquisa em matemática pura ou aplicada e, com muita dificuldade, conseguiu os espaços para manterem suas reuniões. Desses encontros surgiu a massa crítica que dinamizou, a partir de 1940, as revistas *Portugaliae Mathematica* e *Gazeta de Matemática*, além da *Sociedade Portuguesa de Matemática* (SPM). Impedidos de exercerem suas atividades de pesquisa, por conta do corte de financiamentos do Estado, decidiram fundar a *Junta de Investigação Matemática* (JIM). O "movimento matemático" começou a ser desbaratado em Portugal quando António Aniceto Monteiro, que até então jamais havia conseguido exercer a atividade docente, limitando-se à pesquisa, viu-se de todo impedido de exercê-la em Portugal. A implementação de todas as iniciativas acima mencionadas contou com a orientação direta de Aniceto Monteiro, e em muito foi decorrente de sua formação francesa, na Sorbonne, onde se doutorou sob a orientação de Frechet e integrou-se ao núcleo de cientistas que assinavam como "Bourbaki"[13]. Partiu para o exílio em 1945 e lecionou por dois anos na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, tendo ali formado alunos que mais tarde se tornaram eminentes matemáticos e físicos brasileiros. Durante sua estada no Rio de Janeiro, morou em Santa Teresa, no antigo *Grand*

[13] Nicolas Bourbaki era o pseudônimo coletivo sob o qual um grupo de matemáticos, formado em Paris e composto em sua maioria por franceses, escreveram e assinaram uma série de livros de matemática moderna, a partir de 1935. Apesar de em 1983 ter saído o último volume assinado por "Nicolas Bourbaki", a *École Normal Supérieure* mantém um grupo de estudos com o nome de "Bourbaki".

Hotel Internacional, então recém-comprado pelo casal de artistas plásticos Arpad Szenes e Maria Helena Vieira da Silva, mais conhecida como Vieira da Silva; ele húngaro, ela, portuguesa. O casal transformou a residência em ateliê e em hospedagem para pintores e outros artistas plásticos, muitos deles estudantes. Contudo, o contrato de Aniceto Monteiro junto à Universidade do Brasil não foi renovado por pressões da Embaixada de Portugal junto à Reitoria. Em 1949 deixou o Brasil aceitando o convite inicial da *Universidad de Cuyo*, na Argentina, país onde alcançou elevado reconhecimento acadêmico e permaneceu muitos anos como professor na *Universidad del Sur*, em Baía Blanca, até o seu falecimento em 1980, com exceção apenas de um breve passagem (1976-1978) pela Universidade de Lisboa. Em 1960, a partir de Baía Blanca, Aniceto Monteiro proporcionou a ida à Argentina de outro personagem importante do "movimento matemático" e que mais tarde viria a atuar em Recife: Ruy Luiz Gomes.

O tripé principal do que se autodenominava "movimento matemático" era formado por Aniceto Monteiro, Bento de Jesus Caraça e Ruy Luiz Gomes. Bento Caraça faleceu relativamente jovem, em 1948, mas exerceu ao longo de sua vida uma intensa atividade pedagógica e militante. Comunista, suas atividades no plano acadêmico sempre estiveram voltadas à difusão ampliada do conhecimento. Engajou-se na manutenção da Universidade Popular, em Lisboa, instituição promotora de cursos de formação à população em geral. Criadas durante o período republicano, apenas uma delas se manteve durante o Estado Novo, a duras penas, sob a direção de Caraça, e com ele desapareceu. Sua preocupação pedagógica reflete-se em suas obras, a principal delas *A Cultura Integral do Indivíduo – Problema do Nosso Tempo*, de 1933. Na *Gazeta de Matemática* coordenava a seção pedagógica. Mas a sua iniciativa mais marcante foi a edição da *Biblioteca Cosmos*, uma enciclopédia que alcançou êxito editorial e grande difusão para os padrões da época. No campo científico, dedicou-se à matemática aplicada à economia. Já Ruy Luiz Gomes era dos três o único originário do Porto,

onde teve sua formação, voltada à matemática pura, como Aniceto Monteiro. Engajou-se em atividades científicas na Universidade do Porto e possibilitou a aproximação com os núcleos de pesquisa de Lisboa para juntos levarem adiante as iniciativas do "movimento matemático". Manteve sempre uma relação próxima com os comunistas, mas preservou alguma autonomia. Ao final dos anos 1940, após sua expulsão dos quadros acadêmicos, tornou-se a principal liderança do *Movimento Nacional Democrático* (MND), o que o conduziu à candidatura à Presidência da República em 1951, mas não a pôde levar adiante, até as eleições. Em 1954 o MND tornou-se o primeiro movimento da oposição a criticar abertamente a política colonial portuguesa e a defender a autonomia dos territórios portugueses na Índia. Além disto, fez campanha contra a entrada de Portugal na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e na Organização das Nações Unidas (ONU). Por conta disto foi preso, junto como outros membros do MND, sob a acusação de "alta traição". Em 1960 conseguiu fugir da prisão e pediu asilo na Embaixada da Argentina. Ali esteve por menos de dois anos, até sua ida, em 1962, para o Recife, a convite de seu antigo assistente na Universidade do Porto, Alfredo Pereira Gomes, onde se fixou até o 25 de Abril de 1974. Ao retornar a Portugal, tornou-se o primeiro Reitor, após o fim do Estado Novo, da Universidade do Porto, vindo a falecer em 1984.

Amigo de Ruy Luiz Gomes, matemático e com trajetória semelhante na política, José Morgado, nascido em 1921, era de origem trasmontana e com muitas dificuldades econômicas levou adiante seus estudos. Formou-se Ciências Matemática pela Universidade do Porto em 1944, tendo participado, como estudante, das iniciativas do "Movimento Matemático".. Era professor do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa quando foi "afastado",em 1947, em processo de demissão coletiva. Passou a viver de lições particulares em Lisboa e, mais tarde, no Porto. Membro da direção do MND, foi preso, julgado e condenado nos mesmos processos movidos contra Ruy Luiz Gomes. Conseguiu escapar da

prisão em 1960, quando seguiu para o Brasil, onde, por intermédio de Alfredo Pereira Gomes, conseguiu uma colocação como professor e pesquisador da Universidade do Recife. Permaneceu no Brasil até o 25 de Abril. Ao retornar a Portugal, deu continuidade à atividade acadêmica e de pesquisa até o seu falecimento, em 1998.

Assistente de Ruy Luiz Gomes na Universidade do Porto, Alfredo Pereira Gomes participou das iniciativas do "Movimento Matemático" e coordenou por alguns anos a seção de mesmo nome na *Gazeta de Matemática*. Desde o final dos anos 1940 era pesquisador do CNRS, em Paris, altura em que recebeu o convite de Luiz Freyre, primo do antropólogo brasileiro Gilberto Freyre, e então Diretor da Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife, para contribuir na formação de uma faculdade de matemática em Pernambuco. O convite era extensivo a Manuel Zaluar Nunes, outro membro do "Movimento Matemático", que também se encontrava em Paris – desde sua demissão do Instituto Superior Técnico, de Lisboa - e ali atuava como pesquisador do CNRS e diretor da *Gazeta de Matemática*. Ambos desembarcaram no Recife em 1952. Manuel Zaluar Nunes coordenou a partir do Recife a publicação da *Portugaliae Mathematica* e da *Gazeta de Matemática*. Em 1965, solicitou e conseguiu a autorização do governo português para que retornasse ao seu país, por motivo de doença, e ali faleceu no final de 1967. Alfredo Pereira Gomes manteve-se como docente e investigador da Universidade do Recife entre 1952 e 1964, embora nos últimos dois anos tivesse mantido suas atribuições e vínculos profissionais paralelamente entre o Recife e a Universidade de Nancy, na França[14]. Em 1971, já na fase marcelista do regime, obteve autorização do governo para retornar a Portugal. Dele partiu o convite para Aniceto Monteiro trabalhar entre 1976 e 1978 na Universidade de Lisboa, onde também lecionava. Em 1980 retomou a publicação da *Portugaliae Matematica*, que tinha deixado de ser editada desde a

[14] Outro aspecto a destacar da biografia de Alfredo Pereira Gomes era o fato de ser cunhado de Adolfo Casais Monteiro e irmão de Soeiro Pereira Gomes, escritor neo-realista e militante comunista, que faleceu bastante jovem, em decorrência das atividades políticas clandestinas que exercia. Soeiro, por sua vez, era amigo de Sidónio Muralha.

morte de Manuel Zaluar Nunes. Manteve-se à frente do seu Conselho Editorial até 1997, ano em que se afastou das atividades acadêmicas. Faleceu ao final de 2006.

Em Recife, além do curso de matemática, lecionaram nas engenharias e ajudaram a constituir também o curso e linhas de pesquisa da física naquela Universidade. No início de 1963 o físico português António Brotas, que acabara de concluir seu doutoramento na França, veio para o Recife em substituição a Alfredo Pereira Gomes. Formado pelo Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa foi ali assistente antes de partir para a França onde se manteve como pesquisador do CNRS. Ficou pouco mais de dois semestres no Recife, pois decidiu deixar o Brasil após o golpe militar. Por motivos de ordem política fugiu para a Itália e depois se fixou na Argélia, onde também lecionou. Pôde retornar a Portugal na fase marcelista e retomou suas funções no Instituto Superior Técnico, onde mantém vínculos como pesquisador e docente até o presente. Vinculado ao Partido Socialista (PS), foi Ministro de Educação no VI governo revolucionário, em 1976.

Ao longo de todo o período do exílio no Brasil, os matemáticos portugueses do Recife mantiveram contatos e participaram de iniciativas políticas conjuntas com os intelectuais e militantes da oposição radicados em São Paulo ou em outras regiões do Brasil. Os vínculos mais efetivos se deram por conta de iniciativas dinamizadas pelo *Portugal Democrático*, como as manifestações públicas do *Comitê dos Intelectuais Portugueses Pró-Anistia e Liberdade de Expressão*, de fins dos anos 1950, ou a elaboração de dossiês anuais de denúncia dos acontecimentos decorrentes das “Guerras de Libertação Nacional” em África, a partir de 1961. Ruy Luiz Gomes e José Morgado, sobretudo, mantiveram estreitas relações políticas com as iniciativas da oposição dinamizadas a partir de São Paulo.

1.2 O PROCESSO DE PESQUISA E AS FONTES

O interesse em estudar o exílio de intelectuais portugueses, suas experiências, formas de inserção e repercussões nos meios acadêmicos e culturais brasileiros surgiu ao fim do mestrado, quando estudei a militância de opositores do Estado Novo português que participaram do periódico *Portugal Democrático* (SILVA, 2000). De fato, as páginas do jornal, editado a partir de São Paulo entre 1956 e 1975, assinalavam a significativa presença de intelectuais portugueses no Brasil, na imprensa, nas universidades e nos meios artísticos e literários, e que se autodenominavam "exilados". Tal impressão foi reforçada ao assistir, em 1998, a uma palestra de Antonio Cândido, na Unesp de Araraquara, por ocasião de homenagens ao escritor português Jorge de Sena, no ano vinte de sua morte, quando, e como parte do Seminário, ocorreu paralelamente aos debates uma exposição em homenagem a intelectuais, sobretudo escritores portugueses que atuaram no Brasil, cujos nomes e atividades que aqui exerceram eram naquele momento celebrados[15]. Ademais, em sua palestra, Antonio Cândido sugeria o termo "missão" para denominar a presença desses personagens na sociedade e cultura brasileiras. O termo é carregado de significados nos meios culturais brasileiros, pois tem sido usado para designar as atuações de franceses, italianos e alemães na constituição de várias áreas de conhecimento no Brasil, e em particular na USP.

Iniciada a pesquisa em 2002, àquela altura estava claro que o objetivo principal seria analisar as contribuições e as repercussões para o pensamento e a cultura brasileira decorrentes da presença dos exilados portugueses que chegaram ao Brasil durante o Estado Novo português, com ênfase na fase que ia do pós-guerra a 1964 (da reorganização do Estado Novo face à derrocada de diversos regimes autoritários na Europa ao golpe militar no Brasil),

[15] A palestra "Os Intelectuais Portugueses e a Cultura Brasileira" foi proferida no dia 2 de setembro de 1998, como parte do Simpósio Internacional Rotas Entrecruzadas, Sinais de Jorge de Sena, na Unesp de Araraquara. A exposição ocorreu paralelamente ao Simpósio e foi intitulada Sinais de Jorge de Sena e outros escritores portugueses num Brasil recente.

marcada pela expressiva e significativa atuação de intelectuais portugueses nos meios culturais brasileiros. No entanto, a leitura de parte da obra e depoimentos de/sobre os personagens levou-nos a levantar a hipótese de que teriam em comum algum grau de consciência de que se constituíam como uma "elite cultural" afinada com os preceitos da modernidade e não com o "obscurantismo salazarista"[16], sendo um dos principais elementos de coesão a idéia de que exerciam, em Portugal ou no exílio, uma "tarefa" específica: passar adiante um legado cultural de modernidade, de civismo e de valores democráticos, bem como preservá-lo e reelaborá-lo, a par de fazer divulgar e ampliar a posição de Portugal no tocante à produção de conhecimentos. Assim, um sentido militante, engajado, encontrava-se associado à afirmação de uma identidade atrelada à nação. Mais especificamente, a "responsabilidade" do intelectual frente a um Estado Novo constituído era muitas vezes pensada como a de alguém cuja atuação estava direcionada a "salvaguardar" – pelo movimento dialético de preservação e reelaboração -, como "guardiões", as manifestações culturais, artísticas ou científicas advindas de Portugal. Em decorrência da longevidade política do regime, tal "tarefa" (também denominada "missão") foi continuamente ressignificada ao longo do tempo. Às redes de relações seguiam-se, em alguns casos, linhas de descendência, em que o legado deixado por uma geração anterior era constantemente ressignificado pela seguinte. Tal hipótese demandou um mapeamento dos discursos (homenagens, referências históricas, memoriais, etc…) e das redes de relações sociais no tempo. Os vínculos que mantinham com a sociedade e cultura portuguesa, além da percepção de que as práticas e o processo do exílio adquiriam sentidos coletivos conduziam a pesquisa para uma outra direção.

A este respeito, os primeiros contatos com alguns estudos sobre diásporas intelectuais permitiram-nos identificar que estes eram ora estritamente biográficos - com informações gerais sobre a vida e/ou a atuação dos personagens; em alguns casos, publicações decorrentes

[16] Expressão utilizada por Joaquim Barradas de Carvalho em seus escritos e recorrente em outros discursos, para se referir, de maneira geral, ao tratamento dado ao regime às questões da cultura.

de homenagens, cujo intuito principal era mais de divulgação do que propriamente de análise -, ora enciclopédicos, em que as informações biográficas vinham acompanhadas, por vezes, de alguma análise da obra e do itinerário do autor -, ora, por fim, uma mescla de contextualização histórica e biografia dos personagens estudados. Este último, no caso, um estudo específico sobre intelectuais espanhóis no Chile, em que o fluxo dos agentes se deu de uma só vez, todos eles trazidos por Neruda em um mesmo navio (GARAY & NORAMBUENA, 2002). Havia, ainda, o trabalho de Coser (1984), que buscava identificar os impactos de *scholars* alemães nos Estados Unidos a partir da interação dos intelectuais refugiados com outros *scholars*, com as instituições ou com os estudantes que vieram a formar na sociedade receptora. Foi apenas a partir dos desdobramentos da pesquisa bibliográfica e documental que passamos a enfocar o processo de *transferência cultural* e as relações entre as organizações e iniciativas de intervenção cultural e política constituídas no estrangeiro com aquelas engendradas em Portugal ou em um contexto de formação europeu. Ademais, a contínua manutenção dos vínculos com a sociedade portuguesa, através de trocas constantes entre núcleos e grupos sociais situados em Portugal e no exílio – possibilitando-os acompanhar os desdobramentos da cultura e da política, bem como a atualização do pertencimento àquele país - direcionava-nos decisivamente a considerar o exílio em sua dimensão *coletiva*, perspectiva de análise menos recorrente neste campo temático.

Em 2005, com a possibilidade de realizar parte da investigação em Portugal, o acesso às informações sobre as trajetórias e relações sociais dos personagens estudados anteriormente ao exílio demonstrou-me ser possível levar adiante esta hipótese e que, como corolário, esta perspectiva demandava uma análise processual que contemplasse desde a formação inicial no contexto europeu à *transferência cultural* de idéias e *projetos*. Um indicador de que tal (re)orientação era pertinente foi a percepção de que, efetivamente, muitos dos sentidos atribuídos pelos personagens às suas atividade de intervenção cultural e política tinham sido

originalmente elaborados durante o processo de formação cultural e política na Europa e que a migração das pessoas, idéias e práticas através do Atlântico, em decorrência de contingências históricas, representou muitas vezes a continuidade ou a possibilidade de realização de *projetos* intelectuais, culturais e políticos que se viram inviabilizados de se efetivarem em Portugal. Assim, o foco passou a recair nas organizações que deram suporte a *projetos* coletivos, tanto lá quanto aqui, mais do que nos personagens propriamente ditos.

Entretanto, outras perspectivas de análise sobre o tema configuravam-se à medida em que se avançava no exame de materiais documentais e depoimentos, e estavam relacionadas a à compreensão das dinâmicas do processo de *transferência cultural*. Em primeiro lugar, ficavam evidentes as relações existentes entre os desdobramentos da economia política global, as reinvenções do Estado-nação e o exílio de intelectuais e que, portanto, estes elementos precisavam ser contemplados na análise. Do mesmo modo, a noção de *transferência cultural*, tal como foi concebida neste estudo, pressupunha não apenas a migração de idéias, saberes ou técnicas, mas também de pessoas, visto que as realizações das organizações e dos personagens na sociedade receptora tornaram-se mais ou menos possíveis pela interação que estabeleceram com regras e padrões culturais de específicos campos sociais e com as estruturas sociais que existiam antes deles chegarem. Neste caso, a presença efetiva dos personagens, para além da difusão de suas obras por meios impressos ou eletrônicos, teria de ser levada em conta em uma análise sobre os efeitos das idéias políticas e sociais e dos saberes que trouxeram às várias disciplinas e campos de conhecimentos no Brasil. Por conta disto, o estudo também problematizaria a inserção diferencial dos personagens e suas organizações na sociedade receptora.

Em decorrência das opções analíticas acima delineadas, os métodos de investigação agregaram pesquisa de campo (nos locais onde atuaram no Brasil), captação de material de arquivo e bibliográfico e entrevistas. A operacionalização da pesquisa exigiu a localização de

pessoas específicas e a realização de entrevistas de longa duração, a investigação em arquivos públicos e privados, em busca de fontes as mais variadas como correspondências, anotações, programas de curso, além dos *curriculum vitae*, no Brasil e em Portugal.

Em termos cronológicos, a pesquisa bibliográfica e documental iniciou-se em 2002 e estendeu-se pelo ano seguinte, nos acervos do Real Gabinete Português de Leitura, da Cátedra Jorge de Sena e da Biblioteca Nacional, todos no Rio de Janeiro. A participação, em janeiro de 2004, no *X Seminario Internacional de Humanidades*, em Santiago do Chile, cujo tema foi *Viajeros, Cientificos y Migrantes. La Constitución de una Comunidad Internacional de Intelectuales*, foi da maior importância para a delimitação do tema.[17] A concessão de um auxílio pesquisa permitiu a consulta ao acervo da Cátedra Jaime Cortesão, em São Paulo, além de parte do acervo do Centro Cultural 25 de Abril (CC25A)[18]. A ocasião também foi oportuna para a realização das primeiras entrevistas. Por fim, ainda como parte do auxílio, pôde-se consultar, também em São Paulo, nos meses de junho e julho de 2004, o Centro de Memória da Unesp, o Arquivo do Estado – seção Delegacia do Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) e o arquivo do jornal *O Estado de São Paulo*.

Um segundo auxílio pesquisa abrangeu os meses de outubro de 2004 a abril de 2005. A pesquisa documental foi retomada. Deu-se por encerrada a coleta de documentação e bibliografias nos acervos da Cátedra Jorge de Sena, do Real Gabinete Português de Leitura, da Biblioteca Nacional e do Museu Nacional. Em São Paulo, naquela ocasião, a pesquisa foi realizada em dois momentos. Em janeiro de 2005 foram feitos levantamentos complementares de documentação e bibliografias nos acervos da Pontifica Universidade de São Paulo (PUC/SP) e da Cátedra Jaime Cortesão. Também foi possível a realização de uma entrevista e

[17] Além de apresentar a pesquisa, o seminário, de temática e interesse bastante segmentados, constituiu-se em uma ocasião em que puderam estar reunidos pesquisadores de diversos países, debatendo teorias, métodos e análises sobre o fenômeno da circulação de agentes do saber e a migração de idéias. A ocasião mostrou-se oportuna para o estabelecimento de contatos, levantamento de bibliografias específicas e pesquisa bibliográfica na biblioteca do *Instituto de Estudios Avanzados*, da *Universidad de Santiago de Chile*, onde foi realizado o Seminário.

o estabelecimento de contatos para outras entrevistas em São Paulo e em Portugal. No mês de fevereiro foram realizadas pesquisas documentais no acervo do Arquivo do Estado – seção DEOPS - e em três arquivos privados, um deles pertencente ao CC25A, e os outros dois foram os de Fernando Lemos e de familiares de Vitor Ramos. Ao final de março a pesquisa foi direcionada para o acervo da Unesp de Araraquara.

Um convênio de cooperação internacional estabelecido entre a CAPES e o GRICES, viabilizou a realização de uma "missão de estudos", como parte do projeto "Circulação Transnacional, Fronteiras e Identidades"[19]. A pesquisa em Portugal abrangeu o período de abril a setembro de 2005. Nos meses de abril e maio acabou-se por cumprir as tarefas de pesquisa bibliográfica nos acervos do Instituto de Ciências Sociais, nas Faculdades de Letras e Ciências da Universidade de Lisboa e na Biblioteca Nacional. Contudo, a pesquisa documental na Biblioteca Nacional e na Torre do Tombo ficaram para um momento posterior, pois durante este processo conheceu-se a Biblioteca Museu República e Resistência que, além de dispor de acervo bibliográfico, tinha coleções de jornais e espólios diretamente relacionados à pesquisa. Foi através do trabalho realizado neste Museu que se acabou por conseguir os primeiros contatos para entrevista e o acesso aos arquivos particulares de Alfredo Pereira Gomes e António Brotas.

Cumprida a catalogação das informações documentais da Biblioteca Museu República e Resistência, deu-se partida, a princípios de junho, à investigação na Torre do Tombo, particularmente nas coleções da PIDE e do Ministério da Administração Interna. Esta tarefa acabou por ocupar um longo período da pesquisa, pois o acervo era imenso e do maior interesse. Paralelamente, deu-se início às entrevistas, ao longo de todo o mês de junho.[20] Por fim, na

---

[18] Local onde foi levantada a maior parte dos dados relativos à investigação realizada para o mestrado, entre 1998 e 2000.

[19] O projeto tem como sede, no Brasil, o Centro de Estudos de Migrações Internacionais, da Universidade Estadual de Campinas e, em Portugal, o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Esta pesquisa foi incluída entre as "missões de estudos" classificadas como "estágio de doutoramento no exterior", contemplando os meses de abril a setembro de 2005.

[20] Primeiramente, entrevistou-se a Profa. Dra. Ilda Perez, da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, estudiosa do "Movimento Matemático" em Portugal durante o Estado Novo, o que facilitou, também, o acesso a publicações bastante específicas e que contemplavam a temática desta pesquisa, além dos contatos para as

Sociedade Portuguesa de Matemática levantaram-se novos textos, além do acesso às coleções do *Boletim* e da *Gazeta de Matemática*, editados por alguns dos matemáticos estudados neste trabalho. Ainda no mês de junho, em decorrência do falecimento de Álvaro Cunhal, reencontramos algumas pessoas já entrevistadas no Brasil em outras ocasiões, comunistas que nos facilitaram o acesso aos arquivos do Partido Comunista Português (PCP) e da Associação 25 de Abril, tarefa não prevista no cronograma original, e que nos ocupou duas semanas em julho. Também em julho foram catalogados parte dos espólios de Alfredo Pereira Gomes e António Brotas. As atividades até então realizadas permitiram-nos avançar satisfatoriamente no mapeamento da rede de relações - pessoais, profissionais e institucionais -, e formação dos sujeitos de pesquisa em Portugal.

Com isto, os trabalhos no acervo do Centro de Documentação do 25 de Abril (CD25A), em Coimbra, previstos originalmente para o mês de junho, acabaram por se realizar em dois momentos, no mês de agosto. Ali fizemos um levantamento bibliográfico e contatos com professores no Centro de Estudos Sociais (CES) e do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS 20), ambos da Universidade de Coimbra, o que não estava previsto originalmente. Ainda em agosto fomos ao Porto realizar levantamentos bibliográficos e documentais nas Faculdades de Ciências e de Letras sobre alguns dos personagens que ali atuaram. Por fim, concluímos a pesquisa na Torre do Tombo, tendo sido levantados, ao todo, os registros completos de 19 nomes. Ainda em Portugal, já no mês de agosto e em setembro, pudemos dar início a alguma sistematização preliminar dos dados coletados, além de dedicar as últimas semanas à catalogação de informações relativas ao espólio de Adolfo Casais Monteiro, depositado na Biblioteca Nacional.

A partir de setembro de 2005 as atividades se voltaram para a catalogação e sistematização dos dados, elaboração do plano de tese e redação, com exceção do mês de

---

entrevistas realizadas no mesmo mês com Alfredo Pereira Gomes, António Brotas e familiares de António Aniceto Monteiro, Bento de Jesus Caraça, Ruy Luis Gomes e José Morgado

setembro de 2006, quando levantamos algum material bibliográfico e documental no Centro de Ciências Exatas e da Natureza, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), acerca dos matemáticos portugueses que atuaram em Recife.

2 A ATIVIDADE CULTURAL E POLÍTICA DURANTE O ESTADO NOVO

Neste capítulo pretende-se contextualizar e compreender a atividade cultural, política e científica existente em Portugal durante o Estado Novo, com ênfase nas letras (o que inclui, em Portugal, estudos literários, história e filosofia, entre outros), literatura, artes plásticas e ciências (o que inclui a matemática), áreas diretamente relacionadas aos personagens enfocados neste estudo. A atividade cultural será aqui abordada em sua relação com a política, isto é, pressupõe-se que para sua compreensão é necessário contextualizar aspectos sociais e políticos contemporâneos às produções, organizações e iniciativas culturais em questão, do mesmo modo que, para a apreensão do sentido das práticas e produções culturais pressupõe-se que estas estão *em relação* - e desse modo podem ser interpretados seus sentidos -, como tomadas de posição, demarcações contrastivas frente a outros *projetos* hegemônicos.

O percurso será o de, inicialmente, caracterizar, de um lado, a especificidade ideológica e estrutural do regime e sua produção cultural e, de outro, os meios de sociabilidade e reconhecimento social de intelectuais, artistas e cientistas que, de alguma maneira, demarcavam-se contrariamente aos preceitos do Estado Novo. Tal faz-se necessário para, nas seções seguintes "Leis de Imprensa, Censura e Regulamentação da Atividade Cultural", "A Educação Nacional e o Meio Acadêmico" e "Salões, Cafés, Revistas e Associações", contrapor práticas de regulamentação normativa e produções culturais "oficiais" a outros espaços e iniciativas existentes, mesmo sob a ameaça constante de represálias e a presença institucional da censura. Tais espaços também serão abordados como locais de sociabilidade e de legitimidade de autores e suas obras. Por outro lado, a relação entre as contínuas reinvenções do Estado-Nação autoritário no século XX e sua manifestação no plano estético, além da normatização da produção cultural, também serão objeto contínuo de debates que irão produzir a contraposição identitária frente ao regime, apesar da

heterogeneidade de orientações político-ideológicas, programáticas, estéticas ou teórico-metodológicas, no interior de cada *campo*.

2.1 O REGIME E A OPOSIÇÃO

O regime autoritário português foi a mais longa ditadura de direita do século XX, tendo durado de 28 de Maio de 1926 a 25 de Abril de 1974. Personificou-se na pessoa de Antônio de Oliveira Salazar, que assumiu sua liderança como Presidente do Conselho de Ministros em 1932 e teve sua literal queda somente em 1968, quando foi afastado do poder por incapacidades físicas, sendo substituído por Marcelo Caetano.

Ao longo de sua vigência, o regime passou de uma ditadura conservadora, nos seus primeiros anos, para a formação de um "Estado Novo" de caráter fascista, autodenominação estabelecida a partir de 1933, quando se definiram tanto sua estrutura político-institucional quanto a Constituição. Contudo, devido à sua longevidade política, o regime autoritário português do século XX demanda uma complexa análise, uma vez que o mesmo não é analisado como fascista por uma grande parte de seus teóricos.

As origens históricas do salazarismo remetem aos princípios do século XX, em que novas forças direitistas e conservadoras propugnavam um sistema autoritário mais rígido. Entretanto, a origem histórica do salazarismo está mais relacionada aos movimentos que Payne (1987) classifica como "direita conservadora", em contraposição ao "fascismo" e à "direita radical". De fato, o regime não propunha um projeto desenvolvimentista – apenas quando se viu forçado a tanto, com o início das Guerras Coloniais em 1961 – e baseava-se muito mais em preceitos religiosos tradicionais e não no vitalismo, no irracionalismo ou no neoidealismo secular que caracterizavam o "homem novo" fascista. Do mesmo modo, propunha uma transformação parcial do sistema em um sentido mais autoritário, a defesa do

elitismo e de uma chefatura forte com invocação de legitimidades tradicionais, e não uma completa destruição de todo o sistema político do liberalismo vigente, como a direita radical e o fascismo. Salazar preferia apregoar a ideologia do ruralismo, "em defesa dos valores tradicionais, da fé católica e da hierarquia social estabelecida, contra as ameaças do comunismo, da maçonaria e do modernismo" (RABY, 1988), de modo a levar Portugal "a viver de modo natural", visto que o "bom povo português" caracterizava-se por seus "brandos costumes".

Entretanto, a estrutura político-institucional e a Carta Constituinte do Estado Novo foram constituídas no período auge do fascismo na Europa. De tal modo que, de acordo com Manuel de Lucena (1976), o Estado Novo representou o modelo mais próximo da estrutura formal do regime de Mussolini. De fato, para Lucena, as idéias fascistas em nenhum momento tornaram-se plenamente institucionalizadas em uma estrutura estatal - e a idéia mais próxima do que constitui um regime fascista encontra-se no caso italiano. O regime português, apesar de diferenciar-se dos ideais dos movimentos fascistas, estabeleceu um dos regimes autoritários mais bem institucionalizados e bem acabados estruturalmente no sentido de permitir realizar plenamente, ao menos em tese, a idéia central do fascismo de que o indivíduo deve estar inteiramente subjugado às necessidades do Estado. De acordo com Payne (*op.cit.*), nem mesmo Mussolini conseguiu estabelecer uma instituição autoritária tão plenamente acabada como o Estado Novo português. Lucena, por sua vez, reconhece a ambigüidade de tal coexistência através da expressão "um fascismo sem movimento fascista". (LUCENA, *op.cit*).

Portanto, a aplicação do termo "fascista" ao regime deve-se a uma série de características que podem lhe ser atribuídas: a eliminação dos partidos políticos e dos sindicatos livres, substituídos pelo partido único (União Nacional) e por sindicatos e associações oficiais: "grêmios", para as associações patronais, e "Casas do Povo", para as localidades rurais; a constituição de forças paramilitares tais como a Legião Portuguesa e a

Mocidade Portuguesa; a institucionalização sistemática da censura e da repressão, através da polícia política, a PIDE. Todos esses fatores contribuíam para a existência de um Estado policial, em que o cotidiano era vigiado de forma sutil e onipresente, estendendo-se a toda a população, embora de maneira intensificada no tratamento aos dissidentes do regime.

A ideologia que permeou o Estado Novo e possibilitou atrelar muitos indivíduos e instituições às necessidades do Estado foi o corporativismo. O conjunto de "corpos" que constituíam o "Estado corporativo", incluindo sua estrutura normativo-jurídica, se articulavam organicamente em torno da (des)mobilização popular, sendo ao mesmo tempo instrumentos de controle e, quando necessário, de repressão. Do mesmo modo, o aspecto oficial transpassava às múltiplas manifestações da sociedade - a cultura nacional, os discursos sobre o "caráter" do povo português; as mentalidades, a produção de conhecimentos, a difusão de informações, a vida política, a religiosidade, a educação, a intensa propaganda que era exercida por agências como o Secretariado Nacional de Informação e Cultura Popular (SNI), entre outros - pensavam o Estado como o único dinamizador da sociedade e seu desenvolvimento, afora uns poucos órgãos independentes, como o jornal *A República*, que eram vigiados de perto; ou em períodos eleitorais do pós-guerra, em que as manifestações legalmente autorizadas dos candidatos opositores eram "toleradas", sob a pressão de muitas intimidações e represálias, como ocorreu em diversos pleitos. Mas o regime não se sustentou no poder apenas pelo corporativismo, aliado à força policial e à repressão, senão também por uma mentalidade hegemônica de uma época - que concebeu um ultranacionalismo imperialista de inspiração conservadora e tradicional. A ideologia nacional-colonial apregoava a "vocação natural" de Portugal à "expansão ultramarina".

De fato, parte da legitimidade do próprio regime republicano português advém, desde fins do século XIX, das acusações dirigidas à monarquia de que esta não era capaz de salvaguardar os interesses nacionais nas "colônias". As tentativas fracassadas de expansão do

império em África e o ultimato britânico de 1890 exacerbaram o nacionalismo português. Ao longo de grande parte do século XX, o nacionalismo esteve ligado à ideologia colonial e à idéia de império, para o que foi de fundamental importância o Ato Colonial, de 1930 (ALEXANDRE, 1998). Sua manutenção, defendida pelas burguesias liberais, devia-se não apenas ao fato de ser fonte de matérias-primas que equilibravam a balança comercial, mas estava impregnada de uma carga ideológica. Foi a hábil associação, amplamente difundida através da propaganda oficial, entre a manutenção do Estado Novo (e seu corporativismo) e a perpetuação do império, que, internamente ao país, deu novo fôlego ao regime, mesmo no pós-guerra, quando o autoritarismo perdeu força na Europa. Contribuiu decisivamente para isto a própria indefinição, nos diversos setores da oposição, quanto à questão colonial.

Ao longo de anos, a oposição atacou a propaganda e vários dos fundamentos do regime, tanto nos aspectos político-institucionais quanto nas suas idéias e mentalidade de origem autoritária, mas a "questão colonial" gerou impasses e clivagens definitivos. Os aspectos sociais, políticos e culturais atribuídos ao regime, pela oposição em Portugal e no exílio, enfatizavam a conjugação de um Estado policial, repressivo e censor com uma mentalidade "obscurantista", que impedia tanto a crítica quanto a modernização do país – e a difusão de qualquer forma de produção intelectual, artística e literária que contestasse os valores do regime. O "ruralismo", a identidade projetada sobre o povo português, a manutenção de altos índices de analfabetismo, enfim, toda imaginação da nação de modo a levar Portugal "a viver de forma natural" e suas conseqüências (LEONARD, 1998) e, mais tardiamente, as bases do ultranacionalismo de impregnação autoritária e conservadora que sustentavam a empresa salazarista e do Estado Novo, foram objeto de contínuo questionamento dos opositores que, em sua maioria, denominavam o regime de "fascista".

No entanto, a eficácia do aparato de propaganda e vigilância, aliada a divisões internas à oposição e preconceitos que nunca chegaram a ser superados, sobretudo em tempos de

Guerra Fria, fez com que a oposição encontrasse sempre uma imensa dificuldade de atuação em Portugal, o que, em certa medida, repercutia no exílio. Um dilema permanente foi o de se estabelecer, de modo unitário, qual era o objetivo da oposição, a restauração de uma república burguesa, o socialismo ou a "democracia avançada"? Outra questão dizia respeito a como derrubar o regime, se pela via da ação direta ou com apoio das "massas" e forças armadas. Embora variasse em suas formas de atuação, com setores de clandestinidade e de legalidade, somente com pressão externa, nomeadamente as Guerras de Libertação Nacional em África e seu conseqüente isolamento internacional, foi que o regime não mais conseguiu sobreviver às já sucessivas superações das contradições internas e externas pelas quais tinha passado. Entre os fatores externos, o regime português conseguiu sobreviver aos impactos da Crise de 1929, da Guerra Civil Espanhola, da Segunda Guerra Mundial, em que adotou uma posição "neutra", e à onda "antifascista" que se sucedeu ao pós-guerra.

Segundo D.L. Raby (1988), foi a partir do início da década de 1940 que ocorreu o aumento da "resistência" popular. Ainda de acordo com este autor, até então o regime havia se consolidado, beneficiando-se do ápice do fascismo na Europa e do estreitamento da colaboração entre esses regimes autoritários. Internamente, a "estabilização das finanças", amplamente divulgada, bem como a efetivação de sua estrutura político-institucional, contribuíram favoravelmente para sua manutenção. 1940 é considerado o ano áureo do regime, marcado pela celebração da Exposição *O Mundo Português*[21] (THOMAZ, 2002). A fraqueza dos movimentos "antifascistas" neste momento também era notória. Constituíam-se em sua maioria de liberais republicanos que partiram para iniciativas tão diversificadas como lutas armadas, tentativas de adaptação à clandestinidade e golpes de Estado frustrados, entre

[21] Tal exposição insere-se no quadro das grandes exposições coloniais européias dos séculos XIX e XX. Foi estruturada de modo a que o visitante vislumbrasse a diversidade no espaço colonial português, além de divulgar a política colonial do regime. A exposição de 1940 se tornou representativa do modo pelo qual o regime estruturava ideologicamente as hierarquias coloniais. A seção colonial da exposição ficou a cargo de Henrique Galvão, militar e escritor que, anos depois, rompeu com o regime por conta de suas discordâncias em relação à política colonial. Após fugir da prisão, Galvão passou por exílios na Argentina, Venezuela e Brasil.

1926 e 1931. O setor anarquista iniciou seu enfraquecimento definitivo e o Partido Comunista Português (PCP), de pouca penetração, iria se reorganizar apenas a partir de 1941. Os anos 1930 consolidaram o regime, intensificaram e sistematizaram a repressão, dispersaram a oposição e foram marcados pela expansão do fascismo na Europa (RABY, 1988). Foi também a partir dessa época que a propaganda do regime sistematizou-se nas "colônias" de emigrantes, inclusive no Brasil.

A partir de 1942, durante a Segunda Guerra Mundial e logo após o seu fim, ocorreram significativas mudanças no contexto mundial e português, decorrentes de novas tensões da onda "antifascista". Neste sentido, o desafio da permanência política e cultural do *projeto nacional* do Estado Novo se impôs. Nos anos seguintes à Grande Guerra, o regime procurou reafirmar sua dominação, em contrapartida a outros projetos políticos que buscavam hegemonia. A "resistência" rearticulou-se principalmente pela atuação do PCP, que conseguiu organizar uma estrutura clandestina, seguida da estratégia bem sucedida de infiltração nos sindicatos oficiais. Este momento apresentou, ainda, uma retomada na "unidade" das forças oposicionistas.

É importante nos determos, portanto, sobre a dinâmica da "resistência antifascista" em Portugal, nas décadas de 1940 e 1950, de modo a compreendermos o enfraquecimento definitivo dos setores republicanos e liberais burgueses da "oposição democrática" - expressão pela qual, a partir de então, se autodenominaram os movimentos contrários ao regime em Portugal – e a gênese de uma oposição com características específicas do pós-guerra. A ênfase na defesa da democracia visava atrair as atenções de outros países europeus e ocidentais democráticos. Desde então, passou a ser considerada, ao menos em tese, como um dos princípios capazes de congregar a oposição em uma unidade. Daí não mais se tratar de oposição *per se*, mas de "oposição democrática".

O primeiro movimento de "resistência" surgido no pós-guerra, denominado Movimento de Unidade Nacional Antifascista (MUNAF), apareceu em 1943, na esteira das mobilizações contra os regimes autoritários que emergiram na Europa, donde adveio o emprego das categorias "resistência" e "antifascismo", e representou a primeira organização unitária de oposição desde o surgimento do regime. Sua estrutura de ação e plataforma reivindicativa assemelhava-se aos demais movimentos "antifascistas" surgidos em países ocupados durante a Segunda Guerra, congregando comunistas, republicanos e uma minoria de socialistas, sob a presidência do General Norton de Matos. De caráter clandestino, o MUNAF planejava ações armadas com a finalidade de derrubar o regime e formar um "governo provisório de unidade nacional", cujo compromisso primordial seria a realização de eleições livres com o intuito de constituir uma Assembléia Constituinte. Havia, contudo, duas posições internas quanto à condução das ações: os republicanos, favoráveis a um imediato golpe de Estado, a fim de restaurar a república liberal burguesa, de um lado, e, de outro, os comunistas, partidários do levantamento popular, a ser intensificado através da agitação das "massas" para lutas que se canalizassem para a derrubada do regime[22]. O que ocorreu foi que o MUNAF não levantou armas contra o regime, apesar da constituição dos Grupos de Ação Antifascista (GACs) e das conspirações militares republicanas que foram levadas a cabo, mas que fracassaram por falta de organização e de apoio de possíveis dissidentes surgidos no interior do próprio regime. Esta sucessão de tentativas frustradas demonstrou a fraqueza do setor republicano liberal burguês em aspirar ao chamado *putsch* autonomamente, tendo de contar, daí em diante, com o necessário apoio de setores populares para o "levantamento" ou "insurreição nacional", aspirado, sobretudo, por comunistas.

Após o fim da Segunda Guerra, devido às fortes pressões internas "antifascistas" e à tendência democrática européia, Salazar resolveu ocultar os símbolos mais evidentes do

[22] Dentre os membros da direção do MUNAF encontrava-se o matemático Bento de Jesus Caraça.

fascismo, ao mesmo tempo em que promoveu as primeiras eleições do regime. Como conseqüência desta iniciativa surgiu o Movimento de Unidade Democrática (MUD) em 1945, a primeira organização legal da oposição sob o controle do Estado Novo. No entanto, o MUD não conseguiu efetivamente conquistar as reivindicações mínimas para a realização do pleito: liberdade de expressão e reunião, legalização dos partidos políticos, abolição da censura, preparação de novos cadernos eleitorais, etc... Tal ação do regime foi interpretada pela oposição como uma manobra de fachada, a fim de demonstrar as democracias ocidentais que havia práticas liberais. Neste sentido, ao mesmo tempo em que o regime promovia mobilizações populares, desarticulava os movimentos ao determinar os instrumentos oficiais e legais de regimento e controle. Por conta disto, a estratégia de atuação do MUD acabou por ser a de se abster à consulta eleitoral, como uma forma de desmoralizar o regime. Este procedimento ocorreu em outras eleições posteriores. Por outro lado, o MUD conseguiu, durante o processo eleitoral, tornar-se um movimento de expressão popular devido à iniciativa de recolhimento de abaixo-assinados em apoio às eleições e à causa democrática. Esses abaixo-assinados tiveram grande êxito e muitos dos militantes da oposição que mais tarde foram para o Brasil participaram desta iniciativa (SILVA, 2006). Mas o MUD também saiu, depois deste episódio, com a imagem um pouco "arranhada", uma vez que o setor de Lisboa do movimento repassou uma lista de 50.000 assinaturas às autoridades. As listas foram entregues quando o governo questionou sua existência. Como prova, o setor de Lisboa passou as listas às autoridades, que não as devolveram. Em vários dos depoimentos que coletei fez-se referência ao uso dessas listas pela PIDE, particularmente no momento das concessões de visto para viagens ao exterior[23].

Passadas as eleições e as "ilusões" quanto à liberalização do regime, o movimento tentou sobreviver na legalidade, promovendo uma série de atividades, entre elas a criação do

[23] O MUD teve em seus quadros uma ampla lista de intelectuais, com destaque para Antonio Sérgio, Bento de Jesus Caraça e Maria Isabel do Aboim Inglês, que foram membros de sua direção.

MUD Juvenil, do qual também participaram muitos dos membros da oposição que vieram a se exilar no Brasil, como Joaquim Barradas de Carvalho e Vitor Ramos, dentre outros. Paralelamente, o setor republicano do movimento tentou novos golpes militares, todos fracassados, o que o levou ao reconhecimento, aos poucos, que seus elementos conservadores teriam de estar, a partir de agora, subordinados aos elementos mais dinâmicos da oposição, que mesclavam clandestinidade e legalidade. Em 1946 houve uma tentativa frustrada de entrada de Portugal na ONU, devido ao veto da União Soviética. O MUD interpretou essa recusa como um sinal de que a comunidade internacional não aprovava um regime autoritário em Portugal. Por conta disto, o MUD foi acusado de "traição nacional", sendo ordenada a prisão de seus integrantes. O MUD seria tornado ilegal em 1948, mas a unidade da oposição foi ainda suficiente para um acordo em torno da eleição presidencial em 1949, da qual foi candidato da oposição o General Norton de Matos. A campanha teve êxito, mas as dissidências internas entre as correntes "antifascistas" tornaram-se evidentes logo após as eleições, marcadas por outra abstenção, devido à recorrente recusa do regime em oferecer as condições mínimas exigidas pela oposição para a sua participação no pleito.

Nesse momento, a oposição novamente se fragmentou. O ambiente de Guerra-Fria, e de anticomunismo no Ocidente tornou-se maior que a unidade em torno do "antifascismo". A par disto, houve uma retomada política do regime: à neutralidade do país durante a Segunda Guerra e ao acúmulo de reservas em ouro, divulgados com eficácia pela propaganda, somou-se a aproximação de Salazar com os aliados ao fim do conflito. A concessão de uma base militar aos Estados Unidos nos Açores fez com que o país recebesse ajuda financeira, ao mesmo tempo em que se apresentava como aliado contra a expansão do comunismo. O Movimento Nacional Democrático (MND), criado em 1949, seguiu como a única trincheira de combate, por meio da crítica sistemática ao regime. Os quadros eram compostos, em sua maioria, por militantes comunistas, mas com certa autonomia em relação ao PCP.

As principais lideranças desse movimento eram o matemático Prof. Ruy Luiz Gomes; Eng. Virgínia Moura e seu marido Arq. Lobão Vital, ambos do PCP; o também matemático Prof. José Morgado e a escritora Maria Lamas (socialista). O MND talvez tenha sido o movimento de oposição ao regime que melhor conseguiu articular uma coerência teórica e prática em torno dos princípios democráticos da "resistência" ativa, mas jamais conseguiu o apoio de todos os setores da oposição (cf. RABY, 1988).

Do ponto de vista do MND, o liberalismo ocidental encontrava-se "desmoralizado", pois havia feito "vistas grossas" à presença de regimes autoritários em Portugal e na Espanha, o que foi corroborado após a entrada de Portugal na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 1949 e, posteriormente, na Organização das Nações Unidas (ONU) em 1955. Tais atitudes foram qualificadas pelo MND de "contraditórias", "vergonhosas" e apontadas como uma "traição" dos aliados ocidentais aos democratas da Península Ibérica. A defesa da democracia, como um valor e uma prática, tornou-se o elemento unificador desse campo da oposição. O próprio modo de agir na tomada de decisões internas, de maneira coletiva e debatida, procurava se apresentar publicamente, pela oposição, como uma forma de protesto. Argumentos e demonstrações desse tipo foram muito comuns por ocasião do julgamento de membros do MND sob acusação de "alta traição", em 1954. A intenção era a de demonstrar que uma conduta ético-política com base em princípios democráticos diferenciava-se das medidas arbitrárias aplicadas durante o julgamento. Ao mesmo tempo, apresentava-se como crítica às democracias ocidentais, no sentido de cobrá-las quanto a sua coerência e ao seu apoio aos democratas da Península Ibérica. A ação também visava a uma "educação política" em torno de valores democráticos, pois o MND expressava recorrentemente em seus manifestos o parecer de que em Portugal tais valores tinham sido perdidos, em decorrência dos seguidos anos de convivência da sociedade com o autoritarismo.

O MND fez campanha contra a entrada de Portugal na OTAN e teve neste ato a primeira contrapartida repressiva do regime. Uma série de atividades continuou a ser realizada, como as comemorações do 5 de Outubro (data da proclamação da República) e a tentativa de participação nas eleições presidenciais de 1951 – realizadas por causa da morte do ex-presidente, Marechal Carmona, naquele ano. Ruy Luis Gomes foi o candidato do MND, mas não pôde levar sua candidatura adiante, já que tanto seus partidários mais próximos quanto o próprio candidato foram fortemente espancados logo após uma retirada forçada em um de seus comícios, em Rio Tinto. Em seguida, sua candidatura foi tornada inelegível.

Entretanto, as ações de maior relevo do MND constituíram-se nas críticas à política externa do regime e à política colonial. Com efeito, foi a primeira força "anti-salazarista" a criticar abertamente a política colonialista, em 1954, por ocasião da repressão às manifestações populares que tiveram lugar em Goa, Damão e Diu. O PCP era formalmente "anticolonialista" desde sua reorganização em 1941 (RABY, 1988), mas esta posição não havia ganhado expressão em atos públicos. As críticas do MND geraram forte repressão e o julgamento, sob alegação de "alta traição" - acusação que não conseguiu sustentar-se politicamente -, foi determinante, entretanto, para a condenação das lideranças por outros "delitos menores" e, conseqüentemente, para o fim do movimento.

Portanto, na primeira década do pós-guerra, o modo de atuar da oposição variou de tentativas de golpes *putschistas* e ações de protesto como abaixo-assinados, até campanhas que despertassem uma mobilização popular. Tais atividades mesclavam setores de legalidade e de clandestinidade. A alternativa apresentada pelo MUNAF, de possíveis ações armadas para a tomada do poder, via golpe militar (setor republicano) ou por uma insurreição popular (comunistas), foi substituída por ações legalistas do MUD, sem que aquelas tentativas deixassem de ocorrer. A fragmentação da oposição em decorrência da Guerra Fria teve como contrapartida a utilização do discurso e de práticas democráticas como formas de protesto.

Este foi, portanto, o contexto que marcou a fase de formação da maioria dos exilados que vieram para o Brasil, incluindo os "intelectuais". A participação nessas ações veio a influenciar tanto o modo de atuação política, a partir do exílio, quanto foi representativo da diversidade de maneiras de se pensar a ação política. Desde então, em Portugal e no exílio, o maior esforço passou a estar voltado à opção por uma tomada do poder através da mobilização popular, legal e/ou clandestina, o que mais tarde foi acompanhado de um questionamento frontal da *ideologia nacional* do regime, incluindo a "questão colonial". Contudo, as ações golpistas não deixaram de se suceder e, em especial, após a campanha presidencial de Humberto Delgado em 1958, as divergências com relação à maneira de conceber a ação política despertaram discussões acirradas a respeito da conduta ética mais adequada à oposição e aos seus valores - o que tornou a unidade cada vez mais fluida sendo que, em alguns casos, as cisões seriam definitivas.

2.2 LEIS DE IMPRENSA, CENSURA E REGULAMENTAÇÃO DA ATIVIDADE CULTURAL

O controle governamental sobre a circulação das informações manifestou-se desde o golpe de 28 de maio de 1926, direcionado a princípio para os discursos políticos, através do que era denominado de "censura prévia" à imprensa por "ordem superior" do então chefe de governo Gomes da Costa, de 22 de junho daquele mesmo ano, sem que houvesse, pelo menos até o fim da ditadura militar, uma legislação específica que regulamentasse a censura. Apesar disto, a partir de 1927 os jornais traziam o estigma "visado pela comissão de censura". Após a entrada em vigência da Constituição do Estado Novo, em 11 de abril de 1933, é que estaria sancionado o "exame prévio", que alcançaria não apenas as publicações periódicas, mas os demais meios de circulação impressa, inclusive livros, desde que tratassem de "assuntos de

caráter político ou social". Esta prática vigorou até o fim do Estado Novo (CARVALHO & CARDOSO, 1971).

Em nível institucional, a competência para o exercício da censura esteve, a princípio e a partir de junho de 1933, circunscrita à Direcção-Geral dos Serviços de Censura, órgão do Ministério do Interior, tendo sido ampliadas suas competências em maio de 1936, estendendo-se à autorização ou não da fundação de novas publicações e à própria circulação de livros, o que, em outros termos, regulamentou a "censura repressiva" (CARVALHO & CARDOSO, *op.cit.*). A vigilância cotidiana, aliada à apreensão de obras e publicações periódicas tornaram-se práticas efetivas do regime, sem que seja ainda possível compreender todas as dinâmicas e alcances da censura durante a sua vigência, embora possa se afirmar que de certo estiveram sempre relacionadas aos desdobramentos das conjunturas políticas[24]. A longa duração do regime fez com que este modificasse, por motivos conjunturais e por diversas vezes, alguns aspectos da legislação de imprensa e de censura, assim como a regulamentação da atividade cultural. No entanto, tais normas seguiram continuamente os princípios ideológicos do corporativismo, mesmo em sua fase final, sob a direção de Marcelo Caetano.

A rotina do "exame prévio" envolvia sempre algum funcionário das publicações, que devia deslocar-se à censura com três provas da notícia a ser examinada. Uma das cópias retornava com o carimbo "visado" e com outro cujas variantes poderiam ir de "autorizado" a "autorizado com cortes", "suspenso", "retirado" ou "cortado". As eventuais supressões não eram de conhecimento dos leitores, já que as publicações não podiam exibir os cortes, referir-se aos mesmos ou deixar espaços em branco. Para as publicações não periódicas não existia o "exame prévio", mas poderiam ser *a posteriori* submetidas à censura e eventualmente livros, peças de teatro, filmes ou canções se viam apreendidos ou impedidos de circular. Em

[24] De acordo com Jorge Ramos do Ó é possível se saber, por fonte oficial, que "de 1932 a 1936 se foram silenciando, à esquerda e à direita, todos os periódicos oposicionistas: na primeira data os 'integralistas', os 'republicanos da Esquerda Democrática' e os 'republicanos da União Liberal'; em 1933 os 'monárquicos'; em 1934 os 'republicanos democráticos'; em 1935 os 'independentes'; em 1936 os 'socialistas'" (1996a: 140).

decorrência disto, havia a "auto-censura" a que se viam forçados, sobretudo, jornalistas ou escritores, por temerem represálias ou repressão ou como uma artimanha para tentar driblar a censura, uma vez que, com o tempo, aprenderam a antecipar o que poderia ser objeto de corte. Da perspectiva das empresas, editoras, gravadoras, etc., a auto-censura potencializou-se em decorrência dos riscos materiais que a retirada de uma obra de circulação envolveria. Em palestra proferida na PUC/SP em 1968, Vitor Ramos destacava que "todas as manifestações culturais, em última análise, acabam por referir-se-lhe", e complementa com uma observação sobre os efeitos da censura no trabalho de produção cultural:

> Todos sabem que a cultura moderna se insere numa complicada máquina de difusão, e que nenhum elemento desta máquina quer ter o menor problema com essa entidade: diretor de jornal, editor, patrocinador de conferências, organizador de exposições, proprietário de cinemas de arte ou de galerias, todos, no fim das contas, se inscrevem num processo que os força, para defesa de seus interesses, a fazer pressão sobre o intelectual para que este respeite o que a Censura prescreve. (RAMOS, 1969: 43-44)

Em um depoimento de quem conheceu em sua prática profissional de jornalista os meneios da censura, Vitor Ramos expõe vários dos paradoxos decorrentes de uma sociedade habituada a conviver por décadas sob seu controle: "42 anos de censura ininterrupta à vida cultural tornam esta pressão tão indireta que os intelectuais já nem dela se apercebem" (*ibid.*: 44). De um lado, afirma, produz-se certo automatismo que leva o intelectual a exprimir o que pretende, apesar dos censores, embora atinja um público cada vez mais restrito, que sabe ler nas entrelinhas; de outro lado, há os que naturalizam o regime de censura a ponto dela sentir falta, como, por exemplo, nos casos em que um artigo retornava das vistas do censor sem qualquer supressão. Nascido em 1920, Vitor Ramos era de uma geração que, "nascidos com ela" (a censura), "foram se habituando a considerá-la perene", a ponto de se tornar parte da vida cotidiana[25]. Mas, preocupado com os destinos da cultura portuguesa após tantos anos –

[25] Na mesma palestra, Vitor Ramos chega a sugerir que daria um ótimo assunto de tese universitária a influência da censura sobre o estilo dos escritores portugueses naqueles últimos quarenta anos.

"Portugal, ao longo de quase meio século, saltou várias etapas de um processo cultural que o mundo viveu" (*ibid.*:57) – explicita uma das mais significativas preocupações dos intelectuais portugueses do seu tempo e não afinados com o Estado Novo: a "tarefa", cada vez mais restrita a pequenos grupos, de passar adiante o legado do "espírito" do que de melhor se produziu no plano cultural, não apenas em Portugal, mas no mundo.

De fato, a geração de Vitor Ramos, que cresceu nos anos áureos do regime, assistiu à passagem para uma política de acirramento da repressão à mesma altura em que publicava seus primeiros textos. Assim, em decorrência do iminente fim da Segunda Guerra Mundial e de vários dos regimes autoritários europeus, e com a finalidade de estreitar as relações com os mais diversos organismos de comunicação social, criou-se, em 1940, o Gabinete de Coordenação dos Serviços de Propaganda e Informação. A partir de então "as 'relações do Estado com a imprensa' e com a 'rádio' ficaram subordinadas ao chefe do Governo que passou a despachar directamente com os directores dos Serviços de Censura, da Emissora Nacional e do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN)" (RAMOS DO Ó, 1996a: 140). Em meados da mesma década, e consoante com a preocupação corporativa, o SPN, que já existia desde setembro de 1933, passou a se chamar Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), sendo-lhe "delegada a tarefa maior de 'coordenar', 'orientar' e 'fiscalizar' todas as 'actividades referentes à informação'" (*ibid.*: 141). Esta instituição operou com rigor no pós-guerra frente à onda "antifascista" que se instaurou no continente europeu e, por conseguinte, em Portugal. Em muitas situações, o SNI atuou em conjunto com a PIDE, a política política, nas ações mais repressivas, cabendo a esta última também a tarefa de investigação e, entre outras atribuições, de observar a realização de eventos, inclusive atividades de cunho cultural. O SNI encarregava-se de autorizá-los ou não e de examinar os materiais informativos sobre os mesmos, desde notícias a materiais de divulgação.

A distribuição de tarefas entre o SNI e a PIDE adquiriu uma sistemática e foi relativamente bem-sucedida em seus propósitos, o que não significou o impedimento por completo da circulação de publicações e de informações clandestinas. Foi através das referidas investigações da PIDE, que também contavam com o apoio do SNI que, em 1965, o Ministério da Educação Nacional extinguiu a Sociedade Portuguesa de Escritores (SPE)[26]. No mesmo ano e nos seguintes, ocorreram ações de apreensão de obras em livrarias e editoras, seguidas da prisão de diretores e empregados desses estabelecimentos. Algumas revistas como a *Seara Nova, O Diabo, Vértice* e *Síntese* foram proibidas de funcionar, temporariamente ou em definitivo (CARVALHO, 1974). Nesta lista incluía-se a não permissão de circulação de periódicos e revistas estrangeiras. Alguns intelectuais tinham de pronto qualquer escrito seu vetado, impedidos de colaborar em jornais e revistas. O simples fato de um dos nomes estigmatizados figurar no anúncio de uma obra ou artigo era motivo para vetar o escrito a ser publicado. Tais ações ocorreram com Casais Monteiro e Castro Soromenho, entre outros. Casos de seqüestro de obras já publicadas, como a de Aquilino Ribeiro ou de originais, como com Maria Archer, tornaram-se bastante conhecidos, pois foram objeto de campanhas de protesto pela oposição (*idem*, 1969). De modo mais sistemático havia a visita a editoras para fiscalização. Algumas obras que já estavam em circulação poderiam ser retiradas do mercado e outras, já esgotadas, não tinham autorização à reedição.

Mas uma das questões mais intrigantes diz respeito aos critérios utilizados para avaliar a gravidade para o regime do conteúdo de uma obra ou de toda a obra de um autor. De certo pesava em muito para isto o envolvimento do autor em atividades políticas[27] da oposição ou o

[26] Fundada em 1955, a SPE sempre teve entre seus dirigentes escritores de obra reconhecida e do campo da oposição. Contudo, agregava "escritores portugueses" independente de suas filiações ideológicas. Seu fechamento foi decorrente da premiação de uma novela, em concurso literário, cujo autor encontrava-se preso por ter lutado ao lado dos movimentos de libertação nacional, em Angola. A SPE foi reaberta na fase marcelista.

[27] Havia, inclusive, uma listagem de obras e autores, portugueses ou estrangeiros, impedidos de publicar ou circular suas obras em Portugal.

fato de a obra tratar de problemáticas sociais, mas o veto também era comum às obras que, nas considerações do censor, violavam preceitos morais não afinados com os do regime. A gradação existiu desde o início e serviu para a classificação de um simples artigo entre "autorizado" e "cortado", como antes citado. Mas é importante mencionar que os cortes ou vetos dependiam em muito da interpretação subjetiva que tinha o censor da mensagem.

Em contrapartida às ações coercitivas, o regime concedia prêmios a obras cujas temáticas ou tratamento estavam mais afinadas com as manifestações estéticas oficiais e sua ideologia nacional-colonial. Do mesmo modo, poderia patrocinar a distribuição de livros, pelos mesmos motivos acima assinalados, como o *Resumo da História de Portugal*, do historiador João Ameal, distribuído na rede de ensino público do Estado da Guanabara, em 1966. Henrique Galvão e Maria Archer, por exemplo, foram contemplados com prêmios do SNI, até o momento em que passaram declaradamente para o campo da oposição (CARVALHO, *op.cit.*).

De fato, a passagem do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) para Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), representava algo além de uma simples troca de siglas. A substituição da expressão "propaganda" por "informação" apontava na direção de um maior investimento coercitivo. O primeiro organismo, o SPN, fora criado como um instrumento de produção da propaganda do governo que, para além da divulgação das iniciativas do poder político, voltou-se ora para a personificação do governante ora, sobretudo, para a elaboração ideológica do regime com vistas à identificação popular com as realizações que levava adiante. De acordo com Ramos do Ó,

> ... era antes de tudo, entendido que a permanente identificação entre governantes e governados seria com maior eficácia atingida se a instituição debitasse as imagens de um povo auto-satisfazendo-se na contemplação das suas muito antigas tradições. A legitimidade do regime, não obstante sua matriz autoritária, estava também dependente desta fundamental regra do reconhecimento, da concordância. O problema central do Secretariado era o da identidade nacional. (1996b: 894)

Neste sentido, a atividade central do SPN estava voltada à produção do reconhecimento junto à população portuguesa "... do que é e do que realmente vale, como grupo étnico, como meio cultural, como força de produção, como capacidade civilizadora, como unidade independente" (trecho do Estatuto do SPN). Seriam, portanto, atribuições do SPN formular e difundir representações sobre o português, sua história e singularidade geográfica e cultural. Entre os aspectos representados nesta ideologia estiveram a "harmonia" de um país de vocação "rural", cuja "fonte inesgotável de sua vida espiritual" estariam amparadas nos elementos integradores "Deus", "Pátria", "Família", "Autoridade" e "Trabalho", além da "mística e vocação imperial" portuguesa. Para alcançar hegemonia, tal imagem projetada do regime e do "povo português" lançou mão de um vasto empreendimento, utilizando-se dos mais variados meios, da literatura às artes plásticas, do teatro, do cinema e do rádio. Para a linha de frente deste projeto foi escolhido António Ferro, jornalista com afinidades declaradas com os regimes ditatoriais, mas homem ligado ao primeiro modernismo português, inclusive por sua participação na revista *Orpheu*. Diante do que chamava de "política do espírito", a adesão mais imediata veio das vanguardas artísticas, atraídas não apenas pela ideologia salazarista, mas também pela saída do estatuto de marginal, em decorrência do apoio do poder político, invertendo a relação de forças que conduzia ao reconhecimento, sobretudo, de artistas acadêmicos. Tal política concretizou-se através da abertura de um estúdio, do patrocínio de exposições individuais ou coletivas, da criação de prêmios, "com o permanente objectivo de afirmar os valores 'irreverência' e 'audácia' da 'arte moderna'" (RAMOS DO Ó, 1996b: 894). Apesar de se premiarem os artistas por sua inovação e inventividade, a propaganda forçosamente enquadrava-os como "arte popular", inspirados no "folclore" ou na "história", defendendo a idéia de "um estilo próprio português". Quanto aos artistas, embora a muitos não agradasse a ressignificação de seu vocabulário estético, deixaram-se atrair pela oferta de trabalho e premiações que surgiam na

seqüência de grandes eventos, como as Exposições Internacionais dos anos 1930 e a *Exposição Histórica do Mundo Português*, de 1940, ocasião e ano que são considerados áureos do regime[28].

Apesar de sua eficácia no *campo* das artes plásticas, é importante destacar que diversos artistas se opuseram às iniciativas oficiais, a fim de preservarem a autonomia de suas filiações estéticas, amargando, por vezes, o ostracismo. No *campo* da literatura, contudo, a adesão às proposições do SPN foram pouco significativas e apenas nos primeiros anos conseguiu atrair alguns nomes com obras de expressão, preferindo os escritores o reconhecimento dos meios de divulgação e crítica literária decorrentes do *presencismo*, *neo-realismo* ou *surrealismo*. No mais, a rigidez da censura quanto a escritos políticos atraiu para a literatura uma parcela de escritores que, através dos marcadores literários, da ficção ou da linguagem figurada, poderiam explorar temas que, de certo, seriam alvo imediato da censura.

Além disto, no pós-guerra, a oposição passou a combater o regime não apenas com textos, discursos ou ações políticas, mas também com o investimento na divulgação e reconhecimentos das expressões artísticas e culturais opostas ao ideário do regime. O surgimento do neo-realismo e a participação efetiva de quadros do partido comunista nesta iniciativa é um desses exemplos. Em contrapartida, a "política do espírito" perdeu lugar e António Ferro foi sendo progressivamente afastado do seu relativo protagonismo. O Secretariado passou a uma estratégia mais repressiva, através do desenvolvimento de um aparelho de coação.

> Além da imprensa, os restantes meios de comunicação eram alcançados: o organograma contemplava a direcção da Emissora Nacional e incluía ainda a Direcção-Geral dos Espetáculos. Esta derradeira atribuição, a 'fiscalização dos espetáculos', na concessão de 'licenças' e 'vistos' a casas e recintos, a programas e cartazes, para lá do registo de peças, filmes e artistas – materializava a superintendência do teatro, do cinema, dos circos, das praças de touros, dos campos de jogos, das sociedades recreativas, dos salões de baile. (RAMOS DO Ó, *op.cit.*: 895)

[28] A respeito dessas exposições, Ramos do Ó observa: "com efeito, nos vários registos, do bailado ao turismo, do cinema, do teatro e da rádio, até à exposição, ao concurso, ao cartaz, à montra, os decoradores fizeram o índice dos 'estados da alma' de uma sociedade pré-industrial" (1996b: 895).

Ao lado desta ofensiva, estabeleceram-se “padrões” de vigilância para os programas veiculados em rádio ou televisão, estendendo os “vistos” ao cinema, além de financiar, através de subsídios diretos, filmes “históricos”, além de “regionais ou folclóricos”, em contrapartida às comédias ou ao teatro de revista, alvos privilegiados dos censores. Como corolário, apesar de o regime ter produzido seus “exilados”, dentre esses “intelectuais”, durante toda a sua vigência, foi nos anos e décadas imediatamente posteriores à Segunda-Guerra, isto é, de meados dos anos 1940 a fins dos anos 1960, que estes saíram em maior número e procuraram exercer suas atividades no estrangeiro.

A tentativa de Marcelo Caetano de implementar alguma abertura ao regime fez com que se discutisse na Assembléia Nacional, a partir de 1970, o regime de censura prévia. Contudo, neste como em outros campos, as alterações foram superficiais e mais no plano formal do que efetivo. Na prática, substituíram-se os termos, a Direcção dos Serviços de Censura passou a se chamar Direcção-Geral da Informação e a expressão “exame prévio”, impresso nos cabeçalhos dos jornais, veio a substituir “censura”, de acordo com a lei de imprensa de 1971, decorrente da revisão constitucional. Concretamente, mantiveram-se as rotinas anteriores, inclusive as práticas de repressão, quando o assunto em questão era considerado de alta gravidade contra o regime, neste contexto da fase final do Estado Novo, por exemplo, as agitações estudantis e outras atividades da oposição e críticas às “Guerras Coloniais” em África.

Contudo, é possível indiciar algumas mudanças nas relações rotineiras travadas entre os organismos censores e os diversos agenciadores e produtores culturais, não apenas na fase marcelista, como durante toda a vigência do regime. Para Fiuza, é importante destacar as inflexões da censura ao longo do tempo:

> ... há nos depoimentos e em parte da bibliografia a imagem de um regime indistinto ao longo do tempo. O que de fato não ocorreu, pois a Censura se adaptou às necessidades de controle de grupos distintos e de informações sobre os mais diferentes movimentos de oposição surgidos no operariado, nas atividades do Partido Comunistas Português (PCP), no movimento estudantil, no interior da própria elite e entre os militares. (2006: 57)

Nesse sentido, ao invés de uma compreensão linear do fenômeno, propõe a idéia de adaptação do aparato gestor da censura às circunstâncias históricas e sociais. Dentre os vários exemplos que recolhe para sua pesquisa, encontra-se o singular parecer de um censor, na fase marcelista, bastante elucidativo das mudanças na linguagem adotada.

> ... Numa última tentativa, deseja ainda esta Secretaria de Estado evitar males maiores aos editores, pelo que por este meio convida V. Exa. a remeter, préviamente, à Direcção-Geral da Informação a letra das músicas antes de sua gravação (...) Não me sendo possível já dilatar mais a intervenção policial, lembro a V. Exa. a conveniência que tem em acautelar a sua actividade futura com a medida de preocupação aqui sugerida (*apud* FIUZA, *op.cit.*: 67)[29].

O censor propôs que, para se evitar a apreensão e eventuais medidas coercitivas, e já que para este tipo de produção não era obrigatório o "exame prévio", os editores remetessem para parecer, previamente, as letras das música que fariam parte de um disco. Utilizou-se do termo "convida", ao invés de intimar, e ressaltou a "conveniência" de se seguirem essas orientações, numa espécie de ameaça subliminar. Tal linguagem traduz a reformulação dos órgãos de repressão da fase marcelista, sem que estes, contudo, deixassem de exercer a coerção pretendida. Como medida cautelar, para evitar prejuízos materiais, em muitas situações as próprias editoras remetiam originais para o "exame prévio" da censura, mesmo sem serem obrigadas, o que de certo modo contribuía para a efetiva institucionalização desta prática.

[29] Fonte original do trecho citado por Fiúza: IAN/TT, SNI/Censura, cx. 4610.

2.3 A “EDUCAÇÃO NACIONAL” E O MEIO ACADÊMICO

A política educacional, no período de 1926 a 1974, foi fortemente marcada pela presença do Estado autoritário. A princípio, estava sob a responsabilidade do Ministério da Instrução Pública -, designação que remete ao período republicano. Em 1936, passou a se chamar Ministério da Educação Nacional, afinado com a preocupação de se estabelecer um sistema nacional de educação. Outrossim, o termo “nacional” também expressava o investimento doutrinário em torno de uma ideologia nacional, em todas as suas potencialidades: subordinar corpos, inculcar valores, formar consensos em torno da “unidade” e “harmonia” nacionais, disciplinar consciências. Além disto, a reforma ministerial atribuiu poderes à pasta para além dos domínios estritamente escolares ou acadêmico-científicos, projetando-se nas famílias e comunidades, nos gêneros masculino e feminino, através de instituições como a *Mocidade Portuguesa* e a *Obra das Mães pela Educação Nacional*. (NEVES, 2001)

Quanto à escola nacionalista, esta agregava os componentes de “inculcação ideológica” à “doutrinação moral”, “baseando-se num esforço de produção de consensos sociais fundados em valores que se dizem atemporais e indiscutíveis” (NÓVOA, 1996: 286). Assim, o modelo de sociedade projetado no sistema educacional era marcado pela rejeição do “enciclopedismo racionalista”, o que na prática significou a restrição dos planos de ensino à formação dos valores de base da sociedade, com ênfase em preceitos morais e religiosos. Como corolário, temos a desvalorização das qualificações acadêmicas do professorado, acentuadas nas etapas de ensino básico e médio, mas também presente no ensino superior.

Contudo, assim como no terreno da regulamentação da atividade cultural e da censura, o regime, por sua longevidade, e em decorrência de mudanças conjunturais, assumiu posturas que, embora não destoassem fundamentalmente das características antes assinaladas, correspondiam a ajustes estratégicos na ação governamental. Quanto a isto, de acordo com

Nóvoa (*op.cit.*) uma primeira fase se deu do início do regime até 1936, marcada pelo esforço de desmantelamento das ações cívicas e instituições legatárias do período republicano, bem como de suas representações, sobretudo nas ações voltadas para a administração do ensino e a formação dos professores. O segundo momento (1936-1947) é marcado pela preocupação em se constituir um sistema nacional de educação, fortemente burocratizado e investido de um esforço de formação das consciências. São os anos áureos da "educação nacional", quando

> uma linguagem nova procura exprimir a prioridade concedida à função educativa de integração na ordem social: a metáfora do *molde* (o mestre é o modelador de almas, um escultor das novas gerações), que traduz uma inculcação 'de fora para dentro', impõe-se à anteriores metáforas *hortículas* (a criança é uma planta, o professor é um jardineiro) que reflectem um movimento 'de dentro para fora'. (*ibid*: 287-288) (grifos do autor)

A reestruturação do Ministério da Educação Nacional, que manteve este nome até o fim do regime, propiciou a organização sistêmica de uma educação afinada com o corporativismo e os preceitos autoritário-conservadores do regime. No ensino superior, esta fase foi marcada pelos expurgos, através do "afastamento" ostensivo de quadros docentes e investigadores.

Em decorrência do fim da Segunda Guerra, as reformas no ensino liceal e no ensino técnico enquadravam-se em uma estratégia de formação de recursos humanos, necessidade premente frente à falta de profissionais qualificados, *vis-à-vis* o desenvolvimento econômico, o que já significava alguma ruptura no predomínio do sistema de inculcação ideológica. Além disto, esta estratégia vinha em resposta às pressões sociais emergentes no pós-guerra, manifestas inclusive através do aumento da emigração, decorrentes em grande medida da reprodução do *status quo* e da conseqüente falta de mobilidade social que o modelo baseado na doutrinação moral e ideológica propiciava. Contudo, esta tendência acentuou-se a partir de 1960, quando tornou-se inevitável uma maior abertura do sistema educacional, em direção a um esforço, nos anos 1970, de maior democratização do ensino. As mobilizações estudantis nas Universidades que marcaram os anos de 1962 e 1969, ao lado de uma tomada de

consciência acerca do atraso educacional do país entre membros dos próprios quadros governamentais do regime contribuíram para isto. É importante mencionar, também, as pressões internacionais, tal como um relatório da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômicos (OCDE) que alcançou ampla publicidade e a formação de quadros da geração marcelista que valorizava a ascensão social por critérios meritocráticos. Em contrapartida, alguns vetos mantiveram-se, ao menos durante toda a gestão de Salazar, e traduziam a persistente ação do regime em salvaguardar alguns dos preceitos morais tradicionais da "educação nacional", tal como a proibição do ensino de disciplinas consideradas "subversivas" e "desagregadoras da unidade", como a Sociologia e a História Econômica.

Desde a reformulação de 1936, o Ministério da Educação Nacional passou a centralizar a supervisão de todos os serviços educacionais em um único dispositivo, a Junta Nacional de Educação que, entre suas 7 seções, contava com as de "Ensino Superior" e de "Investigação Científica e Relações Culturais", com incidências diretas nas dinâmicas de funcionamento das Universidades. No tocante à última seção, os assuntos de investigação científica ficaram a cargo do então criado Instituto de Alta Cultura (IAC), em substituição à Junta de Educação Nacional, criada por António Sérgio em 1924. O IAC tinha como objetivo "a renovação pedagógica, científica e econômica do país", aberto a todas as formas de expressão do "espírito", atuando através do auxílio financeiro que, na prática, traduziu-se na concessão de bolsas de estudos no país ou no estrangeiro; apoio a centros de estudos ou núcleos científicos, que em alguns casos alcançavam o reconhecimento de Laboratório de Estado, com dotações previamente estabelecidas em orçamento; relações culturais com o exterior, envolvendo desde a promoção de "leitorados" em língua portuguesa em Universidades estrangeiras às ações de promoção e divulgação da "cultura portuguesa" em outros países; inventariação da produção científica portuguesa. Contudo, apesar de em seu programa de auxílios abranger uma vasta

gama de áreas de atuação e conhecimento, o IAC apresentou, desde sua fase inicial, extremas dificuldades de atendimento à já relativamente pequena demanda, em decorrência de sua escassez orçamentária e precariedade de funcionamento. Em face da ideologia do regime, o investimento na modernização e na ciência estava muito aquém do que era destinado às iniciativas do SPN/SNI, sobretudo àquelas voltadas à tradição ou ao folclore. Para se ter uma idéia, nos quinze primeiros anos de sua existência as verbas do IAC mal ultrapassavam as da companhia de dança do SPN/SNI, de inspiração folclórica (cf. RAMOS DO do Ó, 1996c). Além disto, Salazar preferia empregar o dinheiro em obras públicas do que na "política do espírito". Apenas em 1952, após algumas críticas à instituição no âmbito da Assembléia Nacional, um decreto-lei permitiu reorganizar o Instituto, com a criação de novas linhas de investigação. Contudo, em 1967, e em decorrência da tardia "adesão do Executivo às teses da instrumentalização da ciência como fonte de bem-estar social, foi criada na Presidência do Conselho a Junta Nacional de Investigação Científica" (*ibid.*: 483). Este órgão passou a deter a competência de coordenar e de planejar o desenvolvimento das atividades de pesquisa, em estreita relação com o planejamento do fomento, incluindo projetos de iniciativa privada, com ênfase naqueles voltados ao desenvolvimento industrial. Assim, o IAC passou a ser mais um órgão de fomento, destinado a cobrir a cultura superior e artística, além das relações com o exterior, mantendo estas competências até o seu fim, em 1976. Por fim, no tocante ao financiamento à investigação científica e às artes, é importante destacar a presença, a partir de 1955, da Fundação Calouste Gulbenkian, criada com este intuito a partir de dotação, para esta finalidade, oriunda do testamento do milionário persa que deu nome à Fundação. Por muitos anos, à tal iniciativa privada coube um papel muito mais relevante no financiamento das ciências e das artes do que aquele exercido pelo Estado Novo.

Ainda no tocante a Universidades, um dos aspectos mais marcantes do período de 1935 a 1947 foram as vagas de repressão e os expurgos. Nestes casos, as práticas do regime eram, em

geral, pontuais, e direcionadas a opositores identificados. No entanto, nas Universidades, as demissões (ou, na terminologia do Estado Novo, "afastamentos") isoladas por vezes foram sucedidas de demissões coletivas. Com base no Decreto-Lei 23.317, de 13 de maio de 1935, que determinava "aposentar, reformar ou demitir os funcionários ou empregados, civis ou militares que tenham revelado ou revelem espírito de oposição aos princípios fundamentais da Constituição Política e não dêem garantia de cooperar na realização dos fins superiores do Estado", realizaram-se ao longo de anos os "afastamentos". Dias depois de publicado, o decreto serviu para afastar de imediato 33 professores de vários graus de ensino, assim como um grupo de militares e funcionários públicos da hierarquia superior. Entre os docentes afastados contavam-se Manuel Rodrigues Lapa (que mais tarde lecionou em Belo Horizonte), Aurélio Quintanilha, Norton de Matos (General que, em 1949, foi candidato pela oposição à Presidência da República), Jaime Carvalhão Duarte e Abel de Morais Salazar.

Um dos modos de identificar os opositores do regime se dava através da solicitação aos diretores de todas as faculdades do país para que elaborassem uma lista dos docentes com melhor currículo e mais prestígio junto aos alunos. Não se sabe se os diretores tinham conhecimento da finalidade do uso das listas em questão. Tal ocorreu quando, em 1947, o governo decidiu, em represália a mobilizações estudantis e à crescente onda anti-fascista do pós-guerra, demitir de uma só vez 21 professores, a maioria deles físicos e reconhecidos internacionalmente, com amplo prestígio no corpo discente (depoimento de Marieta da Silveira para o *Diário de Notícias*, 24 de maio de 1997, p.22). Nesta lista estavam, entre outros, os três principais coordenadores do Centro de Estudos de Física da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCL), Manuel Valadares (que se transferiu para a França e se tornou diretor do laboratório Orsay, de física nuclear)[30], Aurélio Marques da Silva e Armand Gilbert. Na mesma lista estavam os médicos Celestino da Costa (que foi Diretor do

[30] Em 1964, Manuel Valadares se viu forçado a solicitar a cidadania francesa, pois no ano anterior lhe foi negada a renovação do passaporte português, apenas a concessão de um "salvo conduto" para atravessar a fronteira.

Instituto da Alta Cultura e que, durante sua gestão, prestou apoio às iniciativas do "movimento matemático"), Francisco Pulido Valente e Fernando da Fonseca. O texto oficial, assinado por Salazar, dizia: "O Conselho de Ministros deliberou, em sua sessão de 14 de junho de 1947, considerados abrangidos no artigo 1º do Decreto-Lei 25.317, de 13 de maio de 1935, devendo conseqüentemente ser aposentados (ou demitidos, se não tiverem direito à aposentação os seguintes professores (...)" e ainda mais lacônico era o texto de "afastamento" dos assistentes, que mantinham vínculos através de contratos que eram simplesmente rescindidos. De acordo com o depoimento de Marieta da Silveira, "dos docentes que trabalhavam no Centro de Estudos da FCL, nenhum se dedicava à política (...), todos se dedicavam com o maior entusiasmo à investigação, não se pensava em mais nada. Mas Salazar receava a sua influência junto aos alunos" (*Diário de Notícias*, 24 de maio de 1997, p.22). Contudo, em outros casos, o regime valeu-se das ocasiões das eleições do pós-guerra e da identificação de membros do MUNAF, MUD ou MND, sobretudo seus dirigentes, dentre os quais havia docentes, que foram sendo progressivamente "afastados" por esses motivos, tais como, a título de exemplo, Bento de Jesus Caraça ou Ruy Luiz Gomes. Mas, ainda a este respeito, o matemático Alfredo Pereira Gomes, em depoimento para esta pesquisa, fez ressalvas a motivações diretamente políticas que conduziram ao "afastamento" dos docentes e investigadores do "movimento matemático": "diz-se apenas da ação da PIDE para os expurgos nas Universidades, mas tenho para mim que seu papel era bastante relativo, pois muitas dessas demissões foram decorrentes de disputas e conseqüentes denúncias provenientes dos próprios pares, isto é, das conversas de corredores e possíveis delatores". Tal depoimento nos dá alguma idéia do ambiente de vigilância e controle do qual se acercava não apenas a Universidade, mas a sociedade portuguesa de então.

A maioria dos professores demitidos ficava em Portugal exercendo atividades privadas, no ensino ou em empresas ou mesmo de maneira autônoma, como o caso de Abel de Morais

Salazar, cujo primeiro trabalho que conseguiu após a demissão foi o de motorista de táxi. Neste aspecto, a história de Maria Isabel de Aboim Inglês é singular. Após ter sido "afastada" da sua função de professora assistente da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde lecionava Psicologia Experimental e História da Filosofia Antiga, viu-se em seguida impedida de dirigir um colégio particular seu, encerrado em 1949 e, ao mesmo tempo, de ministrar, inclusive, aulas privadas. Assim, não mais podia exercer qualquer atividade docente, a não ser clandestina, pois o alvará que a permitiria lecionar foi cassado pelo Ministério da Educação Nacional. Viúva e mãe de cinco filhos, um deles militante comunista que mais tarde tornou-se dirigente do PCP, Carlos do Aboim Inglês, Maria Isabel, que frente ao PCP preservou sempre sua autonomia, exerceu intensa atividade política no MUD e abriu as portas de sua residência a reuniões de intelectuais e membros da oposição. Contudo, em sua biografia tornou-se bastante conhecida por ser a mãe que ia bater à porta da PIDE em todas as ocasiões em que o filho esteve preso e por protestar nas praças do centro de Lisboa, sendo uma dessas formas de protesto a conversa em alto tom nos telefones públicos, em ligações para repartições públicas ou outros organismos, cobrando medidas ou denunciando prisões e ações repressivas do regime. Talvez por ter se tornado uma personagem pública ou pelas eventuais repercussões, nunca esteve presa, mas em contrapartida o regime não lha poupou em perseguições à sua carreira. Além disto, Maria Isabel afastava-se em muito das imagens projetadas pelo regime acerca dos papéis femininos de submissão e de provedora da educação moral e religiosa. Tinha já estabelecido os contatos que permitiriam a ela vir a lecionar no Brasil, onde tinha parentes, mas o regime nunca lha concedeu o visto (CARVALHO, 1974). Como forma de sustentar a família, passou a ser modista e veio a falecer, de doença cardíaca, em 1963.

À lista dos "afastados" somava-se, ainda, a dos que nunca foram admitidos, alguns dos quais iniciaram sua atividade docente no Brasil ou em outros países, como por exemplo

Fidelino de Figueiredo e Vítor Ramos, Adolfo Casais Monteiro, Agostinho da Silva, Eduardo Lourenço e António Aniceto Monteiro, este último nunca admitido por ter se recusado a assinar o atestado ideológico a que todos eram submetidos em uma eventual passagem pela PIDE, embora não mantivesse vínculos com quaisquer atividades ou instituições políticas. Em alguns casos os professores eram reintegrados, mediante a concessão de clemência, em períodos eleitorais ou após entrada com recurso, como foi o caso, naquela lista antes mencionada, de 1947, de Celestino da Costa, Flávio de Resende e Torre Assunção. Por fim, alguns professores, embora pesquisadores de reconhecimento internacional, apenas podiam lecionar nos Liceus. Estes eram os casos, por exemplo, do historiador Joel Serrão e de Oscar Lopes, entre outros.

Por sua vez, as admissões eram monitoradas, de modo sistemático, pela polícia política. Em geral, mas não em todos os casos, os concursos previam exames escritos ou orais e, sempre, provas documentais. Parte das provas documentais, embora não apresentadas pelo candidato, incluía a vista à pasta do candidato junto à PIDE, que emitia parecer acerca da "qualificação" do mesmo para o exercício do cargo com base nos preceitos corporativos "de realização dos fins superiores do Estado". Um desses casos aconteceu com Joaquim Barradas de Carvalho que, durante o período em que esteve no Brasil como professor de História da USP, abordou o assunto em sua coluna no *Portugal Democrático*, em palestras ou artigos. Em 1962, ao candidatar-se a uma vaga para professor assistente na Universidade do Porto, após a entrega da documentação, sobre a qual conservou o recibo, recebeu a notícia de que três *dossiers*, o seu, de Joel Serrão e de Bernard da Costa não teriam chegado à Comissão de professores para a avaliação. Em sua pasta na PIDE, é possível identificar que a polícia política tomou conhecimento de sua candidatura e que foi consultada quanto a esta, tendo emitido o seguinte parecer: "não oferece garantias de cooperar na realização dos fins superiores do Estado" (Arquivo PIDE/DGS, processo SC Bol 103756).

Encontravam-se já no histórico do seu ficheiro na PIDE, entre outras informações, anotações de que tinha assinado a lista de apoio ao MUD em 1945, além de ser de conhecimento suas ligações com o partido comunista, inclusive do nome que adotava na clandestinidade: "Castro" (Arquivo PIDE/DGS, processo SC GT 344 1405).

Em contrapartida, ao lado do patrocínio à publicação e distribuição de obras de autores afetos ao regime, o envio de "delegações oficiais" a congressos também era prática comum e embora não contemplasse apenas os que eram simpáticos ao Estado Novo, as exposições orais durante os encontros eram transcritas ou, senão, objeto de relatório da polícia política. A concessão de vistos para a participação em congressos internacionais era muitas vezes difícil, em alguns casos o veto era sistemático. De fato, a participação em congressos no exterior veio a se tornar uma das principais alternativas na fuga para o exílio.

2.4 CAFÉS, REVISTAS E ASSOCIAÇÕES

Alguns espaços de debates de temas culturais e políticos eram tolerados, embora convivessem com a ameaça constante da vigilância, da censura e de represálias, outros eram clandestinos. Ao se identificarem alguns desses espaços, é importante situá-los não apenas como locais de sociabilidade, mas de legitimidade de autores e de suas obras ou atividades, como *lócus* da emergência de categorias diferenciais, isto é, dos termos do discurso que demarcam posição antagônica às manifestações "oficiais". Um exemplo desses espaços são os cafés que, desde fins do século XVIII, tornaram-se em Lisboa espaços públicos privilegiados para a discussão de temas políticos, culturais, de comportamento, etc., através das "tertúlias". Uma reportagem de Belo Redondo, para a *Ilustração Portuguesa* de 22 de novembro de 1920, nos dá bem a idéia da importância dos cafés, naqueles anos, como locais de convivência de publicistas, escritores, jornalistas, artistas plásticos, cantores, atores, fotógrafos, políticos, que

aparecem em depoimentos nas páginas da reportagem. Diz-nos o autor que “A Brasileira”, do Chiado, e o “Martinho” eram mais freqüentados por escritores, jornalistas e artistas, o “Chave de Ouro” e “A Brasileira”, ambos do Rossio, por políticos que, mesmo de orientações distintas, não se “pugilavam”; “O Suisso”, pelos toureiros. Outros cafés que, de certo, tiveram importância histórica por reunir literatos ou políticos foram o “Nicola”, “Café Gelo”, o “Marrare do Polimento” e o “Café Chiado”. A reportagem-inquérito também identifica os horários e seus freqüentadores: pela manhã, os boêmios da noite anterior, a partir das 11 até às 14 horas, uma população heterogênea, que passa com pressa, a trabalho. A partir das 16 chegam os “diletantes”, “que fazem, na verdade, a vida de café” e usufruem longamente do espaço.

> ... É, então, que o café principia a exercer a sua indiscutível influência social, passando em revista os homens e os casos do dia, pesando os acontecimentos e anotando-os, com mais ou menos graça, com maior ou menor entusiasmo.

E, adiante, emenda em tom espirituoso:

> Mentem quantos afirmam que não há opinião pública em Portugal. Pois, que são esses que se sentam, todos os dias, às mesas dos cafés, a criticar, blaguear? É certo que esta opinião pública está intoxicada e padece de nervoso, em alto grau. Mas, quer queiram, quer não, é ela que tem ideias, que protesta, que vive, que ‘marca’. É caso para se dizer, a modo de alegoria, que a vida nacional gira em volta d’ uma chávena de café...

Se escrita durante a vigência do Estado Novo, era provável que esta reportagem viesse a sofrer algum corte, talvez por estar em algumas passagens explícita a apologia ao lazer e à crítica aos “comodistas”, que pensam apenas na máxima “tempo é dinheiro”, chocando-se, assim, com a ideologia do trabalho apregoada pelo regime. Outrossim, a reportagem, decerto, descreveria um ambiente diferente, sem as mesmas liberdades para se discutir temas políticos: quaisquer agrupamentos em debate eram vistos com olhos de desconfiança por parte do regime. Acerca deste ambiente, o depoimento de Fernando Lemos é elucidativo:

> ... a gente sentava só em certos lugares onde encontrava os amigos, onde tinha menos Pides à espreita, que já se identificava, a gente já sabia que eram... que estavam ouvindo a conversa. Era um terror, quer dizer, éramos exilados mesmo dentro do próprio país. O país era um país mediocrizado.

Apesar da permanente suspeita de vigilância, os cafés não deixaram de todo de serem locais de reuniões de intelectuais, artistas e políticos, o que pode ser lido nas memórias ou imagens de arquivos, como as que versam sobre os neo-realistas e suas tertúlias no Café Bocage, nos anos 1940; de Fernando Pessoa, modernistas e presencistas no "A Brasileira", do Chiado, ou no "Martinho", dos anos 1930 e de surrealistas no "Café Gelo", nos anos 1950:

> Ponto de reunião, de encontro e de convívio, de preguiça, um lugar pode ser também um lugar mirabolante; de revolta. Durante um tempo, fantástico e real, houve um café singular e um grupo insólito que o habitava. Grupo com muita gente à volta dele, mensageiros que entravam e saíam, que às vezes nunca mais voltavam. Curiosos que chegavam para ver e ouvir, e no meio do silêncio caíam fulminados. Tardes e noites misteriosas e truculentas como o princípio de tudo, enquanto a morte passeava no Rossio. Dada tratado por tu, o surrealismo olhado nos olhos, e sempre o trapézio voador do humor negro. Todos os dias alguém na véspera de partir para Paris. Os cigarros da camaradagem no ar e em volta das cabeças.
> Falo do Café Gelo, do grupo Café Gelo, no Rossio, em Lisboa, no final da década de 1950... (*apud* MASCARENHAS & REGO, 2000: 60)

O relato literário acima, de António José Forte, deixa entrever a presença vigilante do regime – "... muita gente à volta dele, mensageiros que entravam e saíam, que às vezes nunca mais voltavam..." – e sua coação, "... enquanto a morte passeava no Rossio". Apesar disto, o espaço era continuamente freqüentado pelo círculo surrealista e por "curiosos".

Em diversos poemas, escritos durante a vigência do Estado Novo, aparece a referência aos cafés. Em alguns, o salão vazio é visto como lugar de introspecção criativa, como em *A manhã no Café Deserto,* de Adolfo Casais Monteiro:

> Café.
> Ruídos abafados.
> É como se a vida fosse calafetada. (...)
> Estar aqui sozinho é viver intensamente,
> estar aqui silencioso e recolhido
> dá não sei que ciência de todos os segredos do fluir da vida. (...)

Em outros, é visto como local que desperta a consciência para o engajamento, na visão neo-realista de José Mário Branco, em *Vá...Vá*:

> Quando estou sentado à mesa
> deste café
> sinto vocação de pensa-
> dor "engagé"
> Mas o peso da consciência...
> ... no peito
>
> Não consigo suportar este remorso
> tenho de fazer um pequeno esforço
> - Vou mudar de vida, ai isso é que vou!
> (Vá, Vá...) (...)
>
> Mas nem tudo são desgraças
> neste café
> eu vou-me ligar às massas
> deste café
> P'ra ver se esta dor me passa...
> ... no peito! (...)

E há ainda o surrealismo nos debates acerca da ditadura, como em *Rua 1° de Dezembro*, de Mário Cesariny:

> À hora X, no Café Portugal
> à mesa Z, é sempre a mesma cena
> uma toupeira ergue a maõzinha e acena...
> Dois picapaus querelam, muito entusiasmados:
> que a dita dura dura que não dura
> a dita dita dura – dura desdita!
> Um pássaro cantor diz que isto assim é pena
> e um senhor avestruz engole ovos estrelados

Os saraus, por sua vez, eram momentos privilegiados de encontro e de se fazer conhecer a obra de um autor, compartilhar leituras e impressões e parte do processo de legitimação de autores e de suas produções. Também nesses eventos procuravam-se demarcar frente ao regime, e frente a outros escritores, como é possível se identificar em duas cartas de Eduardo Lourenço para Jorge de Sena acerca de um sarau a realizar-se em Sintra:

Coimbra, 28 Julho 52

Caro Jorge de Sena

> Certamente achará estranhíssima esta minha carta, mas espero que se lembre da 'situação' desta Coimbra onde vegeto. Chegam aqui os ecos mais fantásticos de coisas importantes ou que deveriam ser sem que um cidadão tenha a mínima possibilidade de os distinguir de vozes de fantasmas. Por exemplo: ainda não refeito da notícia de um Congresso de Poetas em Segóvia (onde de resto só me consta que foi o Serpa), chegam-me rumores de uma próxima reunião em Sintra... também de Poetas (...).
>
> Saberá o Jorge de Sena dizer-me alguma coisa a esse respeito? De que se trata ao certo? É coisa séria? A gente com nome na matriz está metida nisso, o Casais, Você, o Blanc, O Régio, etc., ou será uma repetição – mais ou menos – fascista dos encontros de Segóvia? (...) (*apud* SENA, 1991: 30)

A resposta de Sena é possível de se identificar em outra carta de Eduardo Lourenço para Jorge de Sena, emitida de São Pedro, em 21 de agosto de 1952, onde escreve:

> ... Muito obrigado pelas informações que embora negativas correspondem àquilo que eu imaginava. A esta hora sabemos ambos do grande mistério: uma salada-musical-e poetiquista em casa (pelos vistos, excelente) de madame (Oliva) Guerra (...). Não há que desanimar da poesia, embora hoje ao ler que tinham representado a 'célebre' cena da leitura dos *Lusíadas* (e no mesmo local Santo Deus não haverá uma lei para isto), eu tenha tido ganas de me deitar a afogar. (*ibid.*: 30-31)

Quando o assunto era acertadamente de teor político ou mesmo com a finalidade de sociabilizar, não apenas literatos, mas outros intelectuais, artistas, políticos, etc., as tertúlias em ambiente privado envolviam a presença de amigos e afins, e alguns desses lugares constituíram-se em espaços públicos para a tomada de decisões importantes no campo político ou para iniciativas culturais. A casa de António Sérgio era conhecida do regime por abrigar, em seus encontros, gente da oposição para as mais diversas reuniões e assuntos. Maria Isabel do Aboim Inglês teve sua casa freqüentada, para reuniões políticas ou encontros, por Ruy Luiz Gomes e Mário Soares, que lhe eram amigos próximos, além de membros do PCP, entre outros. Outra casa que exerceu este papel de "espaço público" em ambiente privado foi a da escritora Maria Lamas, que manteve a praxe de oferecer ocasiões de encontro e almoço durante todo o período do seu exílio na França. O mesmo pode dizer-se de Joaquim Barradas

de Carvalho e João Sarmento Pimentel e dos almoços em sua residência em São Paulo, enquanto esteve exilado no Brasil.

Outro espaço propiciador da sociabilidade e legitimidade de autores e de discussão de idéias e projetos políticos e culturais foram as revistas. A presença do Estado na concessão de prêmios não foi suficiente para atrair grande parte dos escritores, que preferiram constituir suas esferas próprias de reconhecimento, num esforço que foi qualificado de "olímpico", muito a contragosto, por António Ferro[31]. Havia uma plêiade de revistas, mas a principal foi, para assuntos diretamente relacionados à literatura, a *Presença*, que abriu suas páginas à crítica e à divulgação de autores novos ou consagrados, independente do fato de suas orientações estéticas estarem de acordo com os pressupostos do grupo que dirigia a revista. Mas, sem dúvida, a revista de maior abrangência temática, por discutir projetos políticos e culturais, por sua longevidade, tiragem e inserção social e, por conseguinte, de maior destaque no campo da oposição ao Estado Novo e entre os intelectuais desafetos do regime foi a *Seara Nova.* Trataremos das duas a seguir.

A *Presença. Folha de Arte e Crítica* foi publicada em Coimbra, de 10 de março de 1927 a fevereiro de 1940. Dirigida, a princípio, por José Régio, João Gaspar Simões e Branquinho da Fonseca, teve, em 1930, a saída deste último por dissidências. Adolfo Casais Monteiro o substituiu a partir de 1931. A revista teve periodicidade muitas vezes irregular e o grupo que a dirigia dispersou-se por conta de divergências, das críticas que vinha sofrendo do neo-realismo emergente nos anos 1940 e pela dedicação que seus diretores passaram a devotar a suas obras pessoais. O *presencismo* ficou conhecido como corrente, sobretudo literária, que buscou afirmar a obra dos primeiros modernistas e, apesar de não homogêneo, é possível se falar da existência de elementos comuns compartilhados na teoria e produção literária de seus diretores. Entre esses elementos, encontrava-se a ênfase na idéia de que a criação artística

[31] Iniciativas similares no campo das artes plásticas foram bem menos freqüentes, um caso a destacar foi a exposição dos "independentes", de 1939.

provinha da humanidade, sinceridade e complexidade do artista: “em arte, é vivo tudo o que é original. É original tudo o que provém da parte mais virgem, mais verdadeira e mais íntima duma personalidade humana” (trecho do texto de José Régio na capa do primeiro número da *Presença*), a vitalidade da criação artística funda-se em uma experiência humana. Acusados de defenderem a “arte pela arte” e o “intimismo” por uma crescente consciência da função social da arte, engendrada ao longo dos anos 1930, e que vai desembocar no neo-realismo dos anos 1940, alguns de seus membros se defenderam com a afirmação de que não se tratava de defender o esteticismo ou o formalismo, isto é, nem a arte vazia de intenção, nem que toda beleza da obra de arte era proveniente de sua forma, mas sim que a experiência humana, em sua totalidade, é o que dá unidade de sentido a uma obra. De fato, a *Presença* surgiu em reação ao que chamavam de “literatura livresca”, dos anos 1920, que abordava as obras de arte apenas em sua “superfície”, com tendências saudosistas, nacionalistas ou decadentistas, “prolongamento algo desvirtuado do modernismo da década anterior” (ESQUÍVEL, 1996: 793). Assim, nas páginas da *Presença* levou-se adiante uma reflexão crítica sobre o modernismo, buscando reencontrar a humanidade e sinceridade das obras e de seus artistas, tornando-se a mais eminente crítica e divulgadora das obras de Mário de Sá-Carneiro e Fernando Pessoa. Outra característica da revista foi a sua aproximação com outras artes, sendo possível encontrar textos de teoria e crítica musical, de cinema e de artes plásticas, além de textos de caráter filosófico. Por esses motivos, examinou e divulgou a obra de artistas de vários meios de expressão, ao mesmo tempo em que diversificou a gama de colaboradores, tendo, ainda, exercido um papel fundamental na tradução, crítica e difusão em língua portuguesa de autores estrangeiros como Dostoievsky, Gide, Proust e Pirandello, entre outros. Ao longo de pouco mais de uma década, tornou-se um dos mais legítimos meios de divulgação e reconhecimento artístico e literário, sobretudo para aqueles que procuravam se demarcar das iniciativas do regime.

Já a *Seara Nova. Revista de Doutrina e Crítica* apareceu pela primeira vez em 15 de outubro de 1921 e manteve sua publicação, com alterações na periodicidade e breves períodos de interrupção, até o número 1598-1599, de 1978-1979. Tratava-se de algo mais do que uma revista de doutrina e crítica, como se apresentava, pois se transformou no principal espaço expoente do pensamento republicano e dos opositores ao Estado Novo, constituindo-se no "principal órgão de intervenção política e cultural de sucessivos grupos de intelectuais republicanos de esquerda" (REIS, 1996: 890): em suas páginas estiveram confrontados os principais debates políticos e culturais da sociedade portuguesa, ao longo de seis décadas. Outrossim, pode ser encarada como espaço público privilegiado, mesmo sob a censura, para a constituição de um *ethos* e dos elementos de coesão político-identitária de militantes, políticos e produtores culturais opositores do regime, ao lado de outros meios, como atividades editoriais, organizações de eventos, palestra e conferências, atividades militantes ou atos políticos variados[32]. O emprego dos termos "seareiro" ou "espírito seareiro", de modo auto-atribuído ou atribuído por terceiros, serviram para designar

> ... não tanto (...) uma corrente política ou partidária formalmente estruturada, mas (...) sucessivas gerações de intelectuais animados de propósitos de doutrinação política e reflexão crítica sobre os problemas nacionais, como condição prévia para uma mais eficaz acção política, e sem obediências dogmáticas ou sectarismos ideológicos. (REIS, *op.cit*.: 890)

A revista foi fundada por um grupo de intelectuais republicanos, dentre os quais destacavam-se Raul Proença, Jaime Cortesão, Aquilino Ribeiro, Raul Brandão, Ferreira de Macedo, Faria de Vasconcelos e Câmara Reis. Seu surgimento se deu num período de crise das instituições liberais republicanas e da emergência de diferentes vertentes ideológicas autoritárias não apenas em Portugal, mas no continente europeu. Representava o posicionamento de uma esquerda republicana, que pretendia levar adiante as aspirações

[32] Papel semelhante veio a ser exercido pelo jornal *Portugal Democrático* e o *Centro Republicano Português*, entre as década de 1950 e 1970, entre os opositores exilados no Brasil.

cívicas e democráticas que conduziram à instauração da República, em 1910. Contudo, manifestavam certo desinteresse pelo exercício efetivo do poder, dando prioridade a uma "reforma da mentalidade", sobretudo das elites, o que, por conseguinte, desencadearia a formação de uma opinião pública nacional que levaria adiante tais reformas. A entrada de Antonio Sérgio na revista, em 1923, contribuiu para uma melhor definição dos seus propósitos: definiam-se como "republicanos de tendência socialista", "demarcando-se quer do bolchevismo, quer do liberalismo econômico, quer ainda do jacobinismo republicano sectário, e defendem a institucionalização de um 'parlamento técnico' consultivo ao lado do parlamento político" (REIS, *op.cit.*: 891).

Apesar de não aspirar ao poder político, o órgão acabou por apoiar a participação de alguns de seus membros em governos republicanos anteriores à ditadura militar, como a do próprio Antonio Sérgio no Ministério da Instrução Pública e de Azevedo Gomes no Ministério da Agricultura, além de Ezequiel de Campos também no mesmo Ministério e Jaime Cortesão, este último eleito vereador da Câmara Municipal de Lisboa. O início da ditadura aparece nas páginas da revista através da crítica à perda das liberdades, das instituições democráticas e do anti-liberalismo, sendo alvo da censura, como em toda sua trajetória daí em diante até o 25 de Abril. Ademais, entre agosto de 1926 e abril de 1927 a revista deixou de circular, voltando a lume com seus principais membros no exílio. O acompanhamento à distância dos acontecimentos políticos forçou-os a voltar a escrita para uma ação doutrinária.

Nos anos 1930 novos colaboradores compartilhavam a frente da revista, como Mário de Castro, Henrique de Barros, Emílio Costa, Manuel Rodrigues Lapa, Agostinho da Silva e Irene Lisboa. Em 1939, Antonio Sérgio afastou-se da revista, o que deu início a uma fase de irregular periodicidade, com predominância do discurso da resistência cívica, reivindicando liberdade cívica e aberta a participações autônomas dos movimentos MUNAF, MUD e MND.

Em fins de 1958, a revista adquiriu aspectos de renovação doutrinária, com significativos efeitos decorrentes da participação de novos quadros, como Manuel Sertório, Rui Cabeçadas, Nikias Skapinakis, Augusto Abelaira e Lopes Cardoso, para uma orientação marxista. A variedade de conteúdos e assuntos tratados aliava-se ao estudo e proposições democráticas ou socialistas para as problemáticas em questão. Após a morte de Câmara Reis em 1961, sucederam-se os diretores: Augusto Casimiro, Rogério Fernandes, Augusto Abelaira e, por fim, Manuel Rodrigues Lapa, que dirigia a revista na altura do 25 de Abril, tendo se afastado em 1975, em decorrência da orientação comunista que esta assumiu. Com tiragem recorde ao início dos anos 1970, a revista perdeu assinantes e muitos leitores com sua passagem para a vertente comunista, vindo a se encerrar em 1979. Ao longo de sua existência, além de temas políticos, grande parte de suas páginas foram dedicadas à divulgação e à crítica de arte. Entre os que participaram diretamente do corpo editorial da revista e que mais tarde estiveram exilados no Brasil encontramos Jaime Cortesão, João Sarmento Pimentel, Manuel Rodrigues Lapa, Agostinho da Silva, Manuel Sertório, Joaquim Barradas de Carvalho, entre outros, que colaboraram esporadicamente.

Outros espaços de reconhecimento, sociabilidade e construção de legitimidade autoral eram promovidos por associações ou entidades de promoção à cultura, sendo exemplos do primeiro caso a Sociedade Portuguesa de Escritores (SPE), a Sociedade Portuguesa de Matemática (SPM) e outras congêneres; para o segundo caso encontramos editoras e fundações, como a Gulbenkian. Para o caso dos cientistas e acadêmicos em geral, os locais de mais intensa sociabilidade eram as Universidades, seus corredores e, sobretudo, os centros de estudos e investigação nela constituídos.

Com isto, podemos considerar que, apesar de se poder assinalar a significativa presença do Estado como agente promotor da atividade cultural e política durante a vigência do regime, através de órgãos como o SNI e a censura – e sua aspiração de exclusividade e controle dessas

atividades -, as intervenções políticas e culturais que se opunham às oficiais fizeram-se presentes tanto no ensino superior - frente à "educação nacional"-, quanto nas formas de reconhecimento dos pares, nas regras internas aos campos da literatura e da arte e, na política, através da organização de mobilizações sociais e movimentos constituídos tanto na clandestinidade quanto na legalidade. Foram, de fato, esses os campos sociais onde geralmente circularam os personagens aqui estudados. Apesar da exposição à ideologia do regime ao longo de suas vidas e formações culturais, a participação em organizações que se demarcavam por tomadas de posição contrárias ao regime constitui-se em um dos elementos centrais daquilo que veio a ser o cimento do que se constituiu em uma postura ético-política, muitas vezes também traduzida em uma ação pedagógica.

3 DA FORMAÇÃO À PARTIDA PARA O EXÍLIO

Este capítulo busca identificar as relações travadas pelos intelectuais portugueses aqui estudados ao longo do tempo, isto é, desde a formação na Europa à "fuga" ou "partida" para o Brasil. Enfatizar-se-ão as relações estabelecidas com instituições ou com outros intelectuais, em Portugal ou em outros lugares que integraram suas formações, e os contatos no Brasil que viabilizaram suas vindas para cá. O objetivo é traçar trajetórias, desde os percursos que fizeram configurar não apenas idéias e saberes de cunho acadêmico, literário ou artístico, como também valores e/ou posicionamentos políticos, até o estabelecimento de relações que lhes permitiram partir. Dependendo do caso, a gênese das relações pode ter se iniciado no continente europeu - sobretudo em decorrência de amizades com outros intelectuais portugueses que vieram primeiro para o exílio e procuravam viabilizar a vinda de outros - ou, senão, no Brasil.

Na maioria das vezes, as redes de relações mais estreitas foram estabelecidas entre aqueles personagens de um mesmo *campo* disciplinar, até pelo fato de circularem nos mesmos territórios institucionais ou por dominarem uma linguagem de conhecimento comum. No entanto, isto não ocorreu via de regra. Por vezes, os laços político-ideológicos, de parentesco ou estritamente de amizade, podem ter sido cruciais na tomada de decisão sobre a ida ou não para outro país. Neste sentido, as seções "O 'Movimento Matemático'", "Escritores e Jornalistas" e "Os Sentidos do Trabalho Intelectual" procuram dar conta do processo de formação de idéias, iniciativas e atividades culturais, produto e produtora de relações sociais e, em maior ou menor grau, resultado da coesão interna de determinados grupos de interlocutores, a partir de Portugal. Também será objeto de discussão na sessão "Os Sentidos do Trabalho Intelectual" a emergência, no discurso, de algum grau de consciência acerca da atividade cultural e papel diferenciado que exerciam. Ao trabalho intelectual atribuem-se

sentidos específicos, como, por exemplo, “missão”, “dever”, “compromisso”, entre outros, para designar algumas iniciativas e “tarefas”. Com a desagregação, naquele país, de vários desses grupos em decorrência de constrangimentos que inviabilizavam suas atividades, muitos deles mantiveram a troca de idéias à distância ou transferiram-se, de maneira significativa, para outros países, como o Brasil. Tais constrangimentos ou “formas de expulsão”, as redes que estabeleceram antes da partida e os motivos da escolha do Brasil como país de refúgio, serão objeto de análise na seção “Formas de Expulsão, Redes e o Brasil como Destino”.

3.1 O “MOVIMENTO MATEMÁTICO”

A comunidade científica portuguesa do século XX foi constituída, em grande medida, por levas de doutores egressos de programas europeus ou norte-americanos. Apenas ao final dos anos 1960, com o governo de Marcelo Caetano e, sobretudo, com a derrocada do Estado Novo, deu-se início a investimentos na formação, atualização e expansão dos quadros e instituições científicas. Algumas iniciativas neste sentido tiveram lugar no período republicano, como a criação da Junta de Educação Nacional, em 1924, por Antônio Sérgio. Durante o governo de Salazar (1933-1968), a principal característica da política pública neste campo foi a de manter vinculada aos critérios de unicidade do Estado, isto é, ao corporativismo, toda a atividade cultural portuguesa, incluindo a prática científica. A polícia política, aliada à censura, foi eficaz na vigilância e repressão a iniciativas ou movimentos culturais que não se apresentassem afinados ou submissos aos preceitos oficiais do Estado.

Contudo, foi ao longo dos anos 1940, no apogeu do Estado Novo, que emergiram alguns dos principais movimentos de contestação ao regime e, paralelamente, a questão do atraso científico português. O fermento para o surgimento deste debate foi a existência, nos anos 1930, de uma geração cujas bases sociais ou o acesso às escassas verbas destinadas à

formação superior viabilizaram o contato com as práticas da ciência contemporânea em centros de criação e difusão de ciência e tecnologia estrangeiros, em sua maioria franceses. O conhecimento atualizado em contraste com a escassez de recursos e o isolamento da investigação realizada em Portugal, e a preocupação com a renovação do ensino, foram cruciais para a adoção de iniciativas que visaram promover o desenvolvimento científico a padrões de excelência adotados na época, aliado à organização de publicações direcionadas à difusão do conhecimento, como obras de caráter didático ou enciclopédico.

Tal geração de cientistas compunha uma pequena fração do meio acadêmico, mas deu início a um movimento em prol do desenvolvimento da ciência em Portugal, que ia da investigação à divulgação científica e à adoção de políticas de fomento à pesquisa com base em critérios científicos. No campo da matemática, este movimento assumiu um caráter singular pela pertinácia, coesão e originalidade com que um reduzido número de matemáticos desta geração, com destaque para António Aniceto Monteiro, Bento de Jesus Caraça e Ruy Luis Gomes levaram adiante, entre 1937 e 1947, uma ampla e eficaz política de desenvolvimento da investigação, numa área sem grande tradição de pesquisa em Portugal àquela altura.

O Instituto para a Alta Cultura (IAC), criado em 1936, era o órgão de apoio à investigação do Estado Novo, em substituição à Junta de Educação Nacional. A partir de 1942 adotou-se, pontualmente, a política de criação de Laboratórios de Estado. Afora isto, a maior parte da estrutura de investigação era constituída por pequenos grupos que emergiam das Universidades e, à medida que suas atividades eram reconhecidas pelo IAC, transformavam-se em "Centro de Estudos do IAC", podendo ser dotados de um pequeno orçamento.

Em 1936, a reunião de recém-doutores das áreas de matemática e física formou a massa crítica que deu origem ao "Núcleo de Matemática, Física e Química", iniciativa que viria a se desdobrar mais tarde no "Movimento Matemático". O "Núcleo" era composto,

fundamentalmente, por docentes ou investigadores de carreira de três Escolas de Lisboa: da Faculdade de Ciências de Lisboa eram os matemáticos António Aniceto Monteiro e Manuel Zaluar Nunes e os físicos Manuel Teles Antunes, Aurélio Marques da Silva e Manuel Valadares; do Instituto Superior Técnico o físico António da Silveira e do Instituto Superior de Ciências Econômicas e Financeiras o matemático Bento de Jesus Caraça (PEREZ, 1997). A iniciativa de formação do "Núcleo" visava, estrategicamente, a concentração de esforços para se conseguir a autorização, nas Faculdades onde atuavam, para a utilização de salas para seminários e conferências, ou mesmo como local de trabalho. O fechamento dos espaços institucionais a recém-doutores egressos de programas estrangeiros, por motivos estritamente ligados às disputas por espaço e orçamentos na academia, impedia-os de exercerem plenamente suas atividades acadêmicas ou de pesquisa.

As condições efetivas para o exercício de tais atividades e para a própria existência do "Movimento Matemático" se deram quando, em 1938, o Instituto Superior de Ciências Econômicas e Financeiras criou o Centro de Estudos Matemáticos Aplicados à Economia (CEMAE) e, paralelamente, a Faculdade de Ciências de Lisboa regulamentou e autorizou o funcionamento do Seminário Matemático de Lisboa que, no ano seguinte, passou a se chamar Seminário de Análise Geral. De perfis distintos, voltados à matemática aplicada e à matemática pura, respectivamente, os membros desses núcleos viriam a convergir em iniciativas comuns ao longo da década seguinte. O reconhecimento pelo IAC das atividades de pesquisa realizadas por esses dois grupos de Lisboa e de um terceiro, que surgiu um pouco mais tarde, na Faculdade de Ciências do Porto, deu origem aos três Centros de Estudos Matemáticos que concentravam quase toda a produção matemática à época: o Centro de Estudos Matemáticos de Lisboa (CEML), sob a direção de Pedro José da Cunha e com a colaboração de António Aniceto Monteiro; o Centro de Estudos Matemáticos do Porto (CEMP), dirigido por Ruy Luis Gomes e também voltado à investigação em matemática pura

e o já mencionado CEMAE, sob a direção de Bento de Jesus Caraça, Aureliano de Mira Fernandes e Caetano Beirão da Veiga. O apoio do IAC, naquele momento dirigido pelo médico Augusto Celestino da Costa, possibilitou ainda colocar em prática programas de internacionalização, fundamentais para a atualização da matemática portuguesa.

A mobilização dos jovens doutores contava com o apoio de alguns professores catedráticos portugueses e com obra reconhecida internacionalmente, como Pedro José da Cunha, Aureliano de Mira Fernandes e Rodrigo Sarmento de Beires, por sinal todos ex-alunos de Gomes Teixeira, o único matemático português do início do século XX com obra reconhecida internacionalmente. Contudo, este apoio se deparou com restrições nos territórios institucionais em que se encontravam e, por conta do envolvimento político de alguns de seus membros em movimentos ou iniciativas de contestação ao Estado Novo ao longo dos anos 1940, viram-se impedidos de darem continuidade às atividades que iniciaram após a cessão do espaço nas Faculdades e Instituto e, de modo mais efetivo, após o reconhecimento por parte do IAC.

O trabalho de investigação iniciado nesses Centros tinha como preocupação seguir linhas de pesquisa contemporâneas. A manutenção de contatos regulares com a comunidade científica internacional possibilitava a atualização e efetiva condução de tais temáticas e linhas de pesquisa. Tais relações estreitaram-se seja através da vinda de matemáticos ou físicos de expressão internacional para orientar trabalhos ou proferir palestras como Maurice Fréchet, Guido Beck, Alexandre Proca, Lawrence Bragg ou F. Polaczeck, seja através do estímulo e do acesso a bolsas para que licenciados realizassem seu doutoramento em Centros de pesquisa de elevado reconhecimento: tais foram os casos de, por exemplo, Hugo Ribeiro e Augusto Sá da Costa, em Zurique, e José Sebastião e Silva, Virgílio Barroso e José Ribeiro de Albuquerque em Roma, entre outros (cf. FITAS & VIDEIRA, 2004).

A internacionalização da matemática realizada em Portugal também se deve às viagens e vínculos que os membros dos Centros acima mencionados mantiveram com seus locais de formação ou com outros países, europeus, norte ou sul-americanos. Tanto os professores e investigadores quanto os bolsistas exerceram um papel importante na divulgação no estrangeiro de outras iniciativas do "Movimento Matemático", como a revista *Portugaliae Mathematica* e a *Gazeta de Matemática*. Tal aproximação pode ser assinalada através da colaboração de estrangeiros na forma de artigos, ou de notícias de divulgação em Portugal, pelos bolsistas, das estruturas e modo de funcionamento das Universidades que iam conhecendo, de tal modo que no meio acadêmico esta segunda vaga de doutores formados no exterior ficou conhecida por "estrangeirados". Um dos indicadores disto é o fato de terem concluído doutoramento, parcial ou integralmente no exterior, no período de uma década (1937-1947), 12 colaboradores do Centros: Hugo Ribeiro, José Sebastião e Silva, José Ribeiro de Albuquerque e Virgílio Barroso, do CEML; Alfredo Pereira Gomes, Fernandes de Sá e Rodrigues Martins, do CEMP, sendo os dois últimos em Física Teórica; e pelo CEMAE, na área de economia, João Remy Freire, Augusto Sá da Costa, Orlando Morbey Rodrigues e Alfredo Costa Miranda.

Entretanto, outras iniciativas foram cruciais para a atualização e internacionalização da matemática praticada em Portugal e, em particular, naqueles Centros: as já mencionadas revistas *Portugaliae Mathematica* e *Gazeta de Matemática* e a *Sociedade Portuguesa de Matemática* (SPM). A *Portugaliae Mathematica* foi a primeira iniciativa levada a cabo no sentido de tentar resolver os problemas de internacionalização e qualidade da matemática produzida em Portugal. Criada em 1937 por António Aniceto Monteiro, teve seu primeiro volume preparado ao longo de três anos, vindo a lume apenas em 1940, quando a publicação passou a ser anual. O primeiro volume foi organizado por António Aniceto Monteiro, Hugo Ribeiro, José da Silva Paulo e Manuel Zaluar Nunes. Desde o início, a revista contou com

expressivos colaboradores internacionais e estabeleceu um amplo sistema de permutas com revistas especializadas de todo o mundo, cuja lista era já de 71 no primeiro volume. Entre 1946 e 1967, a revista teve como editor principal Manuel Zaluar Nunes, que a dirigiu por mais de uma década (1953-1965) a partir do Recife. Em meados dos anos 1960, após a morte de Zaluar Nunes, deixou de ser publicada, mas foi retomada em 1980 por iniciativa de Alfredo Pereira Gomes[33].

Outra iniciativa do "Movimento Matemático" foi a fundação, em 1940, da *Sociedade Portuguesa de Matemática* (SPM). A entidade representativa dos matemáticos portugueses exerceu um importante papel na defesa da atualização do ensino e na divulgação do trabalho científico de seus associados. Sua primeira direção eleita foi constituída por Pedro José da Cunha (Presidente), Victor Hugo Duarte Lemos (Vice-Presidente), António Aniceto Monteiro (secretário-geral), Manuel Zaluar Nunes (tesoureiro), Maria Pilar Ribeiro e Augusto Sá da Costa (1º. e 2º. secretários). Já no ano seguinte à fundação, a SPM criou a Comissão Pedagógica, coordenada por Bento de Jesus Caraça e voltada a monitorar a qualidade do ensino liceal. Os trabalhos da Comissão tiveram um impacto considerável na reforma do ensino de 1947, de tal maneira que o livro *Aritmética Racional,* de António Aniceto Monteiro e José da Silva Paulo, editado em 1945 e voltado ao ensino liceal, chegou a ser adotado até os anos 1970. A tradução ou produção de outros textos didáticos foram preocupações constantes da SPM, além da organização de colóquios e conferências com o intuito de promover as relações internas da comunidade matemática portuguesa e desta com a comunidade internacional. Desde o início, a entidade também se preocupou em se fazer representar em Sociedades Científicas Nacionais e Internacionais. A partir de 1951, passou a editar o *Boletim da Sociedade Portuguesa de Matemática*, com notícias e artigos de interesse dos associados.

[33] A revista mantém sua periodicidade desde então e a *Biblioteca da Portugaliae Mathematica*, formada através da contínua permuta ao longo de anos, constitui-se em importante patrimônio científico.

O tripé das iniciativas do "Movimento Matemático" foi complementado pela edição, a partir de 1940, da *Gazeta de Matemática*. A publicação foi fundada por António Aniceto Monteiro, Bento de Jesus Caraça, Hugo Ribeiro, José da Silva Paulo e Manuel Zaluar Nunes. Tratava-se de uma revista de divulgação exclusivamente matemática, dirigida, sobretudo, a alunos pré-universitários e universitários. Em suas páginas, a partir do número 9, foi publicada a coluna "Movimento Matemático", que dava notícias das atividades dos Centros, e que dá mostras de como este núcleo de matemáticos via suas atividades como parte de um "movimento", categoria auto-atribuída. A *Gazeta* surgiu de uma preocupação com o baixo nível de escolaridade da população portuguesa, à altura com 50% de sua população analfabeta e com 0,01% de sua população, isto é, cerca de 9.000 alunos, matriculados nas Universidades então existentes, situadas em Coimbra, Lisboa e Porto (*Gazeta de Matemática*, no. 1, janeiro de 1940) . Portanto, tratava-se de parte de uma grande iniciativa de divulgação científica que mesclava desde a proposição e resolução de exercícios, testes e notícias à promoção dos Clubes de Matemática, isto é, grupos de estudos organizados pelos próprios alunos, mas que contavam com orientação e apoio nas páginas da *Gazeta.* Manuel Zaluar Nunes foi o principal animador desta revista, feita integralmente por matemáticos e que continha não apenas artigos de divulgação, mas também debates sobre temas de matemática, história e pedagogia da matemática. Na seção "Movimento Matemático", sob responsabilidade de Alfredo Pereira Gomes, além das atividades dos Centros noticiavam-se ou anunciavam-se os eventos da área em Portugal e pelo mundo. Seu depoimento acerca das atividades levadas adiante pelo "Movimento Matemático" reforça a idéia de que havia certo grau de consciência compartilhada pelo grupo a respeito dos objetivos que buscavam realizar conjuntamente, além de ressaltar as dificuldades enfrentadas, mesmo após o 25 de Abril:

> Era uma obra coletiva. E o que havia de interessante nisso era que havia realmente, digamos, mal considerado, uma sociedade original, é que se tratava de um grupo coeso e que atuava conjuntamente, com objetivos bem definidos e pertinentes. Quero dizer que foi assim que se pôde

> fazer obra durável, que significa aqui, posso dizer, o conjunto destes três órgãos (...) por terem sido simultâneos e por terem sido complementares: a *Gazeta de Matemática*, a *Sociedade Portuguesa de Matemática* e a *Portugaliae Mathematica*, que depois eu me propus, depois do 25 de Abril, a reconstituir, e tive inúmeras dificuldades para isto..., mas consegui. (Depoimento de Alfredo Pereira Gomes)

Houve, ainda, a partir de 1941, uma iniciativa enciclopédica, a *Biblioteca Cosmos*, levada adiante por Bento de Jesus Caraça, talvez o principal animador do "Movimento Matemático" no que diz respeito à difusão do conhecimento científico à população em geral, não apenas escolar ou acadêmica. Caraça exerceu enorme influência em sua geração no tocante às relações entre ciência e humanismo e acerca do papel social e político do intelectual. Editada pela Empresa Cosmos, a coleção tinha como objetivo tornar acessível o conhecimento científico e as questões culturais do seu tempo. Os assuntos abordados eram divididos em sete grandes temas: Ciências e Técnicas; Artes e Letras; Filosofia e Religião; Povos e Civilizações; Biografias; Epopéias Humanas e Problemas do Nosso Tempo. Os textos primavam pela clareza e qualidade, e envolveram uma grande quantidade de autores portugueses para a elaboração de seus títulos. A *Biblioteca Cosmos* deixou de ser publicada em 1948, quando faleceu Bento de Jesus Caraça.

O ano de 1943 foi decisivo para o "Movimento Matemático". Àquela altura, tinha lançado todas as iniciativas de uma política de desenvolvimento da matemática quando, paralelamente, os Centros de investigação de Lisboa e Porto estabeleceram todas as condições para adquirem o *status* de Laboratório de Estado, como previsto nas então recentes políticas do IAC. Contudo, o apoio oficial que até então havia existido foi-se tornando inacessível e sendo cortado progressivamente pelo fato de a maior parte dos matemáticos não ser apoiadora do regime. Ruy Luis Gomes ainda não havia fundado o MND e embora preservasse uma autonomia frente ao PCP, suas relações próximas com os comunistas e com outros intelectuais visados pelo regime, como António Sérgio e Maria Isabel do Aboim Inglêz, entre outros, eram de amplo conhecimento da polícia política. Bento de Jesus Caraça era o único

que, de fato, tinha relações efetivas com o PCP. Por outro lado, uma hipótese recorrente nos depoimentos de Alfredo Pereira Gomes e António Brotas reforça a idéia de que os cortes orçamentários sofridos pelo "Movimento" e suas iniciativas foram decorrentes, em grande medida, de denúncias que partiram do próprio meio acadêmico[34].

Uma alternativa para dar continuidade ao programa de pesquisas e, em parte, às obras de divulgação, foi a criação, no mesmo ano e por iniciativa de António Aniceto Monteiro, Aureliano de Mira Fernandes e Ruy Luis Gomes da *Junta de Investigação Matemática* (JIM), iniciativa precursora em Portugal no financiamento privado da pesquisa científica, uma vez que a *Fundação Calouste Gulbenkian*, principal órgão privado de pesquisa português, surgiu apenas em 1955. Num programa de rádio, em maio de 1944, António Aniceto Monteiro destacou, em tom político, os objetivos e princípios da organização e já manifestava o interesse em intensificar as relações com as universidades sul-americanas:

> Os matemáticos portugueses conscientes das suas responsabilidades perante o País e perante a cultura, resolveram unir-se para a realização que o dever lhes impõe.
> Em 4 de outubro de 1943, um grupo de investigadores portugueses fundou a Junta de Investigação Matemática e definiu os seus objetivos nos seguintes termos:
> - 1º. promover o desenvolvimento da investigação matemática;
> - 2º. realizar os trabalhos de investigação matemática necessários à economia do país;
> - 3º. sistematizar a inquirição dos matemáticos portugueses;
> - 4º. vincular o movimento matemático português com o de outros países e, em especial, com o dos países ibero-americanos;
> - 5º. despertar na juventude estudiosa portuguesa o entusiasmo pela investigação matemática e a fé na sua capacidade criadora. (*Gazeta de Matemática*, n.20, agosto de 1944, p. 1)

Na seqüência, António Aniceto Monteiro informava que os investigadores responsáveis pela organização da JIM convidaram outras pessoas interessadas neste agrupamento, de tal maneira que "estão hoje reunidas nesta *Junta de Investigação Matemática* a quase totalidade dos investigadores portugueses que têm dado provas de sua capacidade (....) Trata-se , portanto, de uma organização que representa as forças vitais dessa cultura, o que revela uma consciência profunda da hora presente" (*ibid*:.1)

[34] Cf. seção 3.4 desta tese.

O capital inicial da JIM era equivalente a 12 vezes o orçamento de um Centro de Estudos de então (PEREZ, *op.cit.*). A iniciativa privada subsidiava a JIM. A este respeito, a intervenção de António Luis Gomes, irmão de Ruy Luis Gomes, foi fundamental: "aconteceu que o Ruy Luis Gomes tinha um irmão ligado ao governo, ele era Diretor Geral da Fazenda Pública e tinha, portanto, ligações, relações, com muita gente poderosa economicamente. E ele obteve, digamos, um mecenato, o que em Portugal não tinha existido nunca (...) foi uma coisa isolada e acabou rapidamente" (depoimento de Alfredo Pereira Gomes). Quanto à menção de António Aniceto Monteiro acerca da aproximação com as universidades ibero-americanas, Alfredo Pereira Gomes afirmou, ainda, em seu depoimento, que àquela altura já havia sido feito o convite para que Aniceto Monteiro viesse a lecionar no Brasil ou na Argentina. A existência da JIM ainda possibilitou por cerca de dois anos o fortalecimento dos contatos com a comunidade matemática internacional e a continuidade das atividades de pesquisa com o respectivo envolvimento de jovens licenciados nesses projetos. Entre os anos de 1944 e 1945, a JIM dinamizou uma iniciativa de reflexão acerca dos sistemas científicos e de financiamento da pesquisa de diferentes países, na tentativa de sensibilizar a sociedade portuguesa para a importância de uma política científica de âmbito nacional. Tal iniciativa se deu através de 10 palestras proferidas na Rádio Clube Lusitânia, uma rádio privada do Porto. Os temas das palestras abrangiam desde a importância da atividade científica, de modo geral, a discussões direcionadas à organização e financiamento de um sistema científico ou áreas específicas[35].

Ao fim da JIM e da Segunda Guerra sucedeu-se a mobilização, na sociedade portuguesa em torno das eleições de 1945 quando, pela primeira vez, como parte de uma manobra de

[35] Foram, ao todo, dez palestras, cujas temáticas e autores são os seguem: António Aniceto Monteiro – Os Objectivos da Junta de Investigação Matemática; Ruy Luis Gomes – O Valor Social da Investigação Científica; Corino de Andrade – A Investigação Científica ao Serviço da Saúde; Branquinho de Oliveira – A Investigação Científica e a Defesa da Produção Vegetal; Fernando Pinto Loureiro – A Investigação Científica e as Ciências Sociais; José Antunes Serra – A Investigação Científica em Biologia e sua Importância Prática; António Júdice – A Investigação Científica e o Ensino; Armando de Castro – A Investigação Científica ao Serviço da Economia;

fachada liberalizante, o regime permitiu, além das eleições, a organização legal da oposição através do reconhecimento do Movimento de Unidade Democrática (MUD) sem, contudo, viabilizar as adequadas condições de realização do pleito. Bento de Jesus Caraça e Ruy Luis Gomes eram líderes do MUD, em Lisboa e no Porto, respectivamente. No mesmo ano, António Aniceto Monteiro veio para o Rio de Janeiro, onde lecionou por dois anos, mas não conseguiu renovar seu contrato por intervenções políticas da Embaixada portuguesa junto à Universidade do Brasil; em 1949 partiu para a Argentina, mas criou as condições iniciais necessárias para a vinda dos demais matemáticos que, a partir de 1952, vieram lecionar no Recife. Em 1946, o ministro da Educação Nacional moveu processos disciplinares contra dois professores catedráticos envolvidos na campanha eleitoral do MUD: Bento de Jesus Caraça e Mário de Azevedo Gomes (do Instituto Superior de Agronomia) foram imediatamente demitidos. Novas demissões coletivas em 1947 forçaram ao exílio praticamente todos os membros do "Movimento Matemático" que, em geral, fizeram o percurso Paris-Baía Blanca (Argentina)-Recife. De fato, a partir de 1952, a maioria daqueles matemáticos encontrava-se atuando em Pernambuco, uma pequena parcela nos Estados Unidos ou em outros países europeus e pouquíssimos foram os casos dos que puderam permanecer trabalhando com ensino ou pesquisa em Portugal. Bento de Jesus Caraça foi o único a falecer antes do exílio, em 1948, em decorrência de complicações advindas de um quadro de saúde fragilizado por doenças.

3.2 ESCRITORES E JORNALISTAS

Os escritores que vieram a se exilar no Brasil durante a vigência do regime autoritário em Portugal pertenceram a sucessivas gerações e vieram a se integrar, diretamente ou como

---

Carlos Teixeira – A Universidade e a Investigação Científica e Flávio Martins – A Investigação Científica e a Agricultura.

colaboradores, a uma ou mais das principais vertentes literárias do período – *presencismo*, *neo-realismo* e *surrealismo* - ou a órgãos de intervenção cultural e política como as revistas *Seara Nova, A Águia*, entre outras. Ao longo de quase cinco décadas, compuseram o fluxo migratório (de intelectuais) mais constante, abrangendo várias gerações, embora tenham aqui chegado com maior intensidade nas décadas de 1950 e 1960. Na maioria dos casos, os personagens já se conheciam desde Portugal. Os principais espaços onde travaram relações foram a Universidade (sobretudo quando estudantes), os colóquios, as reuniões em casas de intelectuais – algumas delas clandestinas -, os saraus, os cafés, os espaços associativos ou bibliotecas e a imprensa periódica literária, além da correspondência epistolar.

A aproximação com intelectuais brasileiros se deu em grande parte em decorrência da divulgação de suas obras por aqui, de contatos pessoais ou da apresentação dos autores ou suas produções pelos precursores intelectuais exilados no Brasil. Neste sentido, João Sarmento Pimentel e Jaime Cortesão exerceram o papel de "patronos" e se tornaram os principais nós de uma extensa rede de relações que foi, em muitos casos, responsável direta pela vinda dos demais, inclusive dos jornalistas. No meio acadêmico, sobretudo no que diz respeito aos estudos de língua e literatura portuguesa, Fidelino de Figueiredo foi quem tornou muitos dos autores - que mais tarde também viriam para o país - lidos e divulgados.

Os jornalistas enfocados neste estudo vieram quase todos do periódico português *Diário Ilustrado*, responsável em sua época por renovações no tratamento dos assuntos, com inserções de opiniões junto à divulgação das notícias. Pelo viés crítico de algumas de suas matérias, sofreu, como outras publicações, o crivo da censura, tendo sido forçado a fechar suas portas após alguns anos de circulação. Foi a inviabilidade do exercício da profissão, e a possibilidade de vir a exercê-la no Brasil, para o que a mediação de Jaime Cortesão junto a Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal *O Estado de São Paulo*, foi fundamental, que atraiu um pequeno grupo de jornalistas que, aqui, com poucas exceções, atuou bastante também na

imprensa militante. Como era comum também no Brasil, em Portugal a maioria desses personagens não havia passado por uma formação acadêmica direcionada ao jornalismo, mas tinham aprendido o ofício ao freqüentarem as redações dos jornais, espaço privilegiado no estabelecimentos das relações, neste *campo*.

Jaime Cortesão e João Sarmento Pimentel pertenceram à geração de liberais republicanos que participaram da instauração da I República portuguesa em 1910. Sarmento Pimentel ou "capitão", como ficou mais conhecido por sua patente, era militar de formação e integrou-se às ações que levaram à proclamação da República. Anticlerical, reformista moderado – defendia transformações no campo e na educação – sem radicais mudanças de *status quo*, partidário do colonialismo português, exerceu funções militares nas campanhas do Sul de Angola, em 1915, e lutou na Primeira Guerra Mundial. Nunca participou da política formal, embora seus escritos, ao longo da vida, e mesmo sua obra mais conhecida, *Memórias do Capitão*, narrativa memorialística em estilo literário, tenham sempre sido marcados pelo posicionamento político ou pela abordagem de temas políticos. Em 1919, após comandar tropas que restauraram a República no Porto, licenciou-se do exército, com trinta anos, dedicando-se à atividade industrial[36]. Cinco anos depois, através do convite de Jaime Cortesão, passou a colaborar na revista *Seara Nova*, atividade que manteve por décadas, mesmo no exílio. Ao grupo fundador da revista[37], de 1921, integrou-se praticamente ao mesmo tempo de Sarmento Pimentel, António Sérgio, Azevedo Gomes, Quirino de Jesus, Ezequiel de Campos, Ramada Curto, Pulido Valente, José Bacelar e Sarmento de Beires. Com o início da ditadura, e junto aos demais membros da *Seara Nova*, Sarmento Pimentel chamou a atenção para os riscos da perda de liberdade, para o antiliberalismo do regime instaurado e, em 3 de fevereiro de 1927, participou da malograda revolta do Porto contra a ditadura,

[36] No Brasil, João Sarmento Pimentel, após alguns empregos na área administrativa, abriu uma fábrica de vidros em São Gonçalo, estado do Rio de Janeiro, tendo mantido a sua residência em São Paulo.
[37] Formado por Aquilino Ribeiro, Augusto Casimiro, Faria de Vasconcelos, Ferreira de Macedo, Francisco Antonio Correia, Jaime Cortesão, Câmara Reis, Azeredo Perdigão, Raul Brandão e Raul Proença.

juntamente com outros liberais republicanos, dentre os quais Jaime Cortesão. Os expurgos nas forças armadas vieram na seqüência, paralelamente à expulsão do país, na primeira leva de exilados do regime. A maioria optou por ir à Espanha ou à França, mas Sarmento Pimentel de lá tomou o navio para o Brasil, obrigatoriamente sem escala em Portugal.

Cortesão, por sua vez, era médico de formação, mas exerceu a profissão por apenas dois anos. Seu interesse pelas letras o levou a escrever textos literários a partir de 1906. Contudo, à História dedicou a maior parte de seu trabalho intelectual. Além disto, Cortesão é considerado em sua geração como um "professor de democracia"[38]. Ao lado de António Sérgio e Azevedo Gomes, e ao longo de anos, exerceu uma atividade pública de elaboração e divulgação dos princípios ético-políticos dos liberais republicanos, do que as páginas da *Seara Nova* guardam o maior registro. Defendeu reformas sociais e econômicas, a democratização do acesso à educação, a criação das Universidades Populares e, sobretudo, era partidário de uma radical transformação nas mentalidades, através da disseminação de uma cultura cívica e de valores democráticos. Sua intervenção na vida pública iniciou-se em 1908, quando aderiu ao Partido Republicano. Em 1911 foi candidato a deputado por Coimbra, sem ter sido eleito. Na mesma altura, passou a ocupar-se do movimento cultural da *Renascença Portuguesa*, responsável pela publicação da segunda série da revista *A Águia*. No ano seguinte sua atenção se concentrou na direção do quinzenário *A Vida Portuguesa* e na Universidade Popular do Porto. Como parte das atividades da *Renascença Portuguesa* também editou, ao lado de Alfredo de Magalhães, a coleção *Biblioteca Lusitana*. Acerca deste movimento escreveu mais tarde "... o denominador comum que agregou homens de tendência tão díspares (...) (era) (...) a necessidade, sentida por todos, de dar um conteúdo renovador e fecundo à revolução republicana que acabava de fundar um novo regime em Portugal" (CORTESÃO

[38] Esta referência aparece constantemente nas páginas do *Portugal Democrático*.

apud GARCIA, 1987: 9). Em seguida, no mesmo registro, estabelece uma relação entre esta atividade e uma fase posterior de sua vida:

> ... não se nos afigura excessivo relembrar também que da formação e convívio intelectuais de *A Renascença Portuguesa* saiu e perdurou na quase década de 1919 a 1927 o chamado grupo da Biblioteca (Nacional de Lisboa).(*ibid.*)

No plano político, fez campanha em 1914 pela entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial e no ano seguinte compôs a *Junta Revolucionária do Porto*, que participou do movimento para a queda da ditadura de Pimenta de Castro. No mesmo ano foi eleito deputado mas, com a entrada de Portugal na Primeira Guerra, alistou-se como médico miliciano voluntário. Na seqüência do seu retorno, em 1918, foi preso em decorrência de sua oposição à ditadura instaurada por Sidónio Pais.

Libertado da prisão após o assassinato de Sidónio Pais, Cortesão deu início, em 1919, a uma nova fase de intervenção cultural, que "visou contribuir de forma concreta para a formação de uma consciência cultural e cívica dos Portugueses dentro dos princípios progressistas da República" (GARCIA, *op.cit*: 10-11). A sua atividade então se centrou na Biblioteca Nacional de Lisboa, da qual foi Diretor a partir de 6 de maio de 1919. Ali conviveu e trabalhou com Raul Proença, Álvaro Pinto, Antonio Sérgio, Aquilino Ribeiro, Teixeira de Pascoaes (quando este vinha a Lisboa), Raul Brandão, Leite de Vasconcelos, José Maria Rodrigues, Reinaldo dos Santos, Afonso Lopes Vieira, José de Figueiredo, David Lopes, Luciano Pereira da Silva, Agostinho da Silva, Carlos Malheiro Dias (que também mais tarde emigrou para o Rio de Janeiro, ao mesmo tempo de Sarmento Pimentel), Mário de Azevedo Gomes, Luis de Câmara Reis, entre outros. Deste grupo emergiram duas publicações, a primeira, a que já se fez menção, foi a *Seara Nova*, de maior intervenção política e cultural que a segunda, de caráter erudito, *Lusitânia – Revista de Estudos Portugueses*, dirigida por Carolina Michaelis de Vasconcelos e iniciada em 1924.

Em decorrência do reconhecimento alcançado em sua gestão frente à Biblioteca Nacional e do prestígio da *Seara Nova,* Cortesão foi eleito membro da Academia das Ciências de Lisboa em 1921 e no ano seguinte esteve pela primeira vez no Brasil, escolhido para fazer parte da comitiva, em missão cultural, que acompanhou o presidente da República Antonio José de Almeida durante as comemorações do centenário da independência do Brasil. Nos anos seguintes, recusou por duas vezes o cargo de Ministro da Instrução Pública, tendo sido eleito em 1925, pela coligação radical, para a Câmara Municipal de Lisboa, cargo que exerceu por pouco tempo em decorrência da instauração da ditadura militar em 28 de maio de 1926. Participou da primeira revolta dos liberais contra a ditadura, em 3 de fevereiro de 1927, como dirigente da Junta Revolucionário do Porto. Após a repressão ao movimento, foi demitido do cargo na Biblioteca Nacional e iniciou um longo exílio por vários países. Permaneceu um mês na Espanha até ir para a França, onde fez parte da Liga de Defesa da República. Em Paris, participou de várias atividades da oposição ao mesmo tempo em que fazia pesquisas históricas em arquivos e na Biblioteca daquela cidade.

Em 1931, Cortesão e Pimentel se reencontraram na Galícia. Numa Espanha cuja República havia sido recém-proclamada, tentaram um golpe a partir do exílio, juntamente com outros republicanos e democratas, "emigrados políticos" que para lá se deslocaram. Contavam, ainda, com o apoio de alguns setores internos das forças armadas de Portugal e da República espanhola. Nova tentativa frustrada, que levou Sarmento Pimentel a optar em definitivo pelo exílio no Brasil. Cortesão ainda permaneceu na Espanha até 1934, à altura da repressão à "Revolução das Astúrias", partindo para a França e retornando à Espanha somente após a vitória da "Frente Popular", em fevereiro de 1936. A derrota das forças republicanas, em janeiro de 1939, forçou-o a ir novamente à França, mas a invasão nazista do ano seguinte não lhe deu outra alternativa senão a de solicitar autorização para o retorno a Portugal. Autorizado a regressar, foi preso pela PIDE à sua chegada e, em seguida, expulso do país,

vindo a fixar-se no Brasil. Assim como Sarmento Pimentel, Cortesão manteve por décadas sua colaboração na *Seara Nova* que, embora continuasse a ser editada em Portugal e submetida à censura, era dirigida desde 1927, a partir do exílio na França, por Antonio Sérgio.

Em 1950, e como parte de uma tentativa do regime de convencer a ONU de que promovia uma abertura política, Sarmento Pimentel, entre outros exilados, foi anistiado por um período de seis meses. Neste retorno ao país após 23 anos, reencontrou antigos republicanos que permaneceram em Portugal e outros retornados do exílio em países europeus. Reviu a sede da *Seara Nova* e, durante sua passagem, conheceu pessoalmente muitos dos novos colaboradores da Revista.

> Velhos camaradas, envelhecidos ainda mais por privações, desajustamentos e injustiças, outros na deportação para as colônias mais longínquas e de mau clima, campos de concentração, cadeia, outros muitos já mortos. Havia uma linguagem de rancor que tinha qualquer coisa daquele medo sombrio, chamando vingança, ao descreverem a crueldade das perseguições aos republicanos. Alguns dos queixosos nos olhavam por cima do ombro, como que condenando termos mantido no exílio possibilidades dum nível de vida sem as desmoralizadoras privações que eles corajosamente suportaram em Portugal. Mas não indagaram os trabalhos, dificuldades que houvemos de vencer na nossa longa 'peregrinaçam'. Antonio Sérgio, Cunha Leal, Mário de Azevedo Gomes, David Ferreira, Adão e Silva, Sant'Anna Dionísio, Rodrigues Lapa, Augusto Casimiro, Afonso Duarte, Joel Serrão, José Tagarro, Lobo Vilele, João da Silva, Hernani Cidade, Nuno Simões, Aquilino Ribeiro, Manuel Mendes, Julião Quintinha, José Augusto França, Casais Monteiro, Ferreira de Castro, José Bacelar, Jorge de Sena e tantos outros dados às cousas da cultura e da inteligência, que a varredoura do Ferro não conseguira pescar, mantinham o mesmo espírito lúcido, combativo, cheio de coerência e dignidade que lhes vinha dos tempos heróicos da República. (PIMENTEL, 1974: 372-373)

Dos nomes que enumera na lista acima, muitos não pertenciam à geração de Pimentel, eram os "novos", nascidos já no período republicano ou um pouco antes. Naquela mesma década de 1950, Manuel Rodrigues Lapa, Adolfo Casais Monteiro e Jorge de Sena também estariam exilados no Brasil, os dois últimos com a ajuda de intelectuais brasileiros e portugueses exilados aqui, dentre eles o próprio Sarmento Pimentel.

Outro personagem central para a colocação de estudiosos da língua e literatura portuguesa no Brasil, sobretudo nos meios acadêmicos, foi Fidelino de Figueiredo. Licenciado em Ciências Histórico-Geográficas em 1910, interessou-se desde cedo pela

literatura e pela história e crítica literárias. Publicou suas primeiras obras, ficção, contos, novelas e crítica ainda na adolescência, entre 1906 e 1908. Professor de Liceus por quase uma década, interrompeu esta atividade para exercer as funções de Chefe de Gabinete do Ministro da Instrução Pública e de Diretor da Biblioteca Nacional, entre 1918-19, durante a ditadura de Sidónio Pais. Em 1920 esteve pela primeira vez no Brasil, passando por Recife, onde já era colaborador do *Diário de Pernambuco,* e Rio de Janeiro, onde proferiu conferência e foi empossado como sócio-correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e como professor honorário de uma instituição particular, a Faculdade de Filosofia e Letras, dirigida por Eurico de Góis. A ocasião serviu também para estreitar relações com intelectuais brasileiros, dentre os quais Afrânio Peixoto, Max Fleiuss, Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima (AMORA, s/d). Na volta, concentrou-se nas atividades de conferencista e crítico, proferindo palestras no continente europeu, atuando ainda na Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, da qual foi um dos fundadores e secretário, de onde também dirigiu e colaborou na *Revista de História* (1912-1928). Foram ainda marcantes dessa fase de intervenção cultural em Portugal os estudos no campo da história literária, que projetariam seu nome internacionalmente, como *A Crítica Literária em Portugal: da Renascença à atualidade* (1910), *A Crítica Literária como Ciência* (1912), entre outros.

Em 12 de agosto de 1927 Fidelino de Figueiredo foi preso, acusado de conspirar contra o governo, por sua colaboração no incipiente movimento militar que foi chamado por terceiros de "golpe dos Fifis", junção dos nomes de Fidelino e Filomeno da Câmara, militar que seria empossado "ditador" em decorrência do golpe. Também participou na linha de frente desta empreitada Antonio Ferro, que mais tarde se tornou Diretor do SNI/SPN e principal produtor cultural do Estado Novo em sua fase áurea. No campo político, Fidelino de Figueiredo aproximou-se da direita radical que propugnava a formação de um Estado autoritário e centralizador, com mudanças, ao menos em tese, no *status quo*, e forte

investimento na estruturação de uma cultura e educação nacionais, alavancadas pelo Estado. O oficial da Marinha Filomeno da Câmara tinha já participado de tentativas de derrubada da República e foi por algum tempo partidário declarado das idéias do fascismo italiano. Acerca do seu envolvimento neste episódio, concedeu uma entrevista que, no entanto, ficou impedida de se publicar pela censura, mas da qual conservou uma cópia entre seus papéis. Sobre o conteúdo desta entrevista nos escreve Amora:

> Sendo 'um espírito político com notória incapacidade política' (disse-o de si mesmo), Fidelino de Figueiredo pensou que, interrompida, com a revolução de Maio de 1926, a primeira agitada experiência republicana portuguesa, era chegada 'a hora de constituir uma doutrina em torno de um homem ou de um bloco de homens' (...) certo de que essa intervenção dar-se-ia sob o comando do oficial de Marinha Filomeno da Câmara deu (...) a sua colaboração. (*op.cit.*:13)

Preso como autor intelectual do movimento, foi processado e condenado ao degredo em Angola, de onde fugiu após pouco tempo de prisão, com destino à Espanha. Afastou-se da política e no mesmo ano iniciou uma bem sucedida carreira universitária, lecionando em diversas faculdades portuguesas (foi anistiado em 1929) e estrangeiras, dentre as quais a Universidade de Madri (1927-30), Universidade Nacional Autônoma do México (1931), Faculdade de Filosofia , Ciências e Letras da USP (1938-39 e 1942-51) e Universidade do Brasil (1939-41). Em Portugal, fundou e dirigiu a *Revista de História* (1912-1928) e no Brasil a *Revista de Letras* (1938-54), ambas direcionadas para temáticas acadêmicas.

Adolfo Casais Monteiro pertenceu à geração seguinte à dos republicanos liberais e das direitas conservadora ou radical (Jaime Cortesão, João Sarmento Pimentel e Fidelino de Figueiredo são todos da década de 1880, bem como Salazar), nasceu em 1908, às vésperas da implantação da República, da qual admirou sempre sua parcela de valores cívicos e democráticos. Empenhou-se, ao longo da vida, em animar e intervir na vida cultural portuguesa, e mais tarde na do Brasil, seja como poeta, ensaísta, crítico literário ou de arte e professor. Formado em Ciências Históricas e Filosóficas pela Universidade do Porto,

participou, a partir de 1928, na mesma cidade, da direção da revista *A Águia*, ao lado de Leonardo Coimbra, de quem foi discípulo, e Sant´Anna Dionísio. No mesmo ano iniciou sua colaboração na publicação de que seu nome se tornou inseparável, a revista *Presença*, que também editou suas primeiras obras de poesia: *Confusão* (1929), *Poema do Tempo Incerto* (1934) e *Sempre e Sem Fim* (1937). Nesta fase inicial também publicou *Correspondência de Família* (1933), em colaboração com o poeta brasileiro Ribeiro Couto. Em 1931 seu nome passou a figurar entre os diretores da revista, ao lado de José Régio e João Gaspar Simões, em substituição a Branquinho da Fonseca. A tarefa principal que buscou levar adiante foi a de estabelecer para a revista, junto aos demais, um direcionamento crítico à sua proposta de intervenção que a transformaria de "órgão dum grupo de estudantes, em único órgão estável da vanguarda das artes e das letras portuguesas" (MONTEIRO, 1995:20). De fato, a revista alcançou reconhecimento, sobretudo como espaço privilegiado, por mais ou menos uma década, para a discussão de autores e obras, conferindo-lhes muito de suas interpretações e parte de suas legitimidades. Apesar de a publicação ter um ponto de vista relativamente consensual em torno da defesa da arte como forma de expressão sincera e individual do artista – o que a levou a ser acusada de defender a "arte pela arte" – Casais Monteiro ressaltou ao longo de sua vida, em vários escritos, a heterogeneidade no pensamento dos seus diretores e a "diversidade do espírito presencista": a "unidade" estaria presente no "aspecto pedagógico que sempre teve pelo menos uma parte de sua actividade (...)" (*ibid.*: 21), mas sempre ao lado de uma perspectiva de abertura a autores e formas de expressão variadas, ao destacar que a revista compartilhava "uma primordial duplicidade entre uma unidade crítico-polêmico-pedagógica e o tácito reconhecimento da independência mútua fora desta acção" (*ibid*.: 24)

"Amante da polêmica" (MARTINHO, 1995: 11), Casais Monteiro buscou sempre meios de expressar publicamente e com clareza seus pontos de vista. Em 1937, na revista *O Sol Nascente*, manteve uma longa polêmica com o artista plástico Abel Salazar sobre a Escola

de Viena e o neopositivismo; em *Pensamento*, onde também colaborou, a polêmica foi com Amorim de Carvalho. Acerca das críticas recebidas pela *Presença*, rebateu e manteve discussões ao longo de décadas, mesmo durante o exílio, nas páginas do *Suplemento Literário* de *O Estado de São Paulo*, a mais conhecida delas travada com Eduardo Lourenço. No mesmo jornal e no *Portugal Democrático*, foi um dos primeiros a se posicionar assumidamente anticolonialista e favorável à independência das então "colônias portuguesas" em África, fazendo duras críticas à ideologia nacional-colonial portuguesa. As posições de Henrique Galvão frente à questão colonial foram o alvo privilegiado de suas críticas. Talvez pela liberdade que se dava de se expressar abertamente sobre temas culturais e políticos, e apesar de nunca ter exercido quaisquer cargos de direção em organismos políticos, Casais Monteiro foi afastado, desde os anos 1930, da atividade docente nos liceus. Em seguida, foi interditada a citação de seu nome e, por conseguinte, a publicação de quaisquer escritos seus, a não ser sob pseudônimos. Apesar disto, manteve sua contribuição em diversas publicações periódicas[39] e a partir de 1933, sem abandonar a poesia, publicou livros de ensaio e crítica que o tornaram bastante conhecido no exterior, sobretudo no Brasil, aproximando-se da segunda geração de modernistas neste país. Em contrapartida, do ponto de vista material, a existência em Portugal ficava cada dia mais difícil. Em 1954 exilou-se, como "estrangeiro definitivo", no Brasil.

Jorge de Sena (1919), Sidónio Muralha (1920), Vitor Ramos (1920) e Fernando Lemos (1926), pertencem a um período em que a *Presença* fora afastada do centro das preocupações literárias, com a emergência de novas orientações literárias, cujas poéticas, neo-realista ou surrealista, opunham-se ao esteticismo distante da realidade social ou da verdade do indivíduo irredutível a uma expressão subjetiva. Os dois primeiros consagraram-se, sobretudo, como poetas; Vítor Ramos como especialista em literatura francesa e Fernando

[39] Colaborou também nas revistas *Civilização*, *Seara Nova*, *Claridade*, *Momento*, *O Diabo*, *Prisma* e *Revista de Portugal*, entre outras, além das mencionadas no corpo do texto.

Lemos como artista plástico com incursão literária. Além destes, Joaquim Barradas de Carvalho (1920), historiador, ligou-se aos demais, sobretudo a Vitor Ramos, por amizade e filiação partidária comum: ambos eram comunistas. Foram todos eles contemporâneos do declínio da oposição republicana como alternativa à derrubada da ditadura e da reorganização do PCP, que se tornou a vertente política clandestina melhor articulada no campo da oposição. Sena manteve um contínuo posicionamento de combate a uma visão estreita de que a arte deveria estar a serviço de uma ideologia e, deste modo, polemizou com setores do comunismo e da oposição em geral, em Portugal e no exílio. A crítica a uma concepção instrumentalista não significou afirmar que estivesse alheio às questões éticas de pertencimento do poeta ao mundo, uma vez que a manifestação de preocupação político-social é recorrente em suas obras, ao lado da apropriação de técnicas surrealistas. Dialogou com o neo-realismo e o surrealismo, embora tenha preservado frente a ambas correntes uma relativa autonomia. Engenheiro de formação, profissão que exerceu em Portugal, dedicou-se, no entanto, e fundamentalmente, às letras. Por conta disto, encontrou dificuldades em viver e dedicar-se exclusivamente à atividade literária. Somava-se a isto a situação política em Portugal, de restrição e censura. Embora seja reconhecido, sobretudo, como poeta, sua vasta obra é bastante diversificada, marcada pelo interesse nas criações espirituais e artísticas da humanidade. Conheceu profundamente – o que pode se manifesta em seus escritos – a filosofia (Platão, Espinosa, Hegel, Marx, Niestsche, Husserl e Wittgenstein), a literatura, a pintura e a música. Seu primeiro livro de poesia, *Perseguição*, foi publicado em 1942. Antes de sua decisão de exilar-se no Brasil em 1959, tinha já editado obras em prosa e poesia, teatro, crítica, ensaios, além da tradução e do acompanhamento de perto dos temas correntes na cena literária portuguesa, sobre os quais escreveu em contribuições na imprensa periódica literária.

Sidónio Muralha era filho de um jornalista socialista, Pedro Muralha, e desde cedo se engajou em atividades políticas da oposição ao Estado Novo. Formou-se em Ciências

Econômicas e Financeiras em Lisboa e, mais tarde, em Bruxelas, em Administração de Empresas. Amigo de Soeiro Pereira Gomes, cuja obra *Esteios*, de 1941, marcou a afirmação do neo-realismo na literatura portuguesa, Sidónio Muralha publicou naquele mesmo ano *Beco*, poesia político-social, e um ano depois *Passagem de Nível*, incorporando-se, com essas obras, ao neo-realismo que então se iniciava. Em 1943, após assistir a uma conferência de Bento de Jesus Caraça, partiu para um exílio voluntário no Congo Belga, ao lado do amigo Alexandre Cabral, por indicação de Soeiro Pereira Gomes, para um trabalho na *Unilever Internacional*. Este foi durante décadas o seu meio de ganho material e por conta do qual viajou para muitos países. Em 1950 publicou *Companheira dos Homens*, poemas político-sociais na mesma linha dos anteriores, e *Bichos, Bichinhos e Bicharocos*, seu primeiro livro de poemas para crianças. Em 1960 Sidónio e sua família deixaram o Congo Belga, de onde partiram para a Bélgica, tendo aí terminado o curso de Administração na Universidade de Louvain. No ano seguinte chegou sozinho ao Brasil (a família veio no ano seguinte) onde, ao lado do escritor português Fernando Correia da Silva e do artista plástico Fernando Lemos, fundou a Editora Giroflé, em São Paulo. No Brasil manteve sua atividade de prestação de assessoria financeira, ao lado da publicação de suas principais obras, na área da literatura infantil. Decidiu não retornar a morar em Portugal, mesmo após o 25 de abril, erradicando-se em definitivo no Brasil.

Vitor Ramos formou-se em Filologia Românica na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 1950. Desde 1938 era redator da agência *France Presse* e, segundo consta em sua ficha na PIDE, trabalhou antes, na adolescência, na Junta Nacional do Vinho (Arquivo PIDE/DGS, registro SC NT 7975 Bol 19102). Nos anos 1940 entrou para o PCP e pertenceu ao MUD Juvenil, onde exerceu intensa atividade no movimento estudantil, através de "reuniões, palestras, projeções de filmes e distribuição de manifestos" (*ibid.*). Em 1947 foi um dos signatários de um manifesto "contra a prisão de estudantes e recente

expulsão das Universidades de diversos professores, entre eles vários matemáticos" (*ibid.*). Após formado, atuou como redator em língua estrangeira na França, mantendo o vínculo como correspondente internacional da agência *France Presse*, ao mesmo tempo em que deu continuidade aos seus estudos, na Sorbonne. A participação em um congresso da juventude comunista fez com que ele conhecesse uma brasileira com quem mais tarde se casou. Chegou ao Brasil em 1953, mantendo-se como correspondente da *France Presse* até o início de sua atividade docente e conclusão do doutoramento, ambos no Brasil. Em 1964, Vitor Ramos acabara de ser contratada pela USP quando Joaquim Barradas de Carvalho recebeu o convite para lecionar na mesma universidade. Amigo de Vitor Ramos, Barradas era também de Lisboa e contemporâneo de Faculdade de Letras, onde se formou em Ciências Históricas e Filosóficas, com especialização em história ibero-americana. Comunista e militante do MUD e MUD Juvenil nos anos 1940, foi funcionário do PCP por cerca de quatro anos, parte deles na clandestinidade, situação que abandonou por opção própria em 1961. Dois anos antes, deu início aos seus estudos e pesquisas em Paris, com uma bolsa da Gulbenkian, onde foi também pesquisador do CNRS, membro do grupo dos "Annales" e discípulo de Braudel. Manteve sempre relações próximas com os principais expoentes da história em Portugal, como Joel Serrão, Vitorino Magalhães Godino, entre outros, fruto de sua participação na Sociedade Portuguesa de História da Ciência desde 1947[40]. Travou um diálogo constante com a historiografia francesa, onde atuou também depois de sua passagem pelo Brasil.

Fernando Lemos, natural de Lisboa, trabalhou como operário em gráfica, com litografia e como serralheiro ao mesmo tempo em que freqüentou os cursos de pintura e

[40] Conforme consta em um dos seus registros na PIDE, Barradas fez parte também de uma tentativa de se constituir a Societé March Blochi – Secção Portuguesa, o que nos dá alguma idéia do círculo de historiadores com que se relacionava em Portugal: "Faço votos que o nosso trabalho na terça-feira seja eficiente e que a 'Societé March Blochi – Secção Portuguesa' se torne uma bela realidade dentro de pouco tempo".: Porto – Morais e Castro (assuntos econômicos); Oscar Lopes (assuntos literários e lingüísticos) A Saraiva (assuntos literários e lingüísticos); Coimbra: F. Martins (geografia); Pinto Loureiro (História do Direito e Econômica); Lisboa: Assis Mafra (História econômica – paleografia), Joel Serrão (História da Cultura); Jorge Macedo (História Econômica e Social), Barradas de Carvalho (História econômica e da técnica)" (Arquivo PIDE/DGS, registro SC CL(2) 79 6958).

desenho na Escola Antonio Arroio, da Sociedade Nacional de Belas Artes, onde se formou como designer e pintor. Nos anos 1940, envolveu-se com o nascente movimento surrealista português, com quem travou seus primeiros contatos intelectuais. As artes plásticas em Portugal estiveram bastante envolvidas, até então, com as iniciativas dinamizadas pelo SPN. O grupo surrealista, dentre outros artistas autônomos ou de outras correntes, demarcava-se singularmente no campo da oposição. Em janeiro de 1952 participou de uma grande exposição coletiva, ao lado de F. Azevedo e Vespeira. Esteve na Espanha, na França e no Japão e nessas ocasiões, em particular na França, travou conhecimento com intelectuais brasileiros que acompanhavam de perto as artes plásticas e, em particular, as exposições surrealistas. Sua amizade com Antonio Pedro, pintor e escritor que estivera anos antes no Brasil - com repercussão favorável de sua exposição e de seu romance *Apenas uma Narrativa* (1942) no Brasil, pelo grupo *Clima* -, o aproximou de escritores brasileiros como Marcos Rabelo e Murilo Mendes, entre outros. Conforme seu depoimento para esta pesquisa, a insatisfação com o cenário artístico e político português, aliado às notícias que recebeu, através de material de divulgação do emissário do *IV Centenário de São Paulo*, Paulo Mendes de Almeida, acerca da exposição que se ia montar naquela cidade, o fez decidir-se pela vinda ao Brasil em 1953. Suas relações com literatos portugueses e brasileiros, tanto em Portugal quanto no Brasil, fizeram-no se interessar pela poesia, vindo a escrever e publicar pela primeira vez já no exílio brasileiro.

Entre os jornalistas, podemos distinguir dois grupos distintos em suas trajetórias, mas que se agregaram mais tarde no jornal *O Estado de São Paulo*. De um lado, Paulo de Castro e Carlos Maria de Araújo, que vieram individualmente, em diferentes ocasiões, para o Brasil; de outro, um núcleo oriundo do *Diário Ilustrado*, entre os quais estão Miguel Urbano Rodrigues, Vitor da Cunha Rego e João Alves das Neves. Paulo de Castro (pseudônimo de Francisco de Barros Cachapuz), nascido em Chaves em 1914, era estudante no Porto quando,

em 1934, foi preso por participar de atividades da oposição nos meios universitários. Deportado para os Açores, foi libertado em 1936, quando partiu para Paris e onde deu continuidade aos seus estudos, iniciando-se no jornalismo no *Le Populaire*. Um ano depois decidiu ir para a Espanha, alistando-se nas Brigadas Internacionais. A derrota do exército republicano o levou a uma internação em campos de concentração no Sul da França, de onde fugiu em 1940, sendo recebido em Marselha por seu amigo brasileiro e ex-combatente na Espanha, Apolônio de Carvalho. Ao tentar retornar clandestinamente a Portugal foi preso e aguardou por um ano um processo que não ocorreu. Em 1946 exilou-se voluntariamente no Brasil, país de sua mãe, e começou como colaborador dos jornais *O Estado de São Paulo* (sucursal Rio de Janeiro) e *Correio da Manhã*. Fixou-se em definitivo no Brasil onde, além do jornalismo, trabalhou como professor de Ciência Política no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), entre 1955 e 1964 e, nos anos 1970, no Centro de Estudos Afro-Asiáticos das Faculdades Cândido Mendes. Da sua obra editada em livros destacam-se textos políticos e de Ciência Política.

Carlos Maria de Araújo nasceu em 1920 e estudou em Lisboa, onde se formou em Direito e Letras (Filologia Germânica). Trabalhou como jornalista e aproximou-se do PCP. Um quadro precário de saúde, que marcou toda a sua vida, o fez decidir deixar Portugal, para onde não mais retornou, tratando-se da doença na Suíça. Nesse país, em 1950, começou a escrever poemas e os teve publicado em primeiro livro dois anos depois, já na França. Teve ainda uma breve passagem por Londres até vir para o Brasil em 1953, onde morou por alguns meses no Rio de Janeiro, escrevendo crônicas, artigos e poemas em vários jornais brasileiros, como o *Última Hora* e o *Diário de Notícias* (AMORIM & AMORIM, 1999). No ano seguinte passou a viver em São Paulo, como jornalista de *O Estado de São Paulo*.

Miguel Urbano Rodrigues, assim como seu irmão, o escritor Urbano Tavares Rodrigues, teve grande parte de sua formação em instruções particulares recebidas em casa.

Miguel Urbano iniciou-se no jornalismo como redator do *Diário de Notícias*, entre 1949 e 1956. De 1956 a 1957 foi Chefe de Redação do *Diário Ilustrado*, onde acompanhou o início da carreira jornalística de Vitor da Cunha Rego e João Alves das Neves, jornalistas que ajudou a trazer para o Brasil. Um artigo seu com críticas às limitações da imprensa em Portugal, embora não censurado, deu início a infiltrações da PIDE no *Diário Ilustrado*, entre as quais a mudança repentina de seu diretor de administração. O desconforto com esta situação, que levou a acusações recíprocas no ambiente de redação, fizeram com que Miguel Urbano e mais oito jornalistas saíssem do jornal, em pedido voluntário de demissão. Desempregado, decidiu por vir ao Brasil em 1958, para ocupar uma vaga de jornalista, em *O Estado de São Paulo*, que fora previamente destinada, pela direção do jornal, para ser preenchida por um português. (RODRIGUES, 2002)

3.3 OS SENTIDOS DO TRABALHO INTELECTUAL

Os sentidos atribuídos à atividade cultural[41], aliada ou não a um engajamento político, demarcaram posicionamentos e produziram a elaboração, histórica e situacional, nos discursos, nas práticas e nos rituais, de um vocabulário nativo, empregado para definir, contrastivamente, os significados de uma produção cultural, as ações de intervenção de um autor ou de um grupo de autores. Categorias como "intelectual", "missão", "tarefa", entre outras, emergiram das relações de interdependência travadas no âmbito de específicos *campos* de produção de conhecimento e em relação com a sociedade mais ampla, o Estado-Nação e os desdobramentos da economia política internacional. Os termos, seus empregos e sentidos específicos, que emergem nos meios culturais durante o Estado Novo em Portugal, com

[41] Embora se compartilhe da idéia, ao longo do texto, de que por cultura podemos compreender todas as realizações humanas materiais e simbólicas, o que inclui as regras que medeiam as relações sociais, nesta seção o termo é empregado para referir-se à produção de conhecimentos e categorias, por especialistas, em específicos campos sociais.

ênfase nos núcleos, organizações e iniciativas enfocados neste estudo, serão o tema desta seção.

Deste modo, dois aspectos a serem destacados, desde já, são a polissemia das categorias e a heterogeneidade dos grupos e dos personagens. No tocante à categoria "intelectual" - visto no plano teórico ora como especialista (BOURDIEU, 2004), ora como criador ou difusor cultural organicamente associado a grupos (BRAMSCI, 1978), ora divulgador de ideologias ou defensor de valores como a liberdade, a solidariedade e a justiça -, a apreensão de tais significados demanda sempre a contextualização histórica e social. Mais uma vez é importante localizar de quem se fala, em relação e oposição a quem ou a que idéias, com ênfase não apenas nos sentidos compartilhados, mas nas tensões intrínsecas a cada grupo destacado, quando for o caso. De modo geral, subjacente à concepção de "intelectual" encontravam-se os sentidos das práticas dos personagens e dos grupos.

Uma questão de fundo, lançada por Gramsci, pode servir como proposição inicial a um debate para se pensar tal problemática: "os intelectuais são um grupo social autônomo e independente ou todos os grupos sociais têm as suas próprias categorias de intelectuais especializados?" (GRAMSCI, 1972:19) Com esta indagação, Gramsci lançou a perspectiva de se considerar, a partir de uma divisão social do trabalho, que a constituição de quadros voltados para as atividades mentais está geralmente associada, numa dada formação social, à correspondente criação pelos grupos sociais de intelectuais que dotam de consciência a função econômica, política e social de tais grupos, auxiliando-os de maneira crucial em suas tarefas de intervenção cultural e política. Em contrapartida, o reconhecimento de que os intelectuais "configuram categorias sociais, conjuntos em ligação estreita com grupos mais vastos, mantendo com eles relações específicas que não determinantemente econômicas, mas (...) privilegiadamente sociais e políticas" (MADEIRA, 1996:33), deixa em aberto o

questionamento acerca dos relativos graus de autonomia, parcial ou plena, que os intelectuais podem reivindicar para si.

Para o caso dos liberais republicanos, a atividade mental esteve sempre associada à intervenção política e, entre aqueles que vieram a integrar o núcleo da *Seara Nova*, a abrangência de tal intervenção foi compreendida, de modo geral, como "política", em sentido *lato*, isto é, como reforma das mentalidades, "política de espírito". Outrossim, entre os preceitos da Revolução republicana encontravam-se fortemente arraigadas as críticas aos valores aristocráticos e clericais da monarquia e, embora defendessem em muitos casos a manutenção do *status quo*, sem uma ruptura radical com as oligarquias constituídas, viam os intelectuais – e parte da sua própria atitude cívica, que lhe seria intrínseca - como produtores e difusores de uma "cultura cívica" e "democrática". O movimento da *Renascença Portuguesa*, que nasceu praticamente junto à República, já preconizava a idéia de envolvimento dos intelectuais na difusão dos valores republicanos e nas tarefas de criação de uma consciência cívica junto à população, através de iniciativas de difusão do conhecimento e de formação ideológica, como as Universidades Populares. Anos antes, o caso Dreyfus, na França, alcançou repercussão internacional, sendo considerado o episódio de opinião pública que demarcou inicialmente a tendência em caracterizar os intelectuais por suas intervenções políticas, para além de suas especializações no variado ramo das atividades culturais. Se a emergência do posicionamento político como singular à ação do intelectual se deu em torno da mobilização, em uma situação concreta, com base em critérios de justiça e solidariedade, as tomadas de posição dos intelectuais variaram muito ao longo do século XX, correspondentes que foram a conjunturas específicas e ao fato de que os intelectuais, em diferentes conjunturas, representaram grupos e constituíram-se como personagens tão heterogêneos quanto os estratos e grupos sociais a que pertenceram. Assim, é importante destacar que os intelectuais republicanos portugueses, por exemplo, buscaram durante a

vigência da I República, demarcar-se não apenas da monarquia, mas também do autoritarismo emergente no contexto europeu, em suas diversas formas de expressão: o fascismo (cuja vertente em Portugal correspondeu ao "integralismo lusitano"), a direita radical ou a direita tradicional-conservadora, que veio a tomar o poder em 1926.

A compreensão das concepções de Fidelino de Figueiredo acerca dos "intelectuais" e suas "tarefas", por sua vez, servem como contraponto para um maior detalhamento dos sentidos engendrados pelos liberais republicanos acerca da atividade cultural. Para Fidelino, a incumbência principal dos intelectuais é a de assumir a sua responsabilidade de guiar "as massas", por ele entendida como a multidão que tende a produzir a "barbárie moderna" e impõe, através da coação, seu "violento individualismo vegetativo ao escrupuloso individualismo espiritual dos outros" (FIGUEIREDO, 1936:47). Em contrapartida, os intelectuais seriam os personagens capazes de compreenderem com profundidade o sentido e a evolução dos acontecimentos históricos, pois anseiam alargar seus horizontes e enxergam para além dos imediatismos conjunturais. A princípio, esta sua concepção parece se aproximar da de Julien Benda (1927) que, ao sublinhar a afeição dos intelectuais pelas coisas do espírito, vê com desdém os acontecimentos imediatos e conjunturais. Nesta acepção, o intelectual é mais espectador do que ator, pairando sobre os acontecimentos no tempo, desconfiado do engajamento político e convicto de que as atividades do espírito não se prestam ao temporal. Tal postura, ainda que fundamentada na liberdade soberana do intelectual, ficou conhecida pela expressão do intelectual em sua "torre de marfim". Mas Fidelino, pelo contrário, reserva - justamente por sua capacidade de projetar para além do conjuntural -, uma tarefa de condução política ao intelectual.

> Haverá quem de tudo isto conclua que eu nego aos intelectuais o direito à atividade política? Que advogando pelo restabelecimento da maioridade plena da inteligência, me pronuncio pela menoridade política do intelectual? Será uma conclusão bem distante das minhas idéias. Sem dúvida, tem o profissional de inteligência, - o homem da ciência, homem de letras, artista e também professor, se alia ao seu mister educativo o exercício da investigação – o direito e o dever de

> intervir na governação pública, e de preferir em dado momento esta ou aquela solução política, estes ou aqueles homens (...) o que lhes é irredutivelmente vedado pelos escrúpulos do seu sacerdócio é servir à opressão da inteligência e fornecer-lhes sofismas doutrinários. (FIGUEIREDO, *op.cit.*: 63)

Sua concepção aproxima-se, neste aspecto, do positivismo, com a diferença de que, para esta corrente, o ator que conduz o processo histórico é o cientista; para Fidelino, este ator é o humanista, sobretudo o historiador, pois só o "espírito histórico" consegue apreender o sentido universal do espírito humano. Crítico do racionalismo e do liberalismo, Fidelino não acredita tampouco na igualdade entre os homens, crença que reforça sua defesa de uma hierarquia social baseada mais no espiritual do que no material:

> ... se os homens são diferentíssimos, das alturas do gênio às misérias do cretinismo, da santidade ao fatalismo do crime, é necessário que sejam conduzidos pelos melhores; e se os melhores que vieram à tona no regime liberal, foram ou vão ser absorvidos pela maré alta da turba rebelada, necessário é criar elites novas e restabelecer o sentido aristocrático ou aristófilo da existência. Aristocrático na rigorosa acepção etimológica: poder dos melhores ou excelentes. (...) Só aos melhores cabe a direção do mundo provenham de onde provierem, mas a todos cabe o pão sadio e o abrigo higiênico, honradamente ganhos pelo trabalho livre, como todos têm direito à justiça e à cultura, que dignificam o homem e o trazem ao nível do seu tempo. (*ibid.*: 78-79)

Para Fidelino, a superação do liberalismo só poderia se dar por um sistema político que o superasse em suas conquistas espirituais e materiais, cujos condutores seriam aquelas pessoas dotadas de "espírito superior", "intérpretes deste tempo e simultaneamente criadoras de um novo estilo de vida, introduzindo uma nova percepção do momento histórico" (RODRIGUES, 1999:36). O elitismo e a "chefatura do espírito", propostas por Fidelino, contrastam com as perspectivas liberais republicanas quanto ao papel do intelectual: para estes, a tarefa política do intelectual encontra-se no plano da "política de espírito" e não necessariamente na ascensão ao poder político de fato. Para Fidelino, embora ambíguo em algumas passagens, os políticos de partido, na medida em que não subordinam seus interesses mais imediatos a uma compreensão mais profunda da realidade, não são os condutores mais legítimos do processo histórico. Todavia, os intelectuais, tal como projetados pelos republicanos, também são vistos

como uma “elite”, que traz consigo uma “missão” específica: em ambos os casos, os intelectuais são como “guias” espirituais da população em geral; contudo, no caso das proposições de Fidelino, próximas da direita radical, a autoridade espiritual converte-se em autoritarismo, com poucas margens à contestação desta elite; para os republicanos, os intelectuais cumprem mais o papel de educadores, emergindo da sociedade as lideranças e legitimidades políticas.

Ambas as concepções, cada uma a seu modo, demarcaram-se frente às concepções do regime autoritário instaurado em 1926. A conotação “oficial” das manifestações do regime procurou angariar o apoio dos intelectuais para sua “política de espírito”, sistematicamente empreendida pelo SPN/SNI a partir de 1933. Entre os elementos que a caracterizavam podemos encontrar a idéia de que o intelectual, em suas competências específicas, deveria atuar, assim como os diferentes corpos sociais, em prol das finalidades superiores do Estado. A censura e a repressão atuaram no sentido de tentar orientar e controlar tais manifestações No plano estético traduziu-se no enaltecimento das tradições e das glórias passadas, dos “brandos costumes” atemporais contra “os males da modernidade”. O folclore, a arquitetura monumental e as grandes exposições estiveram entre os maiores investimentos, além da produção da ideologia corporativa, a cargo de intelectuais do regime, através dos serviços de propaganda.

Em contrapartida, outras concepções acerca da atividade intelectual foram formuladas ao mesmo tempo em que a ditadura e o Estado Novo se estruturavam. A este respeito, por exemplo, os preceitos da revista *Presença* acerca da atividade cultural enfatizaram a liberdade de criação do intelectual e do artista, não apenas em oposição a qualquer forma de censura, mas também contra a premissa de que todo artista deve submeter sua criação ao serviço de uma ideologia. Para seus diretores, entre eles Casais Monteiro, isto não afasta o artista de seu compromisso ético de se prestar à sinceridade na interpretação das obras e de se manifestar ou

intervir nos acontecimentos do seu tempo, podendo esta intervenção se dar tanto através da prática da crítica quanto no engajamento ou exercício de funções políticas. Por outro lado, a idéia de que a base de criação do artista repousa em sua individualidade, e como tal expressão máxima de sua humanidade, deixou margens à critica de subjetivismo, pelo neo-realismo emergente. De fato, a *Presença*, apesar da heterogeneidade de seus diretores, jamais pensou o autor fora dos grupos sociais; contudo, enfatizou a dimensão subjetiva que, em suas concepções, trazia consigo, indissociavelmente, seus aspectos objetivos.

Jorge de Sena, ao longo de sua trajetória como escritor, manteve sempre a postura de que a arte ou a atividade cultural, de modo geral, não deviam ser submetidas ao controle ou interesses de quaisquer ideologias. Contudo, como defendeu e polemizou em diversos textos, para ele isto não significou dizer que o intelectual devia se eximir do seu compromisso ético. Assim como Casais Monteiro, interveio publicamente por diversas vezes nas questões políticas e culturais do seu tempo. Em sua concepção, em grande medida cara a uma leitura do marxismo, a obra de arte devia ser interpretada como práxis, isto é, junção indissociável entre objetividade e subjetividade, e constantemente aberta à história. Em seus textos, empregou recursos estéticos e técnicos do neo-realismo e do surrealismo, abordou temáticas sociais, mas polemizou marcadamente não apenas com os preceitos tradicionais do regime, mas também com os setores do neo-realismo que defendiam a relação necessária entre ideologia e produção cultural.

O debate acima delineado teve a sua gênese no contexto europeu quando, em meados dos anos 1930, cientistas, artistas e literatos invocaram suas responsabilidades éticas e morais para erguerem a voz na denúncia contra os regimes autoritários e as vagas de repressão e censura que lhes sucederam. Em contrapartida à ampliação do nazismo e do fascismo, foi nesta altura que o comunismo atraiu muitos intelectuais para as suas fileiras, sobretudo após os acontecimentos da Guerra Civil espanhola. Além disto, os partidos comunistas "... seduziam-

nos, faziam-lhes promessas de não ingerência e de não imposição de qualquer modelo estético, intervinham no sentido de influenciar a publicação de obras suas, convidavam-nos a visitar a URSS e as democracias populares ...” (MADEIRA, *op.cit.*:52). De fato, o que sucedeu foi que as teses do socialismo real, de Stálin, Jdanov e Goki, prevaleceram sobre as de Trotsky e do francês Breton que, juntos, redigiram em 1938 o *Manifesto do México*, proclamando a defesa de uma arte independente, com total liberdade ao escritor e ao artista. Na prática, a vitória do socialismo real implicou nas décadas seguintes no dirigismo ideológico e na intervenção partidária, em nome de um utilitarismo em matéria de literatura e arte. Os acontecimentos decorrentes da Segunda Guerra pareciam reforçar estes argumentos, uma vez que qualquer postura adversa a uma tomada de posição contrária à alternativa socialista poderia soar como alheamento frente à “responsabilidade” ética do intelectual ou, em termos mais acusatórios, como manifestações “burguesas” ou “pequeno-burguesas”.

Em Portugal, esta vertente foi representada pelo neo-realismo que, desde meados dos anos 1930 dirigiu críticas ao presencismo de subjetivismo, de defesa da “arte burguesa” ou da “arte pela arte”. Ao invocarem a “tarefa” ética do intelectual, afirmava-se que esta não era possível de se realizar em abstrato, mas apenas aliada a um necessário engajamento nas correntes progressistas do seu tempo que, tanto em Portugal quanto internacionalmente, seria nomeadamente o comunismo. Em *Esteios* (1941), de Soeiro Pereira Gomes, obra capital do neo-realismo português, e em seus demais escritos, a exaltação heróica à pertinácia do militante comunista em situações de clandestinidade foi constante. Nos primeiros poemas de Sidónio Muralha, reunidos em *Beco* (1941) e *Passagem de Nível* (1942), além da denúncia e de problemáticas político-sociais, os militantes são representados em sua obstinação e firmeza de caráter. O próprio dirigente do PCP, Álvaro Cunhal, deu início a incursões na literatura, no desenho e na pintura. Contudo, muitos dos escritores que se aproximaram ou se filiaram às premissas estéticas do neo-realismo conseguiram preservar uma relativa autonomia frente ao

comunismo, embora se inscrevessem sempre no campo da oposição ao Estado Novo. Foram estes os casos de Ferreira de Castro, Aquilino Ribeiro, Miguel Torga, entre outros.

Dentre os personagens que alcançaram maior repercussão, em Portugal, no tocante ao debate acerca do papel do intelectual, seja por aglutinarem em torno de si e de suas idéias e princípios grupos mais ou menos coesos, seja pela difusão que suas idéias ou iniciativas obtiveram no domínio público, encontram-se os seareiros Jaime Cortesão, António Sérgio e, na fase em que o republicanismo cedeu lugar ao comunismo como principal força organizada no campo da oposição, o matemático Bento de Jesus Caraça, cuja obra pedagógica alcançou repercussões para além da academia ou do "movimento matemático" do qual fez parte. De origem alentejana e rural, Bento Caraça foi de origem e trajetória singulares dentre seus pares: destacou-se como estudante e financiou seus estudos com aulas particulares. Aos 28 anos assumiu a cátedra de Matemáticas Superiores no Instituto Superior de Ciências Econômicas e Financeiras, onde se formou. A par de sua atividade de investigador e docente, seu interesse pela "emancipação humana" através da ciência e das artes, o levou a um notável percurso de militante da ciência e da cultura, manifestando interesse por todos os níveis do ensino, ao lado da elaboração de um programa de intervenção cultural, científica e pedagógica. Empenhou-se em dar continuidade à Universidade Popular (a que restou, em Lisboa), oriunda do período republicano, através de conferências destinadas à população em geral e mais tarde publicadas em livros. Nestas conferências encontramos desde temas da matemática à manifestação de suas inquietações humanistas e sociais: "Galileo Galilei – valor científico e valor moral da sua obra"; "A Escola Única"; "A Arte e a Cultura Popular" e a "A Cultura Integral do Indivíduo – Problema Central do Nosso Tempo", onde traçou os fundamentos de seu programa de intervenção pedagógica. Dentre as iniciativas que levou adiante, a Biblioteca Cosmos constituiu-se numa das mais bem sucedidas iniciativas de divulgação da ciência: entre 1941 e 1948 publicaram-se cerca de 150 volumes, com tiragem aproximada de um milhão de

exemplares, o que correspondeu em grande medida àquilo que punha como questão central de sua geração: o despertar a "alma coletiva das massas". Na década de 1930 propôs a criação e fundou o Centro de Estudos de Matemáticas Aplicadas à economia, e ao lado dos matemáticos que compuseram o "Movimento Matemático", dentre outras iniciativas, contribuiu decisivamente para a criação da *Gazeta de Matemática*, em que dirigiu a seção pedagógica. Comunista, participou da comissão central do MUNAF e do MUD, com boas relações entre os militantes de outros campos da oposição. Matemático com especialização em gestão econômica e financeira, mesma área de Salazar, despertou especial atenção deste, pois seu nome era dado como certo em um Ministério das Finanças de um eventual governo da oposição ao regime. Em 1946 foi "afastado" da atividades de docência e pesquisa, cerca de dois anos antes de vir a falecer.

O fato de ter sido membro do PCP não fez com que Caraça limitasse o seu programa de intervenção cultural, científica e pedagógica à divulgação dos preceitos ideológicos do comunismo. Embora fosse militante, "Bento Caraça não tem a história no bolso. Em várias oportunidades, colocou fundadas reservas à confusão entre pensamento do futuro e finalismo" (PITTA, 2003:1), o que em outros termos, poderia ser lido como uma rejeição teórica do determinismo. Nesta acepção, a construção do futuro demandaria esforço prático coletivo. Ao interpretar o seu tempo como uma época de *transição* e *crise*, Caraça via nestas características elementos positivos, pois a transição nada mais seria do que "uma ponte de passagem entre aquilo que desaparece e o que vai surgir" (CARAÇA, 1970:34). Assim, a *crise* seria decorrente deste processo, no qual "o que desaparece" ainda permanece presente, embora na iminência de ser superado por uma nova ordem. Por outro lado, apesar da crise manifesta em termos civilizacionais, para Caraça nem tudo estava em crise, e aqui residia parte de seu otimismo na razão:

> Na realidade nem a razão, instrumento supremo nem a vontade de justiça estão em crise. O que está em crise na Europa e no mundo é a estimação dos meios de impor a razão e de realizar a justiça, super-estruturas dum mundo social cujas bases se decompõem rapidamente. O que a Europa e o mundo reclamam dos intelectuais – é a coragem de assumir as responsabilidades de soluções capazes de integrar mais profundamente a Razão e a Justiça na existência comu m dos homens. (*op.cit.*:25)

A "missão" ou "responsabilidade" do intelectual fica claramente formulada na passagem acima: valorizar e encontrar os "meios de impor a razão e realizar a justiça" de maneira "integrada". Esta seria propriamente a *crise* ou impasse a ser superado e que dependia para tanto de uma ética pedagógica. O que Caraça propunha ao intelectual – e aqui se manifestava algo de sua constante preocupação com a "aplicabilidade" do conhecimento -, não era tão somente a elaboração de um pensamento que conduzisse à erosão da antiga ordem, mas também "soluções" capazes de produzir a profunda "integração" entre razão e justiça.

Sua busca por tais "soluções" partia de uma fundamentação teórica. Em algumas de suas passagens mais conhecidas é possível entrever o que pensava sobre o que poderia vir a levar à "integração" almejada entre razão e justiça – tratava-se de encontrar uma lei frente à qual se subordinasse todo o desenvolvimento histórico:

> Creio que essa lei existe e pode formular-se, pouco ou mais ou menos, nos seguintes termos: nos seios das sociedades humanas manifestam-se permanentemente dois sentidos contrários – o individual e o coletivo – de cuja luta resultará um estado superior dessas mesmas sociedades, em que o primeiro princípio – o individual – chegado a um elevado grau de desenvolvimento, se absorverá no segundo.(*op.cit.*: 43)

A "integração" seria necessariamente produto da superação das contradições existentes entre o individual e o coletivo, precisaria ser socialmente construída, pois não é um produto da ordem natural. Trata-se de um processo: "cada fase da luta é um passo novo dado no caminho para a unidade do individual e do coletivo" (*op.cit.*: 43). Neste processo, o intelectual atuaria com seu trabalho de "construir um princípio superior que haverá de harmonizar os contrários" (PITTA, *op.cit*: 3), com vistas à elaboração de "um novo sentido do todo".

Em outros termos, a crise contemporânea também poderia ser encarada como a crise do próprio capitalismo. A burguesia, após sua ascensão ao poder, "não resistiu ao anquilosamento que vimos (...) ser característica essencial das classes dirigentes. Depressa cessou a harmonia dos seus interesses com os interesses gerais" (CARAÇA, *op.cit*: 44). Valores preconizados como universais, como a liberdade, a igualdade e a fraternidade tornaram-se "inoperantes" entre as "idéias dominantes de governação". Diante desta questão, coloca-se o seguinte problema:

> As elites propulsionadoras, em cada período histórico, do desenvolvimento científico, literário, artístico, foram realmente aquelas que, nesse período, ditaram a forma de constituição da sociedade, a orientaram, regularam o seu funcionamento orgânico? por outras palavras, elite cultural e científica e classe dirigente são a mesma coisa? ou, melhor ainda, a primeira está compreendida na segunda? (*ibid.*:49)

A resposta de Caraça vem na direção de apontar que a direção política da sociedade não é uma mera questão política *stricto sensu*, mas uma questão de construção de um "sentido do todo" e, portanto, uma questão de raiz cultural. Com isto Caraça não estava afirmando a primazia da "revolução das mentalidades" sobre a "revolução política", no moldes dos *seareiros*, uma vez que estava convicto da "interdependência" entre os seres e suas "relações no meio ou grupo em que estão integrados" (*ibid*.:185). O que, em outros termos, pretendia demonstrar com a resposta dada é o alcance tanto científico quanto moral do trabalho intelectual, pois ao mesmo tempo em que faz avançar um domínio de conhecimento específico, possibilita transformar a mundividência, libertando o olhar de constrangimentos anteriores. Mas o trabalho intelectual não é auto-suficiente, pois depende da apropriação histórica e coletiva deste e de outros patrimônios, de tal maneira que o "novo sentido do todo" "integrará cada vez mais indivíduos" (*ibid:* 138). Por sua vez, a relação entre a extensão do patrimônio e sua integração progressiva não é de causa e efeito, mas da ação recíproca. A "cultura integral do indivíduo", cuja busca Caraça queria estimular a quantos leram ou

escutaram sua conferência de 1933, era a aquisição de uma bagagem cultural que ampliasse a mundividência e conduzisse à liberdade: "a cultura é afinal um princípio de orientação, é o conjunto de aquisições que permite a cada ser humano encontrar o seu lugar" (PITTA, *op.cit*: 7). O sujeito da história é aquele que busca, por escolha própria, afirmar e determinar este seu lugar. Acerca disto, seu enunciado sobre o "homem culto", em linguagem didática, alcançou ampla repercussão em sua geração e posteriores:

> O que é o homem culto? É aquele que: 1º. – Tem consciência de sua posição no cosmos e, em particular, na sociedade a que pertence; 2º. – Tem consciência da sua personalidade e da dignidade que é inerente à existência como ser humano; 3º. – Faz do aperfeiçoamento do seu interior a preocupação máxima e fim último da vida. (CARAÇA, *op.cit.*: 51)

Aqui se encontra uma radical distinção frente a outras concepções sobre o "intelectual" como, por exemplo, aquela de Fidelino de Figueiredo. A "responsabilidade" principal do intelectual não é a de controlar as "massas" de "bárbaros" com o intuito de preservar as maiores manifestações do "espírito" da humanidade – o que os torna "os melhores" -, mas, cabe-lhes transformar a mundividência ao mesmo tempo em que promovem uma ação pedagógica. Nestes termos, não caberia apenas ao intelectual apreender o patrimônio cultural da humanidade, mas coloca-se a si próprio a tarefa de formar-se perante si mesmo, perante os outros e perante o cosmos. Apenas deste modo seria possível *integrar*, nos planos moral, social e cósmico os "novos sentidos do todo". A diferença de fundo consiste na crença de Caraça na "emancipação universal do homem", fonte de seu humanismo. Em outra direção, podemos interpretar suas idéias como uma ruptura com as teorias que reservam ao intelectual um papel de "vanguarda" ou elitista. Em sua concepção, embora os intelectuais sejam uma "elite cultural", por deterem a capacidade ímpar de (re)interpretarem o mundo, todos os homens, sem distinção, são agentes de sua própria história.

Voltando à questão de Gramsci, podemos observar que o comportamento político dos intelectuais variou entre a defesa da autonomia do intelectual - sem necessariamente se eximir

do seu "compromisso ético" -, ao necessário engajamento político articulado a setores, classes ou grupos sociais específicos. Universalismo, internacionalismo, particularismo como única forma possível de ser universal ou preservação de uma relativa autonomia corresponderam a diferentes maneiras de se pensar a intervenção política e cultural dos intelectuais no contexto analisado. Por outro lado, nenhuma das concepções aqui expostas sobre a ética desses "trabalhadores do espírito" defendeu a idéia da "torre de marfim", a que nos referimos, isto é, a atitude exclusiva de contemplação e contemporização frente aos acontecimentos. De alguma maneira, em todos os casos analisados, a tomada de consciência acerca de suas "responsabilidades" ou, "numa palavra, o seu dever", para usarmos a expressão de Antonio Aniceto Monteiro[42], pressupõe a ação, a perplexidade, a capacidade de ser sensível às manifestações sociais, culturais e políticas do seu tempo. Assumir tal compromisso ético levou a que esses intelectuais concebessem "a si próprios como uma elite política com uma missão específica" (RAMOS, 1992: 484).

Na prática, esta "missão" ou consciência da "responsabilidade" ética, atrelada a grupos sociais ou com diferentes graus de autonomia, traduziu-se em manifestos, publicações, escolhas estéticas, atividades didáticas ou pedagógicas, entre outros. Frente às manifestações "oficiais" do regime, sua política educacional ou ideologia, a defesa da ciência frente à "educação nacional", como no caso dos matemáticos, ou a liberdade de expressão e anistia, frente à censura e repressão, constituíram-se em motes agregadores, em diversas iniciativas, de intelectuais com distintas orientações políticas ou de pensamento.

Outro aspecto comum a todos os casos aqui analisados diz respeito a uma tomada de consciência acerca do pertencimento: 1) a uma "elite cultural e política"; 2) a uma nação. Para o primeiro caso, esta tomada de consciência variou da defesa de um elitismo ao papel de dirigente, de agente de uma "revolução das mentalidades" geradora de valores cívicos à de

[42] Cf. seção 3.1.

transformador da mundividência, a quem corresponde também uma ação pedagógica. Isto sem remeter também à concepção do regime acerca do intelectual como agente da "política de espírito" ideológica para a "realização dos fins superiores do Estado". Para o segundo caso, os sentidos da atividade cultural remetiam geralmente à identidade nacional ou ao desejo de constituírem uma literatura, arte ou ciência portuguesa. Embora em diálogo com aspectos universais dos domínios da arte, da ciência ou da literatura – e apesar do internacionalismo, no caso dos comunistas -, os intelectuais aqui enfocados, e como parte da recusa à ideologia nacional, propunham-se a estruturar tais domínios na sociedade portuguesa em relação com a modernidade e não com os valores vigentes do regime. Ao mesmo tempo, buscavam estar atentos às formas de expressão e demandas sociais particulares à sociedade a que pertenciam: tais inquietações conduziram-nos a constrangimentos em Portugal que os levaram a partir para o exílio. Igualmente, no exílio, a manutenção dos vínculos com tais inquietações do âmbito da "cultura portuguesa" foi uma constante.

3.4 FORMAS DE EXPULSÃO, REDES E O BRASIL COMO DESTINO

Nos depoimentos ou registro de memórias, muitos dos intelectuais que vieram para o exílio no Brasil destacaram o fato de em Portugal não poderem mais exercer de modo regular suas atividades profissionais como lecionar, publicar, participar de atividades ou associações culturais. O diálogo atualizado, no campo das artes, literatura ou da ciência, era muitas das vezes mantido de modo velado, ou com produtores internacionais, ou, senão, com portugueses já anteriormente emigrados. Nesse sentido, as redes de relações estabelecidas com intelectuais no exterior, estrangeiros ou portugueses exilados permitiram a vinda da maioria desses personagens e viabilizaram o exercício de uma profissão relacionada à docência, à pesquisa ou à produção artística.

Da primeira leva de exilados republicanos, João Sarmento Pimentel e Jaime Cortesão foram forçados a deixar o país em decorrência de envolvimentos em tentativas de golpe com vistas à restauração da República. Sarmento Pimentel optou por vir ao Brasil, onde tinha parentes e Jaime Cortesão, como a maioria dos exilados republicanos, preferiu fixar-se entre a Espanha e a França, na preparação de alguma insurreição contra o regime. Ambos mantiveram a expectativa de que o regime recém-instaurado pouco duraria: nos primeiros nove meses em que esteve no Rio de Janeiro, Sarmento Pimentel sequer procurou um emprego e manteve família e filhos durante quatro anos à espera em Portugal. Somente em 1931, após o reencontro com o amigo Jaime Cortesão na Espanha, para outra participação fracassada de um *putsch* com outros "emigrados políticos", foi que decidiu em definitivo pelo exílio no Brasil, que desde então imaginou ser o destino dos outros, tanto em termos de expectativas quanto em decorrência do avanço dos autoritarismos na Europa.

> Em Madrid ainda voltei a encontrar-me com Jaime Cortesão, ele sempre esperançado no dia de amanhã, e que me propôs acompanha-lo mais uns meses na reorganização das forças revolucionárias que haviam de reimplantar a República em Portugal.
> Não aceitei e disse-lhe que agora só havia para nós, emigrados políticos, uma solução: o Brasil, e que lá o esperava e ao comandante Jaime de Morais.
> Não me enganei. Anos depois aqui vieram parar e aqui marcaram posição de alto relevo, como mereciam seus dotes de inteligência, de trabalho, de honradez. (PIMENTEL, 1974: 346)

Em 1940 Cortesão desembarcou no Brasil, para onde veio com o apoio de Sarmento Pimentel, Ricardo Severo e outros republicanos radicados em São Paulo e Rio de Janeiro. Nas duas décadas seguintes, apoiaram a vinda de vários outros intelectuais, a quem conheceram em Portugal ou tomaram conhecimento por suas participações nos meios culturais e políticos: Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena, entre outros, como, por exemplo, o grupo de jornalistas demitidos do *Diário Ilustrado* em 1957, e que no Brasil vieram a compor, ao longo de anos, a equipe editorial de *O Estado de São Paulo* (OESP). Foi a amizade de Jaime Cortesão, numa altura em que já se encontrava havia alguns anos no Brasil – tendo já

trabalhado no Itamarati e organizado a *Exposição Histórica do IV Centenário de São Paulo* -, com Júlio de Mesquita, diretor de *OESP*, que possibilitou a admissão de Miguel Urbano Rodrigues. Em seguida, vieram outros membros da antiga equipe do *Diário Ilustrado*, como Victor da Cunha Rego e João Alves das Neves, que se juntaram aos que vieram por iniciativa própria anos antes; Paulo de Castro, que chegou em 1946, e Carlos Maria de Araújo, em 1953. (RODRIGUES, 2002). Já nesta altura a configuração de uma rede de relações no exílio tornara viável em muitos casos algum acolhimento e colocação profissional na sociedade brasileira.

Entretanto, durante décadas, foram essas redes que possibilitaram também a circulação de informações, obras de pensamento, publicações as mais diversas, além de recursos materiais para a manutenção das atividades da oposição no exílio ou para ajuda humanitária a parentes de presos políticos. Não eram incomuns as denúncias e manifestos publicados na imprensa internacional e assinados por intelectuais de vários países, denunciando as práticas do regime e a situação da atividade cultural e científica em Portugal. O historiador Joaquim Barradas de Carvalho, enquanto esteve exilado no Brasil (de 1964 a 1970), ao mesmo tempo em que lecionou na USP publicou com certa periodicidade uma coluna no jornal oposicionista *Portugal Democrático*, intitulada "O Obscurantismo Salazarista". A coluna visava a relatar os motivos e as formas de expulsão de intelectuais portugueses durante o regime salazarista. O mesmo jornal tinha sua periodicidade garantida, em grande parte, em decorrência do envio de colaborações internacionais, na forma de artigos ou dinheiro. O termo "obscurantismo", utilizado para designar as práticas do regime, pode ser tomado ao mesmo tempo como categoria analítica e nativa, e era um dentre os termos de um vocabulário compartilhado pela oposição em exílio.

Foram as redes de relações acima mencionadas que possibilitaram a vinda do grupo de matemáticos que compuseram, cito "a melhor escola de matemática formada por portugueses"

que “não é a do Porto, nem a de Lisboa, nem a de Coimbra, mas sim a do Recife, aqui no Brasil, com Ruy Luís Gomes, Manuel Zaluar Nunes, Alfredo Pereira Gomes, José Morgado e António Brotas”, como escreveu Joaquim Barradas de Carvalho em um de seus artigos no *Portugal Democrático* (CARVALHO, 1974:16). Ruy Luís Gomes, professor catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, demitido deste cargo por motivos políticos, foi candidato à Presidência da República nas eleições portuguesas de 1951 pela oposição articulada em torno do MND, mas viu-se forçado a deixar o país após sua terceira passagem pela prisão, em decorrência do apoio retirado em favor da autonomia de Goa, uma das então colônias portuguesas em 1954. Trajetória semelhante foi a de José Morgado. Um dos mais importantes dirigentes do MND, passou alguns anos na prisão até vir ao Recife em 1960. Ruy Luís Gomes chegou ao Brasil dois anos depois, após uma breve passagem pela Argentina. Manuel Zaluar Nunes foi dos primeiros a chegar a Pernambuco, após ter sido demitido, em 1947, do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa, onde era professor catedrático, na companhia do seu então assistente José Morgado. O primeiro a vir ao Recife foi Alfredo Pereira Gomes, antigo assistente de Ruy Luís Gomes na Universidade do Porto e demitido na mesma ocasião deste. Em muitos casos, o exílio não teria sido direcionado primeiramente para o Brasil. Foi o caso de Alfredo Pereira Gomes que, antes, passou pela França, onde se manteve como pesquisador do CNRS e, mesmo em Recife, manteve por alguns anos o vínculo como professor associado na Universidade de Nancy. Em depoimento, afirmou que, em uma primeira ocasião, recusou o convite direto de Luiz Freyre, na França, pois não tinha quaisquer planos de vir a trabalhar no Brasil. Luiz Freyre era já havia alguns anos colaborador e correspondente de algumas das iniciativas do “Movimento Matemático”. Cerca de um ano depois, Alfredo Pereira Gomes procurou Luiz Freyre para saber se a proposta mantinha-se de pé. Atrasos na instauração do curso de matemática na Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife possibilitaram sustentar a proposta (depoimento de

Alfredo Pereira Gomes). Manuel Zaluar Nunes também passou primeiramente pelo CNRS e recebeu o mesmo convite, aceitando-o de pronto.

Ruy Luís Gomes foi professor, antes de Recife, na *Universidad del Sur*, em Baía Blanca, Argentina. Nessa Universidade era professor António Aniceto Monteiro, português que realizou seus estudos em Portugal e na França, sem nunca ter sido admitido como docente em Portugal. Em decorrência de contatos e convites de matemáticos brasileiros que conheciam algumas de suas obras e iniciativas, foi o primeiro membro do "Movimento Matemático" a vir ao Brasil, ainda em meados dos anos 1940, onde começou sua carreira docente na Universidade de São Paulo e depois na Universidade do Brasil, até ir para a Argentina. Por fim, António Brotas, último a chegar ao Recife, doutorou-se em Física Teórica pela Universidade de Paris como bolsista do CNRS após ter sido demitido do cargo de professor assistente no Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa. O convite partiu dos demais matemáticos já radicados no Recife. Em um espaço de pouco mais de uma década (1952-1963) vieram os matemáticos portugueses e o físico que ajudaram a constituir a matemática e a física no Recife. A maioria aí permaneceu por muitos anos, mas nenhum radicou-se em definitivo no Brasil.

Por sua vez, também a mobilização para a vinda de escritores envolveu, na maioria das vezes, uma série de contatos entre brasileiros e portugueses aqui estabelecidos. Uma parcela significativa dos personagens iniciou sua carreira docente no ensino superior no Brasil, embora tivessem já publicado diversos estudos e textos literários. Outros aqui permanecem como escritores, mas no exercício de outros ofícios, ora ligados às letras, ora não.

Além de João Sarmento Pimentel e Jaime Cortesão, um outro intelectual português abriu o *campo* das letras, nas universidades, aos portugueses, particularmente nos estudos de história, crítica e teoria literária, com ênfase em literatura portuguesa: Fidelino de Figueiredo. Fidelino chegou ao Brasil a convite da USP, numa altura em que seus estudos literários e

conferências tinham já alcançado repercussão internacional e após passagens pelas Universidades de Madri e Autônoma do México. Com a incumbência de constituir a área de estudos em língua e literatura portuguesa, formou quadros que por suas aulas conhecerem muitos dos autores portugueses, inclusive contemporâneos, como Adolfo Casais Monteiro e Jorge de Sena. Foi o genro de Fidelino, o brasileiro Antônio Soares Amora, que também se especializou em língua e literatura portuguesa e, quando já era professor da USP, recebeu a tarefa de formar, constituir o quadro docente e a estrutura curricular, além de dirigir o Instituto Isolado do Interior de São Paulo em Assis. A partir de 1958 este Instituto teve em seus quadros eminentes e jovens professores brasileiros, como Antonio Cândido e portugueses, que se iniciavam na carreira docente em letras, como Vitor Ramos e Jorge de Sena. O modelo de Assis foi seguido em Araraquara, onde lecionou e doutorou-se Jorge de Sena, além de Adolfo Casais Monteiro, que aí atuou como professor.

O detalhamento de duas trajetórias, as de Fernando Lemos e Adolfo Casais Monteiro, nos dão alguma idéia das articulações estabelecidas com a finalidade de trazer ao Brasil esses personagens. No caso do artista plástico Fernando Lemos, os contatos mais estreitos foram estabelecidos com brasileiros. Quando chegou ao Brasil, em 1953, trouxe consigo uma série de cartas de apresentação, escritas por artistas brasileiros que conheceu em exposições e círculos artísticos dos quais participou na França e na Espanha. Também o atraiu o material de divulgação levado a Portugal pelo emissário do IV Centenário de São Paulo, Paulo Mendes de Almeida, em sua visita de campo. O convite para trabalhar na organização da exposição do IV Centenário partiu de Jaime Cortesão, no ano seguinte à sua chegada ao Brasil, após uma consulta a Manuel Rodrigues Lapa, que indicou o artista a Jaime Cortesão.

> E até que, nos anos cinqüenta, surgiu aqui um anúncio, um folheto sobre o quarto centenário de São Paulo que vinha a acontecer e tal. Eu me entusiasmei, eram tantas as promessas aí de eventos que eu achei que era interessante. E vim embora pra cá. Eu não sabia se ia ficar aqui, mas havia – como não em mim só, mas em todas as pessoas que eu estimava em Portugal e me interessava – uma grande curiosidade em conhecer o Brasil, como português isso é muito importante. E eu já fui

> criando lá conhecimentos de gente, conheci o Murilo Mendes, Marcos Rabelo...o escritor Marcos Rabelo, vários intelectuais me diziam: "Olha, você vai para o Brasil! Vai para o Brasil!". E eu dizia: "Olha que eu vou, héim! Olha que um dia eu vou!". De maneira que esse entusiasmo me trouxe, e eu não sabia se eu ia ficar, mas, a Portugal eu sabia que não ia voltar mais. Eu cortei tudo (...) fui embora e disse: 'Não volto!'. Já tinha estado na França, já tinha estado na Espanha, mas sempre assim, apalpando o terreno, quando voltava para Portugal as coisas estavam do mesmo jeito, até que me desanimei e vim embora. E foi isso. Acabei vindo embora. Morei um ano no Rio e fui contratado... acabei sendo contratado pelo Jaime Cortesão para trabalhar na exposição de história. E fiquei, acabei ficando no Brasil. (Depoimento de Fernando Lemos)

Como parte das atividades previstas no IV Centenário estava a realização de um Congresso Internacional de Escritores, seguido dos Encontros Intelectuais, este último patrocinado pela Unesco, mas também incluído na programação do IV Centenário. Ambos ocorreram em agosto de 1954, na Biblioteca Municipal Mário de Andrade. Paulo Mendes de Almeida, emissário do IV Centenário ao exterior, ficou responsável por fazer contatos e convites, tendo acertado com Casais Monteiro, nesta altura escritor e crítico literário já consagrado, os meios para sua vinda definitiva ao Brasil. Entretanto, o governo português condicionou a permissão para a saída do país de Casais Monteiro e de Miguel Torga à extensão do convite a dois outros: o conde de Aurora e Álvaro da Costa Pimpão (GALVÃO, 2002). Casais Monteiro estava desde a década de 1930, por conta de atividades políticas, proibido de dar aulas ou dirigir publicações. Apesar disto, de modo clandestino ou com a assinatura de outros, exerceu alguma atividade em periódicos. Em decorrência da iniciativa de trazê-lo ao Brasil, sua participação mereceu destaque: atribuíram-lhe o primeiro lugar, na primeira sessão, apresentando a primeira tese. Foi o único, aliás, a apresentar duas teses, nomeado para redigir, com outros dez membros, a Declaração de Princípios do Congresso, além de ser incluído na comissão encarregada de depositar flores no túmulo de Mário de Andrade. Tal articulação que possibilitou a vinda de Casais Monteiro contou com a participação de vários portugueses já então exilados no Brasil, como Jaime Cortesão, João Sarmento Pimentel e Fernando Lemos, e de brasileiros, como Paulo Duarte.

Congressos de Escritores tornaram-se momentos propícios à vinda de intelectuais ao exílio, ao mesmo tempo em que se constituíram como espaços privilegiados para se defender

a liberdade de criação, as denúncias contra a censura em Portugal e a exposição de críticas à ideologia nacional-colonial. Casais Monteiro não poupou críticas às ações do regime junto a intelectuais da oposição. Suas considerações foram alvo de polêmica, combatida por membros da "delegação oficial" portuguesa. Algo muito semelhante veio a ocorrer em 1959, em Salvador, por ocasião do IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, cabendo o papel de "polemizador" a Agostinho da Silva. Foi também por conta deste Colóquio, e com o apoio de intelectuais brasileiros e de Eduardo Lourenço, então professor na Universidade da Bahia, que Jorge de Sena chegou ao Brasil e aqui permaneceu, à revelia do governo português (RIBEIRO, 2002).

Vitor Ramos e Sidónio Muralha decidiram por conta própria estabelecerem-se no Brasil, pois aqui não tinham parentes ou amigos, nem contaram com uma rede de relações profissionais para conseguirem alguma colocação. Ambos conseguiram a transferência para o Brasil em seus empregos originais. Vitor Ramos trabalhava desde 1938 como jornalista e repórter para a agência *France Presse*, primeiro em Lisboa, depois em Paris. Sidónio Muralha trabalhou pela *Unilever Internacional*, no Congo Belga e na Bélgica. Foi definitivo para a decisão da vinda de Vitor Ramos a fato de ter conhecido a brasileira Dulce Helena Pessoa, num congresso de estudantes comunistas e com quem mais tarde se casou. Sidónio Muralha, foi enfático em um de seus depoimentos: "escolhi o Brasil, sobretudo por causa da língua. Mas não acredito na existência de coisa mais trágica que o exílio" (*apud* ABRAMOVICH, 2005). Anos antes de vir ao Brasil, deixaram Portugal em decorrência do envolvimento em atividades políticas que lhes foram pessoalmente desgastantes. Vitor Ramos, ao chegar ao Brasil, cumpriu uma das incumbências que lhe atribuiu o PCP: a de contatar os opositores do regime dispersos no Brasil para se agregarem em torno de iniciativas comuns, dentre as quais se previa a criação de um jornal.

Joaquim Barradas de Carvalho chegou ao Brasil às vésperas do golpe militar de 1964. Encontrava-se já havia alguns anos na França, para onde fugiu a fim de escapar de uma eventual prisão – depois de passar anos na clandestinidade, como militante do PCP -; ali deu continuidade aos seus estudos e investigações na área de história, reforçando o vínculo que desde meados dos anos 1940 mantinha como o grupo reunido em torno da chamada *Escola dos Annales*. Fernand Braudel, figura central dos *Annales*, esteve no Brasil nos anos 1930, quando se integrou ao grupo de franceses que veio para São Paulo com a incumbência de constituir os estudos de filosofia e ciências humanas na USP. Formou discípulos em São Paulo que mantiveram o vínculo com o mestre e seu grupo após seu retorno à França. Na altura em que recebeu o convite da USP, Barradas encontrava-se na França, vinculado ao grupo de Braudel e como investigador do CNRS. A princípio pensou em recusar, mas as expectativas de trabalho e pesquisa que se criaram, aliadas às motivações de ordem política (São Paulo tornara-se um dos núcleos mais organizados da oposição no exílio) e a sua amizade com Vitor Ramos – que se encontrava tanto na direção do jornal da oposição *Portugal Democrático* quanto na USP, como recém-contratado -, pesaram em sua decisão em vir ao Brasil.

Enfim, por motivos semelhantes aos casos aqui abordados, outros intelectuais vieram para o Brasil, para outras regiões ou vinculados a outras iniciativas. Com as pessoas migraram também as idéias, saberes e práticas de diversas áreas do conhecimento. Além disto, trouxeram consigo toda uma bagagem cultural e política, de formação de uma massa crítica com base na qual observaram e se localizaram numa sociedade brasileira que experimentou, entre as décadas de 1930 a 1970, transformações radicais em sua força de trabalho e estilos de vida, em decorrência do seu acelerado desenvolvimento e industrialização. Nesta sociedade, e com aquela bagagem a que nos referimos, situaram-se e foram reciprocamente localizados e situados em meios sociais os mais diversos, do associativismo às universidades, editoras,

sindicatos, partidos, campos científico, literário e artístico, dentre outros. As páginas que seguem procuram abordar como se deu este processo de transferência de conhecimentos, em sentido *lato*, abrangendo a ciência, artes, literatura, jornalismo e militância política.

4 INSERÇÕES DIFERENCIAIS NA SOCIEDADE RECEPTORA

Este capítulo procura dar conta do processo de interação e inserção dos personagens estudados e dos projetos de cunho cultural, político, profissional ou científico - engendrados originalmente num contexto de formação europeu -, nas estruturas sociais da sociedade brasileira e de específicos *campos* de saber, através do tempo (1927-1974). Para avançar na compreensão desse processo, é necessário identificar quais desses espaços foram diferencialmente abertos ou negados a esses personagens e seus projetos, através da contextualização histórica da situação sócio-política do imigrante português nesta sociedade e do *estado das artes* e formas de reconhecimento no interior de cada *campo* de conhecimento. Do mesmo modo, é também importante mapear as relações pessoais e institucionais que estabeleceram ao longo de suas trajetórias profissionais no Brasil, e se (e como) tais relações mediaram tal inserção. Para efeito de análise, optou-se por distinguir em duas fases o exílio intelectual português no Brasil: a primeira, entre 1927 e a década de 1940, foi marcada pela significativa presença republicana no campo da oposição e pelo fato de o fluxo constituir-se de casos pontuais, como os de João Sarmento Pimentel, Jaime Cortesão, Fidelino de Figueiredo e Antonio Aniceto Monteiro. A análise da condição social do exilado político português no Brasil e o mapeamento dos campos sociais onde atuaram, nesta fase, deixam entrever as dificuldades enfrentadas, mas também as relações estabelecidas no Brasil que tornaram possível a vinda de novos contingentes após a Segunda Guerra. A segunda fase, do pós-guerra, abrange, sobretudo, as décadas de 1950 e 1960, marcadas pela diversidade de orientações ideológicas no campo da oposição - apesar da forte inserção comunista -, pelo fluxo constante e significativa presença desses quadros em São Paulo e Recife, onde constituíram e atuaram em organizações e iniciativas comuns.

Neste sentido, a observação dos personagens, na segunda fase, será direcionada para os múltiplos *campos sociais*, da política e da cultura, onde atuaram. Para o primeiro caso, as atividades da oposição no exílio no pós-guerra tornaram-se muitas vezes possíveis através de *redes sociais* de esquerda, que atravessavam imprensa, partidos, sindicatos, editoras, universidades e meios culturais e artísticos, com participação expressiva de intelectuais e políticos brasileiros e portugueses. Para o segundo caso, *redes sociais* entre pares profissionais – cientistas, artistas, literatos e jornalistas – portugueses e brasileiros, viabilizaram a vinda e fixação em instituições de ensino e pesquisa, a publicação e a difusão de obras e saberes, participações e organizações de encontros, exposições, entre outras iniciativas. Além das *redes sociais totais* desses específicos *campos sociais*, *redes parciais* (BARNES, 1987) de parentesco, filiação ideológica ou partidária e de amizade, asseguraram as condições e a eficácia de empreendimentos e projetos individuais ou coletivos.

Nas seções que abordam esta segunda fase, entre os anos 1950 e 1974, a subdivisão temática está relacionada com os diferentes *campos* políticos e culturais onde atuaram e atividades que aqui exerceram: “Os Intelectuais e a Oposição Política no Exílio”, “Atuação no Ensino e Pesquisa” e “Imprensa, Editoras, Produção Artística e Literária”. Por fim, a seção “1964: Duplo Exílio?”, trata dos dilemas acerca da decisão de continuar ou não no Brasil, após o início da ditadura militar e das atividades culturais e políticas que mantiveram até a queda do Estado Novo em Portugal.

4.1 PRIMEIROS EXÍLIOS: SITUAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA E CAMPOS SOCIAIS

Ao longo dos séculos XIX e XX, o Brasil tornou-se receptor de fluxos migratórios em massa, de múltiplas etnias e nacionalidades. Dentre estes, o imigrante português destacou-se em quantidade e diversidade de estratos sociais representados. Além disto, as relações

históricas e culturais entre os dois países, marcadas pelo legado colonial e pela imigração, tornaram e tornam esta *presença* peculiar. Se, de um lado, a maior parte do contingente que aqui desembarcou, no século XX, era de imigrantes em busca de trabalho e de "fazer a América", de outro, o Brasil foi também um dos principais portos de imigrantes políticos, com expressiva presença de opositores da ditadura militar e do Estado Novo instituídos em Portugal por quase cinco décadas.

O primeiro "emigrado político" da ditadura militar a chegar ao Brasil, após uma fracassada tentativa de golpe, em 1927, foi o militar, republicano e *seareiro* João Sarmento Pimentel. Durante nove meses, na expectativa de retorno a Portugal, sequer chegou a procurar um emprego. Começou por trabalhar na Companhia Souza Cruz, no Rio de Janeiro, numa altura em que a fábrica já havia sido comprada pelos ingleses. Cerca de um ano depois foi transferido para São Paulo Nesta cidade iniciou sua participação na vida associativa, no Centro Republicano Português, fundado em 1908 por iniciativa de Ricardo Severo e local que abrigava os opositores do regime instaurado. (PIMENTEL, 1974)

A vida associativa é um dos aspectos mais perceptíveis da presença do imigrante português no Brasil. As associações beneficentes e de socorro mútuo, organizadas no âmbito da então chamada "colônia portuguesa" remontam ao século XIX e, no caso de São Paulo, a princípios do século XX. Essas associações tenderam a uma defesa dos imigrantes e "seu caráter cultural específico" - ressaltado com o surgimento das casas regionais. As associações de cunho político são tão antigas quanto, tendo abrigado, por exemplo, exilados liberais no século XIX, como foi o caso do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. Do princípio do século XX até a Segunda Guerra, os republicanos estabeleceram Centros e Grêmios Republicanos tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo. Bastante ativo nos anos 1930, o Centro Republicano Dr. Afonso Costa, do Rio de Janeiro, publicou ao início daquela década o jornal *Portugal Republicano*.

Por outro lado, a intervenção dos Estados-nações português e brasileiro fez-se marcar junto às associações e à "colônia", de modo geral, desde pelo menos os anos imediatamente anteriores à Segunda Guerra. O governo de Getúlio Vargas, através de sua política nacionalista, estabeleceu via legislação restrições aos fluxos migratórios, pela "ameaça econômica" que representavam. Outras medidas vieram a proibir os meios de comunicação de imigrantes e, por fim, as associações de cunho político. Ao mesmo tempo, o governo de Salazar impunha restrições à emigração. Além disto, o Estado Novo português levou adiante, a partir de 1933, um investimento na expansão da propaganda de promoção do regime para as "colônias". Esta propaganda tendia a enfatizar o "papel heróico" do emigrante no "destino migratório" do país. Vista também como "aventura", com contornos épicos que remontavam ao "caráter desbravador" do português, com insistente menção ao período áureo da colonização portuguesa, a propaganda investiu exaustivamente na promoção da imagem de um país em ordem, com as finanças regularizadas e com ataques substanciais ao "caótico" período anterior do regime: a I República. A União Portuguesa Dr. Oliveira Salazar (fundada em 1933) e os jornais *Portugal Novo* e *Voz de Portugal*, surgiram neste contexto, e apoiados que eram pelo regime, fizeram constante apologia do mesmo, tendo alcançado um expressivo sucesso, na medida em que conseguiram projetar a ideologia do regime e sua propaganda, com a adesão para o campo do salazarismo - ou pelo menos para a celebração de seus símbolos e rituais -, de muitos dos imigrantes portugueses. (PAULO, 1995)

Outro aspecto que se institucionalizou neste período foi a "guerrilha velada" aos "anti-salazaristas", travada por representações consulares e algumas associações da colônia, como a *Federação das Associações Portuguesas* (*ibid.*:10), fundada em 1932 e produto direto do Primeiro Congresso dos Portugueses no Brasil, realizado no Rio de Janeiro, no ano anterior, com o intuito de criar uma entidade que reunisse as associações e que tivesse em seus estatutos a finalidade, entre outras, de se consagrar em "porta-voz dos portugueses" da

"colônia". Tais instituições atuaram como verdadeiros agentes do regime. Foram as pressões da recém criada *Federação* que provocaram o fechamento definitivo do jornal da oposição *Portugal Republicano*. Segundo Heloísa Paulo, trata-se de "... um quadro de ações que se encontra articulado a partir da década de 1930, cujo principal objetivo é desacreditar as vozes dos imigrantes políticos que se manifestam contrários ao Estado Novo" (*ibid*: 10). Exemplos dessas práticas de vigilância podem ser encontrados nos relatórios consulares acerca de membros da oposição; nas circulares enviadas do Palácio das Necessidades para a PIDE; nos pedidos diplomáticos para o governo brasileiro coibir as manifestações contrárias, entre os imigrantes, ao regime vigente em Portugal (*ibid.*); nas comendas entregues a importantes personagens da "colônia salazarista" e no incentivo a demonstrações de apoio ao regime e a Salazar. Esse conjunto de ações encontrava-se articulado por redes "de controle e propaganda" (*ibid.*) do regime, em que as informações e o policiamento vinculavam a embaixada portuguesa no Rio de Janeiro e o consulado de São Paulo, entre outros, aos órgãos governamentais de controle em Portugal.

Em 1935, Ricardo Severo conseguiu consolidar os esforços de criação de uma associação que congregasse os portugueses de modo geral, indistintamente dos regionalismos ou orientações políticas: a Casa de Portugal. Sarmento Pimentel também participou desta iniciativa, mas em um curto período a Casa de Portugal mudou de direção e passou a atuar ao lado da *Federação das Associações Portuguesas* e do consulado português de São Paulo na "guerrilha velada" aos opositores do Estado Novo.

Em contrapartida, e com o objetivo de fazer chegar à "colônia" e aos brasileiros, notícias sobre as atividades culturais, ensaios ou artigos de crítica, de Portugal e do Brasil, aproximando os dois países, e fortemente inspirado nos preceitos *seareiros* da primazia da "revolução das mentalidades" sobre a "revolução política", fundou-se em 1930, por Sarmento Pimentel e Ricardo Severo, a *Revista Portuguesa*, que alcançou êxito entre os intelectuais

paulistas. Acerca da revista, Severo e do mecenato entre os imigrantes portugueses que no Brasil se tornaram grandes empresários, escreveu Sarmento Pimentel:

> Ricardo não era somente o líder da colônia portuguesa de São Paulo, mas tido e aceito como tal da de todo o Brasil.
> Mecenas, estavam no páreo Rio-São Paulo os portugueses cariocas Albino de Souza Cruz e Zeferino de Oliveira à História da Colonização Portuguesa aquele e aos Estudos Camonianos o segundo, mas em São Paulo a letra de forma pilotada por mestre Ricardo, ficava sempre ponteira. Conferências, 'Revista Portuguesa', Semana Camoniana em grande estilo, e patrióticas iniciativas que materializaram o culto do Épico com dois dos maiores monumentos que lhe consagra toda a Grei que cultiva a 'última flor do Lácio'.
> Debaixo daquela grande figueira do jardim de mestre Ricardo se delinearam os primeiros projectos da 'Casa de Portugal', se aprovaram as maquetas dos dois monumentos a Camões, os maiores depois do de Lisboa – um em São Paulo, outro em Ribeirão Preto – como também a 'Revista Portuguesa' e sua direção e redacção, cujos primeiros seis fascículos marcam o alto nível intelectual da colônia de São Paulo em 1930-1945. (PIMENTEL, 1974: 236-237)

A *Revista Portuguesa* foi regularmente editada até 1945, com a periodicidade mensal assegurada, e tendo à frente do seu grupo de redatores João Sarmento Pimentel e a colaboração regular de brasileiros, dentre os quais Martins Fontes, Coelho Neto, Guilherme de Almeida e Paulo Duarte; e de portugueses, com destaque para Jaime Cortesão, João Barreira e Antonio Sérgio, que durante anos enviaram suas contribuições do exílio na França ou na Espanha.

Outras iniciativas inspiradas no legado do período republicano, remetendo às Universidades Populares e à inculcação de valores cívicos, foram as escolas fundadas pelo Centro Republicano Português de São Paulo, com instruções gratuitas a filhos de portugueses pobres e cursos de habilitação técnica para o comércio e a indústria. Além disto, havia regularmente uma programação de conferências, acerca de temas variados, mas sempre envolvendo Portugal – e suas relações com o Brasil -, e empenhadas em difundir um sentimento de "pátria" desassociado dos preceitos da ideologia nacional do regime.

> Também naquelas escolas se ensinava, em prelecções semanais, história e geografia de Portugal e do Brasil, ou se promoviam conferências de alto nível, como por exemplo aquela que fez o escritor Carlos Malheiros Dias sobre 'Camões e o Sentimento Nacional' e outra do dr. Nuno Simões acerca

> do intercâmbio comercial do Brasil e Portugal e das possibilidades dos mercados mundiais para os dois países. (PIMENTEL, *op.cit*: 237)

De fato, as associações políticas de oposição, em contraposição à propaganda do regime, expressavam, desde os anos 1930, uma outra visão acerca da imigração portuguesa para o Brasil, enfatizando a pobreza do imigrante e as misérias e perseguições políticas vivenciadas em Portugal. Apesar da proibição de tais associações no Brasil, a partir de 1934, e das perseguições políticas que se estenderam até 1938, elas ainda tiveram alguma atividade depois de 1942, ano em que o Brasil entrou na Segunda Guerra e passou a permitir a emergência, na sociedade civil, de discursos "antifascistas". A militância foi retomada somente mais tarde, em meados da década de 1950, quando novos contingentes de "antifascistas" refugiaram-se no Brasil, por conta da rearticulação do Estado Novo no pós-guerra e início da Guerra Fria. Esta nova leva de opositores foi marcada pela diversidade política, com expressiva presença de comunistas, contrariamente àqueles de antes da Segunda Guerra, republicanos em sua quase totalidade.

Ao longo de décadas, os "emigrantes políticos" aqui chegados deram conta da *presença* portuguesa no Brasil – de antigo colonizador a contingente de mão-de-obra pesada e pouco instruída (apesar de alguns poucos empresários ou comerciantes bem sucedidos) –, da vida associativa e da particularidade histórica, política e social de suas trajetórias migrantes, nesse novo contexto. Em um aspecto específico, a eficácia da propaganda oficial do regime junto à "colônia" aproximou a idéia de patriotismo ao apoio ao regime, o que gerou acusações, entre os próprios imigrantes, de que os opositores ao regime, por suas críticas, eram "traidores" e "antipatriotas" (SILVA, 2006). A afirmação contrária, de que eram patriotas e isto não os impedia de ser críticos ao regime – "não confundimos a pátria com um regime ou a pessoa de Salazar" – foi tema constante nos jornais da oposição.

Outro aspecto recorrente da *presença* portuguesa no imaginário brasileiro diz respeito a uma representação do português justaposta ou associada ora ao trabalhador "burro de cargas", ora ao comerciante ávido de lucro e riqueza, ora ao colonizador a quem se deve atribuir senão todas, grande parte das mazelas do país; ora ao sujeito tacanho e ora, afinal, ao "burro", na linguagem local, aquele que tem dificuldades para entender as coisas, pois faltam-lhe a "ginga" e a "malandragem" brasileira, tema recorrente no anedotário popular. Os casos de empresários e comerciantes bem sucedidos, por sua vez, repercutem, ainda no presente, de modo expressivo e positivo junto aos demais imigrantes portugueses, em alguns casos sendo objeto de enaltecimento da lusitanidade, por parte destes e daqueles. No Brasil, desde o século XIX, a emergência do nacionalismo tendia a ver o legado colonial português, sua presença e seus signos, como algo a ser superado, ou mesmo a ser apagado da memória ou da paisagem. Em momentos mais exacerbados, a imigração portuguesa chegou a ser considerada como uma "ameaça" à nacionalidade. As imagens do Portugal moderno são recentes, produto, sobretudo, da mídia, do turismo, do aumento registrado nas últimas décadas da emigração de brasileiros para Portugal e da vinda de grandes investimentos portugueses para o Brasil. Desde meados dos anos 1980, os sucessivos governos têm tentado se aproximar dos imigrantes e luso-descendentes, paralelamente ao esforço de construir a imagem do Portugal "moderno", "empreendedor" e "europeu" junto aos "portugueses espalhados pelo mundo" (FELDMAN-BIANCO, 2002; CAETANO DA SILVA, 2002; SILVA, 2002).

Neste sentido, a associação da imagem do português à figura do intelectual, não correspondia às expectativas mais comuns e aos estereótipos arraigados entre a maioria da população brasileira. Além das imagens da imigração, pode ter contribuído para isto a negação do legado e do passado colonial português entre as elites da I República brasileira. Mesmo nos meios culturais e acadêmicos, a Europa era vista até a Segunda Guerra como principal centro irradiador da cultura - numa altura em que o conceito tinha sua abrangência

limitada às manifestações eruditas do espírito -, mas por esta Europa compreendia-se, sobretudo, a França, a Itália, a Alemanha, a Grécia antiga, a Inglaterra e em algumas áreas a Espanha. Após a Segunda Guerra, os Estados Unidos, em parte pelas levas de intelectuais europeus que para lá foram, refugiados dos regimes autoritários na Europa dos anos 1930 e 1940, passaram a ocupar um lugar central no sistema de produção dos saberes e tecnologias e, por conseguinte, no mapa dos centros irradiadores de conhecimento científico, artístico e literário. Além do mais, as políticas norte-americanas de aproximação junto aos países da América Latina, desde meados dos anos 1940, acompanhada de investimentos no âmbito da cultura, contribuíram para isto.

Os debates iniciados nos anos 1920 com vistas à constituição, pela primeira vez no Brasil, de centros de ensino superior nos moldes das Universidades dos países que concentravam a maior parte da produção científica mundial, resultaram na formação da Universidade do Brasil (1931) – que era, de fato, um agregado de escolas, reunidas por decreto e sob inspiração nacionalista e fascista -, da Universidade do Distrito Federal (1935) e da Universidade de São Paulo (1934). As duas últimas, de orientação liberal, eram estaduais e constituíram-se nas primeiras instituições universitárias brasileiras com o ensino vinculado à pesquisa. A Universidade do Distrito Federal (UDF), criada por Anísio Teixeira, teve vida curta: em 1939 foi integrada à Universidade do Brasil e suas unidades transformaram-se na Faculdade Nacional de Filosofia, com cursos nas áreas de humanas, ciências exatas e naturais. Com o passar do tempo, a Universidade do Brasil acabou por adotar o modelo da UDF. Para a implantação de muitas áreas de conhecimento foram feitas contratações de estrangeiros, sobretudo na Universidade de São Paulo. Para a USP vieram intelectuais estrangeiros, contratados em "missões" específicas de implantação de áreas de conhecimento e de pesquisa, dentre as quais se destacaram as "missões" francesa e italiana. Além disto, no âmbito das Ciências Sociais, a Escola de Sociologia e Política de São Paulo, instituição privada, contou

com a significativa *presença* de norte-americanos e alemães, entre outros exemplos. No entanto, entre os estrangeiros havia grande diversidade de nacionalidades, entre as quais portugueses, em menor número, mas que contribuíram para a consolidação de áreas de conhecimento e pesquisa no âmbito das primeiras Universidades constituídas como tais, no Brasil. Entre os portugueses, estiveram Rebelo Gonçalves e, mais tarde, Urbano Canuto Soares e Fidelino de Figueiredo, sendo que este último chegou ao Brasil em 1938, com a incumbência de constituir na USP o ensino e a pesquisa em literatura portuguesa, "precedido da fama de uma obra já realizada e de uma vida que se poderia dizer ´pelo mundo em pedaços repartida'..." (BERARDINELLI, 2002: 103).

Da primeira turma em que lecionou na USP convidou para assistentes Cleonice Berardinelli e Antonio Soares Amora, que mais tarde veio a ser seu genro. Acerca do primeiro ano de Fidelino na USP, escreveu Cleonice:

> Deu aos estudantes de São Paulo o máximo que podiam aspirar: suas lições modelares transmitiam-nos o conhecimento dos fatos, mas, sobretudo, faziam-nos pensar na significação que tinham: o professor de Literatura não deixava nunca de ser o pensador especulativo, atento à interpretação dos problemas individuais ou sociais. (*ibid*: 104)

Ao final do mesmo ano, Cleonice teve de se mudar com a família para o Rio de Janeiro, mas manteve contato com o "mestre" por décadas. Durante a breve passagem de Fidelino pela Universidade do Brasil (1939-41), justamente na fase em que a UDF foi agregada à Universidade do Brasil, Fidelino voltou a convidar Cleonice Berardinelli para sua assistente, mas sem que se conseguisse a aprovação da instituição. Fidelino permaneceu em São Paulo até 1952, onde lecionou até um ano antes, tendo se afastado de suas atividades de trabalho por uma doença que o levou a decidir-se pela volta a Portugal. Durante esses anos no Brasil, formou vários discípulos. Acerca disto, e da exposição do motivo, pela própria Cleonice Berardinelli, que a levou a ser escolhia para falar de Fidelino, em um evento de celebração da presença dos intelectuais portugueses no Brasil, escreveu, em tom de reverência:

> (...) O ter sido sua discípula na primeira turma que lecionou no Brasil já seria razão poderável; o ter-me ele convidado por duas vezes para ser a sua assistente a corroboraria; o ter continuado por 55 anos a tradição por ele inaugurada, mantendo e propagando a devoção que me inspirou o professor, o cidadão, o homem total, também seria ponderável. Um único nome poderia competir com o meu, mas, infelizmente, Antonio Soares Amora deixou-nos a pouco mais de um ano. Companheiros de turma, tomados da mesma admiração pelo Mestre, fomos ambos convidados a trabalhar a seu lado, demos origem a uma plêiade de professores competentes de Literatura Portuguesa, respeitados no Brasil e fora dele, por alunos e colegas, a quem passamos o facho que de suas mãos recebemos. Honramo-los ambos e acredito que ele esteja contente conosco. (*op.cit.*:108)

A consolidação dos estudos de língua e literatura portuguesa no ensino superior paulista possibilitou o acesso às novas gerações de literatos e estudiosos do contato tanto com os clássicos quanto com os autores novos portugueses. A presença dos autores clássicos da literatura portuguesa na lista de livros do ensino ginasial era uma constante, mas o conhecimento dos autores novos era mais comum aos iniciados, pois se restringia à imprensa periódica literária. Além disto, escritores portugueses e brasileiros do primeiro e segundo modernismo de Portugal e do Brasil estabeleceram relações estreitas entre si, o que pode ser constatado, para o primeiro caso, através da presença de Ronald de Carvalho e Eduardo Guimarães na revista *Orpheu*, resultado de uma viagem de Luís de Montalvor ao Brasil. No retorno a Portugal, propôs a participação dos brasileiros a Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro. O mesmo se deu com a participação de portugueses na Semana de Arte Moderna de 1922, entre os quais Antonio Ferro, que anos depois veio a ser diretor do SPN/SNI. Para o caso do segundo modernismo, há muitos indícios de que os autores brasileiros eram bastante difundidos entre os leitores portugueses em geral e entre os escritores. Jorge Amado, por exemplo, alcançou um singular reconhecimento entre os neo-realistas. Por outro lado, Jorge de Sena, por exemplo, estabeleceu correspondência regular com Carlos Drummond de Andrade, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Ribeiro Couto, Cassiano Ricardo, Raul Bopp, Murilo Mendes, Érico Veríssimo, Manuel Bandeira e Cecília Meirelles, iniciadas antes de

Sena vir ao Brasil, decorrentes de contatos firmados durante passagens daqueles escritores em Portugal. Em testemunho recente, Eduardo Lourenço confirmou esta aproximação:

> E por incompreensível que seja, apenas meio século bastou para nos tornar pouco familiares os tempos, míticos para a minha geração, dos Jorge Amado, Graciliano, Érico Veríssimo ou Manuel Bandeira. A nossa relação com eles e o Brasil, que através deles nos era tão presente e se infiltrava no nosso imaginário, tornou-se memória. (LOURENÇO, 1998: 1773)

Do lado brasileiro, o depoimento de Antonio Candido também confirma este intercâmbio, com ênfase na importância adquirida pela "presença física" daqueles autores que conheciam de leituras ou a partir dos cursos que, a partir do final dos anos 1930, tiveram lugar meios universitários paulistas.

> A este propósito, convém registrar que para os da minha geração a presença física deles despertava ressonâncias inconfundíveis, porque nos havíamos nutrido maciçamente da literatura portuguesa, o que gerou uma familiaridade que fazia deles uma espécie de encarnação do que conhecíamos nos livros como representação da natureza, das cidades, dos costumes, dos tipos humanos, da sensibilidade de Portugal. (CANDIDO, 2002a: 16)

Antonio Candido remete à leitura de autores portugueses em geral e à presença física não apenas dos professores Rebelo Gonçalves, Fidelino de Figueiredo e Urbano Canuto Soares, mas a escritores que "passaram por aqui, estabelecendo contatos mais constantes; gente como Antônio Botto, José Osório de Oliveira, Antonio Pedro, Novais Teixeira (...). Ou como Jaime Cortesão e Rodrigues Lapa, seguidos por Casais Monteiro, Jorge de Sena e tantos outros..." (*ibid.*: 17).

Além disto, a *Revista Portuguesa* já havia criado as condições, em mais de uma década de publicação, de aproximação entre autores e debates de língua e literatura dos dois lados do Atlântico. Houve ainda a publicação das revistas *A Águia* (1910-1938) e *Atlântida* (1915-1920) que se apresentavam como "luso-brasileiras". Algumas revistas da imprensa cultural ou literária brasileira traziam em seus números colaborações regulares de autores portugueses,

com destaque para a revista *Anhembi*, editada por Paulo Duarte e que também circulava em Portugal até vir a ser proibida, e da revista *Clima* (1941-1944), da qual fez parte toda uma geração de críticos oriundos da USP: Paulo Emílio Salles Gomes, Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza, Décio de Almeida Prado, Lourival Gomes Machado e Ruy Galvão de Andrada Coelho (PONTES, 1998). As limitações impostas à publicação em Portugal, em decorrência do controle político e da censura, estimularam ainda mais a exploração de outros espaços de divulgação de temas literários e culturais, em língua portuguesa. O conhecimento dos novos autores portugueses nas Universidades e as colaborações regulares nas revistas brasileiras ou publicadas a partir do Brasil, deram início ao estreitamento de relações que, mais tarde possibilitaram a vinda, em 1940, de Jaime Cortesão, e nas décadas de 1950 e 1960, de Adolfo Casais Monteiro e Jorge de Sena, entre outros.

Após 13 anos de exílio entre a França e a Espanha e a participação em diversas tentativas falhadas de ações contra o regime - e na Guerra Civil espanhola -, Jaime Cortesão chegou ao Brasil fugido da ocupação nazista na França, em 1940. Contou com o apoio dos "emigrados políticos" do Rio de Janeiro e de São Paulo. Sem abandonar a atividade política, Cortesão dedicou-se no Brasil, sobretudo, às investigações históricas. Sua primeira ocupação foi como diretor da *Coleção Clássicos e Contemporâneos*, das edições *Livros de Portugal*, voltada para a divulgação dos autores portugueses considerados mais representativos. A coleção iniciou-se com a "Carta de Pero Vaz de Caminha", com ilustrações da artista plástica portuguesa então radicada no Rio de Janeiro – onde também viveu Cortesão - Maria Helena Vieira da Silva. A publicação chamou a atenção por contar com um estudo inédito sobre o documento (SANTOS, 1993: 278-279). Convidado para conferências, manteve o vínculo com atividades editoriais e com a publicação da antologia "O que o Povo Canta em Portugal". Poucos meses decorridos de sua chegada, ingressou no Itamaraty e passou a trabalhar nos Arquivos do Ministério da Guerra e em sua Biblioteca Pública. O Ministério das Relações Exteriores o

convidou para funções de investigador na Mapoteca e nos Serviços de Documentação. Em 1944 iniciou sua atividade docente no Instituto Rio Branco, assumindo a cadeira de "História da Cartografia do Brasil", vínculo que manteve até o fim de seu exílio no Brasil, em 1957. Entre 1946 e 1947 colaborou com artigos de temas históricos no jornal *A Manhã* e a partir de 1943 até seu falecimento, em 1960, no jornal *O Estado de São Paulo*, trabalho que o aproximou de Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal, e viabilizou a vinda nos anos 1950 de muitos escritores e jornalistas portugueses. Em 1952, Cortesão foi convidado para organizar a *Exposição Histórica de São Paulo no Quadro da História do Brasil,* durante as comemorações do IV Centenário de fundação de São Paulo. A exposição teve lugar no então recém-inaugurado Parque do Ibirapuera, ocupou uma área de 7000 metros quadrados com cerca de setecentas peças, para o que contou com uma equipe de 56 colaboradores, dentre os quais os portugueses Agostinho da Silva, também seu genro, Manuel Rodrigues Lapa e Fernando Lemos.

Por fim, ainda nesta fase inicial do exílio, é de se assinalar a presença do matemático Antonio Aniceto Monteiro no Rio de Janeiro. Apesar de não ter conseguido sua permanência no Brasil, criou as condições para o estreitamento das relações entre cientistas brasileiros e portugueses que, mais tarde, gerou o convite para que a maioria dos membros do "movimento matemático" viesse a dar continuidade aos seus projetos no Brasil. Aniceto Monteiro chegou em 1945, a convite da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, fundada em 1939 e remanescente da Universidade do Distrito Federal. Nomes de reconhecimento internacional, como os de Albert Einstein, J. Von Neumann e Guido Beck intervieram a favor de sua contratação, através de cartas de recomendação. O convite foi originalmente feito em 1943: "... depois de me mandarem preparar a viagem em 20 dias, deixaram-me 15 meses sem notícias e sem tomarem uma decisão" (trecho da carta a José Leite Lopes, de 22 de março de 1950 *apud* SILVA, 1997). No Brasil, participou das iniciativas para a criação de um espaço

de pesquisa matemática, de modo a enfrentar a falta de atualização provocada pela Segunda Guerra. Deste modo, desembarcou no país com referências de trabalhos e bibliografias recentes do grande centro que era a França, tendo usado-os largamente em suas aulas. Seus interesses de pesquisa e cursos trataram de Topologia Geral, Espaços de Hilbert, Análise Funcional, Conjuntos Ordenados, Reticulados e Álgebra de Boole (SILVA, *op.cit.*). Entre seus alunos estiveram Maria Laura Mousinho Leite Lopes e Leopoldo Nachbin. A primeira foi sua orientanda em um trabalho de livre docência, numa altura em que Aniceto Monteiro encontrava-se no Brasil, mas sem vínculos com a Universidade, após findo o seu contrato em 1947. O segundo deu continuidade, por 25 anos, à serie *Notas de Matemática*, que Aniceto Monteiro fundou e dirigiu durante sua passagem no Brasil, abrangendo os seis primeiros títulos os anos de 1945 a 1949. No mesmo ano em que chegou, Aniceto Monteiro ingressou como pesquisador no Núcleo Técnico Científico de Matemática da Fundação Getúlio Vargas, onde participou também da criação e Comitê Editorial da revista *Summa Brasiliensis Mathematicae*. Os franceses Andre Weil e Dieudonne - do grupo de matemáticos que se autodenominava "Bourbaki", do qual Aniceto Monteiro fizera parte, assim como seu orientador, Frechét - estiveram, respectivamente, entre 1945 a 1947, e 1946 a 1948, em São Paulo, e os contatos estabelecidos por Aniceto Monteiro e Nachbin foram cruciais para a vinda de ambos no Rio de Janeiro, para ministrarem cursos, ao mesmo tempo em que Aniceto Monteiro e Nachbin estiveram também em São Paulo.

Todavia, ao final do contrato de dois anos, como professor visitante, não houve a renovação nem a proposição de outro trabalho. Pressões do governo português junto à Reitoria da Universidade do Brasil fizeram com que o Reitor, Pedro Calmon, que tinha afinidades com o regime português, além do ser anticomunista declarado, cedesse e não renovasse o contrato (SILVA, *op.cit.*). Surgiram então alguns convites para palestras ou para ministrar cursos, como no Instituto de Biofísica, fundado em 1945 por Carlos Chagas Filho, e

embora tivesse conseguido manter a periodicidade das *Notas de Matemática* e a participação no comitê da *Summa Brasiliensis Mathematicae*, além de outras publicações da área em Portugal e internacionalmente, o único emprego fixo que conseguiu arrumar foi na empresa de aviação civil *Transcontinental*. Em 1949, após várias tentativas frustradas de se fixar em uma instituição de ensino e pesquisa no Brasil, aceitou o convite da *Universidad de Cuyo* e partiu para a Argentina.

Foi a fusão entre a experiência de oposição e o sentimento de exílio, vivenciado desde Portugal, com a nova experiência efetiva de exílio, numa sociedade em que a *presença* portuguesa era marcante - através do Estado (pela propaganda e estruturas de controle dirigidas à "colônia"); através da imigração e do associativismo (por motivações econômicas e/ou políticas); através de múltiplas imagens construídas sobre a *presença* do português nesta sociedade e decorrentes preconceitos e discriminações; e através do legado de uma "tradição militante" republicana, de contestação ao Estado Novo e seu regime, já presente no Brasil -, que os primeiros exilados do regime, assim como os *novos contingentes* de exilados do pós-guerra, tiveram de se localizar e, em constante diálogo com novas e contínuas relações de poder, estabelecer os termos de seu discurso e de sua identidade social e política.

Portanto, a chegada ao Brasil representou, em um novo contexto, para os personagens desta primeira fase, a continuidade de uma diferenciação e de uma atividade já iniciada em Portugal. Do sentimento de ser um exilado em seu próprio país passava-se agora efetivamente à condição de exilado, embora nem todos esses personagens fossem oficialmente considerados "refugiados", com estatuto de asilado político. Em termos simbólicos, tratava-se de realizar a própria vida que não foi possível em Portugal - ou então, inventar e realizar, ao menos em parte, o Portugal que não foi possível de se fazer em Portugal. A rejeição sistemática era, portanto, ao regime, às condições e às relações que este produzia, e não uma negação do país, como muitos opositores fizeram questão de deixar claro em seus

depoimentos e memórias. O que estava em jogo era, ao mesmo tempo, o questionamento de uma mentalidade e de uma estrutura, mas também a possibilidade de se pensar e realizar, ainda que de modo contingente, um outro país a partir do exílio.

No pós-guerra, algo do ambiente com que se defrontou a nova leva de exilados, foi também uma reelaboração das linguagens e práticas de dominação do período anterior. Apesar das continuidades acima apontadas, o contingente de opositores que desembarcou no Brasil durante ou no pós-guerra viveu as esperanças e as frustrações de uma "resistência" derrotada frente a um regime que se rearticula em pleno momento de redemocratização de muitos dos Estados-nações europeus. Os portugueses opositores do regime que desembarcaram no Brasil do pós-guerra estiveram atentos às mudanças conjunturais que sofreu o regime ao longo das décadas seguintes, seja pela interpretação de notícias veiculadas ou a militância a partir do Brasil, seja pelas relações estreitas que mantiveram continuadamente com a "frente interna" da oposição ou com outros intelectuais portugueses residentes em Portugal ou no estrangeiro. Em grande parte, o engajamento em atividades da oposição no exílio era quase imediato ao desembarque, através, por exemplo, dos testemunhos sobre as formas de expulsão que vivenciaram em Portugal a outros militantes e imigrantes, ou o relato do sentimento subjetivo de se sentir exilado no próprio país. Aliado a isto, a experiência de participação em movimentos de "resistência" em Portugal tornava-se um importante conhecimento para o apoio à organização de tarefas da oposição no exílio. Alguns militantes, inclusive, já desembarcavam com atribuições designadas desde Portugal, por alguns setores da oposição.

Para esta nova leva, a Segunda Guerra e o período imediatamente posterior foram vividos em Portugal, com a grande intensidade de agitação política que culminou nas eleições de 1945 - a primeira à qual o regime se viu forçado a realizar, e a sabotar – e a campanha para Presidência do General Norton de Matos, em 1949. Esse foi um período em que a grande

maioria dos exilados teve sua formação política, através da participação nos movimentos de unidade da oposição MUNAF e MUD, além do MND, que se estendeu pela década seguinte. Foi também um momento de forte influência do PCP como catalizador da unidade dos setores de oposição. Já a partir da segunda metade da década de1950, tornam-se mais presentes os "imigrantes políticos" então recém dissidentes do regime e os militantes católicos.

4.2 OS INTELECTUAIS E A OPOSIÇÃO POLÍTICA NO EXÍLIO

A primeira metade da década de 1940 foi marcada pela progressiva diminuição das atividades de intervenção cultural e política entre os setores da imigração no Brasil que se opunham ao regime autoritário português, o que pode ser assinalado pelo encerramento do jornal *Portugal Republicano*, no Rio de Janeiro e do Centro Republicano Português e *Revista Portuguesa*, em São Paulo. Portanto, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, os núcleos da oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro encontravam-se dispersos, sem uma organização ou espaço político que os congregasse. O único setor relativamente organizado era formado por uma "célula" de "antifascistas portugueses", nos quadros do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em 1955, ao desembarcar no Brasil, Vitor Ramos chegou com a incumbência de constituir um jornal da oposição no exílio que, além de difundir notícias e opiniões, reunisse os diferentes setores da oposição em atividades e iniciativas comuns. No ano seguinte, ao lado do técnico-operário Manuel Ferreira Moura, fundaram o *Portugal Democrático*. Editado por quase dezenove anos a partir de São Paulo - e localizado na maior parte de sua trajetória junto ao Centro Republicano Português, reaberto em 1958 -, o núcleo que compunha o *Portugal Democrático* foi o dinamizador de uma série de tarefas e iniciativas de contestação ao Estado Novo, seu regime e sua ideologia nacional-colonial.

Como desdobramento da atividade central que era a publicação do jornal, o núcleo concentrado em torno do *Portugal Democrático* e do Centro Republicano dinamizou tarefas que resultaram em comitês, campanhas e conferências pró-anistia a presos e exilados políticos, em publicações editoriais, no apoio à fundação de associações e núcleos de emigrantes em outras partes do mundo e em campanhas, eventos, denúncias públicas ou ações clandestinas as mais variadas contra o regime. Por sua vez, foi ainda um espaço privilegiado para a circulação e o debate de questões políticas e culturais, diante de um Portugal sob censura. Desse modo, tornou-se local de convergência de militantes e diversos intelectuais portugueses radicados no Brasil. Em suas páginas, além das notícias sobre as atividades da oposição, artigos de opinião ou noticiosos sobre a situação política, social e econômica de Portugal, dividiam espaço com o debate de questões culturais e a divulgação de obras censuradas, artísticas, literárias ou científicas.

A equipe que fundou o *Portugal Democrático* era marcada por sua diversidade política. A célula dos "antifascistas" portugueses no Partido Comunista Brasileiro (PCB) veio a se integrar ao jornal nas tarefas de apoio. Outros quadros foram compostos por republicanos liberais, tais como os militares João Sarmento Pimentel, seu irmão Francisco Sarmento Pimentel e Jaime Cortesão, que apoiou a iniciativa e acompanhou a formação do núcleo, apesar de residir no Rio de Janeiro. Carlos Assumpção Neves e Joaquim Duarte Baptista eram remanescentes do antigo CRP, fechado em 1944. Os escritores Adolfo Casais Monteiro e Maria Archer também participaram do jornal desde sua primeira fase. Thomaz Ribeiro Colaço, escritor e monarquista, contribuiu para o jornal entre 1956 e 1960, quando se afastou por conta de divergências políticas e pessoais.

Ao longo de sua existência, a publicação contou com uma longa lista de colaboradores. A maior parte dos indivíduos esteve vinculada ao jornal em diferentes fases, outros se afastaram e posteriormente retornaram e apenas uns poucos dele diretamente

participaram do início até o fim. Ligações profissionais, de parentesco, amizade ou ideológico-partidárias, foram os principais fatores de atração de militantes, possibilitando ao núcleo reunido estabelecer diferentes "frentes de batalha", através da configuração de redes e circuitos de trocas. As relações, sobretudo dos membros do Conselho Editorial, em diferentes fases, com intelectuais residentes no Brasil ou no exterior, com a oposição espanhola exilada no Brasil, com partidos e políticos brasileiros, portugueses (sobretudo com o PCP) e, mais tarde, das então "colônias portuguesas em África", foram fundamentais para o sucesso de algumas iniciativas, e para contribuições ou autorização de reprodução de artigos no jornal. Por esses motivos podemos analisá-lo como mais do que um jornal ou um núcleo de oposição de abrangência restrita, mas também parte de um movimento internacional de contestação ao regime salazarista e ao Estado Novo português.

Um ano após sua criação, uma leva de jornalistas vindos do *Diário Ilustrado* veio integrar-se ao núcleo inicial, a convite de Victor Ramos e Manuel Ferreira Moura. Contavam-se entre estes, Miguel Urbano Rodrigues, Victor da Cunha Rego e João Alves das Neves. Esses jornalistas vieram para trabalhar no jornal *O Estado de São Paulo*. Posteriormente, em decorrência dos contatos na redação de *O Estado de São Paulo*, também integrariam a equipe de redação do *Portugal Democrático* os jornalistas Carlos Maria de Araújo, Paulo de Castro e João Santana Mota.

Quanto aos escritores, Adolfo Casais Monteiro participou do jornal desde seu início, e integrou seu Conselho Editorial de 1959 a 1963, sem nunca ter perdido o contato com a oposição, mantendo-o até seu falecimento, em 1972. Maria Archer participou em diversas tarefas do jornal durante todo o seu período, até o 25 de Abril, e ao longo de anos organizou atividades de apoio a presos e exilados políticos e pelo fim da censura, em nome da *União das Mulheres Portuguesas*. Contudo, sua contribuição, através de escritos, foi mais efetiva entre 1956 e 1962. Também em decorrência das eleições de 1958, vieram Jorge de Sena, Mário

Henrique Leiria e Castro Soromenho. Jorge de Sena fez parte do Conselho de Redação do jornal entre outubro de 1959 e março de 1963. Castro Soromenho teve uma discreta participação no período de 1965 a 1968, ano de sua morte. Outros escritores que deram contribuições significativas foram Maria Antônia Fiadeiro, Sidónio Muralha, Veiga Leitão, Fernando Correia da Silva, Mário Henrique Leiria e Manuela Gouveia Antunes. O ensaísta Eduardo Lourenço contribuiu uma vez para o jornal, tendo assinado seu artigo com o pseudônimo "Criticus". O artista plástico e escritor Fernando Lemos esteve junto ao jornal de 1958 até o seu fim em 1975, tendo integrado o Conselho de Redação entre 1958-63 e 1974-75.

Outros quadros, próximos ao Partido Comunista Português (PCP), assumiram a frente do jornal nos períodos mais duros da ditadura brasileira. Contavam-se aí, entre outros, Augusto Aragão, que participou do jornal até a sua morte, no final de 1970; o historiador Joaquim Barradas de Carvalho, que contribui entre 1964 e 1970; e os sociólogos Joaquim Quitério - que teve participação mais intensa entre 1968 e 1975 - e Antônio Bidarra da Fonseca - entre 1956 e 1972, além de Víctor de Almeida Ramos e Manuel Ferreira Moura, que participaram de toda a trajetória do jornal até o 25 de Abril[43].

Vários dos que atuavam na oposição e na feitura do jornal, dividiam essas tarefas com suas rotinas diárias de trabalho em empresas e instituições brasileiras, além da vida pessoal. Quanto aos intelectuais, atuavam geralmente na imprensa e em universidades; outros

[43] Além desse núcleo heterogêneo, responsável pela redação do jornal e por suas tarefas públicas mais expressivas, um grande grupo de apoio – sobretudo de operários militantes comunistas, permitiu, ao longo de anos, que este fosse viável, cuidando de atividades administrativas, da divulgação e da distribuição, do setor gráfico e da revisão, e das demais atividades demandadas por um núcleo de militantes articulado a redes internacionais. A manutenção da correspondência com diversas partes do mundo, a angariação de fundos para campanhas de libertação ou anistia a presos políticos, congressos sobre a questão portuguesa, envio de documentação de denúncia sobre a situação portuguesa a jornais e outras entidades civis ou governamentais foram algumas dessas atividades. Enfim, a maioria dos contatos institucionais ou clandestinos que dinamizavam e intensificavam a rede de trocas da oposição. Contavam-se, entre estes, Abílio Rodrigues, Manuel Rodrigues, Francisco Lopes, Lenine de Jesus Alexandre, José Mário Bodas, Manuel Rocheta, Antônio Baia, Manuel Algodres, Alexandre Pereira, Silvério da Costa Lettra, Joaquim José, Helder Costa (revisor), Manuel Soares, Alexandre Leal Dias e muitos outros.

membros mantinham vínculos contínuos com políticos e partidos brasileiros. Tornava-se difícil dispor de tempo e, em decorrência de áreas de trabalho tão distintas, conciliar horários. As dificuldades materiais também foram constantes. De fato, eram poucas as reuniões, e relativamente pontuais. A confecção do jornal demandava um conjunto significativo de tarefas. Geralmente, os membros do Conselho Editorial estabeleciam previamente uma data para o fechamento da edição e, em reunião, definiam os temas e demais questões a serem abordadas, além da sugestão de nomes colaboradores. Faziam-se os contatos. A reunião do material, proveniente de diversas fontes, ficava a cargo de pessoas previamente estabelecidas. As provas tipográficas eram revistas antes da diagramação, feita de modo artesanal, através da colagem. O "boneco" era, enfim, levado à tipografia. Após a impressão, os jornais eram transportados por um responsável, previamente estabelecido, à sede do CRP. Ali, naquela altura, reuniam-se várias pessoas para tarefas como dobragem e preparação para remessa a assinantes e outros núcleos da oposição, impressão e etiquetagem de endereços. O envio pelo correio e a distribuição era feito por quem tivesse disponibilidade. Apenas em sua fase final, entre 1974-75, o jornal foi distribuído pela Schinaglia, empresa distribuidora associada à difusão da imprensa alternativa, de contestação ao regime ditatorial brasileiro. As atividades editoriais, de contabilidade, arquivos, atualização de endereços e envio de correspondência, eram feitas por uma equipe permanente, mas sempre renovada. Por vezes, havia ainda uma outra reunião, a fim de discutir os resultados e as repercussões da edição anterior.

Para além daqueles que estavam diretamente vinculados nas tarefas de produção do jornal, quadros políticos da maior relevância deram sua contribuição ao *Portugal Democrático* durante sua passagem pelo Brasil. O apoio mais efetivo veio de Ruy Luiz Gomes, matemático, candidato à Presidência em 1951 pelo Movimento Nacional Democrático (MND) que se radicou em Recife, mas atuou nas ações mais importantes dinamizadas pelo *Portugal Democrático* e pela "oposição democrática" no exílio, entre 1962

e 1974. Humberto Delgado, militar, candidato às eleições presidenciais em 1958 - campanha da oposição que maior impacto causou ao regime - contou com o apoio do *Portugal Democrático* em sua passagem pelo Brasil, de 1959 a fins de 1963, apesar do registro de algumas divergências entre Delgado e os demais militantes no Brasil quanto às formas de ação mais apropriadas à "resistência" no exílio. O ex-embaixador Pedroso de Lima também participou de diversas atividades promovidas no decorrer da década de 1960. Fernando Queiroga, militar que havia tentado comandar um golpe em 1946 (levante militar que ficou conhecido como "Revolta da Mealhada"), aproximou-se do núcleo em fins da década de 1950, mas foi afastado por suspeitas de ligações com o regime português (cf., por exemplo, FARINHA, 1995; RABY, 1995) e por divergências relativas a seu modo de atuação política. Henrique Galvão, militar e escritor que chegou ao Brasil após o assalto ao "Santa Maria"[44], foi recebido com grande entusiasmo pela oposição no exílio, mas logo se afastou (sendo reciprocamente afastado) do *Portugal Democrático* e do setor da oposição reunido em torno do CRP, por seu anti-comunismo e por suas posições frente à reivindicação e luta por autonomia das então "Colônias" portuguesas em África.

O jornal, em sua primeira fase, circulou por cerca de um ano. As dificuldades esperadas apresentaram-se desde o início: o jornal perdeu sua periodicidade nos números 13/14, de junho/julho de 1957. A pequena inserção atingida nas primeiras tiragens foi atribuída, nos depoimentos colhidos, ao desconhecimento generalizado do que se passava em Portugal, seja entre brasileiros, seja entre muitos dos imigrantes portugueses que se encontravam no Brasil havia vários anos, alheios às atividades da "colônia" ou então, quando tinham acesso a informações de Portugal, encontravam-nas mediadas pela censura e pelas agências de propaganda do regime. Contudo, neste período em que o jornal deixou de ser publicado (de agosto de 1957 a maio de 1958), seus membros permaneceram reunidos e

[44] O "Santa Maria", navio português, foi seqüestrado e desviado de sua rota por Henrique Galvão nos primeiros dias de 1961, quando foi rebatizado de "Santa Liberdade". A ação teve repercussão internacional.

articulados, com o intuito de estabelecer contatos com personalidades ou núcleos de "antifascistas" em outras partes do Brasil, como no Rio de Janeiro. Foi também por essa ocasião que ocorreu a chegada de um expressivo contingente de jornalistas, alguns deles demissionários do periódico português *Diário Ilustrado* (DI). Desde o primeiro número, o jornal apresentou críticas ao Estado Novo, e frustrou-se, em parte por isto, ao tentar defender a oposição ao regime junto aos imigrantes portugueses, e mesmo entre seus leitores brasileiros. O fracasso inicial dava mostras de que seria difícil a inserção do discurso "antifascista" na "colônia", e também entre brasileiros, por desconhecerem, de modo geral, como muitos dos próprios imigrantes, a situação de Portugal.

Um dos primeiros embates travados nas páginas do jornal, como forma de procurar aproximar setores dos emigrados para o lado anti-salazarista, encontrava-se na disputa sobre a noção de Pátria, ou melhor, na tentativa de se retirar a aproximação amplamente bem sucedida do discurso oficial em que se justapunha Pátria e governo, relacionando patriotismo a uma identificação com o regime ou à própria figura personalizada de Salazar. Nesse sentido, os "anti-salazaristas", contrários ao governo, eram tidos por "traidores" e "antipatriotas". Essa disputa se prolongou ao longo de todo o período do exílio, e já estava presente mesmo antes da Segunda Guerra. Vários artigos sobre o tema foram publicados em diversos anos do jornal. Entretanto, tal discussão apresentou-se como estratégia de inserção, sobretudo, neste momento inicial, sendo em ocasiões posteriores repetidos os mesmos argumentos. Uma outra discussão que mereceu destaque nesta fase inicial de integração foram os conflitos abertos com a presença institucional do regime junto à "colônia", particularmente, com os "comendadores"[45]. Nas páginas do *Portugal Democrático* questionou-se sempre a

[45] Em sua maioria imigrantes bem sucedidos financeiramente em sua "aventura migratória", eram portadores de "comendas" delegadas pelo governo português. Esse título, de caráter honorífico, destinava-se aos cidadãos que se destacavam na "colônia". Tratava-se, sobretudo, de uma honraria de cunho político, símbolo da ascensão social e do reconhecimento do regime às trajetórias ou iniciativas pessoais, o que muitas vezes também se traduziu na aquisição de um papel privilegiado como "representante", oficial e corporativo, dos emigrantes junto ao governo.

legitimidade deste setor de se apresentarem como porta-vozes dos "imigrantes portugueses", o que aconteceu por diversas vezes, já que os comendadores geralmente ocupavam os cargos de direção das associações e da Federação das Associações.

O jornal retomou a periodicidade em 1958, em plena campanha de Humberto Delgado[46] para as eleições presidenciais. Além de contar com novos quadros, encontrava-se agora ocupando uma sala no então recém-reaberto Centro Republicano Português. Uma das primeiras iniciativas constituiu-se na formação de um *Comitê dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Anistia e Liberdade de Expressão*. A idéia do *Comitê* partiu de Miguel Urbano Rodrigues. Seu principal objetivo era o de demarcar posições dos intelectuais portugueses da oposição radicados no Brasil através da intervenção política e cultural em espaços de opinião pública, sobretudo na grande imprensa. O *Comitê* de fato funcionou na redação de *O Estado de São Paulo*, onde se podia contar com infra-estrutura para contatar pessoas e difundir os diversos "manifestos" da entidade que, por diversas vezes, ao longo de quase três anos, saíram em veículos de comunicação de grande circulação, com intervenções acerca de temas ligados à cultura e à política em Portugal, na "colônia" ou na sociedade brasileira, com ênfase na defesa de valores como a liberdade de imprensa e de opinião e a anistia aos presos e exilados políticos. Seus textos foram muitas vezes acompanhados de declarações de apoio de entidades civis e intelectuais brasileiros. A coleta de adesões aos manifestos e intervenções se dava através dos contatos primários na rede de relações que, por sua vez, estendiam os contatos a outros dentre suas relações pessoais e institucionais. Deste modo, o núcleo do *Comitê* era formado pelos jornalistas Miguel Urbano Rodrigues, Carlos Maria de Araújo, Paulo de Castro, João Alves das Neves, João Santana Mota e Vitor da Cunha Rego, e tinha como integrantes permanentes Adolfo Casais Monteiro, Fernando Lemos, Francisco Lopes, João Alves das Neves, Pedroso de Lima, João Santana Mota, João

dos. Santos Baleizão, João. Sarmento Pimentel, Maria Archer, Miguel Urbano Rodrigues, Vítor da Cunha Rego e, do Recife, os matemáticos Alfredo Pereira Gomes e Manuel Zaluar Nunes. Nas intervenções que fizeram, contestaram, sobretudo, as expressões e atividades oficiais do regime no Brasil. A iniciativa visava ainda retirar das instituições oficiais o seu lugar até então exclusivo de divulgadoras das informações, de promotoras da cultura, sob a guarda da censura e das restrições.

Através desta e de outras iniciativas que se seguiram, deu-se início a um processo de reorganização da oposição no exílio, e sua expansão através de redes e circuitos de trocas. As iniciativas da oposição alcançaram, aos poucos, uma significativa inserção em determinados setores da sociedade brasileira e em espaços formadores de opinião pública. Há que se levar em conta, ainda, que neste momento a divulgação de notícias sobre a "questão portuguesa" tinha ganhado maior relevância na mídia brasileira, em decorrência das eleições presidenciais portuguesas de 1958. Este acontecimento foi também um marco para a vinda de novos contingentes da oposição para o Brasil, muitos dos quais intelectuais ou políticos de expressão[47]. Em Portugal, teve início um período de intensas atividades com vistas à derrubada do salazarismo, com um fator novo, identificado a partir da campanha de Delgado: a presença de dissidentes do regime nas fileiras da oposição.

No Brasil, os acontecimentos da campanha eleitoral receberam expressiva divulgação na mídia, expondo a um público mais amplo a situação política que se vivia em Portugal. Os "antifascistas" no exílio puderam, então, manifestar suas opiniões com maior clareza, em órgãos da grande imprensa. Ao mesmo tempo deu-se início aos contatos, no interior do Brasil, com os outros núcleos "antifascistas" que então se formavam, articulando-

---

[46] Humberto Delgado, militar de carreira amplamente bem sucedida dentro do regime, muda seus posicionamentos a partir de missões que realiza em países de regime democrático, como Estados Unidos e Inglaterra. (cf., por exemplo, DELGADO, 1996).

[47] As eleições presidenciais portuguesas daquele ano foram marcadas pela retomada da unidade da oposição em Portugal e a candidatura de Delgado obteve forte apoio popular. Pela primeira vez a oposição em Portugal decidiu levar a campanha até as urnas, devido à estratégia de se tentar evidenciar as práticas de sabotagem

os com os de São Paulo e Rio de Janeiro. Além do *O Estado de São Paulo*, outros jornais brasileiros abriram espaços para a divulgação de notícias e iniciativas da oposição no exílio, como o *Diário de Notícias*, e as revistas *Cruzeiro* e *Anhembi*, esta última dirigida por Paulo Duarte, escritor brasileiro que há décadas mantinha relações estreitas com intelectuais portugueses. A revista, de cunho mais artístico-cultural do que estritamente político, esteve na lista de publicações proibidas de circular em Portugal, até o fim do Estado Novo. Por outro lado, publicações como *O Globo*, os diversos veículos de imprensa da empresa *Diários Associados*, e o periódico *A Tribuna da Imprensa*, tinham um viés editorial favorável ao governo de Salazar.

Logo após as eleições, o CRP convidou Humberto Delgado para a participação nas comemorações do 5 de Outubro, aniversário da Revolução Republicana[48]. O convite gerou repercussão em Portugal e na mídia brasileira. Delgado aceitou o chamado, mas o governo português recusou-lhe a autorização para a viagem. Meses depois, Delgado exilou-se na embaixada brasileira em Portugal, sob o apoio do então Embaixador Álvaro Lins (cf. LINS, 1961). A medida gerou atritos entre os dois governos e durante o período de negociações, de mais de dois meses, Delgado permaneceu na embaixada, àquela época situada ao lado da sede da PIDE, na rua António Maria Cardoso. Desembarcou no Brasil, afinal, em 21 de abril de 1959. Ao chegar, no Rio de Janeiro formou-se a *Associação General Humberto Delgado*, composta por simpatizantes do General, incluindo militantes católicos, e com a finalidade de dar apoio às suas ações. Ao longo de sua passagem pelo Brasil, Delgado atuou em nome da sigla MNI (Movimento Nacional Independente).

---

durante o pleito. Os resultados das eleições provocaram denúncias de fraude, repercutindo negativamente na imagem internacional do regime.

[48] Durante a vigência do regime o 5 de outubro foi celebrado sempre como "uma jornada de esperança". Acabou por se tornar o evento que mais congregou os oposicionistas, tendo dele participado muitos intelectuais brasileiros, como Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Carlos Guilherme Mota, Antonio Candido, Lygia Fagundes Telles, Fernando Henrique Cardoso, dentre outros.

Nos anos seguintes, um expressivo contingente de intelectuais desembarcou no Brasil, para o que foram fundamentais redes de relações profissionais, de parentesco ou amizade e trabalho[49]. Esses novos contingentes vieram a atuar em diferentes campos sociais no Brasil, ocupando espaços que lhes permitiam intervir na opinião pública brasileira, como nas universidades, na imprensa escrita ou televisiva, em meios artísticos e literários, e em organizações políticas como partidos, movimentos sociais ou associações. Como corolário, ampliaram-se os espaços de inserção das iniciativas da oposição. Num breve espaço de tempo, articularam-se e angariaram apoio de intelectuais, políticos e profissionais do meio universitário brasileiro. Por fim, o estreitamento de relações junto ao núcleo de exilados espanhóis também viabilizou a realização de diversas atividades, como manifestações, conferências e campanhas de angariação de fundos para o apoio a causas como a anistia a presos e exilados políticos, e ajuda a seus familiares. A defesa da liberdade de expressão e pelo fim da censura foi a pedra de toque de uma aproximação entre intelectuais, núcleos de exilados portugueses e espanhóis, e destes com setores da sociedade civil brasileira, como associações de escritores, de imprensa, intelectuais, artistas, professores universitários e, posteriormente, sindicatos, associações de bairro e movimentos estudantis.

Embora tais redes atravessassem distintos setores da sociedade civil brasileira, um aspecto comum as distinguia: eram *redes de esquerda*, que faziam a ligação entre partidos, movimentos populares, profissionais de atividades variadas, intelectuais, entre outros. As relações, no interior do campo das esquerdas – e apesar da diversidade ideológica interna – marcou, desde então, a estratégia de inserção dos "antifascistas", portugueses e espanhóis, na sociedade brasileira, uma vez que a "colônia" de imigrantes portugueses havia se mostrado

[49] Outros quadros de militantes também chegaram ao Brasil em decorrência dos desdobramentos das eleições portuguesas de 1958, na qual foi candidato pela oposição o General Humberto Delgado. Manuel Myre Dores, Álvaro Veiga de Oliveira e Francisco Vidal, todos comunistas, contribuíram para o jornal entre o fim da década de 1950 e início dos anos 1960, quando vão se integrar às frentes internacionais criadas a partir de 1962, tais como a Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN), que se instalou na Argélia. Esse foi também o caso dos socialistas Manuel Sertório e Tito de Morais.

"apática", num primeiro momento. A mobilização de apoios para os vários objetivos do núcleo da oposição portuguesa. Como bem demonstra Barnes, esses processos políticos, "... em geral, cortam transversalmente as divisões institucionais da sociedade com êxito, porque as relações estabelecidas num contexto são utilizadas noutro". (*op.cit.*: 160).

Naquela altura, o *Portugal Democrático* constituiu seu primeiro "Conselho de Redação", ao conseguir reunir um grupo de ativistas que passou a coordenar as atividades administrativas, de divulgação e distribuição do jornal, tornando-o viável[50]. No ano seguinte, o jornal adquiriu um estilo próprio, tanto na parte gráfica quanto no modo de tratamento dos assuntos, ao concatenar notícias, artigos de opinião assinados, e editoriais, que expressavam o ponto de vista dos membros do "Conselho de Redação". Algumas colunas eram fixas e tiveram alguma periodicidade, como, por exemplo, "Opiniões Insuspeitas", de João Sarmento Pimentel; "O Obscurantismo Salazarista", de Joaquim Barradas de Carvalho" e "E Depois da Queda?", iniciativa de Miguel Urbano Rodrigues aberta a colaboradores. As ilustrações de Fernando Lemos e, em particular, a série "Salazar, o Rato", obtiveram êxito de público e agregaram valor estético ao jornal[51].

Com essa nova organização, rapidamente o jornal expandiu sua inserção, ao estabelecer contatos e representações em diversos núcleos no Brasil e em alguns países da América do Sul. Entre 1959 e 1965, a lista de representantes estendeu-se a diversos países da Europa, da América do Norte e, posteriormente, aos países do leste europeu e da África. No expediente, a cada número, podia-se ver o aumento da lista, tanto no interior do Brasil quanto internacionalmente[52]. A partir de 1965, a rede de representantes se estabilizou e o jornal

[50] Tal Conselho, fixado em 1958, foi constituído por Adolfo Casais Monteiro, Carlos Maria de Araújo, Femando Correia da Silva, Fernando Lemos, João Alves das Neves, Paulo de Castro e Vítor Ramos.

[51] Formou-se também um "Conselho de Administração", cujos membros iniciais foram Antônio Bidarra da Fonseca, Carlos Cruz, Carlos Neves, Francisco Lopes e Manuel Ferreira Moura.

[52] No Rio de Janeiro, o núcleo da oposição, que já se encontrava formado, estreitou seu relacionamento com o *Portugal Democrático*. Outros núcleos foram formados em Niterói, Porto Alegre e Fortaleza. O primeiro núcleo internacional a compor essa rede de representantes foi o da Venezuela. Seguiram-se os da Argentina e da França. No início de 1960, integram-se núcleos de Juiz de Fora e Belo Horizonte, no Brasil e, internacionalmente, os do Canadá (Toronto e Montreal), Inglaterra e Tchecoslováquia. Até o fim daquele ano, os de Salvador (Brasil) e do

tornou-se mais difundido internacionalmente. Ao longo de anos, foram se perdendo, aos poucos, muitos dos contatos com núcleos internos ao Brasil, em decorrência do golpe militar de 1964. Aumentou bastante também a sua circulação clandestina no interior de Portugal (*Portugal Democrático*, número 27, agosto de 1959, pág. 1), para o que foram fundamentais os núcleos da oposição em França. Para a constituição dessa rede de representantes foram decisivos os contatos e bases de apoio do PCP[53] em núcleos de emigrados de diversas partes do mundo.

Um exemplo da expansão das atividades foi a organização, em 1960, em São Paulo, da *Conferência Sul-Americana Pró-Anistia para os Presos e Exilados Políticos da Espanha e Portugal*, com apoio de Florestan Fernandes e diversos intelectuais e políticos brasileiros, e cuja decisão de realização foi retirada em uma reunião no Cine-Teatro Paramount, promovida no dia 20 de setembro de 1959 por "entidades de bairros, sindicais, populares, estudantis, femininas, religiosas e outras" (*Portugal Democrático*, n.29, outubro/1959, pág.8). Os preparativos para a *Conferência* fizeram com que a direção do *Portugal Democrático*, juntamente com outros setores da oposição no exílio, contatasse membros da oposição "anti-franquista", lideranças políticas e intelectuais brasileiros favoráveis à causa do evento. A *Conferência* teve lugar na Faculdade de Direito da USP, entre os dias 20 a 23 de janeiro de 1960, com amplo êxito, de acordo com notas do jornal - o que também pode ser encontrado junto aos registros do Deops sobre o evento (Ref. Reg. 50-C – 5- 14). O evento teve a participação de núcleos e lideranças de imigrantes exilados de Portugal e Espanha de diversos países sul-americanos e viabilizou uma melhor articulação entre opositores dos regimes autoritários de Portugal e Espanha em diversos países, além da intensificação das relações com intelectuais e políticos brasileiros. A presidência de honra ficou a cargo do Embaixador

---

Uruquai. Em 1961, os de Pelotas (Brasil) e da União Sul-Africana. Em 1962, os de Duque de Caxias e Recife (Brasil). Em 1963, Curitiba e Londrina (Brasil). Em 1964, o da Holanda. E em 1965, o da Bélgica.

[53] De acordo com depoimento de Fernando Lemos, entre outros. A maior parte dos representantes locais desses núcleos também era de militantes do PCP.

Álvaro Lins que, em seu discurso de abertura, fez menções a tentativas de se impedir a realização do evento. O presidente da Comissão Organizadora foi o Dr. Sérgio Milliet e os vice-presidentes Florestan Fernandes e Paulo Duarte. Prepararam-se teses, dossiês e votaram-se manifestos que condenavam os regimes de Portugal e Espanha. Por fim, um relatório elaborado pela Comissão Organizadora, coordenado pelo Prof. Florestan Fernandes e secretariado pela Dra. Dolores de Mello Vassão, foi enviado a entidades de defesa dos Direitos Humanos e a diversos governos, incluindo os de Portugal e Espanha (Cf. Documentos da I Conferência Sul-Americana Pró-Anistia aos Presos e Exilados Políticos da Espanha e Portugal, 1960)

Outro ato de extrema importância ocorreu em 27 de maio de 1962, no Cine-Teatro Paramount, denominado *Ato público de solidariedade aos trabalhadores e aos povos de Espanha e Portugal.* No fichário do Deops encontra-se a referência a tal evento com as seguintes informações:

> Levamos ao conhecimento dessa Chefia que, segundo nossos observadores, realizou-se na manhã de ontem dia 27, das 9:10 às 12:50 horas no Cine Teatro Paramount, à Av. Brigadeiro Luiz Antônio, o anunciado ato público de solidariedade aos trabalhadores e aos povos de Espanha e Portugal.
> Os trabalhos, que contaram com a presença de cerca de 900 pessoas (lotando a platéia e os camarotes), foram presididos pelo deputado Cid Franco, tendo ainda tomado à mesa, os seguintes elementos: dep. José da Rocha Mendes Filho; dep. Germinal Feijó; dep. Paulo de Tarso; dep. Jethero de Faria Cardoso, João Louzada, Gen. Humberto Delgado, Luiz Carlos Prestes, dr. Walter Dias, (advogado da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Jales); Prof. Ênio Sandoval Peixoto, Helena Silveira (presidente da UBE); Maurício Vasconcellos Pinheiro (presidente da UEE); Dolores Mello Vassão (secretária da Comissão Paulista Pró-Anistia de Presos e Exilados Políticos de Espanha e Portugal); Itala Schwartzmann (presidente da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo); Maria de Lourdes Prestes Maia; Maria Archer (da UBE), Edgard Leuenrouth; Prof. Florestan Fernandes e os líderes sindicais Pedro Francisco Lovine, Gentil Neves Correia, Floriano Francisco Dezen, José Molinídio, Thimoteo Spínola e José Xavier dos Santos". (Ref. Arquivo Deops 41-E-5-14) (sic!) – segue a descrição resumida dos trabalhos.

Por essa lista de participantes do ato, pode-se identificar tanto a diversidade de extratos da sociedade civil brasileira (escritores, sindicalistas, federação de mulheres, estudantes) quanto a presença de destacadas lideranças do meio político e intelectual. A

diversidade de tendências ideológicas, no interior do campo das esquerdas, também singularizava esse grupo. Os deputados, em sua maioria, eram do Partido Socialista Brasileiro (PSB), mas contava-se aí o então dirigente do PCB, Luíz Carlos Prestes; o anarquista Edgard Leuenrouth, além do Prof. Florestan Fernandes[54]. A efetiva inserção nesses meios era o fruto de um trabalho continuado de divulgação da "luta anti-salazarista" em *redes de esquerda*.

No entanto, a expansão do jornal, por outro lado, colocou em xeque a "unidade" até então alcançada. De fato, a definição do papel e das ações que cabiam à oposição no exílio; a conjugação entre teoria e prática política; as discussões sobre as estratégias de ação, os alcances e os limites pretendidos à transformação social, e a "questão colonial", constituíram-se como os principais temas geradores dos debates e cisões no interior dos núcleos "anti-salazaristas" do Brasil. Essas questões tornaram-se particularmente relevantes diante da reorganização e recente fortalecimento da oposição, e em decorrência da chegada ao Brasil de novos quadros, inclusive de lideranças políticas expressivas. Entre 1959 e 1964, a "oposição democrática" em exílio no Brasil vivenciou o desafio de conciliar a sua expansão com uma melhor articulação interna, em prol de uma "plataforma comum de ações e princípios". O estabelecimento de tal "plataforma", na avaliação de vários dos setores da oposição, levaria à tão almejada "unidade", coesão interna fundamental para apoio ao enfrentamento e derrubada do regime. Ademais, a sociedade brasileira, ao início dos anos 1960, apresentou-se como um campo fértil de possibilidades de transformação social. O desenvolvimentismo da década anterior produziu alterações no perfil da população, que pela primeira vez tornou-se majoritariamente urbana. O endividamento decorrente da expansão urbano-industrial e o crescimento desordenado das cidades, num quadro de democracia limitada, levaram ao esgotamento políticas sociais que remontavam à década de 1930. Diante disto, reivindicações e projetos políticos de esquerda alcançaram um significativo reconhecimento social que, em

[54] Que num depoimento seu junto ao Deops, por essa época, afirmava-se como um "socialista democrata". (rf. reg. 50-C- E – 141)

confluência com o fortalecimento dos movimentos populares, fizeram emergir debates e mobilizações em prol de causas como "Revolução", "mudanças estruturais" e "reformas sociais de base". Somava-se a isto um outro fator: os desdobramentos da Revolução Cubana de 1959, sua orientação para o comunismo e suas repercussões políticas nas sociedades latino-americanas.

Nos primeiros dias de 1959, a oposição exilada no Brasil viveu as expectativas em torno da concessão de asilo político a Humberto Delgado. No entanto, o entusiasmo com a vinda do "General" ao Brasil não foi duradouro, em decorrência de suas posturas políticas. Os primeiros sinais de dissidência surgiram logo à sua chegada. O que estava em jogo era a discussão sobre quais os critérios de ação mais adequados à "resistência" no exílio. Delgado tinha a intenção de formar milícias com vistas a uma ação imediata contra o regime, além da composição de uma junta de governo a partir do exílio, mas não encontrou muitos partidários para essa iniciativa entre os setores da oposição que pensavam o centro da ação na "frente interna"[55]. O General chegou a treinar milícias em fazendas próximas à região de Campinas, interior de São Paulo (RABY, 1995). Entretanto, Delgado conseguiu reunir em torno de si um grupo de partidários. Em fins de 1959, os delgadistas do Rio de Janeiro, juntamente com alguns membros de São Paulo, inclusive quadros até então pertencentes ao "Conselho Editorial" do *Portugal Democrático*, fundaram o jornal *Portugal Livre*. Em suas primeiras edições, o novo órgão aparecia como vinculado ao MNI, sigla sob a qual atuou Delgado até o fim de sua passagem pelo Brasil. A redação do jornal era em São Paulo.

De acordo com o depoimento de João dos Santos Baleizão, que participou do "Conselho de Administração" dos dois jornais, os primeiros sinais da cisão interna no *Portugal Democrático* se apresentaram ao início de 1959: havia discordâncias entre os membros do "Conselho de Redação" com relação à linha editorial do jornal. O aumento da

[55] Segundo o depoimento de Fernando Lemos, Delgado não conseguiu escondeu sua "frustração" com o modo de atuação política da oposição no exílio. Raby (1995) também faz menções a isto em seu trabalho.

participação comunista, decorrente da configuração de redes e intensificação das relações com núcleos da oposição internos ao Brasil e internacionais, influenciou, na opinião de alguns membros da redação, na adoção de um viés comunista. No entanto, o veto a algumas matérias e artigos foi decisivo para que um grupo de colaboradores se afastasse do jornal e decidisse fundar o *Portugal Livre*. A publicação teve curta duração (13 edições, entre novembro de 1959 e novembro de 1960) e contou com a presença dos jornalistas Paulo de Castro, João Alves das Neves, Víctor da Cunha Rêgo, João Santana Mota e Miguel Urbano Rodrigues, entre outros. Para diretor foi chamado o jornalista brasileiro Cláudio Abramo, também diretor do *OESP* naquela ocasião. A orientação do jornal dava ênfase à liberdade de expressão, ao fim da censura e anistia aos presos e exilados políticos e à democracia. Como se vê, eram questões comuns ao *Portugal Democrático*, mas com um modelo de tomada das decisões internas que consideravam mais autônomo. O jornal também procurou refletir a diversidade de opiniões da oposição em suas páginas, mas os comunistas eram uma ausência notória. Nos artigos, alguns deles com críticas diretas aos comunistas[56], a ênfase recaía mais na libertação imediata de Portugal do que na construção de uma "democracia avançada", a ser desencadeada por uma insurreição popular. Também por se tratar de uma publicação aberta a contribuições, alguns setores mais próximos ao General Humberto Delgado publicaram

[56] Na capa do número 1, o artigo de Humberto Delgado, "Definindo Posições" faz a seguinte referência: "Para além de fachadas e 'slogans', e reconhecendo que foram heróicos os sacrifícios de certos militantes, é tempo de dizer que o vírus comunista é um dos fatores que têm impedido os democratas portugueses de se entenderem, e liquidarem os abusos da oligarquia que detém o poder.(...) Não é o comunismo como ideologia, aliás superada, que pomos em causa; sim o que ele criou como fôrça nacional negativa e anti-revolucionário e representa um mito a desfazer". Já o texto de Henrique Galvão "Salazar e os Comunistas", na mesma página, traça alguns paralelos entre os regimes "totalitários" soviético e português. Na página 2, o jornal apresenta o seguinte lema: "Portugal Livre: Hoje e sempre este jornal será de todos os democratas – mas nunca dos aspirantes a ditadores. Que aqueles nos abracem fraternalmente e que estes de nós se afastem". Por fim, o texto de Miguel Urbano Rodrigues, "Esperança e Fraternidade", pondera: "Seria imperdoável injustiça não mencionar a coragem com que a grande maioria dos intelectuais vem lutando contra o regime, não prestar homenagem ao heroísmo revelado por certos comunistas (...) Mas coragem é um coisa e eficiência é outra. Esse combate da "intelligentzia" portuguesa contra o Estado Novo é perfeitamente estéril, não pode conduzir a resultados apreciáveis (...)."É preciso que os intelectuais de esquerda se libertem do complexo de inferioridade que os leva a aceitar como válidas as teses anti-revolucionárias dos comunistas; é preciso que os adeptos de um liberalismo superado percebam que num país de estruturas econômico-sociais arcaicas, nenhum progresso será possível sem que o Estado assuma a missão de redistribuir em bases mais justas a riqueza nacional (...)" (*Portugal Livre*, n. 1, nov/1960)

artigos que, na opinião de outros militantes, sobretudo comunistas, traduziam o "personalismo" em torno da figura do General. De fato, o jornal esteve mais próximo de lideranças políticas que aspiraram a tomada do poder através da ação direta, não apenas Humberto Delgado, mas também Henrique Galvão, Fernando Queiroga e o núcleo denominado Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL), organização de exilados espanhóis e portugueses da Venezuela, sem princípios ideológicos definidos, mas que visou ações imediatas para por fim aos regimes autoritários em Espanha e Portugal (RABY, 1995). Contudo, divergências, como as de Paulo de Castro, frente às opções por ação direta de Delgado, fizeram com que tanto a Associação que levava o seu nome quanto o *Portugal Livre*, se afastassem do General.

Há duas hipóteses, talvez complementares, para o fim do *Portugal Livre*: falta de apoio e dissidências internas (depoimento de Miguel Urbano Rodrigues). De acordo com a primeira hipótese, o *Portugal Livre* desagregou-se devido ao fato de não contar com as mesmas bases de inserção de que dispunha o *Portugal Democrático*. Em seu depoimento, João dos Santos Baleizão reforçou esta hipótese, ao declarar que o *Portugal Livre* teria sofrido as mesmas dificuldades enfrentadas pelo *Portugal Democrático*, de inserção entre os imigrantes portugueses. Nesse sentido, o que viabilizou a longevidade do *Portugal Democrático* diante de outras iniciativas levadas a cabo por setores dos "anti-salazaristas" no Brasil teria sido o fato de ter podido contar com as redes, interiores ao Brasil e internacionais, que permitiram sua circulação e manutenção durante quase todo o período de sua publicação. Já o segundo motivo para o fim do *Portugal Livre* foram as divisões internas entre seus quadros, não só com relação às opções de Delgado, mas também em decorrência dos posicionamentos de Henrique Galvão quanto à "questão colonial". Galvão não era favorável à completa autonomia das então "províncias ultramarinas", o que inviabilizou uma aliança com os Movimentos de Libertação Nacional em África. Alguns dos membros do *Portugal Livre*

apoiaram Henrique Galvão, como o jornalista João Santana Mota e João dos Santos Baleizão. João Alves das Neves, que não apoiou Galvão, afastou-se, contudo, em definitivo da oposição no exílio. Víctor da Cunha Rêgo, que também assumiu uma postura "anticolonialista", veio a fundar a editora Felman-Rêgo, em 1962. Publicou diversas obras de análise e crítica ao regime e sobre a situação social em África, mas fechou sua editora às pressas, após o golpe militar de 1964, pois temeu represálias. Em seguida, fugiu do Brasil. Dos integrantes do *Portugal Livre*, apenas Paulo de Castro e Miguel Urbano Rodrigues retornaram ao *Portugal Democrático*; este último participou do jornal até 1974, tendo passado também para as fileiras do PCP.

Diante da opção por ação direta de Delgado, os quadros que permaneceram no *Portugal Democrático* opuseram-se a este modo de atuação política. O setor republicano não era favorável às iniciativas do General, por considerá-las "populistas". Já os comunistas qualificaram essas ações como "aventurismo", propugnando, em contrapartida, a preparação de uma insurreição popular. Por conseguinte, atribuíam um papel diferenciado à "resistência" no exílio. Nessa concepção, as ações internas a Portugal eram prioritárias e a oposição no exílio tinha como papel principal oferecer apoio externo a essas ações. Ademais, o modo de atuação política de Delgado era avaliado como "individualista" (depoimentos de Fernando Lemos, Dulce Helena Pessoa Ramos e Alexandre Antunes Pereira) e considerado como um comportamento político que, além de "autoritário", expunha excessivamente os "antifascistas" ao risco de repressão (depoimentos de Fernando Lemos e Miguel Urbano Rodrigues). Mais precisamente, para o núcleo reunido em torno do *Portugal Democrático*, as iniciativas de Delgado poderiam levar a uma excessiva e perigosa exposição da "luta anti-salazarista" frente ao governo brasileiro. De fato, o Deops passou a acompanhar de perto os

passos de Delgado no Brasil, com relatórios regulares sobre suas atividades, principalmente após o início dos treinamentos de milícias em Campinas (Ref. Arquivo Deops 41-E-5-1)[57]

No entanto, apesar dessas divergências, o *Portugal Democrático* apoiou o General como liderança política durante toda sua permanência no Brasil. Mesmo na ocasião em que Delgado, descontente com a ineficácia das ações de derrubada do regime[58], decidiu deixar o Brasil, em 1963, para integrar-se à Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN), na Argélia, obteve o apoio do *Portugal Democrático*. No entanto, ao final da "II Conferência da FPLN" realizada em janeiro de 1964, Delgado conseguiu aprovar a criação da Junta Revolucionária Portuguesa, que visava o derrubada da "ditadura fascista" e a subida ao poder de um governo provisório. O *Portugal Democrático*, em convergência com a FPLN, o apoiou até o início de 1965 quando este, contrariado com o adiamento das ações e por seu "individualismo exacerbado" (*Portugal Democrático*, número 90, janeiro de 1965, pág.1), de acordo com as acusações do jornal, resolveu abandonar a FPLN. O editorial da edição de janeiro de 1965 lamentou a saída de Humberto Delgado da FPLN, por ocasião do seu 3º congresso, mas defendeu, contudo, a postura da "unidade", contrária à posição "anti-unitária e personalista do general". Dias depois, ao tentar ultrapassar a fronteira portuguesa, Delgado foi assassinado por agentes da PIDE. Imediatamente, o governo português tentou atribuir o assassinato às recentes desavenças internas da oposição.

Portanto, as críticas a Humberto Delgado voltaram-se para seu "personalismo" nas ações. Muito embora tivesse titubeado, inicialmente, quanto ao seu apoio aos Movimentos de Libertação Nacional, tomou logo em seguida partido favorável à autodeterminação desses povos - posição que não mais abandonou até sua morte. Do mesmo modo, mostrou-se predisposto a uma aliança com os comunistas. Por esses motivos, apesar das divergências

[57] . Do mesmo modo, Delgado possibilitou a aproximação de suspeitos agentes secretos da PIDE, como Rodrigo de Abreu (RABY, 1995), que chegou até a publicar um artigo no *Portugal Democrático*, em setembro de 1960.

assinaladas, o *Portugal Democrático* não deixou de apoiá-lo, em sua passagem pelo Brasil – sem, contudo, atuar conjuntamente nas tarefas de milícias – e, posteriormente, enquanto fez parte da FPLN, retirando seu apoio ao "general" apenas no momento em que este abandonou a FPLN para tentar uma ação individual, que não deu certo.

Mas foram as visões antagônicas em torno da questão colonial o que, de fato, provocou as maiores cisões na "unidade". O ano de 1961 iniciou-se, para a "luta anti-salazarista", com a notícia do seqüestro do "Santa Maria", transatlântico português que fazia a ligação entre Lisboa, La Guaira, na Venezuela e Port Everglades, na Flórida, Estados Unidos[59]. De acordo com Miguel Urbano Rodrigues, que se integrou à equipe de comando em alto mar:

> O plano inicial previa a entrada repentina no porto de Santa Isabel, em Fernão do Pó, onde se encontravam duas canhoneiras da Armada Espanhola. As tripulações prenderiam os oficiais, aderindo ao DRIL. Da pequena ilha o 'Santa Maria' seguiria para Luanda e a sua presença, graças à auréola que o envolvia, seria suficiente para desencadear a insurreição. (RODRIGUES, 2002: 209)

Mas o navio, rebatizado de "Santa Liberdade" durante a operação, foi interceptado por forças norte-americanas, em altura próxima ao litoral nordestino brasileiro. Após a negociação da rendição, o comando esperou a posse do recém-eleito Presidente do Brasil, Jânio Quadros, em Brasília - que se comprometeu a oferecer asilo político (*Portugal Democrático*, número 45, fevereiro de 1961, pág. 1 e centrais)

O navio aportou em Recife e os tripulantes e passageiros foram libertados. Durante a viagem, Humberto Delgado também se integrou à equipe, mas por pouco tempo, pois a operação já estava em vias de fracasso, por falta de suprimentos de combustível (RABY,

---

[58] Delgado envolveu-se, ainda, no ataque ao Quartel de Beja, na noite da virada de ano de 1961 para 1962, sem sequer participar da operação, pois somente chegou horas depois de fracassada. Contudo, deixou-se fotografar na Avenida da Liberdade, em Lisboa, atitude que levou a PIDE a armar uma cilada para capturá-lo, anos depois.

[59] O seqüestro foi realizado em Curaçau, em 21 de janeiro, por um comando de espanhóis e portugueses, do qual o capitão Henrique Galvão fazia parte. A finalidade da então chamada "Operação Dulcinéia" ainda é objeto de controvérsias. Alguns depoimentos afirmam que a intenção do comando, que atuava em nome do DRIL, era

1995). A notícia do assalto ao "Santa Maria" provocou enorme entusiasmo entre "anti-salazaristas", estudantes e setores da esquerda no Brasil, mas a chegada de Galvão ao país implicou nas maiores fraturas na "unidade" da oposição em exílio, decorrentes, sobretudo, de visões antagônicas sobre a "questão colonial". No dia 4 de fevereiro daquele ano, membros do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) assaltaram as prisões de Luanda, acontecimento que deu início à condução da luta armada pela independência.

O capitão Henrique Galvão era um dissidente do regime. Foi o coordenador da "Seção Colonial" nas celebrações de 1940, quando foi um dos protagonistas na elaboração das representações do regime sobre o Império, como na exposição *O Mundo Português*. Até meados daquela década, era favorável ao Estado Novo e fazia apologia à sua política colonial. De fato, o espaço colonial português foi o tema sobre o qual dedicou a maior parte de seus estudos e escritos literários. Passou aos poucos para as fileiras da oposição, a partir de quando exerceu o cargo de deputado à Assembléia Nacional, por Angola. Em 1947, Galvão apresentou um extenso relatório sobre a situação da mão-de-obra nas "colônias", com denúncias de trabalho escravo e acusações de que o regime não tinha uma política de desenvolvimento para seus territórios continentais. Contudo, apesar das denúncias dos excessos e violências, Galvão jamais colocou em xeque a "missão civilizadora" de Portugal, nem condenou o colonialismo como sistema. O que de fato fez, desde então, foi defender uma alternativa neocolonial. Entretanto, foi preso e condenado, mais de uma vez[60]. Durante suas passagens pelas cadeias do regime expressou um sentimento de revolta "incontrolável" (RABY, 1988)[61].

---

justamente a de tomar o navio e levá-lo até o Brasil, provocando uma exposição mundial e denunciando o regime português. Se este foi o plano, pode-se afirmar que foi extremamente bem sucedido.

[60] Maria Archer acompanhou o julgamento de Galvão e escreveu um livro sobre o mesmo, mas os originais foram apreendidos pela PIDE. Este também se tornou um dos principais motivos que levaram Maria Archer para o exílio. Archer reescreveu o livro a partir de suas anotações pessoais, tendo-o publicado com o título de *Os Últimos Dias do Fascismo Português*, no Brasil, em 1955.

[61] De acordo com Raby (1988), Galvão não aceitava ordens de patentes inferiores, tinha um espírito altivo e se considerava uma liderança histórica, pois partia do princípio de que a história estava destinada aos grandes

Mas Galvão conseguiu fugir da prisão e procurou asilo, primeiro na Argentina, depois na Venezuela, segundo maior núcleo de imigrantes portugueses da América do Sul. Nesse país, conseguiu organizar, a partir de 1959, o DRIL, em conjunto com exilados espanhóis. As ações pretendidas pelo DRIL tinham forte inspiração no guevarismo e nos então recentes acontecimentos da Revolução Cubana que, por aquela ocasião, ainda não havia definido a sua orientação para o comunismo - o que justifica, portanto, a presença no DRIL de Henrique Galvão, um notório "anti-comunista". A principal tarefa que levaram a cabo foi o seqüestro do "Santa Maria". Acolhido no Brasil, alugou uma chácara em Campinas onde reuniu alguns dos membros do DRIL, aproximou-se de Humberto Delgado, mas, posteriormente, por suas posições "anticomunistas" - e com o início dos conflitos em Angola – distanciou-se do posicionamento político dos demais núcleos da oposição, inclusive do DRIL, fundando então a *Frente Anti-Totalitária dos Portugueses Livres no Exílio* (FAPLE). A organização teve curta duração, mas conseguiu congregar alguns dos antigos membros do *Portugal Democrático*. A expressão "antitotalitária" era referência direta aos comunistas. Sua principal iniciativa realizou-se em outubro de 1961, quando Galvão participou de um dos comandos da chamada "Operação Vagô", chefiada por Palma Inácio. A partir do Marrocos, um avião da TAP da linha Casablanca-Lisboa foi tomado de assalto com a finalidade de se despejar em Lisboa panfletos com um manifesto em nome da FAPLE. O editorial do *Portugal Democrático* condenou este tipo de ação:

> O personalismo do capitão Galvão não traz nenhum benefício para a ação dos anti-salazaristas. Para nós só a superação do personalismo pode conduzir à vitória. Assim consideramos tais manifestos fanfarronada ridícula e serviço prestado à ditadura (*Portugal Democrático*, n. 54, novembro de 1961)

No entanto, a ruptura com Galvão se deu meses antes. No dia 5 de março de 1961 realizou-se em São Paulo uma reunião entre os "anti-salazaristas", incluindo membros do

---

homens e só a eles cabia a condução dos destinos de uma nação. Foi também considerado por alguns setores da

Portugal Democrático e do recém extinto *Portugal Livre*, Henrique Galvão - que compareceu apenas por alguns minutos - e diversos representantes de outras regiões do Brasil, além de um delegado dos partidos africanos, deslocado especialmente para essa reunião. Tratava-se de uma tentativa de salvaguardar a "unidade" entre os núcleos da oposição reunidos no Brasil e obter o apoio aos conflitos recém iniciados em África. A pauta de trabalho, coordenada por Manuel Sertório, fixou-se nos seguintes pontos:

> 1 – apreciação do problema de uma maior penetração democrática na colônia portuguesa do Brasil; 2 – apreciação do problema da interligação dos vários núcleos políticos de emigrados e destes com a frente interna (Portugal Democrático, n.47, abril/1961, pág.8).

Esta foi a primeira de uma série de reuniões que geraram a idéia de se propor a constituição de uma frente internacional, no que mais tarde veio a ser a FPLN[62]. Em contrapartida, o apoio obtido nessa reunião, favorável à autonomia das então "províncias ultramarinas portuguesas em África", não mais tornou possível uma unidade de todos os "anti-salazaristas" em exílio no Brasil, uma vez que o núcleo reunido em torno de Galvão não era favorável à completa autonomia africana. A partir desses conflitos, a palavra "unidade", referência constante no discurso da oposição, adquiriu novos e decisivos significados. Neste sentido, a "unidade" passou a representar, para largos setores dos "antifascistas", não apenas uma "luta" comum contra um regime, mas também contra sua política e fundamentos coloniais, o que implicou no progressivo apoio aos movimentos africanos de libertação nacional e em favor da destruição do Império.

O *Portugal Democrático* aproximou-se dos movimentos africanos, mas, ao que tudo indica, sofreu uma redução na diversidade de seus quadros, que passaram a ser compostos em

---

oposição como um homem de ações imediatas e de um extremo "individualismo".

[62] A criação da FPLN foi proposta na "Conferência Internacional dos Antifascistas Portugueses", no ano de 1962, em Paris. A idéia partiu dos exilados "anti-salazaristas" do Brasil, cujos delegados, naquela reunião, eram Manuel Sertório e Tito de Morais. A intenção era a de fazer convergir, através de um canal de ligação, os movimentos de "resistência" internos a Portugal com os demais núcleos espalhados pelo mundo. Em dezembro

sua maioria por comunistas, numa tendência que se acentuou em 1961 e que se efetivou a partir de 1963. Apesar do seu anacronismo e da condenação internacional do colonialismo tardio português, o "anticolonialismo" foi, de fato, um dos temas mais caros à oposição. O PCP, embora fosse formalmente "anticolonialista" desde 1941, somente a partir de 1957 tornou-se a primeira corrente da oposição a demarcar um posicionamento explícito favorável ao fim do sistema colonial e pela autonomia das então chamadas "províncias ultramarinas" portuguesas em África. O MND fez críticas abertas à política colonial em 1954, mas não chegou a defender claramente o fim do sistema e a independência dos territórios africanos. Diversos setores da oposição titubearam, ao menos a princípio, em apoiar os Movimentos de Libertação Nacional em África ou, senão, partiram para a defesa de uma alternativa neocolonial.

As principais intervenções publicadas no *Portugal Democrático* a respeito da questão colonial e as suas conseqüências para a "unidade" foram de autoria de Adolfo Casais Monteiro. Em julho de 1961 foi publicado o seu artigo, "As Soluções do Capitão Henrique Galvão para o Problema Colonial". O texto inicia-se com uma epígrafe em que Casais Monteiro expõe sucintamente suas teses contra Galvão: 1) seus pontos de vista teóricos são inaplicáveis aos problemas concretos, no caso, à questão colonial portuguesa em África; 2) em decorrência disto, a postura anticolonialista e favorável à autodeterminação, afirmada no plano doutrinário, transforma-se num "mas", quando se passa à análise da realidade. Casais Monteiro referia-se mais precisamente ao artigo de Galvão publicado no *OESP* de 4 de junho de 196l sob o título "Angola: a verdade e as mistificações". Galvão afirmava em seu texto que tinha os princípios de um pensamento democrático e que condenava o colonialismo e a discriminação racial, ao mesmo tempo em que era categórico: "o direito que tem todos os

---

daquele mesmo ano, realizou-se sua primeira reunião clandestina, em Roma. A FPLN instalou-se na Argélia, tendo sido a principal responsável, a partir de então, pela criação das "rádios livres".

povos à autodeterminação é incontestável". Porém, Casais Monteiro procurou apresentar a inconsistência dessas afirmações, com base no próprio texto de Galvão:

> mal isto acaba de afirmar, o cap. Henrique Galvão logo em seguida especifica que 'este direito, como todos os direitos humanos, não é absoluto. Carece de uma definição jurídica objetiva e realista - e tem como limitações, ou obrigações inerentes, o respeito pela pessoa humana e a segurança das condições que garantam a evolução progressiva das sociedades autodeterminadas – digamos: subentende uma capacidade política, moral e econômica para o seu exercício'. Depois do que faz um paralelo entre a criança e os 'povos em tal menoridade política'.

Para Galvão, a autonomia das "províncias" era incontestável no plano teórico, mas impunha limitações, a partir de uma análise "realista". Casais Monteiro contesta o argumento de Galvão, ao observar que ele só reconhece o direito à "autodeterminação" a partir de um critério de "maioridade". A seguir, Casais lança as seguintes perguntas: "e quem o vai estabelecer? Como definir a 'capacidade política, moral e econômica' que para tal seria necessária?" Na passagem seguinte de seu texto, Casais traça um paralelo entre o pensamento de Galvão e o discurso ditatorial:

> Todos os ditadores alegam precisamente, contra a vontade dos povos que oprimem, essa suposta falta de maioridade. Suprimem os instrumentos da democracia para salvar a sua nação da desordem e do caos em que cairiam se a sua mão férrea e sábia não os conduzisse. Pergunta-se: com que fundamento podemos negar aos povos africanos o direito de se governarem a si próprios, sem cairmos na mesma atitude dos ditadores? Com a mesma lógica, um adepto do salazarismo dirá que a ditadura acabará logo que o povo português tiver alcançado a maioridade política. Poderá o Cap. Henrique Galvão "provar" que nós a possuímos? Poderá provar que o caso das populações africanas seja diferente do nosso?

Casais Monteiro alega, por fim, que as razões de Galvão são subjetivas e que o que afirma sobre os "perigos" que resultariam da independência de Angola são mera "suposição". Para Casais, seria até mesmo "ingenuidade" dos africanos imaginar que outros lhes dariam condições de emancipação, ou "maioridade":

> O direito à liberdade não é susceptível de prova: nem o nosso, nem o dos angolanos. Mas, no caso dos negros, o Cap. Henrique Galvão fala em nome das "boas intenções" do branco incapaz de outra atitude perante o negro senão a do "civilizado" perante o "bárbaro". Mas porque há-de este bárbaro acreditar que o

> civilizado, que não o civilizou, lhe pode estabelecer a data e as condições da maioridade? Pois que, sem dúvida, o cap. Henrique Galvão, embora sempre omisso a este respeito, não encara outra solução senão a tutela do branco sobre o negro, até que chegue aquela data. (...) Não devemos estranhar, portanto, que os angolanos considerem isto risível. E é como de fato consideram, sem que me pareça haver, em nome da democracia, maneira de se achar que neste riso se manifeste qualquer espécie de menoridade, a qual se provaria, pelo contrário, se tivessem a ingenuidade de tomar a sério as especiosas razões que lhe prometem o céu, no futuro, convidando-os a ir sofrendo na terra o seu cativeiro, enquanto esperam por aquele.

O texto acima não apenas explicita algumas das diferentes *visões* sobre o colonialismo português como também diz respeito à maneira diferenciada pela qual se imaginava a nação portuguesa, sua geografia e os estatutos diferenciados entre cidadãos portugueses e "povos coloniais" ou "indígenas". Henrique Galvão mantinha, com poucas alterações, em sua alternativa neocolonial, uma das idéias centrais do "Estatuto Colonial" de 1930: o pressuposto hierárquico da ideologia colonial, traduzido na gradação em níveis de cidadania entre a população da metrópole e os "povos do ultramar"[63].

De fato, Galvão não era favorável ao *projeto* nacional-colonialista do governo português, principalmente no tocante às suas políticas de desenvolvimento. Sua proposta era a de reformulá-lo, de modo a gerar condições para que essas "províncias ultramarinas" atingissem sua "maioridade política". Para Galvão, esta era a postura "responsável" de um "anticolonialista". Neste sentido, via um caminho de libertação para a África somente através de uma ação que prouvesse o desenvolvimento dessas regiões, vinculado-as, em maior ou menor medida, à metrópole e, em hipótese alguma, de maneira inteiramente autônoma. Estas opiniões, que, de acordo com as acusações da oposição eram marcadamente "paternalistas", foram tanto a origem de sua revolta para com o regime - pelo "abandono" e a violência que atestou em suas passagens pela África - quanto de seu posicionamento contrário à autodeterminação completa, chegando mesmo a defender a iniciativa da proclamação da

[63] O "Estatuto Colonial", de 1930, baseava-se em uma escala gradativa, segundo a qual estabeleciam-se diferencialmente os direitos e deveres dos "cidadãos" portugueses, da metrópole e do ultramar. (THOMAZ, *op.cit*, capítulo III). Uma perspicaz análise sobre as continuidades e reelaborações das hierarquias do Império em um contexto pós-colonial encontra-se na tese de doutoramento de Machado (2003).

independência daqueles territórios, desde que se seguisse à instauração de um governo de minorias brancas, como ocorreu, por exemplo, na África do Sul e na Rodésia, ex-colônias britânicas.

Essas posições de Galvão foram afirmadas repetidas vezes, em seus artigos no *OESP*, onde manteve uma regular contribuição ao longo de anos. Uma palestra de Galvão para estudantes brasileiros sobre a "questão colonial", na sede da União Estadual dos Estudantes (UEE), em São Paulo, provocou "desilusão" entre os jovens que foram escutá-lo, na opinião de Miguel Urbano Rodrigues, que também participou do evento, promovido pouco tempo depois dos acontecimentos do "Santa Maria":

> Sobre Galvão choveram perguntas. As respostas foram decepcionantes. Não pronunciou a palavra autodeterminação e rejeitou liminarmente a idéia de independência. Defendeu o projeto de uma futura comunidade de Estados Luso-Africanos com a capital em Nova Lisboa (Huambo). Perante a insistência dos estudantes, o seu pensamento colonialista e racista veio à tona. Falou de tribos, de povos incapazes de se governar, comparou os negros à crianças, citou nomes gentílicos inéditos para brasileiros, enalteceu a presença secular dos portugueses. Gelou a assistência. (RODRIGUES, 2002: 220)

Quanto ao *Portugal Democrático*, o jornal exprimiu, em suas páginas, pelo menos até o fim de 1961, as contradições e antagonismos dos diferentes setores da oposição, mesmo entre aqueles que se afirmavam como "anticolonialistas". Ao lado de artigos ou mesmo editoriais que afirmavam a defesa da independência dos territórios portugueses em África e a legitimidade da causa "anticolonial", foram publicados outros que defendiam uma alternativa neocolonial, como, por exemplo, um texto de Jorge de Sena que propôs a criação de uma "Comunidade de Estados Portugueses" (*ibid.*:191). O jornal assumiu gradativamente uma postura mais clara em favor da autodeterminação plena dos povos africanos. Do mesmo modo, aproximaram-se as aspirações dos Movimentos de Libertação nacional às da oposição ao Estado Novo, através da associação entre "anti-salazarismo" e "anticolonialismo"

Frente à impossibilidade da "unidade" entre as duas correntes "anti-salazaristas" no exílio, naquele momento - nomeadamente, a FAPLE e o agrupamento do CRP (com suas clivagens internas entre comunistas, socialistas e liberais republicanos) -, procurou-se reforçar a "unidade" entre as correntes e personalidades reunidos em torno do CRP, "sem preconceitos ideológicos", "personalismos" e "contra qualquer adiamento da tarefa da liberdade". A epígrafe ao artigo "Unidade: como e com quem?", de Adolfo Casais Monteiro, publicado em outubro de 1961, externava o posicionamento do núcleo:

> Em política, não há teoria sem prática. Ora, o problema da unidade das forças oposicionistas não pode resumir-se à declaração teórica, por parte de grupos, partido e indivíduos, de que a entendem necessária, e estão dispostos a realizá-la. É indispensável que se estabeleça claramente como é tal unidade, e com quem. Não ignoramos a existência de sectores que se consideram oposicionistas, e que até se considerem democráticos, mas que todavia não se definem de forma a podermos identificá-los como tais. A unidade não pode existir entre atitudes contraditórias; pode, sem dúvida, admitir diversidade, divergências táticas e técnicas, digamos assim. Mas exclui evidentemente aquilo que só poderia inutilizá-la.

Os recentes conflitos relativos à "questão colonial" e às práticas políticas de lideranças como Delgado e Galvão, tornaram-se desgastantes e geraram alguns afastamentos. Ao lado disto, a crescente influência comunista no *Portugal Democrático* deixou insatisfeito alguns dos setores da oposição. Como uma tentativa de reaproximar alguns militantes e de efetivar, na prática, a nova "unidade", criou-se em outubro de 1961 a *Unidade Democrática Portuguesa* (UDP), iniciativa proposta por Manuel Tito de Morais, que contou com o apoio do PCP. A presidência ficou a cargo de João Sarmento Pimentel e os vices eram Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena e Paulo de Castro. Havia, ainda, um secretariado, composto por Augusto Aragão (comunista), Manuel Tito de Morais e Manuel Sertório (socialistas). A finalidade da organização era a de viabilizar a realização de tarefas como o estabelecimento de contatos com personalidades da política e da cultura e com outros militantes e núcleos da oposição; promover conferências, iniciativas culturais e outros eventos; reunir e fazer circular notícias sobre Portugal, de atividades da oposição e sobre a "questão colonial". Além do

mais, a sigla pretendia-se representativa dos "antifascistas" portugueses no Brasil, em nome de quem atuariam. Na prática, a UDP veio a substituir e teve as mesmas funções dos "Serviços de Informação", criados no ano anterior no *Portugal Democrático*. Além disto, foi a responsável por algumas iniciativas semelhantes às do *Comitê dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão*, que já não mais existia. Alguns eventos, publicações e campanhas também foram dinamizadas em nome da UDP, mas não em sua fase inicial.

A par dessas atividades, havia também um objetivo político interno: o de congregar o maior número possível dos "antifascistas" em torno de ações comuns, de modo a tentar minimizar divergências políticas, decorrentes do recente aumento da presença comunista no *Portugal Democrático* e da significativa ausência de simpatizantes da Ação Socialista e de liberais republicanos, que deixaram de colaborar regularmente no jornal. Nas páginas do *Portugal Democrático* manteve-se a defesa de um postura "unitária", "anticolonialista" e contrária às discriminações ideológicas. Contudo, com a diminuição crescente na diversidade de seus quadros, os editoriais do jornal passaram a defender uma "unidade na ação", já que no campo ideológico esta se mostrava bem mais difícil. Portanto, aqueles militantes que não se identificassem ou não quisessem mais colaborar com o jornal, cada vez mais próximo da linha do PCP, mas que conjugassem dos princípios da "unidade democrática", poderiam participar das iniciativas da UDP ou do CRP. A UDP, de fato, conseguiu reintegrar alguns dos militantes "anti-salazaristas", à exceção dos partidários de Galvão, mas foi pouco operativa até, pelo menos, 1964. A sua "Declaração de Princípios" era ampla o suficiente, de modo a atrair os diversos setores da oposição "antifascista" e "anticolonialista":

> 1) serão as ações unitárias de todas as forças políticas que poderão levar à vitória a luta que o Povo Português trava pela Democracia; 2) que a direção da luta das forças democráticas portuguesas reside em Portugal, onde também se encontra o principal campo de ação de luta contra a ditadura fascista de Salazar; 3) que a atividade dos oposicionistas no exterior se funda na importância e na necessidade de desmascarar internacionalmente a ditadura e de coordenar o apoio político e

> financeiro para as lutas internas; 4) que é seu objetivo ajudar a reforçar e a alargar a unidade de todos os anti-salazaristas, tanto em Portugal como no estrangeiro, sem discriminações políticas e partidárias de qualquer espécie, verberando formal e publicamente quaisquer ações de caráter discriminatório e divisionista; 5) que reconhecem o direito à auto-determinação e independência dos Povos Coloniais e em conseqüência apoiam sem restrições e inequivocamente a luta dos Povos das Colônias Portuguesas pela sua libertação, considerando a mesma um forte aliado da luta do Povo Português contra a ditadura fascista de Salazar. São Paulo, 22 de outubro de 1961. aa. Adolfo Casais Monteiro; Augusto Aragão; Jorge de Sena; Carlos Cruz, Ricca Gonçalves, João Manuel Tito de Morais; Fernando Lemos; João Sarmento Pimentel; Joaquim Duarte Baptista; Francisco Sarmento Pimentel e Manuel Alfredo Tito de Morais.

Note-se que, nesta "declaração" de princípios, encontrava-se explicitado o papel da "resistência" no exílio, ao mesmo tempo em que se fixava o posicionamento favorável à causa "anticolonialista". Esta definição de papéis afastava as tentativas de Delgado de formar milícias a partir do exílio, já que a direção e o principal campo de lutas encontravam-se em Portugal. No entanto, Delgado e o MNI tomaram partido da causa "anticolonialista" em 1962, e chegaram a colaborar algumas vezes com a UDP.

O próprio Deops passou, desde então, a agir em três frentes. Quanto à FAPLE, que teve curta duração, acompanhou-a com certa distância, ao concluírem que eram "anticomunistas". Humberto Delgado, conforme relatei, teve seus passos seguidos até deixar o Brasil. E as atividades centralizadas no CRP eram acompanhadas de perto, mas principalmente em manifestações públicas, à exceção de ocasiões em que recebiam denúncias anônimas quanto à presença de agentes comunistas, de cuja existência, aliás, tinham pleno conhecimento.

A UDP permaneceu até 1974, tornando-se um dos órgãos mais dinâmicos da oposição no exílio. Entretanto, não conseguiu efetivar a "unidade" almejada em seus primeiros anos. Acerca disto, escreveu Manuel Sertório:

> Quando pretendemos (Tito de Morais e eu) que o Portugal Democrático se transformasse em órgão oficial do novo organismo unitário, o notáveis e os representantes do Partido opuseram-se terminantemente (SERTÓRIO, 1990: 42)

Na seqüência, Sertório descreve, ainda, que a organização acabou por ocupar o lugar do *Comitê* e que, apenas depois da entrada de Miguel Urbano Rodrigues "algo de útil se fez sob esta sigla" (*ibid*: 42)

Uma outra interpretação possível para as dificuldades de se efetivar a "unidade" deve-se ao fato de, ao início dos conflitos coloniais, ainda existirem posições contraditórias quanto à "questão colonial". Por outro lado, a manutenção do conflito em África representava também o início da derrocada do regime face à sua crescente condenação internacional. Diante disto, os setores mais expressivos da oposição, nomeadamente comunistas e socialistas, procuraram afirmar sua coesão interna e sua identidade política, de modo a conquistar legitimidade como força política. Portanto, a "declaração de princípios" da UDP não conseguiu conter os conflitos internos registrados principalmente entre 1961 e 1964. Após o golpe militar no Brasil, quando fica no país uma maioria de militantes de orientação comunista, a UDP tornou-se uma organização mais atuante, sobretudo no tocante à divulgação dos acontecimentos decorrentes das "Guerras de Libertação Nacional". Em nome da sigla foi editado com regularidade, a partir de 1964, um boletim noticioso em três línguas: português, francês e inglês.

Além dos conflitos e cisões internos acima assinalados, o contexto latino-americano dos anos 1960 e os desdobramentos da Revolução Cubana demarcaram, ainda, outras clivagens entre os setores da oposição no exílio. O Brasil, como diversos países da América Latina, passou por um período de intensificação das esquerdas. As repercussões dos acontecimentos em Cuba - e sua orientação para o comunismo - acirrou os debates tanto em correntes da esquerda quanto da direita. Nas páginas do *Portugal Democrático*, entre 1962 e 1963, é possível identificar uma disputa interna com relação à orientação do jornal e do núcleo reunido em torno do CRP, no tocante ao apoio às esquerdas no Brasil e à aspiração dos setores comunistas em fazer convergir as ações em favor de uma transformação

revolucionária, tanto em Portugal quanto no Brasil. Tais questões punham em debate os alcances e limites pretendidos à transformação social e, novamente, o papel a ser exercido pela oposição no exílio. De fato, os setores liberais republicanos - e mesmo socialistas - do movimento discordavam de muitos dos pressupostos do setor comunista, tais como a defesa de uma "democracia avançada", acompanhada de reformas sociais e com vistas a um processo de implantação de um Estado socialista. Por outro lado, diversos militantes, inclusive comunistas, perguntavam-se sobre as vantagens e desvantagens, para a "luta antifascista", de um envolvimento direto em tarefas de setores da esquerda no Brasil, quando, por vezes, isto era encarado como um "dever", face ao ideal do internacionalismo comunista. A aproximação do movimento "anti-salazarista" no Brasil com setores da esquerda brasileira - nomeadamente com o PSB e o PTB, mas, principalmente, com o PCB – e a orientação adquirida pelo *Portugal Democrático*, geraram discordâncias quanto às decisões internas que definiam as linhas editoriais do jornal e sua política.

De fato, a crescente influência do PCP e do PCB sobre o jornal parece ter lugar após 1961, adquirindo orientações partidárias que são sutilmente denunciadas por Jorge de Sena, em um artigo de outubro de 1962, intitulado "A Unidade", no qual se referia à oposição como "pequeno burguesa" e sem espírito democrático, por querer tornar "sua" a Revolução e não do povo. No depoimento que nos foi concedido por João dos Santos Baleizão, este fez uma denúncia de vetos a artigos que não expressassem a opinião do Partido Comunista. No entanto, não é possível afirmar com todas as letras se há uma relação direta entre as críticas de Sena e as denúncias de censura dirigidas aos comunistas, uma vez que o autor não faz menções a esta ou aquela corrente da oposição. O fato mais expressivo foi que, ao se retirarem em conjunto do "Conselho de Redação" em março de 1963, Adolfo Casais Monteiro, Fernando Correia da Silva, Fernando Lemos, Jorge de Sena e Paulo de Castro escreveram a seguinte declaração:

> Os abaixo-assinados, ao mesmo tempo em que proclamam a necessidade absoluta de uma frente única na luta contra o salazarismo e o fascismo em Portugal, tornam pública a sua decisão de abandonarem o Conselho de Redação de Portugal Democrático, por não se considerarem em condições de exercer a responsabilidade que lhes cabia na definição de uma política comum para o jornal. Nestas condições, saudando a valorosa turma que o orientará e redigirá manifestam a sua intenção de continuar a prestar a Portugal Democrático a sua colaboração; e declaram que são e serão fiéis ao lema de que todas as correntes, sem discriminação alguma, devem ser chamadas à tarefa de derrubar o fascismo português e de salvar Portugal e o seu povo. Onde alguma discriminação for mantida, sempre a liberdade estará em perigo, e será traído o direito do povo português de decidir os seus destinos. Aa. (*Portugal Democrático*, 70, março/1963: 2)

Em depoimento concedido a outro investigador, Carlos Cruz e João Alves das Neves também afirmaram existir vetos, e este último relaciona a saída dos "notáveis", em 1963, a este fator (RAMOS, 2003: 113-114).

Em substituição aos que saíram, ingressaram no "Conselho de Redação" uma leva de comunistas, Augusto Aragão, Miguel Urbano Rodrigues e Antônio Bidarra da Fonseca, e permaneceram Manuel Sertório (socialista) e Vítor Ramos (comunista). Mais tarde, Adolfo Casais Monteiro veio a se reaproximar do jornal, mas não mais fez parte do seu "Conselho", o que aconteceu apenas com Fernando Lemos, após o 25 de Abril, na última fase do *Portugal Democrático*. Os demais não mais escreveram no jornal, mas continuaram a se integrar em atividades da oposição. Daí em diante, os novos integrantes do "Conselho de Redação" foram sempre de orientação comunista, como Joaquim Barradas de Carvalho, Joaquim Quitério, Manuel Ferreira Moura, Francisco Vidal, Álvaro Veiga de Oliveira e Alexandre Pereira, entre outros. De fato, o jornal passou a ter, desde então, uma "política comum" que se aproximou mais da linha do PCP no combate ao Estado Novo, embora não deixasse de reivindicar e aspirar uma plataforma "unitária", englobando outras frentes[64].

[64] Esta posição do PCP vinha desde o VII Congresso da Internacional Comunista, em 1935, quando se fixou a orientação favorável à formação de "frentes populares unitárias" na "luta" contra o fascismo. Em decorrência de sua organização, o PCP tornou-se a corrente de maior expressão na oposição ao regime, desde a sua reorganização em 1941. Os socialistas, embora expressivos, encontravam-se dispersos e vieram a se organizar entre o fim dos anos 1960 e início da década de 1970, e os setores liberais republicanos se encontravam enfraquecidos desde, pelo menos, o fim da Segunda Guerra.

Entretanto, os motivos da "partidarização" do jornal, a par das dificuldades em se consolidar uma "unidade", merecem ser contextualizados: de um lado, a iminência do fim do Estado Novo fez com que, naquela altura, os diferentes campos da oposição passassem a buscar sua afirmação identitária, talvez como uma forma de projetar a sua sobrevivência e força política em uma eventual queda do regime; por outro lado, a sociedade brasileira atravessava um momento político peculiar, de grande mobilização social, em que os setores populares, mas, sobretudo, as esquerdas partidárias, reivindicavam transformações na sociedade e na maneira como esta se encontrava estruturada. Naqueles dias, discutiam-se no Brasil questões como: desenvolvimento x subdesenvolvimento; dependência econômica x capitalismo nacional, em que um sentimento "internacionalista", de utopias ideológicas de esquerda, aliava-se a um nacional-desenvolvimentismo. A imagem, presente e incômoda, dos acontecimentos recentes da Revolução Cubana, motivava e tornava apreensivos os debates entre distintas correntes políticas, da esquerda à direita. O golpe militar de 1964 procurou ser uma reação a essa crescente mobilização popular.

As fortes tensões sociais vividas na sociedade brasileira ao início dos anos 1960, podem ser evidenciadas no tom da informação reservada do Deops sobre a atuação dos "anti-salazaristas" em São Paulo, datada de 21/12/1961:

> Levamos ao conhecimento desta chefia que, segundo informação reservada, 'tanto em Portugal como no Brasil cresce a oposição ao fascismo salazarista'.
> Em Portugal, 'a esquerda predomina as forças oposicionistas e será herdeira do regime opressor de Salazar'.
> No Brasil, o jornal 'Portugal Livre', órgão mensal de forças oposicionistas, obedecia ao Gal. Humberto Delgado, porém deixou de circular, ao passo que 'Portugal Democrático', periódico mensal de oposição, **é controlado e dirigido pela oposição de esquerda**.
> As forças anti-salazaristas do Brasil de tendências esquerdistas reuniram-se recentemente no Centro Republicano Português de São Paulo e decidiram unificar os diversos grupos antifascistas e anti-salazaristas numa nova organização, a qual foi denominada 'Unidade Democrática Portuguesa'. (...) O novo movimento anti-salazarista tem por objetivo unificar a luta (...). Visa também orientar o movimento das forças oposicionistas no exterior e coordenar o apoio político e financeiro para as lutas internas. A nova entidade reconhece o direito à autodeterminação e independência dos povos coloniais e apóia sem restrições 'a luta heróica e justa dos povos das colônias portuguesas', considerando-os 'fortes aliados contra a ditadura fascista de Salazar'.

> A nova entidade nada tem a ver com o capitão Henrique Galvão, pois este não reconhece a independência das colônias portuguesas.
> A esquerda portuguesa taxa o capitão Henrique Galvão de 'salazarista sem Salazar'.
> O Partido Comunista Português está atuando e progredindo dentro do território português do continente europeu.
> Os comunistas portugueses do Brasil estão colaborando com o PCB nas lutas reivindicatórias.
> Os comunistas portugueses e espanhóis residentes em São Paulo colaboraram com o PCB, na ampla divulgação de manifestos redigidos pelo mesmo PCB e seus aliados PSB e PTB (ex.anexos)" (*sic*!) (Arquivo Deops, registro 41-E-5-5)

Trata-se do relato de uma reunião em que se avaliou e situou a oposição em Portugal e no Brasil, expôs-se sobre a criação e finalidades da UDP e definiram-se as linhas de ação da oposição no exílio, após as recentes clivagens internas. O tom do relato parece alarmista, como na passagem em negrito. Outros trechos parecem ser anotações por extenso do que se falou na reunião. Alguns deles indicados com aspas, como em citações, deixam entrever certa euforia, como na passagem em que se diz "a esquerda predomina as forças oposicionistas e será herdeira do regime opressor de Salazar". Outros indícios dessa fase de tensão interna na oposição foram as cartas-denúncia enviadas ao Deops, com maior freqüência entre 1962 e 1964, por pessoas que afirmavam conhecer por dentro as intenções e iniciativas dos "antifascistas" portugueses (*ibid*). Em geral, essas denúncias indicavam a presença de comunistas no CRP, e enfatizavam a "ameaça" que representavam, com a alegação de que se tratavam, ainda, de perigosos terroristas.

O ideal do internacionalismo, entre os comunistas, empenhava-os em atividades de militância na sociedade brasileira. Em sua maioria, dialogavam e atuavam conjuntamente com os movimentos e partidos de esquerda do país (depoimentos de Miguel Urbano Rodrigues, Alexandre Pereira e Dulce Helena Pessoa Ramos). A forma de atuação e as ações reivindicativas, que convergiam para a defesa de uma "ação revolucionária", não agradavam a uma parte significativa dos "anti-salazaristas". Jorge de Sena escreveu artigos no *Portugal Democrático*, tais como *"As Esquerdas"* e o já referido *"A Unidade"*, em que criticava duramente essa maneira de atuar, apesar de não fazer referências diretas aos comunistas. No

entanto, as discordâncias quanto à prática política e aos alcances e limites da transformação social eram recíprocas. Em depoimento, Miguel Urbano Rodrigues afirmou que este setor da oposição era "ético, mas não verdadeiramente revolucionário", e que um sentimento internacionalista o impedia de estar alheio à situação brasileira. Tais dissidências estendiam-se ainda para a questão: "e depois da queda?"[65] – em que se reivindicava, de um lado, a transformação radical da sociedade portuguesa e da estrutura estatal; de outro, defendia-se o retorno das instituições democráticas, mas sem maiores alterações na estrutura político-econômica. De fato, este foi o momento em que esta esfera pública alternativa, que se tornou o jornal, conseguiu realizar uma das principais "tarefas" a que se propunha: a de tornar explícitos *os posicionamentos* das correntes "antifascistas", configurando alguns dos *projetos* voltados para a reestruturação do Estado-nação português. Com o passar dos anos, o PCP tornou-se, ao menos entre a oposição em exílio no Brasil, e talvez pela persistência do regime e do conflito colonial, a corrente que mais veio a congregar novamente os "anti-salazaristas", após 1964, ao trazer de volta, em torno de uma plataforma "unitária", militantes que tinham se afastado do *Portugal Democrático* no período imediatamente anterior ao golpe militar brasileiro, tais como João Sarmento Pimentel, Adolfo Casais Monteiro e Fernando Lemos.

Descrito o contexto, podemos compreender as clivagens e acusações recíprocas como parte do jogo político, em um momento em que as disputas tornaram-se mais públicas e acirradas. Paradoxalmente, o golpe militar tornou novamente unitária a postura de tomada de decisões internas, embora tenha ficado no Brasil, após 1964, uma parcela majoritária de militantes comunistas. O jornal refletiu, a partir de então, a postura do PCP, apesar de se manter aberto a colaborações de outros setores da oposição. Muitos militantes deixaram o Brasil após o golpe, por considerarem inviável uma atuação política a partir deste país.

[65] Tal era o título de uma das colunas do *Portugal Democrático*, que visava debater sobre os projetos para a transformação da sociedade portuguesa após a queda do regime.

4.3 ATUAÇÃO NO ENSINO E PESQUISA

Nesta seção, a atuação de intelectuais portugueses no ensino e na pesquisa no Brasil será observada a partir de dois núcleos, o de matemática e física em Recife e o de estudos de língua, literatura e história, em São Paulo. Neste último caso, uma significativa parcela dos personagens iniciou sua carreira docente no Brasil, embora tivessem aqui chegado com alguma experiência em pesquisa ou com obras literárias publicadas. Concentraram-se em maior número em São Paulo, Araraquara e Assis, a partir da institucionalização dos estudos de língua e literatura portuguesa, por Fidelino de Figueiredo (1938-1951), e por conta da expansão do ensino superior no interior paulista: Victor Ramos (1955-1974), Adolfo Casais Monteiro (1954-1972) e Jorge de Sena (1959-1965) enquadraram-se nesta situação. Em São Paulo tivemos ainda a presença do historiador Joaquim Barradas de Carvalho (1964-1970). No caso de Recife, os *campos* da matemática e da física se formaram, de modo associado ao ensino superior e à pesquisa, com uma significativa presença de portugueses, oriundos do "movimento matemático". Bastante coesos, Alfredo Pereira Gomes (1953-1964), Manuel Zaluar Nunes (1953-1962), José Morgado Júnior (1960-1974) e Ruy Luiz Gomes (1962-1974), já tinham participado de projetos e iniciativas comuns em Portugal. O físico António Brotas (1963-1964), mais jovem, completa a lista. Também para este caso contou em muito a presença, anos antes, do matemático português Antonio Aniceto Monteiro, durante a sua passagem de cerca de quatro anos (1945-1949) pelo Rio de Janeiro. A inserção desses personagens nesses específicos territórios será objeto de análise nesta seção, a começar pelos matemáticos.

O ensino superior de matemática no Recife remonta ao ano de 1895, quando da fundação da Escola de Engenharia. Contudo, apenas em 1950 foi que se criaram cursos de licenciatura e bacharelado em matemática, no âmbito da Faculdade de Filosofia da Universidade do

Recife[66]. A princípio, o curso contou com os professores que lecionavam na Escola de Engenharia, dentre os quais poucos matemáticos. O Reitor da Universidade, Joaquim Amazonas, juntamente com os professores da Escola de Engenharia, Newton Maia (matemático), Luis Freire (físico) e Luis Siqueira Neto (mecânica aplicada), reuniram esforços no sentido de apoiar a vinda de professores estrangeiros para a composição e estruturação do curso, a exemplo do que se fizera na Universidade de São Paulo nos anos 1930. Tal iniciativa representava uma ruptura com uma tradição local que "fazia ensinar ciências exatas por diplomados em engenharia -, tratava-se agora no Recife de procurar dois matemáticos e um físico, qualificados e de preferência de língua portuguesa" (GOMES, 1997: 67). A recomendação para a contratação de pelo menos um matemático português partiu de Leopoldo Nachbin - discípulo de António Aniceto Monteiro - que àquela altura ocupava um lugar de pesquisador no Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), no Rio de Janeiro. Consultado por Newton Maia, Nachbin indicou o nome de Alfredo Pereira Gomes, com quem mantinha correspondência regular desde 1948, dentre outros membros do "movimento matemático" português que então conhecia (GOMES, *op.cit.*). De acordo com o depoimento de Alfredo Pereira Gomes, entre o convite e a efetivação no cargo decorreram-se cerca de dois anos, como também ocorrera com Aniceto Monteiro, no Rio de Janeiro, na década anterior:

> Em fins de 1950 visitou-me em Paris, no meu estúdio do 4º. Andar do 3 bis, Place de la Sorbonne, Newton Maia, professor de Matemática na Escola de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco (...). Vinha propor-me um contrato de professor para iniciar e orientar um Departamento de Matemática na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (...).[67]
> Apanhado desprevenido, pedi a Newton Maia tempo para reflectir sobre o assunto e prometi-lhe satisfazer o pedido de sondar entre as minhas relações a possibilidade de obter outros dois professores que quisessem aceitar o convite, um para Física, outro para Álgebra e Geometria, visto que a Análise Matemática me seria confiada (...) (*ibid*: 67-68)

[66] A Faculdade de Filosofia do Recife foi criada em 1941 e em 1946 foi agregada, junto a outras escolas e faculdades, à então recém-criada Universidade do Recife.

Dentre os nomes em que Alfredo Pereira Gomes pensou em consultar estavam os de Manuel Zaluar Nunes – que também fora "afastado" de sua função docente e, após uma passagem por Paris como pesquisador do CNRS encontrava-se como redator da *Gazeta de Matemática* – e o físico Marques da Silva, que de pronto não aceitou o convite. Por fim, o próprio Alfredo Pereira Gomes aceitou o convite em meados de 1952 e contou a favor disto o parecer de um jovem estudante de filosofia, Fausto Castilho – que dentre outros intelectuais brasileiros como Jorge Amado, Mário Schenberg, o pintor Carlos Scliar, o sociólogo Nataniel e o físico Jacques Danon compunha um círculo de relações próximas de Alfredo Pereira Gomes –, além de sua insatisfação com as condições de trabalho que lhe ofereceram no *Institut de Mécanique des Fluides*. Apesar do tempo decorrido, o convite manteve-se de pé em decorrência do atraso na tramitação do projeto de criação do curso de Matemática. Após a assinatura do contrato, que passou a vigorar a partir de 1 de janeiro de 1953 recebeu a resposta de Zaluar Nunes: "se tu fores para o Recife, eu aceitarei um convite" (GOMES, *op.cit.*: 69). Contudo, na altura em que Alfredo Pereira Gomes deu a resposta favorável, encontrava-se em Paris, em um Congresso de Lógica Matemática (realizado entre 25 e 30 de agosto de 1952), Luís Freire, que informou a Alfredo Pereira Gomes sobre a mudança nos planos de contratação do outro matemático, que seria agora preferencialmente francês. Mais tarde, o fato de não se ter encontrado um profissional nessas condições interessado em ir para o Recife abriu novamente as portas a Manuel Zaluar Nunes. Ambos iniciaram suas atividades docentes com o ano letivo de 1953, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - para onde foram contratados -, e na Escola de Engenharia.

Acerca deste primeiro ano de atividades, Alfredo Pereira Gomes ressaltou o investimento local de se "proceder a uma prática propedêutica que, aos poucos, viesse a criar uma nova mentalidade e a se encontrar um lugar para a Ciência que se não reduzisse à feição

---

[67] Neste depoimento, Alfredo Pereira Gomes refere-se à Universidade Federal de Pernambuco. No entanto, a Universidade do Recife só adquiriu esta nomenclatura em 1965, em decorrência da reforma no ensino superior.

tecnológica – o que se verificou ser possível, com o tempo" (GOMES, *op.cit.*: 70). De fato, os alunos mais interessados nas Ciências Exatas terminavam por se direcionar, na maioria das vezes, para as engenharias. No quadro dessas ações foi que se pensou, desde 1951, na criação de um Instituto de Física e Matemática (IFM), direcionado à pesquisa e à formação avançada, através de seminários e palestras a cargo de professores com amplo reconhecimento nos meios científicos. A iniciativa contou com o apoio do CNPq e de cientistas brasileiros como César Lattes, àquela altura no Centro Brasileiros de Pesquisas Físicas (CBPF). No discurso que proferiu por ocasião da criação do IFM, Luis Freire ressaltou a importância desses apoios recebidos e destacou a intenção de se superar a condição de "exportador" de "grandes valores humanos", no sentido de não se estar reduzido "a mero centro fornecedor e distribuidor de cientistas" (FREIRE *apud* DEPARTAMENTO DE MATEMÀTICA, 2005). Na seqüência, emendou:

> Justo seria que, vencida esta primeira fase de nossa luta em prol de um mais alto nível de cultura e pesquisa científica, buscássemos aqui mesmo construir com os nossos valores que estão sempre a apareccer, o que até hoje tem sido feito fora das nossas fronteiras. Não se trata, já se vê, de nenhum regionalismo científico, o que seria absolutamente incabível. E sim, porém de distribuição de centros de alto nível científico pelo nosso vasto território nacional – obras, pois, de alcance patriótico e humano. (*ibid.*)

Em seu discurso, Luís Freire chamou a atenção para a descentralização da produção científica brasileira. Até a criação do IFM, a região nordeste destacava-se no cenário científico nacional pela formação de quadros que encontrariam condições favoráveis de desenvolvimento da pesquisa científica em São Paulo, no Rio de Janeiro ou no exterior. A partir da fundação do IFM deu-se início a um intercâmbio científico mais estreito com o CBPF, o IMPA e a USP, além de instituições estrangeiras.

O IFM foi fundado ainda em 1953, mas iniciou suas atividades no ano seguinte, com uma seqüência de palestras preparatórias para o acompanhamento da série de conferências do matemático Arnaud Denjoy, do *Institut de France*. Alfredo Pereira Gomes assumiu o encargo

de ministrar tais cursos, ao passo que Manuel Zaluar Nunes ficou responsável pela composição do acervo bibliográfico da Biblioteca do Instituto. No ano seguinte, a *Gazeta de Matemática*, sob a direção de Zaluar Nunes, noticiava as atividades deste instituto:

> No ano de 1955, funcionaram regularmente no IFM cursos e seminários. A Física Teórica está a cargo do Prof. Luis Freire. Da Matemática ocupam-se o Prof. Newton Maia, encarregado de um curso propedêutico destinado a um grande público, o Prof. Alfredo Pereira Gomes, que faz cursos sobre Topologia Geral e sobre Álgebra Moderna e tem a seu cargo orientar alguns bolseiros do Centro Nacional de Pesquisas, e o Prof. M. Zaluar, que foi encarregado dum curso de Cálculo das Probabilidades. (*Gazeta de Matemática*, 63/64: 33)[68]

Dentre as iniciativas editoriais, Manuel Zaluar Nunes manteve a periodicidade da *Gazeta de Matemática* e da *Portugaliae Mathematica*, à frente dos dois conselhos, a partir do exílio no Recife. Alfredo Pereira Gomes, por sua vez, tomou a frente na iniciativa de se criar uma publicação própria do IFM, a coleção "Textos de Matemática" que, a partir de 1955, divulgou muitos dos resultados dos membros do IFM, bem como as conferências e palestras proferidas por professores visitantes ou contratados, estrangeiros e brasileiros, que passaram pelo Instituto, de tal maneira que esta série assinala parte das atividades e relações estabelecidas entre os matemáticos de Pernambuco com a "comunidade matemática" nacional e internacional. Roger Godement, da Universidade de Paris; François Bruhat, da Universidade de Nancy, entre outros, deixaram registrados na "Textos de Matemática" suas contribuições durante a passagem pelo Recife[69]. Outras contribuições vieram do estreitamento de relações com os centros do Rio de Janeiro e São Paulo, como a publicação de uma conferência de S.S. Chern, além de um número especial composto por artigos de Leopoldo Nachbin, do IMPA, Luiza Mendonça de Albuquerque, da Universidade de Coimbra, Jean-Pierre Kahane, da

[68] Além dos nomes citados, inicialmente o IFM congregou ainda como pesquisadores Jônio Pereira de Lemos e Manfredo Perdigão do Carmo. Posteriormente, a Divisão de Matemática do Instituto foi acrescida pelos portugueses Ruy Luiz Gomes e José Cardoso Morgado Jr., além dos seguintes Professores da Universidade: Roberto Ramalho de Azevedo, Theophilo Benedicto de Vasconcellos, Rivaldo Alves Correia, Reginaldo Lourenço da Silva, Fernando Antonio Figueiredo Cardoso da Silva, Wolmer Verçosa de Vasconcelos e Deise Ferreira Vanderlei. O Instituto era composto de duas Divisões: uma de Física e outra de Matemática.

[69] Foi o caso também de Laurent Schwartz, François Trèves e Chaim Honig, em 1961.

Universidade de Montpelier, Charles Ehresmann, da Universidade de Paris e Frederico Pimentel Gomes, da Universidade de São Paulo[70].

De fato, a participação de pesquisadores do IFM em congressos aproximou o núcleo do Recife aos demais do Brasil. Em depoimento, Alfredo Pereira Gomes destacou a importância da reunião da SBPC de 1956, em Ouro Preto, para o estreitamente de relações do Instituto com Carlos Chagas Filho - que anos antes oferecera uma colocação a António Aniceto Monteiro no Instituto de Biofísica que dirigia -, e com a Sociedade de Matemática de São Paulo. Mas os eventos que, em sua concepção, marcou o início de uma descentralização da pesquisa para além do eixo Rio-São Paulo, foram os Colóquios Brasileiros de Matemática, os dois primeiros realizados em Poços de Caldas (em 1957 e 1959) e o terceiro em Fortaleza (em 1961):

> Actualmente não será mais que uma banalidade dizer que esses Colóquios Brasileiros de Matemática constituíram um marco histórico no desenvolvimento da Matemática no Brasil. Mas é uma realidade então sentida desse modo sobretudo pelas universidades periféricas. Aí se promoveu uma mobilização de interesses e vontades regionais tendentes à integração na totalidade do corpo matemático do Brasil. (GOMES, *op.cit.*: 74)

Nesses Colóquios foi que, pela primeira vez, muitos dos estudantes, colaboradores e pesquisadores de Pernambuco puderam apresentar resultados de pesquisas desenvolvidas no âmbito do IFM. Cabe destacar aqui que, em geral, o público que assistia aos seminários e cursos promovidos pelo IFM e que participava como colaboradores ou bolsistas nas pesquisas desenvolvidas, eram recrutados na Escola de Engenharia e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Recife, onde muitos dos membros do IFM também atuavam como docentes.

Em 1958, Alfredo Pereira Gomes obteve licença sabática e através de uma bolsa do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) passou o ano em Paris, em pesquisas conjuntas com

[70] Leopoldo Nachbin também publicou nos "Textos de Matemática" seu curso de três meses no Recife sobre

Goudement – que estivera em Recife em 1955. Estas relações permitiram a Alfredo Pereira Gomes, anos depois, ocupar um cargo de docente e pesquisador na Universidade de Nancy, a partir de 1962, mantendo paralelamente, até 1964, o vínculo com o Recife. Do mesmo modo, alguns dos mais destacados alunos e pesquisadores do IFM começaram a partir para o IMPA, no Rio de Janeiro, ou para o exterior, geralmente para os Estados Unidos. Tal situação, associada à ampliação de cursos e do número de alunos, levou a que se pensasse na necessidade de contratação de novos docentes e pesquisadores. Diante disto, Alfredo Pereira Gomes indicou à Universidade os nomes de dois outros portugueses: José Morgado, membro do "movimento matemático", antigo assistente de Manuel Zaluar Nunes no Instituto Superior Agrícola em Lisboa e destacado militante político do MND, que acabara de sair de seis anos de prisão por motivos políticos; e Laureano Barros, colega de Morgado, e que recusou o convite por motivos familiares. As negociações para a vinda de José Morgado apresentaram dificuldades, em virtude de sua qualidade de militante político ativo da oposição ao Estado Novo português. Uma dessas situações de embate se deu junto ao Consulado de Portugal no Recife, onde se pediu a presença de Alfredo Pereira Gomes para tratar de assunto relacionado à vinda de José Morgado para o Brasil:

> Fui chamado ao Consulado de Portugal e o Cônsul pretendia que eu assinasse o compromisso ´de que o Sr. Dr. José Morgado não viria fazer política no Recife'. Respondi-lhe prazenteiramente: ´Oh, Sr. Cônsul, eu nem a meu respeito assinaria umcompromisso desses! Mas peço que me diga, sinceramente, se durante estes sete anos a minha actuação e a do Professor Zaluar Nunes melhoraram ou pioraram a imagem de Portugal no Brasil´. Ele acabou por concordar que era preferível arriscar... (GOMES, *op.cit.*: 78)

No mesmo ano em que José Morgado chegou ao Brasil esteve, como conferencista, Hugo Ribeiro, outro membro do "movimento matemático" português e que, àquela altura, lecionava nos Estados Unidos. Em 1961, José Morgado e Alfredo Pereira Gomes foram convidados para pertencerem ao "Conselho Consultivo" do Instituto Central de Matemática da

---

"Integral de Haar".

Universidade de Brasília. Meses antes, Alfredo Pereira Gomes havia sido designado membro do "Conselho Diretor" do IMPA, pelo CNPq. Tais atribuições, entre outras, nos dão alguma medida do reconhecimento que esses pesquisadores alcançaram e o mesmo pode-se dizer da pesquisa matemática realizada em Pernambuco.

De fato, o intercâmbio científico com outros centros ampliou-se ainda mais, nos anos seguintes, conduzindo à saída de quadros de Pernambuco, para cursos e pesquisas no exterior, e passando muitas vezes pelo Rio de Janeiro. Tal foi o caso de pesquisadores formados pelo IFM como, por exemplo, Manfredo Perdigão do Carmo, Roberto Ramalho, Wolmer Vasconcelos e Fernando Cardoso. Mais uma vez, Leopoldo Nachbin exerceu um papel crucial, no sentido de ter propiciado ocasiões de trabalho a esses pesquisadores fora de Pernambuco. Dentre os que saíram do país, alguns retornaram mais tarde para ocuparem posições em Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. Outros permaneceram no exterior. Entretanto, a saída de quadros propiciou novamente a demanda por outros pesquisadores e docentes.

No segundo semestre de 1961, Ruy Luiz Gomes – membro do "movimento matemático" português, ex-candidato à Presidência da República em 1951 pelo MND e que anos antes escolhera Alfredo Pereira Gomes para seu assistente na Universidade do Porto – consultava a este por carta sobre a possibilidade de vir para o Recife. Desde sua saída da prisão, em 1960, Ruy Luiz Gomes encontrava-se na Argentina, onde António Aniceto Monteiro havia lhe arranjado uma colocação na mesma instituição onde então lecionava, a *Universidad del Sur*, em Baía Blanca. O motivo para a vinda ao Brasil seria a insatisfação, sobretudo da família, com a permanência na Argentina. A proposta, apresentada por Alfredo Pereira Gomes, foi aceita, com o reforço do argumento de que a área de física do IFM encontrava-se pouco desenvolvida[71]: Ruy Luiz Gomes era especialista em Física Matemática.

[71] Até 1961, no âmbito do IFM, a Física estava restrita à Física teórica, a cargo de Luiz Freire. Não havia, como na Matemática Pura, uma equipe de professores e auxiliares. Também não havia aparelhagem para a Física

Em fevereiro de 1962, Ruy Luiz Gomes chegou ao Recife com a família, para assumir funções de investigador e de orientador de um seminário, acerca de temas sobre os quais ele próprio teria autonomia para definir. O orientando de Ruy Luiz Gomes, Fernando Cardoso, foi o primeiro a ir diretamente para os Estados Unidos, para um doutoramento, sem antes passar por outro centro de pesquisa no Brasil. Para os pesquisadores do Recife isto foi visto como um sinal de "afirmação da autonomia científica" (GOMES, *op.cit.*: 82).

Deste modo, entre 1962 e 1964 se encontraram em Recife, no IFM, quatro dos antigos membros do "movimento matemático" português. Contudo, em abril de 1962, Alfredo Pereira Gomes recebeu um convite do Diretor da Faculdade de Ciências da Universidade de Nancy para um cargo de professor naquela universidade. A princípio, o contrato vigoraria para o ano letivo de 1962-1963. Deste modo, Alfredo Pereira Gomes partiu em setembro, mas manteve os vínculos com a Universidade do Recife, exceto os de caráter administrativo: na altura era Coordenador da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Em seu lugar assumiu Manuel Zaluar Nunes, mas também não por muito tempo. De fato, por esta mesma altura Zaluar Nunes descobriu a doença que o levou de volta a Portugal, em 1965, após a obtenção de anistia política. Em 1967 faleceu e, junto com ele, deixaram de circular a *Gazeta de Matemática* e a *Portugaliae Mathematica*[72].

Para o lugar de Alfredo Pereira Gomes foi contratado, por indicação deste, no início de 1963, o engenheiro português recém-doutorado em Física pela Sorbonne, António Brotas. Sua passagem por Pernambuco foi de curta duração. Em 1964 Brotas participou, junto com estudantes da Universidade, de manifestações contra o regime ditatorial militar que acabara de ser instaurado no Brasil. Em meados do mesmo ano decidiu partir para a Argélia, a partir de onde se organizaram muitas das ações da oposição no exílio, sobretudo após o golpe militar brasileiro. Na França, Alfredo Pereira Gomes recebeu a única carta de Brotas durante sua

---

experimental. Tais atividades tiveram início apenas naquele ano, a cargo do professor Carlo Borghi, da Universidade de Milão.

estadia em Recife, datada da noite de 31 de março de 1964. De fato, o contrato de Alfredo Pereira Gomes junto à Universidade de Nancy havia sido renovado por mais um ano e, deste modo, passou o ano de 1963 entre Nancy e o Recife, mas as notícias do golpe e um encontro com os amigos José Leite Lopes e Maria Laura Mousinho, em Paris, onde parte da conversa tratou da situação brasileira após o golpe, foi decisiva na elucidação sobre "a viragem na sociedade brasileira". Deste modo, decidiu pela permanência na França e não mais renovou o contrato com a Universidade do Recife. Assim, em um espaço de cerca de três anos, por conta da saída de Manuel Zaluar Nunes, António Brotas e Alfredo Pereira Gomes, a presença portuguesa na matemática do Recife ficou reduzida a Ruy Luiz Gomes e José Morgado.

Em 1965, devido ao aumento progressivo da pesquisa, entre os membros do IFM, a série "Textos de Matemática", criada uma década antes por Alfredo Pereira Gomes e continuada por Manuel Zaluar Nunes, foi interrompida e substituída pela coleção "Notas e Comunicações de Matemática", fundada por Ruy Luiz Gomes e José Morgado, com a finalidade de colocar à disposição imediata de especialistas textos submetidos à aprovação em periódicos científicos nacionais e internacionais[73]. No mesmo ano teve início a reforma universitária que alterou a estrutura das instituições de ensino superior e pesquisa no Brasil, planos de carreira, organização em departamentos, padronização dos concursos, entre outras medidas, que conduziram a mudanças significativas na universidade brasileira, com efeitos decisivos na consolidação da pós-graduação. A Universidade do Recife, a exemplo de outras instituições de diferentes unidades do Estado-nação, passou a ser denominada Universidade Federal de Pernambuco. A qualificação dos quadros docentes esteve, desde então, prevista como cláusula constante dos contratos de professores recém-admitidos ou iniciantes na carreira do magistério superior, através da obrigatoriedade de se fazer o Mestrado em sua especialidade, caso este existisse na própria instituição. Deste modo, Ruy Luiz Gomes e José Morgado

[72] A *Portugaliae Mathematica* foi retomada, por iniciativa e sob a direção de Alfredo Pereira Gomes, em 1980.
[73] Esta coleção mantém-se até a presente data, contando com mais de 73 títulos publicados.

participaram do processo de criação do Mestrado em Matemática, constituído em 1967, com a finalidade de atender não apenas à demanda institucional, mas também de egressos da graduação em matemática com intenções de seguir carreira de pesquisador ou no ensino superior. O mestrado foi, desde o início, encarado como uma etapa preparatória, de cursos e pesquisa, para o doutoramento em Matemática pura ou aplicada. Neste sentido, a futura criação de um doutorado em Matemática já estava prevista no plano original de constituição da pós-graduação. A estrutura do mestrado previa o aproveitamento em oito cursos, podendo parte dos créditos ser obtido também em outras instituições, como o IMPA, e uma escolha entre duas opções: a redação de uma tese ou a realização de uma disciplina de "Seminário", cujo tópico seria expressamente escolhido pelo orientador.

O mestrado em matemática iniciou suas atividades em 1968, sob a direção de Fernando Cardoso, ex-aluno de Ruy Luiz Gomes e recém-egresso de um doutorado na *New York University.* Além dele, atuaram no primeiro ano como professores e orientadores Ruy Luiz Gomes e José Morgado. Ademais, o mestrado teve início paralelamente à criação do Instituto de Matemática (IM) da Universidade Federal de Pernambuco, desmembramento do agora extinto IFM. Portanto, seu funcionamento já se deu no âmbito do IM. Em cerca de quinze anos de atividades, o IFM ficou conhecido como a primeira instituição a promover e a expandir, a partir de Pernambuco, a pesquisa científica em matemática e física. Igualmente, constituiu as bases para a departamentalização e consolidação da pós-graduação, previstas na reforma universitária iniciada em 1965. Seu quadro docente foi formado pela reunião dos diversos matemáticos (e docentes de áreas afins) atuantes na Universidade, nos Institutos, Escolas, Cursos e Faculdades[74]. Por outro lado, a graduação em matemática manteve-se vinculada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras até o ano de 1974, ano em que se

[74] Os docentes do Instituto de Matemática (IM) vieram das seguintes unidades: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Arquitetura, Faculdade de Farmácia, Escola Superior de Química, Escola de Engenharia, Escola de Geologia, Instituto de Física e Matemática e Curso de Administração.

extinguiu a Faculdade e o IM, para a formação do Departamento do Matemática, desde então vinculado, como está até o presente, ao Centro de Ciências da Natureza da UFPE. Entre 1968 e 1974, Ruy Luiz Gomes e José Morgado mantiveram-se no ensino de graduação em matemática e orientaram diversas dissertações de mestrado. Vários dos seus alunos pertencem ao atual quadro de docentes da UFPE, dentre outras instituições. Na seqüência da criação do Departamento de Matemática veio o 25 de Abril e ambos decidiram por retornar a Portugal. Deste modo, encerrou-se um ciclo marcado pela significativa presença de portugueses na matemática e na física do Recife.

Já em São Paulo, a expansão do Ensino Superior público para o interior se deu através da implantação dos Institutos Isolados de Ensino Superior de São Paulo (IIESSP). A iniciativa partiu do poder legislativo, mas o então governador Jânio Quadros impôs como pré-requisito para a sanção do projeto a adoção de um modelo de Ensino Superior semelhante ao da USP (cf. OLIVEIRA, 2002). De fato, o Conselho Universitário daquela Universidade chegou a ser consultado acerca da criação dos Institutos e muitos professores se manifestaram contra o processo de expansão, alegando que já havia um déficit nos quadros docentes da própria USP, além da possível perda de espaço daquela Universidade no orçamento do estado (*op.cit.*: 23). Em geral, estes Institutos tiveram como referencial o modelo baseado na articulação entre ensino e pesquisa, tal como implantado na USP. Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) conseguiram aprovação do governo do estado e foram instaladas no interior paulista a partir de meados dos anos 1950 nos municípios de São José do Rio Preto, Araraquara, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro e Assis. Em 1976, estas unidades, juntamente com outras, foram reunidas e deram origem à Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)[75].

[75] A UNESP foi criada a partir da junção de 22 IIESESP.

Em duas das unidades acima referidas, nomeadamente em Assis e Araraquara, a presença de intelectuais portugueses no processo de implantação e consolidação de estudos e pesquisas, nas áreas de teoria e crítica literária, foi decisiva. Em Assis, o processo de implantação do IIESSP se iniciou com o curso de Letras em 1958 e ficou a cargo de Antonio Soares Amora, pesquisador nas áreas de língua e literatura portuguesa, discípulo e genro de Fidelino de Figueiredo, que anos antes havia fundado esta área de estudos na USP. A designação para o cargo de diretor da FFCL de Assis partiu do próprio governador do estado, que conhecia o trabalho de Amora, pois anos antes tinham trabalhado juntos no ensino secundário. Ademais, Amora coordenava a área de língua e literatura portuguesa na USP e gozava de amplo prestígio nos meios acadêmicos e literários paulista. Seu depoimento acerca da implantação da FFCL de Assis evidencia a participação de docentes da USP no processo de elaboração: "O projeto foi feito em São Paulo. Ele saiu pronto e foi posto no chão pronto. Foi todo preparado aqui na USP. Até a lista de livros, dos pacotes, os caixotes, os impressos, foi tudo prontinho" (depoimento de Antonio Soares Amora para o Centro de Memória da Unesp – CEDEM/Unesp, em janeiro de 1992). Em Araraquara, as atividades tiveram início em 1959, com a implantação dos cursos de Pedagogia e Letras. Esta unidade foi criada a partir de uma emenda ao projeto original do deputado estadual José Santilli Sobrinho que previa a criação de uma FFCL apenas em Assis. À época, muitas foram as críticas nos jornais paulistas acerca da "demagogia" política nos projetos de interiorização do ensino superior (*op.cit.*: 45). Contudo, a criação dos IIESSP atendia à demanda de políticos locais pela ampliação de vagas na escola pública e a formação de professores. Por outro lado, apesar de terem sido, em grande medida, criados para atenderem a demandas de ensino, a preocupação com a qualidade dos IIESSP adveio de pressões de políticos, entidades civis e da imprensa; o vínculo com a pesquisa, por sua vez, correspondeu a exigências oriundas do meio acadêmico, sobretudo de

professores da USP chamados a participarem do processo de instalação dos Institutos, através da formação de um Conselho:

> Este grupo de faculdades, os IIES, eram geridos por um Conselho que tinha o nome pejorativo de ´Conselhinho`, para não se confundir com o 'Conselho Universitário`, na sua austeridade, na sua intransigência, Conselho *´tout court`*, era o Conselho Universitário da Universidade de São Paulo. Este, então, ´Conselhinho`, era presidido por Zeferino Vaz e nós diretores participávamos das suas reuniões semanais (*ibid*).

Parte das preocupações em se constituir Institutos com qualidade no ensino e na pesquisa procurou-se suprir através da escolha dos professores, em geral arregimentados em São Paulo, pelos diretores dos IIESSP ou por indicação do Conselho. Para o caso de Assis, foram escolhidos por Amora "aqueles que, por trabalhos publicados, por uma atividade no campo da investigação e da pesquisa, já tinham evidenciado sua capacidade científica, ou aqueles que já tinham demonstrado uma potencialidade pela sua preparação acadêmica, universitária, etc..." (AMORA *apud* BERNARDO, 1986). Outro critério foi o de selecionar professores que "precisavam fazer uma ´carreira de ensino`" (OLIVEIRA, *op.cit.*: 58). Grande parte do corpo docente foi constituída por estrangeiros, embora em alguns casos com formação na USP: Erwin Theodor Rosenthal, austríaco, com doutorado em Letras Anglo-Germânicas pela USP assumiu a cadeira de Língua e Literatura Alemã; Julio G. García Morejón, proveniente da Universidade de Salamanca, ficou com a cadeira de Língua e Literatura Espanhola e Hispano-Americana; José Antônio Benton e Wilhelm S. Jonas Speyer, ambos judeus refugiados do nazismo, tiveram suas formações, o primeiro, nas Universidades de Heildeberg e Munique e, o segundo, na Universidade de Berlim, assumiram, respectivamente, as cadeiras de Língua e Literatura Grega e de Psicologia Educacional. A cadeira de Língua e Literatura Latina ficou a cargo de um holandês formado pela Universidade de Nímega e a de Língua e Literatura Francesa a cargo do português Vítor de Almeida Ramos, licenciado pela Faculdade de Letras de Lisboa e que; àquela altura, além de trabalhar como jornalista e tradutor, estava por

concluir seu doutorado na Sorbonne, o que acabou por fazer na USP. Por sua vez, os brasileiros Stanley Robson Cerqueira (Língua e Literatura Inglesa), Antonio Cândido de Mello e Souza (Língua e Literatura Brasileira), Rolando Morel Pinto (Língua Portuguesa), Naief Sáfady (Língua Portuguesa), Antonio Lázaro de Almeida Prado (Língua e Literatura Italiana), Cassiano Nunes Botica (Literatura Norte-Americana) e José Ferreira Carrato (História da Cultura), assumiram as demais cadeiras acima assinaladas. O último professor a se integrar à equipe que deu início às atividades de ensino e pesquisa em Assis foi o português Jorge de Sena, em 1960, para lecionar as disciplinas de Teoria da Literatura e Introdução aos Estudos Literários. Sena havia se radicado no Brasil desde agosto de 1959, quando de sua participação no 4º. Colóquio Brasileiro de Estudos Luso-Brasileiros, organizado em Salvador por uma Comissão que reunia, dentre outros, Hernani Cidade e Eduardo Lourenço, este último amigo de Sena. De fato, Sena iniciou sua atividade docente em Assis, uma vez que era engenheiro de formação, mas com interesse acadêmico voltado para a área de letras.

O processo de instalação da FFCL em Araraquara assemelhou-se, em alguns aspectos, ao de Assis. A unidade buscou agregar o ensino de humanidades e letras às ciências. Deste modo, a implantação dos cursos de Letras e Pedagogia ficou a cargo de Paulo Fonseca, catedrático da Escola Politécnica da USP e contou com a seleção de eminentes professores brasileiros e estrangeiros, geralmente em início de carreira docente. Anos depois, na mesma unidade começou a funcionar o curso de Química. Contudo, o modelo adotado em Assis alcançou êxito, entre outros aspectos, por ter o regime de dedicação integral, exigência de Antonio Soares Amora. Ademais, a divisão departamental representou uma inovação para a época, uma vez que o modelo até então vigente nas universidades era o de cátedras. Jorge de Sena fez parte do Departamento de Letras Vernáculas e Vitor Ramos do Departamento de

Letras Românicas[76]. Em alguns anos, a própria USP veio a adotar este modelo, e em pouco tempo também a FFCL de Araraquara.

Alguns eventos marcaram decisivamente o processo de implantação desses IIESSP e dos intelectuais portugueses que ali atuaram. Em Araraquara, a visita de Jean Paul Sartre para proferir palestras, em 1960, deu visibilidade nacional a esta unidade. A princípio, Sartre veio ao Brasil para participar do I Congresso Brasileiro de Teoria e Crítica Literária, organizado em Recife. Após sua passagem pelo nordeste, percorreu o sudeste, e Araraquara esteve em seu itinerário, a convite de escritores paulistas. Jorge de Sena e Adolfo Casais Monteiro participaram ativamente do I Congresso em Recife, do mesmo modo que estiveram presentes em Araraquara, durante a passagem de Sartre. Adolfo Casais Monteiro, desde que havia chegado ao Brasil para um Congresso de Escritores durante a realização do IV Centenário de São Paulo, em 1954, residia no Rio de Janeiro, com exceção de um breve passagem por Salvador, justamente à altura em que aconteceu o evento de Recife. Durante esse anos, Casais dedicou-se a coordenação de coleções literárias, ao jornalismo literário no *O Globo* e em *O Estado de São Paulo*, além de lecionar em universidades no Rio de Janeiro e em Salvador, retomando uma atividade que havia abandonado na década de 1930, quando foi impedido de manter sua atividade docente nos liceus. Portanto, a oportunidade serviu também para reaproximar Sena e Casais Monteiro, bem como a Casais e São Paulo. De fato, no ano seguinte, Jorge de Sena esteve empenhado em outro evento que colocou Assis no mapa acadêmico: a realização do II Congresso Brasileiro de Teoria e Crítica Literária. O evento trouxe para Assis os maiores especialistas brasileiros no assunto e o contato destes com a FFCL produziu efeitos positivos para a legitimação, em âmbito nacional, do trabalho realizado em Assis, tanto em termos da infra-estrutura e organização administrativa quanto da qualidade dos trabalhos apresentados.

[76] Havia, ainda, o Departamento de Letras Anglo-Germânicas.

Ainda em 1961, Jorge de Sena foi convidado para lecionar também em Araraquara e durante os demais anos em que permaneceu no Brasil, manteve o vínculo com as duas FFCL. Sena mudou-se com a família para Araraquara, e nesta cidade conseguiu criar as condições para o exercício da docência e pesquisa na área de letras, uma vez que aí defendeu em pouco tempo uma tese de doutoramento e outra de livre-docência. Em 1963 solicitou a cidadania brasileira, mas, por conta do golpe militar no ano seguinte, decidiu-se por um novo exílio quando, em 1965, recebeu um convite para lecionar na Universidade de Wisconsin, nos Estados Unidos. Um ano após a chegada de Sena a Araraquara, Casais Monteiro começou a lecionar na mesma unidade, mantendo o vínculo até sua morte, em 1972, paralelamente às atividades editoriais e ao jornalismo, através da colaboração para o *Suplemento Literário* de *O Estado de São Paulo*. É importante destacar que, embora ambos tivessem já obras publicadas e reconhecidas nos meios literários, iniciavam-se na atividade docente no ensino superior.

Por sua vez, em Assis, Vitor Ramos participou de importantes iniciativas ao lado dos demais professores da FFCL, dentre as quais se destacaram a formação das listas que vieram a compor a biblioteca e a criação, a partir de uma proposta de Antonio Candido, de uma *Revista de Letras* da FFCL (OLIVEIRA, *op.cit.*: 61), que teve seu primeiro número lançado em 1960. A *Revista de Letras* alcançou êxito e teve sua periodicidade mantida até 1977 quando foi extinta em decorrência da fundação da UNESP. Outra iniciativa consistiu na elaboração de uma série de publicações, menos regulares que a *Revista de Letras*, mas que também visava dar divulgação aos trabalhos de pesquisa dos professores, além trazer uma preocupação didática orientada para a produção de livros e manuais de qualidade destinados ao ensino superior. Dentre essas publicações, os professores Morejón, Almeida Prado e Vitor Ramos tiveram suas teses de doutorado editadas em livro. Entretanto, à medida em que muitos dos professores, tanto em Assis quanto em Araraquara, concluíam suas teses, também conseguiam aprovação em concursos e a transferência para São Paulo. Tal foi o caso de Vitor Ramos que,

após a conclusão de seu doutoramento, passou a lecionar, a partir do início de 1964, na FFCL da USP. O ingresso de Vitor Ramos na USP acabou por ser decisivo na tomada de decisão do historiador Joaquim Barradas de Carvalho em vir para o Brasil. Barradas encontrava-se então em Paris, como pesquisador do CNRS. Especialista em história das idéias, mais especificamente em história das mentalidades, era discípulo de Braudel com doutorado em estudos Estudos Ibéricos pela Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de Paris, Sorbonne, em 1961. Foi convidado pela FFCL da USP para assumir a Cadeira de História Ibero-Americana.

A chegada de Barradas ao Brasil foi marcada por alguns acontecimentos inusitados. O primeiro deles se deu com a publicação de um editorial anticomunista em *O Estado de São Paulo*, pelo jornalista português João Santanna Mota. Militante comunista, Barradas foi imediatamente apresentado às tensões existentes na sociedade brasileira de início dos anos 1960, na "colônia" portuguesa e entre os próprios oposicionistas. Santanna Mota apoiava a FAPLE, de Henrique Galvão, marcadamente anticomunista e contra a autonomia plena das "províncias ultramarinas" portuguesas em África. A solidariedade de brasileiros e dos oposicionistas ligados ao *Portugal Democrático* se mostrou presente na recepção a Barradas, conforme o registro do historiador brasileiro Carlos Guilherme Mota, que foi seu colega de trabalho na FFCL da USP:

> reunimo-nos indignados – Vitor Ramos, Miguel Urbano Rodrigues, Novais e eu -, na Tudor House, para apoiar os recém-chegados Barradas, Margarida e seus filhos, até porque o jornal tinha a tradição de ajudar exilados portugueses: seus donos, mais Paulo Duarte (amigo de Barradas), tinham se exilado em Portugal durante o Estado Novo brasileiro... (MOTA, 2005: 2)

O outro acontecimento marcante foi o golpe militar que instaurou um regime ditatorial militar no Brasil em 31 de março de 1964, pouco mais de uma semana após o desembarque de Barradas. Acerca disto, Dulce Ramos, esposa de Vitor Ramos, contou-me em depoimento que, à chegada de Barradas, Vitor Ramos o convidou para um passeio de carro por São Paulo,

para “conhecer a cidade e respirar os ares de liberdade e de efervescência política da sociedade brasileira daqueles dias” (Depoimento de Dulce Helena Pessoa Ramos). Mas a mudança de regime acabou por fazer com que o contrato de Barradas tivesse sua aprovação adiada. Apesar de ter começado a lecionar em agosto, apenas em novembro foi que sua situação se encontrou regularizada. Durante esses meses, residiu na *Tudor House*, residência onde usualmente hospedavam-se muitos professores e contou com a solidariedade de compatriotas e brasileiros e com a ajuda financeira do seu pai, de origem aristocrática.

A FFCL da Universidade de São Paulo de meados dos anos 1960, onde atuaram Vitor Ramos e Barradas, era marcada por debates e estudos acerca dos processos sociais que levaram à formação da sociedade brasileira, sua dependência e desigualdades, com a singular presença de intelectuais como Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e Antonio Candido – também recém-egresso da FFCL de Assis, como Vitor Ramos – além de uma geração anterior, que havia construído todo um legado de estudos e pesquisas, referência obrigatória no horizonte intelectual e político dos então jovens professores da FFCL: nomes como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Fernando de Azevedo, Cruz Costa, entre outros.

Ao mesmo tempo em que a ditadura militar avançava e se esvaeciam as esperanças políticas das esquerdas em toda a América Latina, as universidades brasileiras sofreram significativos processos de reformas universitárias. A hierarquia rígida que concentrava o poder entre os catedráticos, estimulava a escolha arbitrária de assistentes, limitava o exercício da pesquisa a poucos e coibia a carreira docente, foi substituída paulatinamente pelos concursos públicos, a criação de colegiados com representantes de diferentes categorias e planos de carreira. Por outro lado, a perseguição ideológica, na fase de endurecimento do regime, a partir de 1968, levou ao expurgo nas universidades de grande parte dos professores acima mencionados. Vitor Ramos e Barradas mantiveram seus cargos. De fato, Vitor Ramos

encontrava-se, desde 1966 e logo após a sua defesa de tese de Livre Docência, como professor visitante da Universidade da Califórnia, em Davis, tendo aí permanecido até 1971. Barradas, que chegara ao Brasil na condição de exilado e com passaporte francês, permaneceu como professor da FFCL até seu retorno à França, em 1970. Outro português que havia recém-ingressado na USP como professor temporário do curso de Arquitetura da Escola de Comunicação e Artes (ECA) foi o artista plástico Fernando Lemos. Este teve seu vínculo encerrado pela não renovação do contrato, após o golpe militar.

Da passagem de Vitor Ramos pela USP destacaram-se o planejamento do curso de tradução, no âmbito do curso de Letras, além da organização de um *Colóquio da Francofonia*, em 1973, que reuniu pela primeira vez os departamentos de estudos de língua e literatura francesa na América Latina. Por conta de suas atividades recebeu uma homenagem da Embaixada da França no Brasil e da Aliança Francesa. Seus estudos que saíram publicados em livros também se tornaram referência, sobretudo para estudiosos da literatura do século XVII francês. Autores como Cyrano de Bergerac e Routrou mereceram de Vitor Ramos especial atenção, além do "Cavalheiro de Oliveira", personagem português que teve estreitas relações com a cultura francesa do século do iluminismo, este último trabalho organizado na forma de antologia.

Barradas, por sua vez, iniciou sua carreira docente em São Paulo, pois até então era pesquisador de carreira. Acabou por reger as disciplinas de História da Civilização Ibérica e de História da Cultura Portuguesa mas, com o passar dos anos, e com a associação da atividade de ensino à pesquisa, acabou por se tornar um dos precursores dos estudos da área de História das Mentalidades no Brasil, ao mesmo tempo em que introduziu a muitos de seus estudantes e colegas o conhecimento de autores portugueses dos séculos XIX e XX, até então pouco conhecidos ou completamente desconhecidos. Muitos dos depoimentos de seus ex-

alunos da USP reforçam a idéia de que seu maior legado, além da erudição das aulas, foi o seu trabalho artesanal de orientador da pesquisa:

> O estilo Barradas anunciava-se. Era correto, direto, perspícuo, jamais constrangedor. Encontrava sempre a palavra justa para transformar um desempenho limitado em estímulo. Assumia seu papel de preceptor, um ritual de iniciação, pelo qual aprendizes eram encaminhados ao ofício de historiador, e, portanto, erros cometidos eram entendidos como etapas cumpridas no processo de aprendizagem. (ARRUDA, 2002: 125)

A formação de um grupo de estudos sobre a literatura de viagem da época dos descobrimentos, com ênfase nos documentos sobre o descobrimento do Brasil acabou por se desdobrar em um projeto de pesquisa – "um dos primeiros projetos da área de História a contar com o apoio da Fapesp" (Idem: 126) – com a participação de vários pesquisadores, dentre os quais muitos de iniciação científica. Deste projeto saíram 13 artigos, além de outros publicados por estudantes de sua equipe. No total, foram 32 artigos de Barradas (Idem: 126), publicados na *Revista de História* da USP, dirigida por Eurípides Simões de Paula, que também foi o principal responsável na USP para vinda de Barradas a São Paulo. Boa parte desses textos publicados veio a compor seu doutoramento de Estado pela Sorbonne, defendido em 1975. Além disto, escreveu 10 dos 11 verbetes que marcou sua contribuição no *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão; publicou resenhas, prefaciou livros e realizou muitas palestras e comunicações em congressos, paralelamente à sua atividades de colaborador na imprensa da oposição e até mesmo da revista do Grêmio Estudantil da FFCL.

Margarida, esposa de Barradas, também historiadora, acabou por assumir, por cerca de dois anos, a cadeira de Historiografia e Teoria da História na Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP) em 1968, no lugar de István Jancsó, que se mudou para a Bahia, deixando além do seu posto na PUC-SP, o cargo de professor que ocupava na USP. A PUC-SP acabou por se tornar o local de acolhida de muitos dos professores expurgados da USP, como

Florestan Fernandes e Octávio Ianni, entre outros. Mas Braudel "temia por seu amigo e discípulo. Diligenciava para levá-lo de volta. Um telegrama, recebido efusivamente por Barradas, e aos prantos por Margarida, assegurava o posto de *attaché de recherche* (posteriormente *chargé*) junto ao CNRS" (Idem: 129). Barradas e sua família partiram do Brasil em 1970, mas o historiador manteve vínculos com pesquisadores brasileiros até sua morte em 1980, tendo retornado ao Brasil em duas ocasiões nos anos 1970, para proferir palestras.

4.4 IMPRENSA, EDITORAS, PRODUÇÃO ARTÍSTICA E LITERÁRIA

Na *grande imprensa*, houve uma significativa presença de intelectuais portugueses no pós-guerra, sobretudo no jornal *O Estado de São Paulo*. Contudo, há que se distinguir, de maneira geral, esta contribuição entre os que eram colaboradores, mesmo que regulares, de tais publicações, e aqueles que eram jornalistas profissionais, isto é, trabalhavam para produzir notícias ou artigos sobre temas pré-definidos por diretores de redação. O espaço para a presença portuguesa nesses meios foi aberto ainda em uma fase anterior, por Jaime Cortesão, através de suas colaborações a jornais como *A Manhã* e, sobretudo, *O Estado de São Paulo*, onde escreveu sobre temas históricos e políticos. A amizade que travou com Júlio de Mesquita Filho, diretor de *O Estado de São Paulo* e com Paulo Duarte, diretor da revista *Anhembi*, arqueólogo e professor da USP, abriu as portas para indicações de outros jornalistas portugueses. De fato, Júlio de Mesquita Filho e Paulo Duarte, liberais, estiveram anos antes exilados em Portugal, por conta do Estado Novo brasileiro, o que também predispunha ambos a uma solidariedade com os exilados políticos do regime português.

Outro personagem que contribuiu para a constituição de uma imagem de que "os portugueses escreviam bem" (RODRIGUES, *op.cit.*), foi Paulo de Castro que, após uma

passagem pelo jornalismo francês (*Le Populaire*), onde também concluiu seus estudos, e pelas Brigadas Internacionais durante a Guerra Civil Espanhola, exilou-se voluntariamente no Brasil em 1946 e começou a colaborar em jornais como *O Estado de São Paulo*, sucursal Rio de Janeiro, como Cortesão – e *Correio da Manhã*. Sem abandonar estas ocupações, entre 1950 e 1952 ocupou o cargo de secretário da *Tribuna da Imprensa*. Em meados da mesma década tornou-se comentarista de política internacional no *Diário de Notícias*, assunto que se tornaria sua maior especialidade, publicando uma coluna diária na página de opinião do jornal. Nos anos 1960 atuou como professor de Ciência Política no ISEB até seu fechamento pelos militares em 1964. Antes, foi chefe da sucursal da agência de notícias cubana Prensa Latina, no Rio de Janeiro. Seu vínculo com o *Correio da Manhã*, um dos principais periódicos de oposição ao regime militar brasileiro, foi mantido, mas entre 1965 e 1969 como editorialista. Mas o fechamento deste jornal em 1970, seguido do *Diário de Notícias*, em 1973, levou-o à condição de colaborador de jornais como a *Folha de São Paulo* e *O Globo*. Após o 25 de Abril, manteve-se no Brasil, como Conselheiro Cultural da Embaixada de Portugal, mantendo os vínculos como jornalista da *Folha de São Paulo*, paralelamente ao *Diário de Notícias*, de Lisboa, e à atividade docente no Centro de Estudos Afro-Asiáticos das Faculdades Candido Mendes.

Assim como Paulo de Castro, Carlos Maria de Araújo veio para o Brasil por sua própria conta. Chegou em fevereiro de 1953, tendo residido inicialmente no Rio de Janeiro, onde colaborou com artigos, crônicas e poemas em muitos jornais brasileiros, sobretudo no *Diário de Notícias* e *Última Hora*. Além de produzir notícias, Carlos Maria de Araújo destacou-se, desde então, por suas crônicas, artigos e textos literários. Ao se transferir, no ano seguinte, para São Paulo, colaborou em *O Estado de São Paulo*, onde se tornou jornalista contratado para escrever nas várias das seções da Página de Arte e do Suplemento Feminino. Por muitos anos manteve uma seção própria de crônicas "Aos Domingos". No Brasil, Carlos Maria de

Araújo deu continuidade à sua obra poética. Em 1960 publicou *Ofício das Trevas* e dois anos depois *Nove Poemas*. Nas duas ocasiões de lançamento não pôde comparecer devido a uma doença que o levaria a um tratamento em Londres, subsidiado pela família Mesquita. Contudo, o avião caiu nas águas da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, em 20 de agosto de 1962.

Ao lado de Paulo de Castro (no Rio de Janeiro), Carlos Maria de Araújo e João Santana Mota, uma leva de então jovens jornalistas portugueses trabalhou em *O Estado de São Paulo*, a partir de 1957. Miguel Urbano Rodrigues foi o primeiro a chegar e, para tanto, contou com o apoio de Jaime Cortesão:

> ... *O Estado de São Paulo*, ao tempo o mais importante jornal da América Latina, estava interessado em contratar um jornalista português. (...) Eu sabia que Jaime Cortesão mantinha uma amizade sólida com Júlio de Mesquita Filho, o director do *Estado*. Tudo foi rápido.
> Cortesão, um homem de educação requintada, que me fez pensar em cavalheiros de outras épocas, interessou-se a fundo pelo caso, a pedido de meu irmão Urbano. Enviou recortes de artigos meus e sugeriu que eu seria a pessoa que Júlio de Mesquita procurava.
> Quase imediatamente chegou o convite. Não hesitei. (RODRIGUES, *op.cit.*: 135)

No mesmo ano, Miguel Urbano acabou por trazer parte da extinta equipe do *Diário Ilustrado*, de onde todos tinham sido demitidos meses antes: vieram João Alves das Neves e Victor da Cunha Rego que, como Miguel Urbano, encontravam-se desempregados em Portugal. Acabaram por compor um núcleo de jornalistas que, através do acesso à grande imprensa, ampliou a divulgação das idéias e das ações culturais e políticas da oposição no exílio brasileiro. A redação do jornal serviu de base de apoio para a dinamização de iniciativas como o *Comitê dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão*, para a divulgação de eventos, publicações e artigos de opinião sobre a situação portuguesa ou dos imigrantes e exilados portugueses no Brasil, ou para a edição dos boletins da UDP e a elaboração dos dossiês de denúncia dos "crimes da Guerra Colonial", encaminhados à ONU. Esta aproximação entre a grande imprensa e a imprensa de oposição pode ser observada,

também, no fato de Cláudio Abramo, editor-chefe de *O Estado de São Paulo*, ter sido chefe de redação, ao menos formalmente, do periódico *Portugal Livre*, dissidência do *Portugal Democrático*, que tinha em seus quadros os jornalistas Miguel Urbano Rodrigues, Victor da Cunha Rego, João Alves das Neves e João Santana Mota.

De fato, *O Estado de São Paulo* era dos jornais brasileiros de maior tiragem e inserção na opinião pública. O depoimento de Miguel Urbano destaca algumas de suas impressões sobre a imprensa brasileira daqueles anos e, em particular, sobre *O Estado*:

> Por que me assustou o primeiro contacto com *O Estado de São Paulo*? Em primeiro lugar pelo *peso* do jornal. Era uma edição comum, mas tinha mais de 50 páginas. Quando, dias depois, tive nas mãos a dominical, então com umas 150 páginas, o meu primeiro reflexo terá sido um sentimento de espanto. Estava prestes a integrar-me num tipo de jornal que era totalmente desconhecido. Não havia na Europa um diário que se lhe assemelhasse.
> A rigorosa separação da opinião, concentrada sobretudo na página dos editoriais, das matérias noticiosas foi outra surpresa. Habituado às misturas da imprensa portuguesa, *O Estado*, no primeiro contacto, pareceu-me um modelo de objectividade e ética. Foram necessários alguns meses para compreender que as aparências ocultavam uma realidade muito complexa que as negava. Os editoriais reflectiam um pensamento conservador, mas eu chegava de Portugal. Saía de um túnel para um campo aberto pelo qual corria um vento de liberdade. O que me tocou foi a qualidade do texto e o que me pareceu um espírito democrático. (RODRIGUES, *op.cit.*: 139-140) (grifos do autor)

O jornal contava, em São Paulo, com uma equipe de mais de cem jornalistas, "entre quadros de chefia, redactores, repórteres e fotógrafos", mais cerca de 50 profissionais no Rio de Janeiro, então capital. (*ibid.*: 141). Miguel Urbano ficou encarregado de redigir notícias diariamente – com uma folga aos domingos – sobre tema de sua escolha ou sugerido pela Direção. Em um breve espaço de tempo, o êxito de algumas de suas reportagens conduziu-o ao posto de editorialista, posição que manteve até o fim do exílio, em 1974. Paralelamente seguiu com a produção de reportagens, muitas delas abordando temas relacionados às questões portuguesas, luso-brasileiras ou da África de língua portuguesa. Em 1961, sua reportagem de cobertura do seqüestro do navio "Santa Maria" o levou a ganhar o "Prêmio Esso", a maior distinção do jornalismo brasileiro de então. Em 1970 assumiu o cargo de editor internacional da revista *Visão*. Dos jornalistas que vieram juntamente com Miguel

Urbano, João Alves das Neves ficou encarregado de produzir notícias e reportagens e Victor da Cunha Rego assumiu funções de repórter de campo. Mais tarde, o primeiro passou a escrever também na imprensa imigrante e a editar antologias sobre Fernando Pessoa ou sobre a literatura africana em língua portuguesa, paralelamente a uma tardia inserção nos meios acadêmicos, acabou por radicar-se em definitivo no Brasil. O segundo tornou-se um notável repórter de campo, mas teve também uma iniciativa no campo editorial – a Editora Felman-Rêgo – que editou obras de temáticas políticas, num momento em que Victor da Cunha Rego aproximou-se do maoísmo. A editora fechou suas portas com o advento do golpe militar, em 1964, temendo represálias – Victor da Cunha Rego partiu para a Iugoslávia, mas manteve seu vínculo com a imprensa brasileira, através de contribuições para jornais como a *Folha de São Paulo* e o *Última Hora*.

A participação portuguesa em *O Estado de São Paulo* seria ainda marcada pela contribuição dos escritores Adolfo Casais Monteiro e Henrique Galvão – este também militar. Casais Monteiro contribuiu periodicamente, entre 1956 e 1967, para o *Suplemento Literário* do jornal, através de artigos e resenhas, tornando-o um dos espaços mais reconhecidos de divulgação (e legitimação) de autores e obras no campo literário brasileiro ou mesmo, de modo geral, da literatura de língua portuguesa. Henrique Galvão, por sua vez, contribuiu para o jornal através de artigos e textos políticos ou sobre expedições e viagens à África das quais participou, um dos temas prediletos de sua produção literária. Após sua recusa ao apoio da autonomia dos territórios portugueses em África, passou a escrever contra os movimentos de libertação e demais setores da oposição, defendendo seu ponto de vista com relação às "colônias". Suas colaborações no jornal cessaram, mas ficou encarregado de organizar o arquivo do jornal, tarefa que lhe ocupou os últimos anos de vida. Adolfo Casais Monteiro e Henrique Galvão, por sinal, assumiram posicionamentos opostos no tocante à questão colonial – e se confrontaram nas páginas de *O Estado de São Paulo* e do *Portugal*

Democrático. Ambos faleceram no Brasil, Galvão em 1970 e Casais Monteiro cerca de dois anos depois. Para além dos nomes supracitados, praticamente a totalidade dos escritores portugueses exilados no Brasil contribui, eventualmente, para órgãos de imprensa neste país.

Para além da imprensa e do meio acadêmico, muitos dos intelectuais portugueses exilados no Brasil deram continuidade à escrita, escreveram ou editaram algumas de suas obras, de cunho literário ou político, no Brasil. Do mesmo modo, dirigiram coleções ou edições de livros, realizaram traduções ou divulgaram autores portugueses ou estrangeiros. Adolfo Casais Monteiro dedicou-se, sobretudo, ao ensaio teórico e crítico, em obras como *O Romance* (1964), *A Palavra Essencial* (1965), entre outras, mas não abandonou a poesia, tendo publicado *O Estrangeiro Definitivo* juntamente à edição de suas *Poesias Completas* (1969). De fato, a atuação na docência universitária, ao lado da participação nos Congressos de Crítica Literária, conduziu Casais Monteiro e Jorge de Sena, ao longo do exílio no Brasil, a uma dedicada atenção aos estudos literários, que já haviam iniciado em Portugal. Jorge de Sena redigiu duas teses acadêmicas[77], dedicou-se à crítica e estudos literários, com ênfase na obra de Camões[78] e na elaboração de um método de investigação crítica[79], mas sem abandonar a produção literária. Publicou nesta fase do exílio algumas de suas obras mais consagradas, como o livro de contos *Andanças do Demônio* (1960) e o de poesias *Metamorfoses* (1963), além de ter redigido a novela *O Físico Prodigioso*, editada somente em 1977, entre outros textos[80]. No Brasil escreveu "a maior parte de sua obra de ficção" (LOURENÇO, 1987: 36). Ambos dirigiram coleções de literatura portuguesa, brasileira ou universal, em editoras brasileiras.

---

[77] *Uma Canção de Camões* (1962) e *Os Sonetos de Camões e o Soneto Quinhentista Peninsular* (1964), respectivamente teses de doutorado e livre-docência.

[78] *A Estrutura de "Os Lusíadas"* (1960-1961), *O Maneirismo de Camões e Camões e os Maneiristas* (1961), *O Fantasma de Camões (uma entrevista sensacional)* (1962), *Camões e Um Método Crítico*, ensaio de 1964, entre outros.

[79] *Ensaio de Uma Tipologia Literária* (1960), a partir do qual deu início a uma série de textos que buscaram fundamentar seu método de investigação crítica. Suas duas primeiras coletâneas de ensaios *Da Poesia Portuguesa* (1959) e *O Poeta é Um Fingidor* (1961), foram publicados no período do exílio brasileiro.

As relações entre escritores portugueses e brasileiros da segunda fase do modernismo viabilizaram as aproximações junto aos meios literários brasileiros e ao mercado editorial. Além disto, o início dos estudos de literatura portuguesa na Universidade de São Paulo, desde Fidelino de Figueiredo, ainda nos anos 1930, conduziu a divulgação e inserção mais ampliadas da literatura portuguesa no Brasil. Ao início dos anos 1940, o artista plástico e escritor português António Pedro, precursor do surrealismo em Portugal com o romance *Apenas Uma Narrativa,* de 1942, teve no grupo e nas páginas da revista *Clima*, um dos principais espaços de interlocução e divulgação do seu trabalho no Brasil. Contudo, foram as décadas de 1950 e 1960 que viram a chegada de muitos portugueses escritores e estudiosos de literatura. Além de Casais Monteiro e Jorge de Sena, Eduardo Lourenço (em Salvador), Castro Soromenho (em São Paulo) residiram e trabalharam por um curto período no Brasil. Carlos Maria de Araújo (jornalista), Fernando Lemos (artista plástico), Sidónio Muralha e Fernando Correia da Silva produziram obras literárias neste país, embora não tenham se dedicado com exclusividade às letras. Manuel Rodrigues Lapa atuou por muitos anos na Universidade de Belo Horizonte.

Neste sentido, as relações travadas com escritores e profissionais de letras brasileiros talvez tenha sido um dos fatores mais relevantes para que o Brasil se tornasse um destino privilegiado. Outro aspecto, sem dúvida, está relacionado com a língua, o que poderia ser um facilitador em termos editoriais, por exemplo. No entanto, em alguns dos depoimentos o Brasil não foi mencionado, inicialmente, como destino privilegiado. Uma boa parte desses personagens, e não apenas da área de letras, circulou por países da Europa, sem talvez ter conseguido, ao menos a princípio, uma colocação tão atraente quanto no Brasil. Este foi o caso de Eduardo Lourenço, entre outros, que, aliás, ficou pouco mais de um ano no Brasil e assim que conseguiu uma colocação na França para lá partiu. Jorge de Sena aqui fez seu

---

[80] *O Reino da Estupidez* e *Poesia-I* (1961), *Quatro Sonetos a Afrodite Anadiómena*, a maioria dos poemas de *A Arte da Música*, além de duas peças de teatro, mais ensaio, artigos e estudos.

doutoramento, o que o qualificou para o exercício pleno da profissão na área de letras. Mas, para tanto, teve de pedir a cidadania brasileira. Na seqüência do golpe militar, aceitou o convite para lecionar nos Estados Unidos. Outros, no entanto, acabaram por morrer no Brasil antes do 25 de abril, como Casais Monteiro ou Castro Soromenho, ou, menos comum, radicaram-se em definitivo, como Fernando Lemos.

Ademais, a leitura de memórias, correspondências ou depoimentos, atestam que a inserção e a permanência no Brasil não foi, muitas das vezes, tão tranqüila. As cartas de Jorge de Sena para Eduardo Lourenço confessam um ambiente em que a receptividade ao português nem sempre se fez presente, além do marcante desconhecimento da cultura portuguesa. Assim, menciona o fato de terem tentado impedir seu doutoramento e sua colocação acadêmica no Brasil (SENA, 1991), o que é reforçado no depoimento de Antônio Cândido (CANDIDO, 1998). O pesquisador Jorge Fazenda Lourenço (1987) menciona que a tese de livre-docência de Jorge de Sena não pôde ser apresentada na Universidade de Belo Horizonte. Eduardo Lourenço, por sua vez, responde a Sena com a afirmativa de quem teve a mesma impressão: "o Brasil é culturalmente nosso rival" (SENA, *op.cit.*). Ambos concordaram, em correspondência, que Afrânio Coutinho era, na opinião deles, "um dos chefes de fila do anti-portuguesismo cultural..." (*ibid.*). No tocante a Casais Monteiro, embora tenha sempre preferido não registrar queixas contra o Brasil, consta em depoimentos escritos de estudiosos de sua obra, que o mesmo ficou descontente com as críticas que sofreu de escritores brasileiros quando, ao dar início à publicação da coleção literária "Nossos Clássicos", por ele organizada, editou uma obra de Fernando Pessoa. De fato, pensava em uma coleção com autores de expressão em língua portuguesa e não apenas brasileiros. Por fim, Rodrigues Lapa, que lecionou em Minas Gerais, fez amargas críticas ao nível escolar de seus alunos, o que de

pronto gerou uma resposta de Sérgio Buarque de Holanda, na grande imprensa, a quem desagradou o tom "civilizador" do português[81].

Além das inserções no campo editorial acima abordadas, duas iniciativas editoriais de intelectuais portugueses exilados no Brasil foram levadas adiante e alcançaram algum êxito, apesar da curta duração de ambas: *Felman-Rêgo* e *Giroflé*. A primeira, fundada em 1962 pelo jornalista Victor da Cunha Rego e sua esposa, publicou obras de cunho político ou de denúncia do Estado Novo, sendo a primeira obra uma antologia de textos originalmente publicados no *Portugal Democrático*, com análises e posicionamentos críticos frente ao regime português, organizada pelo próprio Victor da Cunha Rego com o título *Salazar Visto do Brasil.* No mesmo ano foi editado o livro de João Sarmento Pimentel, *Memórias do Capitão*, misto de relato histórico e memorialístico, com marcadores de texto literário, prefaciado por Jorge de Sena. O livro voltou a ser editado em Portugal após o 25 de abril, com

[81] No jornal *Oposição Portuguesa*, editado no Rio de Janeiro, n.9, de janeiro-fevereiro de 1963, transcreve-se a crítica de Sérgio Buarque ao comentário de Manuel Lapa, com o título "O Professor Rodrigues Lapa Provoca Lamentável Conflito": "O Dr. Manuel Rodrigues Lapa, antigo professor de filologia na Faculdade de Letras de Lisboa demitido daquele cargo por ter formado na oposição ao regime de Salazar por ocasião das eleições para a presidência da República, em que foi candidato o falecido general Norton de Matos, e atualmente professor contratado da Universidade de Minas Gerais, publicou na revista 'Seara Nova', de Lisboa, um artigo com comentários sobre a cultura brasileira, muito ásperos para o Brasil, e sugerindo ao governo do Sr. Dr. Oliveira Salazar que enviasse para aqui professôres capazes de ensinar os brasileiros. O artigo, como era de prever, causou forte reação entre os brasileiros, alguns dos quais responderam de modo ríspido em diversos jornais, entre outros o 'Correio da Manhã' e o 'Jornal do Brasil'. Na resposta que o escritor, professor e acadêmico Buarque de Holanda publicou no último dêstes jornais, lêem-se as seguintes passagens: 'A primeira conclusão a que se chega, depois da indignação provocada pela leitura do artigo desprimoroso do eminente professor lusitano é que Minas Gerais continua a não ter sorte com alguns portugueses. Desta vêz a Inconfidência Mineira não tem por origem a cobrança de impostos de Minas. O motivo é mais singelo: trata-se da indignação reinol de uma autoridade portuguesa ante aquilo que supõe ser o atraso da cultura do seu país na Terra de Tiradentes. E como S.S, que supúnhamos ter dado com os seus costados aqui, em decorrência da boa amizade luso-brasileira, se encontra, em verdade, a serviço de El-Rei, com a sua fala grossa, a opressão das suas botas e a truculência do seu bordão vindicativo, eis a sugestão que apresenta ao Presidente Oliveira Salazar, depois de afirmar que a literatura portuguesa está sendo ensinada no Brasil por incapazes (com a ressalva, claro, de três patrícios seus que cá se acham)`. O articulista transcreve, a seguir, o próprio Lapa: ´Pelo que se me (a êle Lapa) afigura da mais absoluta e urgente necessidade que as nossas esferas oficiais olham com olhos de ver êste grave problema, se queremos evitar o desacato que está a ser infligido, injusta e torpemente, à nossa cultura e à nossa língua. Conviria, salvo melhor solução, instalar nas faculdades de filosofia (brasileiras...) Institutos de Estudos Portugueses nos seus vários escalões, que fôssem encarregados do ensino de literatura e ainda da cultura' (...). 'Este rico tesouro não pode ser metido na mão de aventureiros ou de rapazes inexperientes`. E o articulista brasileiro comenta: ´Essas palavras do Prof. Lapa, resíduo melancólico do colonialismo intelectual, estão provocando em todo o Brasil uma freqüente indignação. Dir-se-ia que S.As. não tem notícia da nossa independência. Eu, porém, vejo o caso de outro ângulo – o ângulo anedótico. A sugestão do Prof. Lapa – como se diria em Lisboa – tem piada. É anedota de fim de ano. A menos que se trate de um desarranjo mental perfeitamente compreensível`". (vide jornal na pasta "Estado Novo Oposição no Estrangeiro – Imprensa", da Biblioteca Museu República e Resistência).

o acréscimo de uma "Segunda Parte", sobre o período do exílio no Brasil. Outros títulos abordaram a situação política em Portugal, no Brasil ou na América Latina. Mas foram os textos destinados aos relatos das Guerras de Libertação Nacional em África ou da questão colonial portuguesa, de um ponto de vista anti-colonial e favorável à autonomia dos territórios africanos que se destacaram por abrir as portas para esta temática no campo editorial, o que veio a ser seguido, anos depois, por editoras como a Civilização Brasileira, Paz e Terra e Brasiliense. Acabou por fechar as portas, às pressas, na primeira semana após o golpe militar de 1964.

A editora *Giroflé*, destinada ao público infantil, foi criada, em 1961, por iniciativa dos escritores portugueses Sidónio Muralha, Fernando Correia da Silva, "na época assessor de edições e tradutor na Difusão Européia do Livro" (LEMOS, 2002: 191) e do artista plástico e escritor Fernando Lemos. Sidónio Muralha, escritor neo-realista e de livros infantis, com experiência no setor administrativo, cuidou desta parte:

> ... foi uma tentativa de ligar o capital ao trabalho, por meio de modestas ações e mensalidades de sócios intelectuais das várias áreas de agenciamento cultural, interessados em ali canalizarem propostas e textos diretamente adequados, levando em conta que havia uma grande lacuna de obras de autores nacionais. (*ibid*:191)

Fernando Lemos e Fernando Correia da Silva encarregaram-se da direção gráfica. Bastante premiada nos meios literários, a editora ficou marcada por abrir-se a colaborações de seus sócios do campo cultural, através de grupos de orientação, constituindo um espaço editorial autônomo: dele participaram, entre outros, o crítico de cinema Paulo Emílio Salles Gomes, um grupo de psicólogos que tinha à frente Fanny Abramovich, artistas plásticos como Gerda Brentani, Maria Bonomi, Willys de Castro e Aldemir Martins, além de escritores: Cecília Meireles, Carlos Drummond de Andrade e Vinícius de Morais. Também foram feitas reuniões para apoio pedagógico.

O primeiro título da editora, *A Televisão da Bicharada*, poemas de Sidónio Muralha, chamou a atenção pela qualidade literária e pela inauguração de um novo padrão gráfico, diferenciado de outros produtos do gênero destinados às crianças: o livro recebeu o primeiro prêmio da Bienal do Livro de São Paulo e da Bienal de Arte Gráfica do México (LEMOS, *op.cit*., ABRAMOVICH, 2005). Os títulos seguintes foram de Cecília Meireles, *Ou Isto ou Aquilo*, com ilustrações de Maria Bonomi, e *Psiu!...*, livro de contos ilustrado por Gerda Brentani. Seguiram-se *O Sindicato dos Burros*, conto de Fernando Correia da Silva e *A Arca do Senhor Noé*, de Guilherme de Figueiredo, todas edições acompanhadas de ilustrações ou fotografias de artistas plásticos. Editaram-se também postais a partir de desenhos coletados por arte-educadoras junto a crianças da rede escolar de São Paulo e um *Boletim Pedagógico Giroflé*, destinado aos professores e pais, "propondo questões, levantando novas angulações, ampliando conceitos do que fazer e suscitar nas crianças..." (ABRAMOVICH, *op.cit.*:12). Mas o golpe trouxe dificuldades para a continuidade do projeto: alguns dos sócios partiram para o exílio, perderam-se apoios e os dois anos seguintes da editora foram destinados à quitação de dívidas. O *Dicionário da Travessura*, de Vinícius de Morais, chegou a ser editado até a letra "m".

Sidónio Muralha constituiu no Brasil a maior parte de sua trajetória literária e, particularmente, de escritor de literatura infantil, iniciada em Portugal em 1950, com *Bichos Bichinhos e Bicharocos*[82]. Além de *A Televisão da Bicharada*, seu maior êxito, escreveu e publicou *Os Olhos das Crianças* (1963), *O Companheiro* e *A Amizade Bate à Porta* (ambos de 1975), *A Dança dos Picapaus* e o livro de contos *Valéria e a Vida*[83] (1976), *Sete Cavalheiros na Berlinda* (1977), *Voa, Pássaro Voa* (1978, edição portuguesa de dois dos livros de poemas editados no Brasil), entre outros títulos. Em 1979 mudou-se para Curitiba,

[82] *Beco* (1941), *Passagem de Nível* (1942) e *Companheira dos Homens* (1950), seus primeiros livros de poemas político-sociais com clara filiação neo-realista. Desde 1943 Sidónio encontrava-se em exílio voluntário no Congo Belga, mas participou do lançamento e divulgação de seus livros editados em Portugal em 1950.
[83] Prêmio Meio-Ambiente de Literatura Infantil.

de onde editou *Helena e a Cotovia*[84] (1979) e a ciranda lírica *Todas as Crianças do Mundo* (1981). Faleceu nesta cidade no ano seguinte, deixando por publicar *O Rouxinol e sua Namorada* (1983). Apesar de sua obra em literatura infantil ter lhe trazido maior reconhecimento, não deixou de escrever prosa e versos para adultos[85].

Fernando Lemos dedicou-se à carreira artística, sobretudo às áreas da pintura e do desenho, além da tapeçaria, vitrais, azulejos, esculturas em ferro, pastilhas vidradas, fotografia e poesia. No Brasil deu continuidade à trajetória artística vinculada ao surrealismo, ligado à exposição da Casa Jalco, de 1952. Trabalhou na exposição histórica do IV Centenário de São Paulo, realizou exposições individuais e coletivas, tendo sido premiado na Bienal de Artes Plásticas de São Paulo, em 1975. Voltou a expor em Lisboa apenas em 1982 e "tem hoje trabalhos expostos em museus e coleções particulares no Brasil, Portugal, Espanha, Suíça, Polônia, França, Estados Unidos, Japão, Holanda, Argentina" (MATOS, 2002: 195). Em 1963 publicou *Teclado Universal*, em edição complementada com mais 48 poemas além dos que tinham sido editados em Portugal, dez anos antes. Este livro voltou a ser editado em 1985, ao lado de *Cá & Lá*, desta vez com um prefácio de Jorge de Sena. Acabou por radicar-se em definitivo no Brasil, país onde também adquiriu a cidadania.

Fernando Correia da Silva, que havia chegado ao Brasil em 1954, após a publicação em Portugal de um livro de poemas e uma novela infantil, e de sua participação, ao lado de Alexandre O' Neill, na publicação de *A Pomba*, jornal de poesia militante e clandestino, atuou no Brasil, após o golpe militar, em indústrias, o que também o fez, na maior parte de sua vida, Sidónio Muralha. Antes do golpe dedicou-se ao jornalismo, na *Folha de São Paulo*, onde concebeu e dirigiu o suplemento infantil *Folhinha*, em 1956, ainda hoje publicado. Em seguida, foi coordenador editorial da Difusão Européia do Livro (DIFEL) e publicou dois

[84] Prêmio "Portugal 79 – Livro para Crianças".
[85] Publicou 21 livros em prosa e verso para adultos e 15 livros de literatura infantil.

livros de biografias sobre *Os Descobridores* e *Os Libertadores*. Em 1966 publicou a novela fantástica *A Cor dos Homens*. Regressou a Portugal após o 25 de abril.

Além das iniciativas editoriais coletivas acima destacadas, as relações estabelecidas através de redes de esquerda viabilizaram a edição de livros históricos ou políticos pelas editoras Civilização Brasileira, Paz e Terra ou Brasiliense, ao lado da coordenação de coleções de literatura, por várias editoras brasileiras. A temática africana foi uma das temáticas mais recorrentes dessas edições onde, através dos vínculos da oposição exilada no Brasil com os Movimentos de Libertação Nacional, em África, muitas obras de autores africanos ligados aos Movimentos foram editadas no Brasil. Ademais, textos históricos e políticos e, particularmente, uma edição da Revista Paz e Terra, foram marcadas pela colaboração dos intelectuais portugueses que se radicaram em São Paulo.

4.5 1964: DUPLO EXÍLIO?

Com o golpe militar de 1964, produziu-se uma alteração radical no contexto político e nas ações de oposição dinamizadas entre os intelectuais exilados no Brasil. Em um nível subjetivo representou um desgaste emocional para aqueles que já se opunham a uma ditadura em Portugal e lançou dúvidas sobre a possibilidade de se continuar a exercer a própria profissão, uma vez que a permanência de um estrangeiro em um país que adotava um regime de restrições à liberdade expunha-os, ainda mais, a represálias, repressões e, novamente, à censura. A impossibilidade de manifestação livre das idéias, por si só não os agradava e, para muitos, colocava em xeque a permanência no país. O regime ditatorial brasileiro consolidou-se e iniciou o seu período de maior repressão entre 1968 e 1974. Em Portugal ocorria um contraponto, em que a desagregação final do regime iniciava-se já em 1967, com a iminente substituição de Salazar, e tornou-se mais acelerada na década seguinte.

Sem poder contar com a intensidade do apoio da sociedade brasileira antes conseguido, o núcleo da "oposição democrática" que atuava em torno do jornal *Portugal Democrático* – o que também incluía os matemáticos portugueses do Recife - procurou se manter conectado às redes internacionais do movimento "anti-salazarista". No Brasil, adotaram a tática, imposta pelas contingências, do "silêncio" frente à situação do país, como, por exemplo, a atitude de não criticar em hipótese alguma o governo, nem permitir que membros da "resistência" no exílio atuassem paralelamente em qualquer movimento contrário à ditadura brasileira. Em alguns casos, solicitou-se, inclusive, o afastamento de alguns militantes engajados em movimentos de oposição à ditadura brasileira ou, senão, a opção de escolha entre a "luta anti-salazarista" e a "luta" anti-regime ditatorial brasileiro. Tal ocorreu com Miguel Urbano Rodrigues, a quem Vítor Ramos fez um pedido para que deixasse de atuar nas "questões brasileiras", de modo a impedir a desagregação do movimento "anti-salazarista" no Brasil e o fechamento do jornal (depoimentos de Dulce Helena Pessoa Ramos e Miguel Urbano Rodrigues). Fernando Lemos, que optou por apoiar iniciativas de contestação ao regime brasileiro, foi fichado mais vezes no Deops a partir de então, em comparação com todo o período em que havia participado do *Portugal Democrático*.

Após o golpe lançaram-se dúvidas, entre os próprios membros do *Portugal Democrático*, sobre a possível continuidade de uma "resistência anti-salazarista" no Brasil, sua atividade militante e a publicação do jornal. O CRP permaneceu fechado nas primeiras semanas e muitos documentos que pudessem ser identificados como "materiais subversivos" foram eliminados às pressas (depoimentos de Dulce Helena Pessoa Ramos, Alexandre Antunes Pereira, Alexandre Leal Dias e Ildefonso Garcia). Entretanto, retomaram-se as atividades aos poucos e foi feita uma reunião para avaliar as "condições objetivas" para a continuidade da publicação do *Portugal Democrático* (depoimentos de Miguel Urbano Rodrigues e Alexandre Antunes Pereira). De acordo com Miguel Urbano Rodrigues, a primeira edição do jornal após

o golpe serviu de “teste”. Naquele número, o jornal fez uso deliberado de termos marxistas, a que denominou uma “edição provocativa”. Não tendo sofrido qualquer veto, decidiu-se pela continuidade da publicação. Alguns membros acharam que insistir na edição do jornal poderia representar uma provocação. Outros se afastaram e não mais colaboraram. Uma minoria deixou o país imediatamente, como foi o caso do militante socialista Manuel Sertório e do físico Antonio Brotas, que partiram – o primeiro de São Paulo, o outro do Recife – para a Argélia, de onde se formou outro importante núcleo da oposição; e de Victor da Cunha Rego, que fechou as portas da editora Felman-Rêgo e partiu para a Iugoslávia, temendo represálias.

Nos anos seguintes, à medida em a ditadura avançava, muitos outros passaram a deixar o país ou não mais retornaram. Tal foi o caso de Alfredo Pereira Gomes, que se encontrava em Nancy e, a partir de depoimentos de amigos brasileiros e de compatriotas, optou por permanecer na França. Jorge de Sena foi para os Estados Unidos em 1965, atendendo a um convite da Universidade de Wisconsin para, em seguida, vir a assumir a Cadeira de Língua Portuguesa na Universidade da Califórnia, em Santa Bárbara. Joaquim Barradas de Carvalho, que desembarcou no Brasil às vésperas do golpe, continuou no país até 1970, até à altura em que atendeu a um dentre os vários convites que recebeu para retornar à França, de amigos que temiam por sua permanência neste país. Vitor Ramos e Adolfo Casais Monteiro optaram por continuar no Brasil, mas ambos estiveram em universidades estrangeiras temporariamente como professores visitantes. Ruy Luiz Gomes, José Morgado, Miguel Urbano Rodrigues, João Sarmento Pimentel, Paulo de Castro, Fernando Lemos, Sidónio Muralha, entre outros, decidiram-se pela permanência no Brasil: alguns puderam retornar a Portugal antes do 25 de abril, outros somente após a Revolução e, ainda, outros, optaram por radicarem-se em definitivo no Brasil.

Os que ficaram não puderam mais contar, no plano político, com o mesmo apoio da sociedade civil brasileira. Contudo, o núcleo da oposição reunido em torno do CRP decidiu

pela continuidade da publicação do *Portugal Democrático*, dando ênfase à "questão colonial", ao observarem que o tratamento dado à "Guerra Colonial" alcançava maior eficácia no combate ao regime a partir do Brasil, tanto por engrossar o coro da crescente condenação internacional do conflito, quanto pelo contexto das relações internacionais, nas quais o Brasil estava inserido, em que a defesa aberta e declarada do colonialismo português acarretava em uma imagem negativa do país. O editorial "Povo Português e Povos Coloniais: Aliados Naturais", de junho/julho de 1964 enunciava essa nova linha do jornal. A decisão mostrou-se, com o tempo, acertada. De fato, o Brasil votou contra as sanções a Portugal, no "Conselho de Segurança" da ONU, entre 1964 e 1967 mas, a partir de 1968, passou a abster-se, justamente na fase mais repressiva da ditadura brasileira. Essa mudança de atitude deveu-se a debates políticos no interior do regime brasileiro - e a escolhas estratégicas de política externa - frente a uma nova conjuntura internacional. A partir das páginas do *Portugal Democrático*, pode-se ter uma mostra de que seus colaboradores acompanhavam de perto a política externa do Brasil com relação a Portugal e às ex-colônias em África. Alguns artigos procuravam intervir publicamente "a favor do Brasil" e contra o colonialismo português.

O "anticolonialismo" parece ter sido decisivo para a manutenção do jornal e de alguma atividade política de oposição, mas, por outro lado, provocou cisões definitivas. Ainda antes do golpe militar, Jorge de Sena deixou de colaborar no *Portugal Democrático*, sob a alegação de que seus artigos eram submetidos a uma censura interna dos comunistas. Por outro lado, os posicionamentos de Sena com relação à "questão colonial", declarados em artigos, eram vistos pelos comunistas e por outros como uma alternativa neocolonial ao conflito e não como uma opção política favorável à autonomia dos territórios africanos. O mesmo também aconteceu, em um primeiro momento, com João Sarmento Pimentel. Outros se afastaram do *Portugal Democrático*, mas não da oposição, por serem contra o fim do colonialismo, como foi o caso do jornalista João Santana Mota.

De fato, nos primeiros anos do regime militar, o Estado brasileiro discutiu internamente a sua postura com relação à África, particularmente a de "expressão portuguesa". Havia uma proposta de Salazar de o Brasil utilizar as colônias portuguesas em África como “portos livres”, isto é, zonas de comércio que poderiam atrair este país por apresentarem-se como pólos de exportação de produtos industrializados. Esta proposta integrava-se à idéia de criação de uma comunidade luso-brasileira. Salazar tinha grande interesse em angariar o apoio do Brasil para a sua política colonial, face às pressões internacionais e condenações que vinha sofrendo. Nos primeiros anos da ditadura os governos militares abstiveram-se de votar contra as sanções a Portugal na ONU, uma vez que o presidente Marechal Castelo Branco defendia uma alternativa neocolonial na formação da Comunidade afro-luso-brasileira, revelando os interesses do regime militar brasileiro, nessa ocasião, em se credenciar como “natural” mediador no processo de “independência” das então colônias portuguesas em África. Entretanto, setores nacionalistas da ditadura passaram a avaliar a questão de outra maneira. A partir de 1968, com base no cenário político existente à época, os governos dos generais Costa e Silva e Garrastazu Médici contestaram o poder efetivo de tais mercados, uma vez que se encontravam em situação de guerra, nos quais os produtos que o Brasil se interessava em exportar não encontrariam grande demanda (questões tratadas na coluna “Notas e Comentários”, no artigo “Brasil e África”, do número 107 do *Portugal Democrático*, em junho de 1966, pág. 3). Ao mesmo tempo, o andamento dos conflitos, com forte pressão internacional favorável à autodeterminação, fez com que se apostasse mais na derrota do colonialismo português, sendo mais interessante negociar diretamente com os países recém independentes.

Se os oposicionistas exilados no Brasil procuravam não intervir criticamente na política brasileira, por outro lado as questões portuguesas eram tratadas com viés marxista, com um discurso favorável à democratização, ao avanço em questões sociais e à “insurreição popular”

- o que não deixava de ter um valor significativo para os movimentos de contestação ao regime brasileiro, que não poderiam em hipótese alguma por a debate tais questões, sob pena de repressões, violência policial ou censuras. O *Portugal Democrático* foi bem recebido pela oposição brasileira, tendo se tornado um dos poucos espaços em que se puderam debater temas como democracia, Revolução, liberdade de imprensa e igualdade social.

Mas a permanência de uma organização de oposição ao regime português em plena ditadura brasileira não foi nem um pouco tranqüila. O governo brasileiro sofreu diversas pressões da Embaixada de Portugal para que fechasse o CRP e o jornal (depoimentos de Alexandre Pereira, Miguel Urbano Rodrigues e Fernando Lemos). De fato, é no mínimo desafiante compreender os motivos que levaram à ditadura militar a tolerar a manutenção do *Portugal Democrático*, apesar das pressões externas e do conhecimento que tinham da presença de comunistas em seus quadros. De acordo com depoimentos, o jornal manteve-se por ter um diretor brasileiro - conforme a lei que regulamenta os órgãos de imprensa no país - Otávio Martins de Moura, com amigos em altos escalões militares e favoráveis à causa "anticolonialista" propalada pelos exilados. Através deste recurso, conseguiu sucessivamente a permissão para que o jornal funcionasse ou que fosse ao menos "tolerado", desde que não se aproximasse da esquerda brasileira (*idem*). Contudo, outra hipótese apóia-se no fato de que o fechamento do jornal talvez repercutisse negativamente para o regime brasileiro, pois daria mostras de que este estaria a apoiar um regime – e sua política colonial – condenados internacionalmente.

Segundo Bava Jr. (*op.cit.*: 113 e 114), a diplomacia desses governos caracterizava-se pelo seu alinhamento com o Departamento de Estado norte-americano que, por sua vez, recomendava que a expansão de países em desenvolvimento desse ênfase ao comércio com os países desenvolvidos, paralelamente a integrações regionais, o que frustava a expansão da Comunidade de língua portuguesa. No cenário internacional, ainda, a militarização da questão

colonial, por parte de quem não tinha poderes metropolitanos (Portugal), provocou a internacionalização do conflito, sua condenação e, em última instância, a legitimidade da luta armada pela libertação nacional.

Paralelo a tudo isso, encontrava-se difundido um certo sentimento "anticolonialista" entre os núcleos mais nacionalistas dos militares, que se expressava pela manifestação contrária ao colonizador - o mesmo que "explorou" o Brasil - e aproximava a causa de independência dessas colônias à afirmação da autonomia e do nacionalismo brasileiro. Em depoimento, Alexandre Pereira afirmou que alguns dos setores mais nacionalistas da ditadura militar brasileira chegavam a "admirar" o *Portugal Democrático* por suas críticas à expansão colonial portuguesa, intervindo a favor de sua manutenção em ocasiões em que esteve para ser fechado pelo Deops e pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC).

A conjugação de todos esses fatores contextuais, aliado a alguma habilidade política da oposição "anti-salazarista", ao se fazer valer das próprias contradições do discurso nacionalista militar, permitiu uma situação inédita: a publicação de um jornal de esquerda, formado por notórios comunistas e socialistas, entre outros, em pleno regime ditatorial militar, em que a esquerda brasileira sofria seu pior período de repressão. Alguns brasileiros chegavam a brincar, de acordo com depoimentos, ao dizerem que "o único jornal de esquerda do Brasil era português" (depoimentos de Miguel Urbano Rodrigues e Alexandre Pereira).

O cancelamento, por parte do Brasil, do acordo tentado por Salazar em 1966, causou de fato entusiasmo entre os movimentos de libertação nacional. Meses antes, quando o Brasil havia acenado a favor do acordo, a pressão exercida pelos países africanos sobre o governo brasileiro teve efeito político favorável à causa "anticolonialista", de tal forma que parte significativa da própria imprensa brasileira veio a comentar que se tratava de um "mau negócio" (cf., por exemplo, o *Diário Popular* de 10-9-1966, transcrito em *Portugal Democrático* de outubro de 1966).

De fato, as únicas intervenções dos exilados portugueses quanto a políticas estabelecidas pelo Estado brasileiro, durante o período da ditadura, referiram-se a tratados assinados entre Brasil e Portugal, acordos comerciais, de apoio e amizade ou de colaboração mútua. No entanto, essa intervenção sempre foi feita de modo a manifestar-se claramente um sentimento de preocupação com os possíveis prejuízos que a medida implicaria ao Brasil, ressaltando a situação "constrangedora" internacional de Portugal. Foi o caso durante a efetivação do Acordo Cultural e Comercial em 1968, a respeito do qual enviaram uma avaliação dirigida ao Itamarati e ao Congresso, considerando os termos do acordo desfavoráveis ao Brasil (*Portugal Democrático*, número 128, abril de 1968, pág. 8), já que em Portugal "não havia vida cultural" nem "mercado interno com poder de compra comparável ao do Brasil". Ação semelhante ocorreu em 1972 (*Portugal Democrático*, número 111, outubro de 1966, pág. 1, e número 173, novembro de 1972, pág. 3).

O desgaste pessoal nas tarefas já era imenso antes do golpe, e as dificuldades agravaram-se ainda mais. No início de década de 1970, o jornal sofreu grandes perdas, como as mortes dos militantes Augusto Aragão, Manuel Rocheta, a do próprio diretor, o advogado brasileiro Otávio Martins de Moura e de estreitos colaboradores como Adolfo Casais Monteiro e simpatizantes, como Álvaro Lins[86]. Por ocasião do golpe militar, o militante Silvério da Costa Lettra, em desespero, cometeu o suicídio. Apesar das perdas, um aspecto marcante foi o pedido insistente desses militantes para que os outros não abandonassem a luta, acontecesse o que fosse. Foi o caso do depoimento do militante comunista Augusto Aragão, descrito no *Portugal Democrático*: "Suas últimas palavras foram para a luta do povo português e para exortar a equipe de 'Portugal Democrático' a vencer todas as dificuldades da hora presente: ´aconteça o que acontecer – disse – o jornal tem que continuar!'". As atividades continuaram, mas as restrições sofridas no Brasil fizeram produzir um sentimento de "duplo exílio"

[86] Embaixador brasileiro que acolheu o pedido de asilo de Humberto Delgado na Embaixada do Brasil em Portugal, em 1959.

(número 154, de dez/1970 e jan/1971, pág. 2). Ao exílio da terra natal, que muitas vezes teve início antes mesmo da partida para depois efetivar-se em exílio de fato, seguia-se agora a contingência do "silêncio" e da ausência de liberdade que veio a forçar alguns a uma nova partida para outro exílio. Mas, para os que ficaram no Brasil, o sentimento e a experiência de se estar novamente exilado, num país com o qual já se identificavam, cultural e politicamente - e por terem firmado laços profissionais, de parentesco e amizade – tornou-se um profundo marcador de sua condição humana e da própria identidade pessoal.

Durantes os anos em que permaneceu no Brasil, entre 1964 e 1970, a casa de Joaquim Barradas de Carvalho serviu como local de acolhida de intelectuais portugueses e brasileiros, opositores dos regimes autoritários de seus países, conforme depoimentos de quem a freqüentou naqueles anos:

> Nosso mundo se empobrecera com o golpe de Estado de 1964. Mas como toda História tem sua compensação, Barradas desembarcara no Brasil para iluminar as noites tristonhas do Butantã, e conosco subiu às barricadas da rua Maria Antônia em 1968 (...).Em tempos difíceis lá e cá, sua casa no Butantã, junto à Cidade Universitária, era um refúgio de inteligência e boa acolhida portuguesa. Uma luz nas trevas. A cultura portuguesa que circulava por sua casa - intelectuais, artistas, professores - não era sombria tampouco, a começar pelo saudoso Vitor Ramos, ex-professor Titular de Literatura Francesa da USP, também exilado. Os exilados em São Paulo constituíam um punhado de gente do mais alto nível humano e intelectual, que contrastava com o Portugal oficial e soturno dos jornais nacionais. Aos poucos, íamos conhecendo intelectuais e professores que por aqui passavam (Joel Serrão, Oscar Lopes, Urbano Tavares e muitíssimos outros que se sentavam à bem-posta mesa de sua mulher- Margarida -, também historiadora). Uma casa portuguesa democrática. Juntos, nela recebemos tantos outros amigos, como Frédéric Mauro, os saudosos doyen jacobin Jacques Godechot e o *montagnard* Alberto Soboul, historiadores notáveis e depois amigos queridos. Era a nossa *República do Butantã*. (MOTA, *op.cit.*: 2-3) (*sic!*)

> ... Sua casa, numas das alamedas arborizadas do bairro Butantã, próxima da Casa do Bandeirante, era ponto de encontro e de passagem obrigatória de brasileiros, portugueses e todos os estrangeiros identificados com a causa democrática e a repulsa ao regime ditatorial, de lá e de cá. Em 1968, a temperatura política elevou-se e o espaço para exilados políticos estreitou-se, sobretudo para membros do Partido Comunista Português, praticamente exilados entre nós. O garrote vil da repressão militar arrochou-se, levando à cassação de professores, entre os quais Florestan Fernandes, amigo pessoal de Barradas. Mesmo assim, a sua casa, como já fora outrora a casa de seus pais no Alentejo, era um território livre, um refúgio, para os desafetos do regime, um consulado da resistência anti-salazarista no Brasil, que tinha em Margarida uma diligente e refinada anfitriã, sempre acolhedora e afável, em meio ao constante vaivém. (ARRUDA, *op.cit.*: 128)[87]

[87] Entre os nomes de intelectuais que freqüentavam a casa de Barradas, lembrados por José Jobson de Andrade Arruda, ex-aluno de Barradas, estavam os dos historiadores Eurípedes Simões de Paula, Fernando Novais, Carlos Guilherme Mota, István Jancsó, Boris Fausto, Sérgio Buarque de Holanda e Eduardo d´Oliveira França. Colegas da FFCL/USP: Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, José Artur Giannotti,

Entretanto, as atividades conjuntas com setores da sociedade civil brasileira não foram de todo abandonadas, restringindo-se a iniciativas que eram "toleradas" pelo regime militar, como a publicação de livros e a proposição de seminários em que se criticavam as políticas coloniais portuguesas e denunciava-se a Guerra Colonial.

Como dito, a bandeira principal nessa fase, como estratégia de inserção e negociação dos "anti-salazaristas" no Brasil, foi a da ênfase na "questão colonial". Ao mesmo tempo em que realizavam a denúncia do salazarismo e do colonialismo, internacionalmente e internamente ao Brasil, conseguiam permanecer com a publicação do *Portugal Democrático* e com a UDP. Tal permitiu a manutenção da centralização de informações advindas do mundo inteiro sobre o regime português e os conflitos em África, e sua posterior distribuição, através do próprio jornal, de boletins de informação a órgãos de imprensa, então criados, ou por dossiês e publicações editoriais, encaminhados a entidades como a ONU ou distribuídos em formato de livro, no Brasil e em outras partes do mundo.

As redes de trocas com os movimentos de libertação em África, com a FPLN e com a "resistência" interna tornaram-se ainda mais estreitas. As colunas "Colonialismo e Anti-Colonialismo" e "Pela Anistia e Contra a Repressão" documentavam as ações dos movimentos em África e as campanhas de anistia em todo o mundo. O jornal passou a ser mais informativo e tais colaborações eram provenientes de diversas partes do mundo. De fato, tornou-se mais lido fora do que dentro do Brasil e, por esse motivo, teve grandes dificuldades financeiras em se manter, por conta de aumentos de tarifas internacionais de postagem. Entre 1971 e 1974 passou a ter apenas quatro páginas em vez de oito ou dez.

Já o estreitamento das relações com as editoras Civilização Brasileira, Paz e Terra e Brasiliense propiciou a publicação de diversas obras sobre questões africanas e coloniais, e de

---

Bento Prado Júnior, Maurício Tragtenberg. Exilados portugueses: Miguel Urbano Rodrigues e Vitor Ramos. Professores estrangeiros visitantes: Joel Serrão, Óscar Lopes, Fréderic Mauro, Jacques Godechot e Albert

depoimentos sobre os conflitos em África, descritos e analisados por “desertores” que recebiam a acolhida do movimento. Uma outra iniciativa bastante divulgada na mídia foi a promoção de um debate em que se avaliava os até então “42 Anos de Fascismo em Portugal”, realizado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em fins de 1968. O debate, cuja intenção era a de trazer debatedores de ambos os lados, não contou com representantes do regime - que se eximiram de comparecer - o que repercutiu negativamente na imprensa brasileira e no meio estudantil. O farto material analítico e documental que foi produzido para este evento, além de uma exposição, foi publicado em um número da *Revista Paz e Terra*, inteiramente dedicada a essa questão, em 1969, sob o título “43 Anos de Fascismo em Portugal”[88], com contribuições de Vitor Ramos, Miguel Urbano Rodrigues, Joaquim Barradas de Carvalho, entre outros.

Paralelamente a essas atividades, as principais ações consistiram no “desmascaramento internacional do regime”, em que a UDP permaneceu durante todo o período com a tarefa de centralização e difusão de informações para órgãos de imprensa, no Brasil e no exterior, chegando a publicar por um longo período um "boletim" dirigido às agências noticiosas, escrito em três línguas. A reunião dessa extensa documentação permitiu a elaboração anual de dossiês enviados à ONU, lançados por ocasião das comemorações do 5 de Outubro, que também não deixaram de acontecer. Em alguns anos, como em 1966, os relatórios foram lidos na própria Assembléia ou no Conselho de Segurança da ONU, por membros do *Portugal Democrático*, como Vítor Ramos e Ruy Luiz Gomes, que era sempre o primeiro signatário do documento que contava com a assinatura dos núcleos dos “portugueses democratas da América”, reunindo os núcleos do Brasil, Uruguai, Argentina, Venezuela, Canadá e Estados Unidos.

Sobout, além de muitos de seus alunos (ARRUDA, *op.cit.*).

[88] Revista *Paz e Terra*, ano IV, número 10, dezembro de 1969. Miguel Urbano Rodrigues, Joaquim Barradas de Carvalho, Vitor de Almeida Ramos e Margarida Barradas de Carvalho proferiram palestras durante o evento.

Uma outra iniciativa consistiu na denúncia da ação dos Consulados, encaminhada à ONU. Os portugueses dissidentes do regime que quisessem viajar para outros países, inclusive por motivos profissionais, não recebiam o visto de autorização, tendo de ser forçados, com o tempo, a pedir a cidadania brasileira. Esta era já uma prática antiga dos Consulados portugueses, denunciada no jornal pela primeira vez em 1963. Os próprios oposicionistas brincavam entre si que se tratava de um "passaporte para a cadeia", já que o único visto concedido era "válido somente para Portugal". No entanto, em 1967, os membros do *Portugal Democrático* e outros opositores ao regime decidiram pedir passaportes conjuntamente, para que ficasse caracterizado o tratamento diferenciado por motivos políticos. A prática foi relatada à Comissão de Direitos do Homem, acompanhada de documentação com referência a casos anteriores. O sucesso da iniciativa gerou uma campanha mundial, em que imigrantes portugueses notoriamente oposicionistas encaminhavam seus passaportes para terem seus vistos negados e, com isso, efetivar a denúncia. (*Portugal Democrático*, número 116, abril de 1967).

Um novo ciclo de negociações teve início em fins de 1967, envolvendo a disputa de poder em Portugal. Desde 1962 o regime vinha sofrendo derrotas externas e se isolando cada vez mais. A oposição crescente aliou-se aos movimentos de libertação nacional, e daí surgiram novas modalidades de ação, como grupos de sabotagem e terrorismo. Paralelamente, seguiram-se os modelos anteriores de oposição, com ações formais legais e clandestinas, mas com uma novidade: a participação cada vez mais ativa de setores da esquerda católica e dos socialistas. O PCP, com outros núcleos de ações armadas, adotou a postura da "acção revolucionária", isto é, a preparação de um levantamento popular ou "insurreição nacional" junto à população. Já em 1967 tornava-se iminente a necessidade de substituição de Salazar, em decorrência das pressões dirigidas ao regime, inclusive por setores da burguesia industrial, dada a necessidade de uma maior dinamização econômica, a ser propiciada por uma abertura

liberal. Trata-se, portanto, do ciclo em que ocorreu a substituição de Salazar e a tentativa de implantação de outro projeto hegemônico, em que se apelava para um discurso de liberalização gradativa. Tais facetas caracterizaram o governo de Marcelo Caetano, que substitui Salazar após sua queda de uma cadeira em setembro de 1968, evento que o deixou definitivamente impossibilitado de exercer atividades políticas até a sua morte em 1970.

Por essa ocasião o PCP elaborou o documento secreto *Acção Revolucionária, Capitulação e Aventura*, de autoria de Álvaro Cunhal, onde este analisava os diferentes quadros da oposição e concluía com um alerta para os riscos de uma possível capitulação desses setores, traduzida na crença de que a iminente substituição de Salazar poderia dar início a um processo de liberalização do regime. Do mesmo modo, criticava a ação de grupos de extrema esquerda que queriam a destruição do regime sem um trabalho anterior com a população, qualificando essa postura de "aventurismo". Com a queda repentina de Salazar e seu afastamento definitivo da vida política, o *Portugal Democrático*, seguindo a linha da "acção revolucionária" passou a conclamar, em seus editoriais, o apoio de todas as forças oposicionistas para o levantamento nacional. Entretanto, alguns setores da oposição encamparam o discurso da "abertura liberalizante". Marcelo Caetano assumiu, então, o posto de Presidente do Conselho e anunciou o início de um período de reformas conhecido, sob muitas controvérsias, por "primavera marcelista".

O Conselho Editorial do *Portugal Democrático* passou a se atribuir como principal tarefa "o desmascaramento internacional do salazarismo sem Salazar", referindo-se ao governo de Marcelo Caetano. O editorial "Falando Claro" e a chamada de capa "Democratas Portugueses definem a sua posição", do número 121, de setembro de 1967, deixaram claras as posturas favoráveis à "acção revolucionária" ao mesmo tempo em que manifestaram o apoio a uma estratégia, interna a Portugal, de preparação da insurreição popular "com vistas à destruição total do Estado fascista". Lançaram-se manifestos pelo levantamento nacional e inúmeras

críticas à liberalização, como uma "via superada, ou via impossível" (*Portugal Democrático*, número 139, abril de 1969), que se tornaram constantes entre setembro de 1967 até fins de 1969.

Pela avaliação do jornal, no número 145, de novembro de 1969, ou seja, logo após as primeiras eleições da fase marcelista, em que se repetiram as "farsas eleitorais" anteriores, o momento propício à "insurreição" havia passado - em fins de 1968 – devido às "ilusões legalistas" da liberalização gradativa. O diálogo do jornal, naquele momento, se dava diretamente com os movimentos e acontecimentos internos a Portugal e à "África portuguesa". Por ocasião da morte de Salazar em 1970, o editorial "Morreu o bicho, não morreu a peçonha" (*Portugal Democrático*, número 152, setembro de 1970, pág.1), afirmava que a permanência das estruturas "fascistas", no governo de Marcelo Caetano, era já uma realidade.

De fato, Marcelo Caetano ensaiou uma estreita abertura que foi do outono de 1968 às eleições legislativas em outubro de 1969. Mudou o nome da PIDE para Direcção Geral de Segurança (DGS), mas manteve sua estrutura; o mesmo ocorreu com o partido único União Nacional (UN), que passou a se chamar Acção Nacional Popular (ANP). Algumas personalidades puderam retornar do exílio, como Mário Soares e o bispo do Porto. No entanto, após as eleições, que tiveram o seu processo semelhante às promovidas por Salazar, a Assembléia foi integralmente composta por deputados do partido oficial. Ao início da década seguinte, começou a ser notório o impasse na evolução da abertura política anunciada pelo regime. Por fim, a revisão constitucional de 1971, seguida da publicação de uma nova Lei de Imprensa, não eliminou, contudo, a censura, então denominada "exame prévio".

O ano de 1970, apesar de ser considerado, nas páginas do *Portugal Democrático*, como um ano de retração das atividades oposicionistas - o que atribuíram a um certo "cansaço" - teve como contrapartida favorável à oposição, na avaliação do jornal, uma série de fatos que

vieram a confirmar que a abertura estava sendo adiada. No mesmo ano, por ocasião da visita de Marcelo Caetano ao Brasil, um grupo de oposicionistas tentou fazer chegar até ele um manifesto formal de apelo à abertura do regime, mas Marcelo Caetano não os recebeu (depoimento de Miguel Urbano Rodrigues e no *Portugal Democrático*)[89]. A partir de 1970, as "ilusões legalistas" foram progressivamente abandonadas, mesmo por aqueles setores da oposição que apostaram na "abertura" - o que correspondeu, ainda, à radicalização da "luta antifascista" em Portugal (cf. RABY, 1988; ROSAS, 1994) e a emergência de grupos de ação política armada.

O *Portugal Democrático* manteve sua iniciativa de apoio a uma "ação revolucionária" e seguiu na denúncia *incontinenti* de "traição" e do "salazarismo sem Salazar" – dirigidas a Marcelo Caetano - e da intensificação da Guerra Colonial, com o assassinato de algumas de suas lideranças[90]. A mesma campanha de denúncia dos vistos do passaporte "válidos apenas para Portugal" foi repetida outras vezes após a ascensão de Caetano, como uma forma de demonstrar a continuidade de métodos.

Por fim, com o atestado fracasso do reformismo pela oposição e com o agravamento das contradições na instituição militar entre 1973 e 1974 (ROSAS, *op.cit.*), criaram-se condições para um levante militar. O lançamento do livro do Gal. Spínola, *Portugal e o Futuro*, em fevereiro de 1974 trouxe à tona o conflito no seio do regime em torno do insolúvel "problema ultramarino" (SPÍNOLA, 1974). O "Movimento dos Capitães", em 25 de Abril de 1974, foi seguido de intensa mobilização popular, o que acarretou no fim do regime. Ao retorno dos exilados seguiram-se as disputas em torno da transformação da sociedade portuguesa.

A notícia da queda do regime foi saudada nas páginas do *Portugal Democrático* com as manchetes "A Liberdade em Portugal", "25 de Abril e 1 de maio datas históricas", "Forças

[89] Contavam-se entre esses oposicionistas, João Sarmento Pimentel e Paulo de Castro.
[90] Assassinatos como os de Eduardo Mondlane (da FRELIMO), em 1969; Amílcar Cabral (do PAIGC), em 1973 e outros, além de inúmeras tentativas frustradas, denunciadas nas páginas do jornal.

Armadas e Povo Confraternizam-se nas ruas" (*Portugal Democrático*, número 186, maio de 1974). Foram tomadas providências para o "saneamento" dos consulados e da embaixada.

Uma festa de despedida aos exilados políticos, para retornarem a sua Pátria e se "baterem pela Revolução", estava sendo preparada quando, durante a reunião realizada na casa de Vítor Ramos, este foi acometido por um aneurisma e veio a falecer em seguida, em 03 de maio de 1974. A festa, aguardada para o dia seguinte, tornou-se um ato na Universidade de São Paulo (USP) – a primeira manifestação política estudantil em alguns anos de ditadura no Brasil – que contou com amplo apoio dos estudantes e com uma platéia tão numerosa que teve de ser realizado ao ar livre, de maneira improvisada.

O número do *Portugal Democrático* de maio de 1974 teve como editorial um texto eufórico intitulado "O Renascimento de uma Nação", uma colaboração de Florestan Fernandes – "A Era da Esperança" e a reportagem do ato realizado na USP. A mensagem de despedida de Miguel Urbano Rodrigues, escolhido para falar em nome dos companheiros do *Portugal Democrático*, traçou uma trajetória da "luta anti-salazarista" no exílio.

Miguel Urbano Rodrigues iniciou sua fala com uma homenagem a Vítor Ramos, em nome "do pequeno grupo de combatentes antifascistas do 'Portugal Democrático', afirmando aqui que sempre vimos nele, pela sua firmeza, serenidade e talento, o símbolo das virtudes humanas e políticas daqueles que na diáspora portuguesa lutaram contra o fascismo e o colonialismo". A homenagem estendeu-se a outros companheiros, militantes, perdidos durante o exílio como Augusto Aragão, Adolfo Casais Monteiro, Manuel Rocheta e Castro Soromenho.

A mensagem destacou, ainda, a condição e o sentimento subjetivo de se estar exilado:

> O exílio é uma escola de paciência. Nenhum exilado pode manter viva a fé nos princípios que estão na origem do seu combate e sentir-se permanentemente identificado com a luta do seu povo, cumprir, numa palavra, o seu dever, se não souber vencer a amargura, o desalento, as humilhações e sobretudo a solidão que o distanciamento gera. Não me envergonho de vos confessar que para nos mantermos

> realistas tivemos, dialeticamente, de fazer concessões ao romantismo. Sonhamos durante anos com o fim do fascismo. Imaginávamos o povo nas ruas, festejando a derrocada da ditadura salazarista, colocávamos indagações, insondáveis, vislumbrando o amanhã posterior à longa noite do fascismo. Sabíamos que um dia chegaria um 25 de abril. E sabíamos que só unidos poderíamos, no Interior e na diáspora, combater com eficácia um inimigo que erigira as escolas de tortura em instrumento fundamental de defesa da ditadura mais científica e duradoura deste século.
> Soubemos esperar combatendo, e combatendo nos mantivemos unidos. Nunca perdemos a confiança no povo português ...

Após traçar as características gerais do regime e os motivos que os levaram a sair ou a serem expulsos de Portugal, detalhou algumas das atividades da oposição no exílio e sua "modesta" contribuição para a derrubada do regime. Avaliou que a atividade mais importante do núcleo foi a denúncia internacional do colonialismo: "durante muitos anos o tema foi tabu em Portugal".

> Foi a partir de São Paulo que se articulou um movimento dos núcleos da emigração democrática portuguesa em seis países americanos com o objetivo de, unitariamente, levar ao conhecimento da Comissão dos Direitos do Homem os crimes da máquina de repressão do Estado fascista português e de, interpretando a vontade do povo amordaçado de Portugal, exigir perante o Conselho de Segurança e a Assembléia Geral das Nações Unidas a paz em África, o regresso dos exércitos portugueses, a independência para Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Como democratas mantivemo-nos sempre fiéis ao principio de que nenhum povo é autenticamente livre enquanto em seu nome outros povos são subjugados pela força, aviltados pela dominação colonial.

Um outro tópico que abordou em seu discurso foi a constante acusação sofrida pela oposição no exílio de "traidores", ainda mais comuns quando do início do apoio ao "anticolonialismo", aos "desertores" e aos movimentos de libertação nacional. Destacou as perseguições que sofreram, a atuação dos consulados, os vistos negados ou "válidos apenas para Portugal" e completou com uma homenagem ao exército português, por sua aliança com o povo. Encerrou seu texto com uma advertência para "o perigo do otimismo ingênuo", frente aos desafios de transformação e reestruturação da sociedade portuguesa que agora se colocavam: "a contra ofensiva das forças políticas cujos interesses fundamentais se acham ameaçados só poderá ser contida se as forças políticas democráticas se conservarem unidas

contra os desafios e provocações, incluindo os de grupelhos irresponsáveis de ultra-esquerda"(*Portugal Democrático*, número 186, maio de 1974, pág.8).

Note-se que em seu discurso não fez menção ao regime ditatorial brasileiro. Fez elogios ao exército português, o que não deixava de ter um valor simbólico naquele contexto. Mas a importância do evento em si, por proporcionar a reunião de pessoas em torno de uma temática política, e pelo próprio depoimento de ações de "resistência" a um regime autoritário que acabara de ser derrubado, tinha um significado de comunhão com a luta dos brasileiros contra a sua ditadura. Nas linhas finais antecipou o que veio a ser a disputa política em torno dos avanços e limites da transformação da sociedade pós-25 de Abril. O Deops acompanhou minuciosamente o evento.

Após mais duas edições, o jornal passou a ser publicado com periodicidade semanal a partir de outubro de 1974, reproduzindo notícias do *Diário de Notícias*, como uma forma de dar cobertura dos acontecimentos em Portugal. Pela primeira vez foi distribuído por uma empresa, a *Chinaglia*, inserindo-se na rede de imprensa alternativa da oposição ao regime ditatorial brasileiro. Contudo, na avaliação dos seus editores, por estar cumprido o principal motivo para o qual apareceu, o *Portugal Democrático* encerrou sua publicação em abril de 1975, no número 205, cuja capa trouxe uma bandeira de Portugal, um cravo e a letra de "Grândola, Vila Morena". A edição foi comemorativa do primeiro ano da Revolução dos Cravos e, em uma das páginas daquele número, era anunciada a intenção de retomar sua publicação tempos depois, o que de fato não ocorreu. O motivo principal foram as pressões dos novos contingentes de imigrantes, partidários do antigo regime e recém chegados ao Brasil, junto ao CCC, para que se efetivasse o encerramento definitivo do jornal. Os patrocinadores e a gráfica que rodava o jornal foram ameaçados. Entre 1974 e 1975, parte significativa dos antigos exilados retornou ao seu país de origem para participarem das disputas, avanços e limites da Revolução.

A abertura do regime em Portugal teve grande repercussão no Brasil e na América Latina e, de certo modo, possibilitou o avanço nos debates sobre a abertura desses regimes autoritários. Em um caso particular, os acontecimentos do 25 de Abril viablizaram as primeiras manifestações públicas estudantis depois de anos de práticas repressivas. Muitos dos exilados que agora retornavam apoiaram ações, em Portugal, de combate à ditadura militar brasileira.

Os intelectuais e militantes que, durante o exílio, mantiveram um engajamento político-partidário, em geral, regressaram e vários deles chegaram a ocupar cargos políticos após o 25 de Abril. Este foi o caso, por exemplo, de Miguel Urbano Rodrigues e Álvaro Veiga de Oliveira, pelo PCP, e de Manuel Sertório, Tito de Morais, António Brotas e Victor da Cunha Rego, pelo Partido Socialista. Um expressivo contingente de militantes, em sua maioria comunistas, operários, técnicos ou estudantes, retornou a Portugal e engajou-se em mobilizações durante o processo revolucionário. Contudo, muitos acabaram por voltar a viver no Brasil, por terem constituído família, vínculos de parentesco e amizade, ou por motivos econômicos, de trabalho ou previdência. Outros, ainda, sequer tiveram condições financeiras de regressar a Portugal, embora desejassem. Quanto aos intelectuais e profissionais de atividades acadêmicas ou artísticas, a maior parte deixou o Brasil ainda antes do 25 de abril, em decorrência da ditadura militar, para exercerem seus ofícios em outros países e, em grande parte, não mais voltaram a viver em definitivo em Portugal como, por exemplo, Jorge de Sena. Casais Monteiro, Castro Soromenho, Henrique Galvão, entre outros, permaneceram no Brasil, mas faleceram antes do fim do Estado Novo. Entre os professores de matemática do Recife, Ruy Luis Gomes e José Morgado, ao retornarem, deram continuidade à atividade acadêmica em Portugal. Ruy Luis Gomes tornou-se Reitor da Universidade do Porto. Manuel Zaluar Nunes pôde retornar em 1965, por motivo de doença: veio a falecer dois anos depois.

Alfredo Pereira Gomes e António Brotas também puderam voltar a Portugal na fase marcelista. O artista plástico Fernando Lemos, entre outros, optou por radicar-se no Brasil.

5 SIGNIFICADOS DO EXÍLIO E DA PRESENÇA DE INTELECTUAIS PORTUGUESES NO BRASIL

Neste capítulo, os significados do exílio e da presença de intelectuais portugueses no Brasil serão discutidos a partir de alguns desdobramentos. Em um primeiro momento, na seção “Fronteiras da Condição Migrante”, a produção social de categorias auto-atribuídas ou atribuídas por terceiros, constitutivas de um vocabulário nativo, será contextualizada a partir de uma espécie de arqueologia conceitual e das relações e redes sociais constituídas no tempo. Averiguar como esses termos foram acionados, em configurações específicas, pode auxiliar-nos na compreensão de como se estabeleceram fronteiras simbólicas. Em seguida, o caso pesquisado neste trabalho será confrontado à produção teórica sobre o tema, com vistas a contribuir para o debate científico em torno da constituição de abordagens do exílio em sua dimensão coletiva. Ademais, pretende-se identificar as correlações e especificidades deste exílio no tocante às suas práticas sociais, com ênfase nas suas características históricas, estratégias e sentidos atribuídos ao trabalho intelectual e à militância. Mais adiante, o objetivo constitui-se na análise dos efeitos da presença de intelectuais portugueses no Brasil do século XX, a partir das regras internas aos campos onde atuaram. Além disto, com base na produção teórica sobre a contribuição de viajantes, cientistas estrangeiros e migrantes às produções de conhecimento local, pretende-se destacar a importância de se considerar o exílio como processo social de transferência cultural. Por fim, o capítulo trata ainda das disputas contemporâneas em torno da produção de tradições e memórias que remetem ao período do exílio, entre imigrantes portugueses no Brasil, bem como a celebrações e homenagens que referenciam o legado produzido pelos intelectuais portugueses exilados. Pretende-se com isto identificar como foram e são apropriadas e ressignificadas as práticas, o legado de militância e

a produção cultural dos personagens e organizações de exilados estudadas ao longo deste trabalho.

5.1 FRONTEIRAS DA CONDIÇÃO MIGRANTE

"Intelectuais portugueses", "exilados" ou "auto-exilados", de múltiplas formações e identidades profissionais – matemáticos, jornalistas, escritores, artistas –; "emigração política" "imigração econômica", "diáspora", entre outras categorias auto-atribuídas ou atribuídas por terceiros - ou empregadas como categorias acusatórias – resultaram de relações sociais que, necessariamente, precisam ser contextualizadas, de modo a se apreender os sentidos específicos que lhe atribuem os personagens, em meio à polissemia dos conceitos e a heterogeneidade dos grupos. Nas páginas que se seguem discutiremos sobre as fronteiras da condição migrante, através de um exercício de arqueologia conceitual, na busca dos sentidos empregados na Europa, a partir do século XIX, às categorias "exílio", "imigração", "emigração", dentre outras, de modo a iniciar uma reflexão acerca das suas variações e especificidades para o caso estudado. Em seguida, os sentidos específicos aos termos empregados serão analisados de maneira associada ao fluxo da experiência. De fato, as acepções originais de muitas das categorias nativas empregadas remontam a um contexto histórico-social europeu, tendo sido ressignificadas no Brasil.

A começar pelo "exílio". Trata-se de um fenômeno de longa data, já presente na antiguidade clássica[91]. Para a época moderna, basta mencionar o exílio dos protestantes

[91] Em Roma, o *exilium* – que quer dizer "desterro" - significou primeiro alienação voluntária da cidade, possibilidade oferecida aos cidadãos romanos de escapar à pena de morte antes que a sentença fosse pronunciada; logo passaria a significar toda forma de expulsão, temporária ou permanente. A Grécia antiga o utilizava como pena, especialmente nos casos de homicídio, e Atenas em particular praticou o ostracismo, quer dizer, a exclusão temporária da cidade, por razões políticas, contra cidadãos julgados perigosos para a ordem pública. A Bíblia é em muitos aspectos um relato sobre o exílio, seja o do povo judeu exilado na Babilônia ou no Egito ou, de maneira mais metafórica, o de Adão e Eva expulsos do paraíso terrestre, ou o do ser humano que, em seu exílio terrestre, aspira encontrar sua verdadeira pátria, a cidade celestial. Estes relatos míticos dão a entender que a experiência do exílio é constitutiva da natureza humana. A Idade Média também conheceu o

franceses depois da revogação do edito de Nantes ou os incontáveis exílios do século XX. Quanto ao século XX, como sublinha o historiador italiano Maurizio Degl'Innocenti, o exílio - definido como "alienação da pátria por razões políticas, raciais, religiosas, civis, de maneira imposta legal ou arbitrariamente pelo poder dominante, ou de modo voluntário para escapar a perseguições ou violências físicas ou psicológicas" - "constitui, por suas dimensões e sua importância social, um elemento que caracteriza a história contemporânea" (1992:8). Portanto, é necessário saber quais foram as características específicas de um fenômeno tão antigo em uma Europa do século XX.

De fato, qualquer reflexão sobre os exílios europeus no século XX implica numa interrogação preliminar sobre as palavras e os conceitos utilizados. "Exilado", "emigrado político", "refugiado", são freqüentemente empregados como equivalentes. Este uso não é completamente satisfatório e convém fazer algumas distinções. Pode-se observar, em primeiro lugar, que as palavras "refugiado" e "emigrado" nasceram ambas no contexto lingüístico francês para designar, em sua origem, uma realidade especificamente francesa. O primeiro serviu para nomear os protestantes expulsos da França depois da revogação do edito de Nantes em 1685 e que se instalaram em outros países europeus como Suíça, Prússia, Inglaterra ou os Países Baixos. A *Encyclopaedia Britannica* de 1796 observava que o termo "refugiado" havia sido "estendido desde então a todo indivíduo obrigado a abandonar seu país em períodos de distúrbios" (*apud* MARRUS, 1986: 16), mas de acordo com o historiador Michael Marrus "nada indica que este uso, comprovado em 1796, seja muito estendido". Para ele, "a ausência até o século XX (...) de um termo geral para designar os refugiados, é o sinal de que a consciência européia não os integra como uma categoria". Até os anos oitenta, "o século XIX se preocupa essencialmente pelos exilados, indivíduos expatriados por razões políticas" (*ibid*). Foi o êxodo de quase dois milhões e meio de judeus que fugiram do império

---

fenômeno do exílio que deixou sua marca, por exemplo, na *Divina Comédia* de Dante Alighieri, exilado de sua Florência. (Cf. QUEIROZ, 1998)

czarista e de outros países da Europa oriental entre a década de 1880 e 1914 que, de acordo com esse historiador, contribuiu para familiarizar os europeus com o fenômeno dos refugiados e teria propiciado assim a uma tomada de consciência acerca do mesmo.

No século, XIX o termo "refugiado", na medida em que deixou de designar exclusivamente aos protestantes franceses, aplicava-se essencialmente aos refugiados políticos que tinham que abandonar seu país por causa de suas opiniões ou atividades políticas (seja de orientação liberal, democrático-republicana ou socialista). Cada derrota dos movimentos liberais e revolucionários, cada insurreição sufocada, forçava a numerosos militantes destas causas a tomar o caminho do exílio. Paris, Londres, Genebra e Bruxelas foram as capitais desta emigração. Estes grupos de exilados foram formados principalmente por intelectuais, mas compreendiam também alguns artesãos e trabalhadores que se tornaram militantes políticos. Eles constituíram, em todo caso, uma elite política de dimensões relativamente modestas. Yves Lequin observa, por exemplo, que no total, na França da segunda a metade do século XIX, "os refugiados políticos nunca vão além de alguns milhares, que regressam aos seus países assim que possam fazê-lo, e os outros que se perdem no conjunto da população francesa" (1992: 393). A dimensão qualitativa limitada explica o fato de, até então, o problema dos refugiados políticos não ter sido pensado como problema internacional (salvo sob a forma de uma cooperação entre as polícias de diferentes países), de modo a exigir uma ação coordenada da comunidade internacional: cada Estado que recebia exilados (por exemplo a França que deu asilo aos vencidos da insurreição polonesa de 1831) estava em condições de enfrentar o problema com seus os próprios meios.

Já a partir da Primeira Guerra mundial, a noção de refugiado se impõe para designar um fenômeno que tinha se transformado definitivamente, por suas dimensões, em um problema internacional, posto que, a partir daquele momento, toda solução em nível nacional, como no século XIX, parecia impossível. A fundação da Liga das Nações, em 1919,

organismo criado na tentativa de se fazer evitar conflitos internacionais, ou mesmo mediar-lhos, assumiu também em parte a tarefa de se fazer acolher, por meio do passaporte Nansen, os refugiados ou apátridas gerados pelos rearranjos decorrentes da dissolução de impérios e reconfiguração do mapa das nações (ARENDT, 1989)[92]. Neste sentido, a noção de refugiado já não só se aplicava aos refugiados políticos propriamente ditos, mas também a diferentes formas de migração forçada que o século precedente não tinha conhecido. Com efeito, se o exilado geralmente é um refugiado (e mais particularmente um refugiado político) - é como refugiado que pode pretender a atribuição de um estatuto juridicamente reconhecido – nem todos os refugiados são exilados políticos. Em todo caso, a comunidade internacional fez um esforço maior para por ordem na questão dos refugiados e não na dos exilados políticos como tais; deste modo, existe um estatuto jurídico reconhecido do refugiado, desde pelo menos a Convenção de Genebra em 1951, mas não um estatuto do exilado político.

A palavra "emigrado" (*émigré*) designou, em sua origem, aos franceses partidários do Antigo Regime, que deixaram o país e procuraram asilo no estrangeiro durante a Revolução francesa (BOFFA, 1988): um exílio político composto principalmente pelos aristocratas e membros do clero cujo denominador comum era a hostilidade à Revolução. Como a palavra "refugiado" estava associada na França ao exílio protestante, os exilados contra-revolucionários, que se situavam na tradição católica, se chamaram, e foram chamados, "emigrados". Esta palavra foi utilizada a seguir no século XIX por outros grupos de exilados e adquiriu progressivamente uma significação mais ampla, até que acabou perdendo a conotação exclusivamente política que tinha tido inicialmente e designou, como precisa o Grande Dicionário Enciclopédico Larousse, a "toda a pessoa que deixou seu país por questões econômicas, políticas, etc., e que foi instalar-se em outro" (*apud* PONTY, 1996: 11).

[92] A entidade interrompeu suas reuniões em 1939, em decorrência da Segunda Guerra, tendo sido extinta em 1946. Em seu lugar surgiu, no ano seguinte, a ONU.

A palavra "emigrado" - e é preciso não esquecer que o exilado, para o país que recebe, é um imigrante - é mais recente: como escreve Patrick Weil, "é historicamente no momento em que a revolução industrial provoca uma imigração de massa que aparecem as palavras ‘ imigração’ e ‘imigrado’" (1995: 500). O século XIX marcou o início das migrações internacionais de massa, em particular transoceânicas. Em muitos países de recepção, uma emigração política, de dimensões restringidas, começou então a coexistir com uma imigração "econômica" que adquiria uma dimensão de massa. O caráter de massa dos movimentos migratórios se manteve, por vicissitudes múltiplas, ao longo do século XX: a novidade principal, com relação ao século precedente, era o extraordinário incremento das migrações forçadas, tanto de refugiados políticos propriamente ditos como de refugiados em geral. Em muitos casos a atitude com relação aos exílios políticos foi estritamente dependente da política de imigração posta em marcha em cada país.

Estas precisões a propósito dos termos empregados não são uma simples preocupação filológica. As palavras, como os conceitos aos quais remetem, correspondem a realidades diferentes que sempre deveriam ser situadas em seu contexto histórico. Deste modo, por exemplo, se é verdade que "emigração" e "imigração" não são no fundo mais que duas maneiras diferentes de definir o mesmo fenômeno - a migração - vista a partir da perspectiva do país que se deixa ou a partir do país de recepção; devemos reconhecer, contudo, que o primeiro termo conserva, quando auto-atribuído, uma conotação particular que implica não só uma procedência geográfica, mas também a existência e a manutenção de certos vínculos, mais ou menos fortes, com o país de origem. Assim, no caso dos refugiados políticos, prefere-se geralmente falar, inclusive no país de recepção, de "emigração" ou “exílio”, mais do que de "imigração", com o propósito de se ter em conta a especificidade do fenômeno. A um nível mais subjetivo, é o estrangeiro que mora em um país que não é o seu ou que não é aquele para o qual tornará, considerando-se muitas vezes um "emigrado" mais que um "imigrado". No

caso dos exilados políticos, com mais razão, é indispensável ter em conta esta dimensão subjetiva. O exílio não é só uma situação objetiva, mas também uma experiência que cada exilado vive de um modo individual, em função de sua subjetividade. Assim, os intelectuais portugueses que se radicaram em Recife e São Paulo geralmente se autodenominavam "exilados", embora muitos não tivessem sequer o estatuto de refugiado, o que incluiu, em alguns casos e em certas ocasiões específicas, a possibilidade de retornar ao país de origem, com maiores ou menores dificuldades. Neste sentido, por exemplo, o emprego da categoria "exilado" denotou ora a contingência de se estar efetivamente em exílio por motivos de ordem política, ora por não encontrar condições de realização humana ou profissional em seu país de origem. Isto teve conseqüências no modo diferenciado de se vivenciar a experiência de exílio e nas perspectivas de retorno, mesmo após o fim do regime, momento em que alguns optam pelo regresso e outros pelo estrangeiro.

Se o fenômeno dos refugiados adquiriu na Europa um caráter de massa sobretudo a partir da Primeira Guerra mundial, como conseqüência direta das mudanças políticas e territoriais que esta provocou, o problema dos refugiados mudou, desde então, de natureza: já não se restringia exclusiva ou principalmente aos grupos restritos de exilados políticos, como no século precedente, mas, a partir daquele momento, a populações inteiras. As guerras (mundiais, locais, civis) e a instauração de regimes totalitários ou de outros tipos de ditaduras, foram as causas principais dos fluxos de refugiados. Sublinhemos uma evidência: foram os regimes autoritários e ditatoriais os que produziram refugiados e exilados políticos, enquanto os regimes democráticos serviram mais como lugares de recepção. Sob esta perspectiva, a partir da Revolução Francesa, a história dos exílios na Europa está estreitamente ligada à história da construção, das transformações e das crises da democracia. O problema da democracia está também estreitamente associado ao do espaço político com o qual podem contar os exilados que pretendem seguir uma atividade militante no país receptor. Qualquer

regime político exerce um controle sobre a atividade dos exilados que recebe em seu território, mas as margens de liberdade de que dispõem estes últimos podem variar consideravelmente; de um modo geral, essas são mais amplas no regimes democráticos. Mas é necessário sublinhar com ênfase que o fenômeno dos refugiados do século XX é também, principalmente, a conseqüência do triunfo e da generalização do Estado-nação como modelo dominante de organização política. A Primeira Guerra mundial e suas conseqüências, em particular a desintegração dos impérios (austro-húngaro, otomano, czarista), deram um impulso forte a este processo. Imediatamente após o conflito as fronteiras européias foram amplamente redesenhadas e muitos Estados novos (Polônia, Tchecoslováquia, Iugoslávia, Lituânia, Letônia, Estônia) apareceram. Todos estes Estados incluíam minorias étnicas, que muitas vezes foram designadas como inimigas ou consideradas como indesejáveis pelos representantes da etnia majoritária. Os refugiados são, pois, em grande medida, os esquecidos da nova ordem internacional que resultou da guerra de 1914-1918 e do fim dos impérios. A questão dos refugiados e dos exilados políticos aparece, ainda, indissociável à das políticas de imigração aplicadas por países diferentes.

Na Europa do século XX, o simples fato de pertencer a um certo grupo étnico, a uma minoria, a uma comunidade discriminada e perseguida, poderia ser o bastante para transformar em refugiado inclusive uma pessoa inteiramente alheia à política, enquanto que em séculos precedentes os refugiados eram geralmente as pessoas engajadas ativamente. Em relação ao conjunto dos refugiados, os refugiados políticos propriamente ditos constituíram desde aquele momento uma minoria, embora seu número tivesse aumentado fortemente. Do grande contingente de refugiados ou emigrados do salazarismo, por exemplo, somente uma pequena parte era de opositores declarados; a grande maioria era composta por aquela imigração denominada de “econômica”. De modo paralelo, a maioria dos refugiados judeus do Terceiro Reich foi perseguida enquanto judeus, quer dizer, pelo que eram, e não pelo que

pensavam ou por que haviam feito no plano político. Este exemplo nos força a nos interrogar sobre a noção de refugiado político e sobre seu conteúdo exato. Há que se considerar como refugiados políticos a esses judeus emigrados que deixaram a Alemanha de Hitler ou a Áustria anexada? A resposta depende, evidentemente, daquilo que se considere como político. Em um sentido amplo, trata-se incontestavelmente de refugiados políticos, posto que são causas políticas - especialmente a perseguição organizada pelo regime nazista – as causas que os forçaram a partir. Por outro lado, dado que a maioria deles não tinha tido qualquer atividade no campo da oposição, política ou cultural, prévia, e não aspirava comprometer-se politicamente, não podemos assemelhar-los a refugiados políticos *stricto sensu*, como os militantes sociais democráticos, socialistas ou comunistas, cuja atividade tinha sido a política e que tiveram de exilar-se precisamente por esta razão. A noção de refugiado político pode então ser definida de maneira mais ou menos ampla ou mais ou menos estreita, em função do que se considera como especificamente político. A distinção entre os refugiados políticos *stricto sensu*, ou "exilados", e os demais é importante porque, muitas vezes, a práxis desses dois grupos difere consideravelmente. Os militantes políticos exilados caracterizam-se em geral por um vínculo muito forte com o país de origem, para qual continuam olhando, e por uma vontade de continuar uma atividade política contra o regime responsável por seu exílio: emigrados involuntários que aspiram ao retorno, e, se mantêm uma atividade engajada no país de recepção, é precisamente com o objetivo de mudar a situação política no país de origem com o propósito de poder regressar. Esta atitude não favorece uma integração definitiva no país de recepção. No caso de Portugal, os emigrados políticos regressaram, em geral, ao seu país ao final do regime em 1974. Pelo contrário, a maioria dos demais imigrantes se estabeleceu definitivamente no país de recepção: para eles, a emigração se tornou um ato de separação, em alguns casos uma ruptura definitiva com a pátria de origem. Se compararmos com o caso de judeus alemães nos Estados Unidos, estudado por Coser (1984), de fato, uma

minoria de artistas, escritores e universitários emigrados durante o Terceiro Reich regressou ao país depois de 1945, sobretudo aqueles que eram especialistas não engajados, no estrangeiro, em atividades políticas ou culturais voltadas a pôr termo ao regime vigente na Alemanha nazista.

Os "intelectuais portugueses" – como se autodenominavam ou eram assim chamados e reconhecidos por "intelectuais brasileiros" - que se exilaram no Brasil durante a vigência da ditadura e do Estado Novo em Portugal, atuaram neste país em múltiplos campos sociais, da política e da cultura. Ao desembarcarem, traziam consigo representações sobre a sociedade receptora, uma bagagem cultural e política constitutiva de uma massa crítica, além de sentidos específicos sobre a atividade intelectual e política, expressos através de termos como "responsabilidade", "missão", "tarefa", "compromisso", entre outros, engendrados em um contexto europeu e português, de tal maneira que, subjacente à concepção de "intelectual" apoiavam-se nos sentidos das práticas dos personagens e dos grupos sociais aos quais estavam afiliados. Quadros cujas atividades mentais estavam voltadas para o auxílio de grupos sociais em suas "tarefas" de intervenção cultural e política, ou indivíduos que reivindicavam para si relativos graus de autonomia – ou autonomia plena – depararam-se com o desafio de manterem suas atividades culturais e políticas – a par da própria sobrevivência econômica – em um país que não era o seu e para o qual, *a priori*, não havia desejado ter migrado. Portanto, o desafio desdobrava-se em duas perspectivas: a de conseguir uma inserção social na sociedade receptora e, paralelamente, manter os vínculos com a sociedade de origem. Este *duplo* talvez seja uma das maiores especificidades da condição do exílio no quadro de uma perspectiva comparativa das diferentes perspectivas da condição migrante. Tal característica independe do fato de o personagem ser ou não ser intelectual, isto é, estar voltado, em uma divisão social do trabalho, para a atividade mental. Muitos militantes, em seu engajamento diário, realizavam "tarefas" nas quais se afirmava, de maneira continuada, aquele *duplo* a que

nos referimos, uma vez que o trabalho cotidiano na sociedade receptora não perdia de vista os vínculos com a sociedade de origem, mantidos através de um pertinaz engajamento. Esta percepção esteve presente, por exemplo, entre os que faziam o jornal *Portugal Democrático*, através do emprego do termo "notáveis" àqueles que, além de militantes, eram socialmente reconhecidos como "intelectuais", tanto por serem mentores da intervenção cultural e política, quanto por dominarem um saber de iniciados, eruditos.

Mas a produção social de categorias auto-atribuídas ou atribuídas por terceiros, no Brasil, precisa também ser contextualizada a partir de uma história secular de relações sociais entre Brasil e Portugal, marcada pela múltipla presença portuguesa no Brasil, de colonizador a imigrante, "imigração econômica" e "imigração política", e que tornam tênues e tensas as fronteiras simbólicas constitutivas da situação social do imigrante português no Brasil. As imagens do português, na sociedade brasileira, estavam mais associadas à colonização, processo ao qual se atribuía, no senso comum, a origem das mazelas do país ou, senão, à figura do "imigrante econômico", de origem rural e baixa escolaridade, mas que trazia consigo o *ethos* do trabalho (RIBEIRO, 1990). Além disto, a significativa adesão ao regime, fruto das redes de controle e propaganda, difundidas junto aos imigrantes, fizeram com que os "imigrantes políticos" se afirmassem como tais, a fim de se demarcarem no campo da oposição. De fato, ao invés de "colônia" preferiram o termo "diáspora"[93], assim como "exilados" ou "e(i)migrantes políticos" ao invés de "imigrantes" ou imigração econômica", termo com o qual designavam os demais, embora se afirmasse, muitas vezes, que o mesmo regime que produziu a evasão das "massas trabalhadoras" em busca de emprego, conduziu-os ao exílio. Por sua vez, o discurso oficial do Estado, junto à colônia, empregou categorias acusatórias aos opositores, como "traidores", "anti-patriotas" ou "desertores" - ao início da "Guerra Colonial". O Estado brasileiro, sobretudo durante a vigência do Estado Novo, tendeu

a encarar os fluxos de imigrantes como indesejáveis, por representarem uma "ameaça" ou "perigo" à economia e à identidade nacional. Mais tarde, em anos de Guerra Fria e ditadura militar, o "perigo" eram os comunistas.

Mas as imagens do português associadas à pouca instrução, tema constante no anedotário popular, transpassava diversos meios sociais no Brasil, a ponto de provocar o estranhamento, mesmo em campos sociais da cultura, de se ter a figura do português associada à do "intelectual". Por outro lado, a presença do "intelectual português" poderia ser cercada de desconfianças quanto a uma eventual postura de "colonizador", produto de séculos de saber-poder colonial. Em contrapartida, muitos dos personagens confessaram, em memórias, depoimentos ou correspondência epistolar, terem sido mal interpretados em certas situações e do cuidado que procuravam manter, em suas colocações, de modo a não se portarem – ou serem considerados - "colonizadores". Entre outros, o depoimento de Fernando Lemos deixa explícita esta preocupação:

> ... já tinha uma noção de que não devia manifestar-me de maneira nenhuma como um colonizador. Eu que várias vezes tive cargos de uma certa importância, fui diretor do Centro Cultural, e outros...outras secretarias de cultura onde eu trabalhei com gente e tudo, muitas vezes eu cheguei a pensar: "É engraçado, Seu Fernando Lemos, cuidado! Porque essa coisa de você estar fazendo tudo e os outros não sabem fazer, estão te aproveitando. Você ensina, você tem uma experiência, tudo bem, mas você está sendo um colonizador!". Então eu tive que tomar cuidado para que isso não se transformasse numa coisa, assim, de senhor e escravo, 'Estou ensinando o escravo porque esses coitados não sabem fazer as coisas'. Muitas vezes eu quase que tinha razão, porque as pessoas estavam tão despreparadas para fazer as coisas que havia pequena experiência profissional e foi mão na roda prá eles! Ajudei gente a se formar, a se fazer coisa... Mas eu tive um pouco esse complexo.

O próprio modo de encarar a atividade intelectual, através do emprego de termos como "missão" ou "tarefa", cujos sentidos específicos remontam ao contexto português, e à oposição às manifestações oficiais no campo da cultura, poderiam ser encarados, no contexto brasileiro, não como "dever" ou "responsabilidade" do intelectual frente às questões do seu

---

[93] O emprego do termo "colônia" ficou associado ao salazarismo. Após a entrada de Portugal na União Européia, e a imaginação da nação em termos de população, ao invés de território, o Estado-nação português passou a

tempo, mas no sentido de "missão cultural" de cunho colonial, uma vez que este termo foi empregado por jesuítas, viajantes, missionários, e não apenas no Brasil ou, senão, "missões" científicas ou artísticas, como a italiana e a francesa, com finalidade de implantação e formação de quadros em certas áreas de saber, no Brasil.

A partir das interações dos personagens em campos sociais da política e da cultura e frente aos imaginários de nação e políticas migratórias dos Estados brasileiro e português, constituíram-se múltiplas fronteiras no que concerne às negociações em torno da condição migrante, expressas através das categorias acima exploradas. Contudo, distinções internas aos núcleos de exilados serviram para enfatizar diferenças no tocante a trajetórias pessoais, tal como no emprego dos termos "exílio intelectual" e "exílio político", para identificar e reforçar diferenças entre motivações de ordem política *stricto sensu*, isto é, em atividades políticas ligadas a partidos ou organizações políticas, e motivações de outra ordem, éticas ou profissionais. Ou, senão, ao caráter involuntário ou voluntário do exílio, com diferenciações outras entre "partida" e "fuga", bem como às maiores ou menores expectativas de retorno ou vínculos com o país de origem. Em situações específicas, quando da discussão em torno dos sentidos da atividade intelectual, e se esta deveria estar ou não submetida aos propósitos de correntes político-ideológicas, os termos e as distinções acima descritos foram empregados como categorias acusatórias. Neste sentido, considerações como as de Miguel Urbano Rodrigues, de que os "notáveis", como Jorge de Sena, Adolfo Casais Monteiro ou o "capitão" Sarmento Pimentel, eram "éticos, mas não verdadeiramente revolucionários" (depoimento), trazem à tona as diferenciações acerca do trabalho intelectual existentes entre comunistas e aqueles que reivindicavam a autonomia frente a correntes ideológicas ou partidárias específicas.

---

empregar os termos "comunidade" ou "portugueses espalhados pelo mundo" para se referir aos emigrantes.

O fato de terem permanecido alguns anos no Brasil, a longevidade do exílio ou a aquisição da dupla cidadania, fez com que muitos se identificassem, por suas trajetórias, como "luso-brasileiros" ou "expatriados" como, por exemplo, prefere se designar Fernando Lemos. Em contrapartida, outros preferiram jamais solicitar a cidadania brasileira e se apresentavam como "português", de modo a enfatizar a diferença, como uma crítica ao híbrido, com o intuito de enfrentarem as discriminações sofridas pelo português na sociedade brasileira e de irem contra ao que afirmavam ser a principal estratégia de inserção do português na sociedade brasileira: a da "invisibilidade" ou "apagamento" da diferença, dos sinais diacríticos. Por fim, outro limite esteve expresso por aqueles que expressavam o sentimento de não mais pertencer a lugar algum, "diáspora" ou "estrangeiro definitivo", esta última, expressão que dá título ao último trabalho poético de Adolfo Casais Monteiro.

É no mínimo interessante observar como esses termos têm sido continuamente empregados e ressignificados, no presente, em estudos sobre as trajetórias pessoais dos intelectuais e demais militantes portugueses exilados no Brasil, bem como têm sido empregados por setores dos imigrantes portugueses que têm o seu passado ligado à "resistência" ao Estado Novo, como um modo de se demarcarem frente a outras trajetórias migrantes[94].

5.2. ESPECIFICIDADES E CORRELAÇÕES DESTE EXÍLIO

Análises de exílios de intelectuais, nas ciências sociais, geralmente tenderam a focalizar biografias e trajetórias pessoais e as contribuições de personagens específicos para distintos campos de conhecimento na sociedade receptora. Por sua vez, os estudos sobre as organizações de exilados, ao focalizarem redes e articulações com outros núcleos de

[94] A este respeito, conferir seção 5.4.

emigrantes e com a sociedade receptora, tenderam a concentrar maior atenção às atividades de militância política *stricto sensu*. Ao partirem de uma perspectiva histórica, tais estudos representaram uma ruptura com modelos de abordagem do fenômeno cuja ênfase recaia sobre os aspectos subjetivos do exílio. De acordo com Shain (1989), os estudos teóricos sobre exílio geralmente oferecem perspectivas de análise que refletem suas próprias disciplinas. A produção sociológica teria reduzido o exílio político a um caso de desvio social; a produção advinda da psicologia social tratou o exilado político como uma variante do refugiado; e a literatura do direito, sem uma definição clara sobre os exílios políticos, teria se concentrado na solução de problemas técnicos e práticos. Deste modo, tais estudos enfocaram: 1) as experiências psicológicas e sociais de exilados antes da partida de sua terra de origem; 2) as causas, motivações e significados das partidas e 3) o ajustamento ou assimilação de exilados ao país de recepção. O argumento de Shain é o de que essas três abordagens tradicionais reforçam um *status quo* político e "são falhos em reconhecer um tipo específico de exilados: aqueles que se engajam em atividades políticas destinadas a acabar com seu próprio exílio, que buscam a vitória sobre seus oponentes, assim como reverter ou mudar a história" (*op.cit.*: 8). No entanto, se aplicarmos estes argumentos ao próprio trabalho de Shain veremos que sua perspectiva de análise reflete os interesses de sua disciplina, ou de uma certa Ciência Política, na medida em que restringe o que é "político" ao engajamento em atividades de militância *stricto sensu*. Esta restrição não é suficiente para o nosso caso - e talvez para muitos outros -, onde, para além de uma cultura política, é possível identificar-se empiricamente um nexo constitutivo entre práticas sociais a princípio tão distintas quanto o ativismo político e a atividade cultural, aqui considerada em vários sentidos (estética, ciência, docência). Se, na perspectiva de análise adotada neste trabalho, considerou-se como exilado aquele emigrante que se engajou em atividades políticas, a ruptura com o trabalho de Shain se dá na medida em que aquele negligenciaria, por sua restrição do que é "político", as produções culturais e

projetos desenvolvidos por intelectuais portugueses exilados no Brasil com o intuito de, inclusive, mas não apenas, questionarem os preceitos de um regime que, entre outros aspectos, produziu as causas que os conduziram ao exílio.

Ademais, a perspectiva de análise de Shain tende a considerar apenas marginalmente o fato de muitos dos *projetos* e posicionamentos políticos terem sido engendrados antes da partida para o exílio. Por adotarmos um enfoque processual, a *formação*, cultural e política, dos personagens, desde antes do exílio no Brasil foi aqui considerada, não com o intuito de se averiguar se há alguma relação entre os motivos da partida e a condição ou não de exilado, mas sim pelo fato de que é possível, muitas vezes, identificar que a propensão para se tornar um exilado político encontra referência nos motivos anteriores à partida. Em oposição a Shain, não pensamos que "isto é uma outra história", mas sim um desdobramento de um mesmo processo histórico. Aquele autor, ao optar por identificar os elementos do discurso e estratégias de exilados políticos tão somente no país de asilo, deixou de enfatizar a fase de *formação* e o processo de transferência cultural, uma vez que *projetos*, discursos, estratégias e sentidos de determinadas práticas teriam sido engendrados originalmente em um contexto europeu e, sobretudo, os elementos de distinção e filiação cultural e política no campo da oposição. É verdade que, em alguns casos, pode-se argumentar que é possível identificar o início de um engajamento em atividades de oposição a partir do exílio – e por conta disto é que concordamos com a ênfase que dá ao ativismo no estrangeiro -, mas isto não significa deixar de lado todo um processo de filiação ao campo da oposição que pode se iniciar, em muitos casos, antes da partida.

Por sua vez, o fato de cientistas sociais focarem a identificação de causas e motivações para a partida como principal critério na identificação de grupos de exilados geralmente os conduz à distinção entre emigrantes voluntários ou involuntários. Mas, perguntamo-nos: será possível distinguir claramente entre motivos pessoais e causas externas? Diversos autores (cf,

por exemplo, PETERSEN, 1958; HANSEN & OLIVER-SMITH, 1982) tentaram suplantar esta complexidade ao proporem distinções entre imigrantes com uma motivação original positiva para morar fora (geralmente vista como econômica) e emigrantes cujo único recurso, por sofrerem uma mudança crítica em suas vidas, seria morar em outro país. No entanto, como observam Hansen & Oliver-Smith, neste caso as motivações para a mudança podem variar "de desastres naturais a perseguições políticas" (*op.cit.*: 1). Especialistas têm também apontado níveis de urgência para a saída de emigrantes, por terem sido impelidos ou forçados ou mesmo a distinção entre fuga e partida, na medida em que são mais ou menos limitados no poder de decidir se querem ou não deixar sua terra de origem. Esta definição talvez não alcance a precisão almejada na maioria dos casos empíricos. De fato, concordamos com Kunz (1973), que sugere que tal *status* seja determinado por um exame das histórias pessoais. Em alguns casos este esforço analítico pode conduzir a interpretações sugestivas. Um bom exemplo desse tipo de refugiados, impelidos, seriam os professores que deixaram Cuba após a Revolução de 1959. Frente ao novo regime cubano, esses professores "encontraram-se confrontados com a necessidade de mudar radicalmente as atitudes, valores e abordagens de sua profissão, ou participarem do sistema escolar e da sociedade mais ampla da qual eram parte" (PROVENZO & GARCIA, 1983). Talvez possamos considerar como impelidos a deixarem Portugal os cientistas que sofreram expurgos das universidades, como foi o caso dos matemáticos[95], ou de escritores que tinham de escrever sob pseudônimos, como no caso de Adolfo Casais Monteiro. Oficialmente não foram expulsos do país e, em casos como o de Maria Isabel do Aboim Inglêz, diversos mecanismos foram acionados para que, ao contrário, fosse impedida a sua saída do país. Emigrantes forçados, por outro lado, defrontar-se-iam com a escolha imediata entre emigração e uma ameaça à sua existência (ou pelo menos, constrangimentos para sua partida). Na terminologia de Stein (1981), esses emigrados

[95] Com exceção de Ruy Luiz Gomes e José Morgado que, além de terem sido "afastados" em decorrência dos expurgos nas universidades, encontravam-se presos e tiveram de preparar sua fuga do país.

resultam de uma "expulsão incontornável". Guerras, revolução interna, guerra civil, perseguição, expulsão, e ainda uma severa opressão instituída por um novo regime ou novas políticas de um regime antigo, podem criar essas ondas de expulsão. Embora esses emigrantes sejam aqueles que usualmente são chamados de "refugiados", "refugiados políticos" ou "exilados", é difícil afirmar que não são "incontornáveis" algumas das razões que levam alguém a partir para o exílio. Jorge de Sena, por exemplo, deixou Portugal por temer represálias políticas decorrentes de seu apoio a Humberto Delgado, em 1958. Além disto, seu posicionamento ético a favor da liberdade, o desejo de se dedicar a uma carreira no campo das letras e uma família numerosa o impediam de permanecer em Portugal. Contudo, não foram cassados seus direitos políticos nem profissionais, de modo que poderia exercer regularmente a profissão de engenheiro, como fazia. Mas, será que podemos afirmar que nesse caso, como no de tantos outros, a partida para o estrangeiro não era de fato "incontornável"?

A literatura sociológica, por sua vez, também atribui diferentes graus de assimilação e ajustamento ao país de recepção do exilado. Lewis Coser (1984), por exemplo, distingue entre refugiados que pretendem se estabelecer permanentemente em seu novo país, e exilados que consideram seus exílios como temporários e vivem no exterior na expectativa do dia em que poderão retornar. Pelo fato desta definição referir-se à intenção, aponta tanto para sinais objetivos e subjetivos na concordância da assimilação. Coser procura por esforços no rápido estabelecimento de novas relações em seu novo ambiente, as chamadas "redes" de refugiados. Mas sequer a assimilação é algo inteiramente de livre escolha. Oportunidades pessoais, a receptividade da sociedade e as políticas do país de acolhida são elementos essenciais no ajustamento dos refugiados e ainda em seu *status*. Também a política de acolhimento do governo para com os imigrantes poder ser decisiva para o *status* do refugiado. Políticas de acolhimento podem levar a atitudes favoráveis à assimilação e à mudança da auto-percepção

negativa do exílio. Uma política anti-refugiado, por sua vez, perpetua o *status* do refugiado como um *outsider*.

Outros cientistas sociais estabeleceram distinções entre refugiados e exilados com base em critérios emocionais, atitudinais ou de ordem psicológica. Eles se concentraram no grau de vínculo dos refugiados com sua terra de origem ou o fato de considerarem quem vivem fora mais tempo do que o esperado. Para Lewis J. Edinger "o que distingue um exilado de qualquer outro refugiado... é, antes de tudo, um estado de espírito... o exilado não busca uma nova vida e uma nova casa em uma terra estrangeira. Ele considera sua estadia fora como estritamente temporária e não vai e nem pode se assimilar em uma nova sociedade" (*apud* SHAIN, *op.cit.*: 10). Neste sentido, um exilado "político" para Edinger é tão somente aquele cujas motivações para a partida são políticas e/ou sociais; o "exílio" refere-se simplesmente a um *status* psicológico do refugiado no país que o acolheu. Os primeiros meses do exílio de João Sarmento Pimentel no Brasil se enquadram bem neste caso, quando sequer procurou por um emprego. No entanto, a permanência deste sentimento pode variar de caso para caso. Se na perspectiva de Edinger, João Sarmento Pimentel seria um exilado, para Kunz (*op.cit.*), um "exilado" é um refugiado para quem "as portas estão fechadas". Neste caso, há que se considerar o fato de o regime português, por sua longevidade e desdobramentos decorrentes de conjunturas políticas específicas, ter concedido anistias ou julgamentos favoráveis a pedidos de retorno temporário ou definitivo ao país sem represálias. Nesta outra perspectiva, João Sarmento Pimentel, por ter sido autorizado a retornar ao país, por seis meses em 1950 e em definido em meados dos anos 1960, não seria mais um exilado, apesar de nas duas ocasiões ter mantido sua residência no Brasil e o engajamento em atividades da oposição. Manuel Zaluar Nunes, António Brotas, Fidelino de Figueiredo, Jorge de Sena, entre outros, também receberam esta autorização. Mas, em um regime de arbitrariedades, a concessão de anistias ou autorizações de retorno sem represálias nem sempre foi seguida à risca, como nos

casos de Mário Soares, que teve de partir para um segundo exílio, ou de Jaime Cortesão, preso meses após o seu retorno do exílio no Brasil, em 1957. Muitos dos opositores, especialmente comunistas ou políticos com filiação clara no campo da oposição temiam pelo que poderia acontecer se levassem a sério as autorizações de retorno. Mesmo sob autorização, essas pessoas consideravam que, efetivamente, as portas lhes estariam fechadas. Para Kunz (*op.cit.*), a transição de "refugiado temporário" para "exilado" ocorre quando o refugiado chega a um estado de espírito no qual se enxerga como "desterrado" ou "a meio caminho de lugar algum" e todavia ali permanece. Este sentimento encontra-se presente em praticamente todos os registros pessoais sobre a memória do exílio português – e não apenas no Brasil, acerca do qual Miguel Urbano Rodrigues fez menção em seu discurso de despedida dos exilados. De fato, podemos nos perguntar sobre a freqüência deste tipo de sentimento, mas será possível estabelecer alguma medida para isto?

Edward Said (1984), por sua vez, estabelece uma distinção entre exilados, refugiados, expatriados e *emigrés*. Refugiados, diz ele, são uma criação do século XX. A palavra refugiado se tornou política, para designar pessoas que requerem assistência internacional urgente. Expatriados, por outro lado, vivem voluntariamente no estrangeiro, geralmente por razões que lhe são próprias. *Emigrés* desfrutam "um status ambíguo". Tecnicamente, um emigrado é qualquer um que emigra para um novo país. Mas aqui há uma possibilidade de escolha. *Emigrés* não foram banidos e podem sempre retornar, mas permanecem com um sentimento de exílio. Exilados, na classificação de Said, são aqueles forçados a deixarem seus lares, terra e raízes, têm um corte com seu passado. Eles se encontram "em um descontínuo estado de ser, carregando... um toque de solidão e espiritualidade" (*op.cit.*:19). Para Peter Rose tanto refugiados quanto exilados são "retirantes relutantes forçados a fugir, diante de um fato considerado inaceitável, vêm-se forçados a estarem à parte" (*apud* SHAIN, *op.cit.*:19). Eles devem conviver com a realidade de que talvez nunca possa vir a ser possível o retorno.

Apesar de instigantes, as perspectivas de análise acima apontadas são pouco operativas quando confrontadas com dados empíricos. Isto vale tanto para as razões da partida quanto para a permanência no estrangeiro. Neste sentido, a distinção entre exilados como desviante, de uma perspectiva sociológica, ou em suas variantes psicológicas têm sido pouco claras ou imprecisas. Qual é o estado de espírito do exilado? Torna-se difícil dizer sem examinar os laços emocionais dos exilados e grau de relação com o país de origem. Uma análise desse tipo inclui tantas variáveis e requer inúmeras respostas a múltiplas questões. Por exemplo, para se distinguir níveis de inclinação para a assimilação ou não assimilação, alguém teria de configurar uma prévia distinção entre o que Herbert Kelman (1986) chama de "vínculo sentimental" e "vínculo instrumental" com o país de origem e/ou de recepção. Nesta acepção, os vínculos sentimentais refletem uma integração cultural e identidade nacional, e vínculo instrumental refere-se à integração econômica e social. Da mesma maneira, a linguagem simbólica usada por cientistas sociais para designar quem é um exilado leva a imprecisões. Ademais, a definição de exilados varia conforme sua disposição no país de acolhida. Circunstâncias várias constantemente alteram os vínculos do exilado para com sua terra natal e a nova sociedade, e determinam a mobilidade da auto-atribuição para exilado ou emigrante e vice-versa.

Assim, preferimos definir expatriados, refugiados ou emigrados como "exilados políticos" se eles se engajam em atividades políticas e culturais dirigidas contra as políticas de seu país de origem, contra o regime de seu país propriamente dito, ou contra o sistema político como um todo, de modo a constituir circunstâncias favoráveis ao seu retorno. Podemos sim admitir a possibilidade de levar em conta o *status* político do emigrado como refugiado, expatriado ou exilado, relativamente ao fato deste ter ou não ter a autorização para retornar do estrangeiro, sobretudo nos casos em que tal condição se encontra regulamentada em estatuto ou quando se torna público o fato de que o retorno daquele constitui para si uma

iminente ameaça. Mas, mesmo nesses casos, como discutido mais acima, a arbitrariedade de regimes autoritários – e talvez não apenas nesses regimes – pode vir a justificar eventuais temores quanto ao retorno, mesmo para aqueles que obtêm autorização para tanto. Um exemplo, dentre outros, é o do artista plástico Fernando Lemos. A rigor nunca foi expulso de Portugal, de modo que foi a sua incompatibilidade com o regime de Salazar que o levou ao exílio. A princípio, Fernando Lemos pode ser classificado como um "expatriado". Mas o seu engajamento nas atividades políticas contra a ditadura em Portugal justificaria, entre outros aspectos, algum receio relativamente ao retorno àquele país.

Diante da perspectiva de análise acima delineada, interessa-nos identificar, nas páginas seguintes, os elementos relativos à prática social desenvolvida pelas organizações de exilados constituídas no estrangeiro, sem deixar de correlacionar tais práticas com sentidos e posicionamentos eventualmente engendrados antes do exílio. A opção por uma ênfase nas organizações, ao invés de iniciativas pessoais, relaciona-se a uma abordagem do fenômeno do exílio que privilegia a sua dimensão coletiva. A práxis de exilados portugueses, a partir das organizações que constituíram no exílio, será em alguma medida comparada à de outros exílios. É importante destacar que serão comparadas, sobretudo, aquelas "organizações que lutam de fora para a derrubada de um regime do seu país de origem" (SHAIN, *op.cit.*: 17), mas sem deixarmos de lado as eventuais relações travadas com os outros dois tipos de organizações de exilados identificados por Shain, quais sejam, aquelas que organizam práticas políticas de fora, em prol de um território nacional e para a conquista de *status* político como independente em uma ordem internacional de estados soberanos; e as organizações que lutam de fora das fronteiras do seu país contra um conquistador estrangeiro de modo a restabelecer a independência do território perdido em uma guerra. Ademais, em consonância com a opção analítica assumida, serão examinadas, em conjunto, as práticas de intervenção cultural e política com o intuito de se opor ou demarcar distinções frente ao regime vigente em seu país

de origem. Dentre os elementos relativos ao exame comparativo destacaremos as características históricas comuns às organizações estudadas; as estratégias de mobilização através das relações internas e externas às organizações.

Comecemos pelos primeiros exilados do regime: os republicanos. O período de 1910 a 1926 em Portugal foi marcado por disputas entre vertentes políticas heterogêneas, afinadas com pensamentos políticos autoritários ou democráticos e com projetos de sociedade e nação distintos. A oposição de monarquistas e a emergência de movimentos e regimes políticos autoritários, em uma Europa de entre guerras, aliado às disputas internas entre republicanos, entre outros fatores internos e externos, levaram à instauração da ditadura militar que, ao longo dos anos seguintes, orientou-se para os preceitos da direita conservadora e para a constituição de um Estado Novo, com forte inspiração fascista. Neste sentido, não apenas em Portugal, mas também na Espanha, os setores liberais e à esquerda do republicanismo foram aqueles que, de pronto, amargaram o exílio. Por conseguinte, as organizações e práticas políticas engendradas em Portugal – e que traduziam o projeto de sociedade dos setores liberais e da esquerda republicana – foram aquelas que se tornaram constantemente referenciados pelos primeiros exilados, e não apenas no exílio do Brasil. A formação de uma consciência e cultura cívica e de valores democráticos, o anti-clericalismo, a produção de uma reflexão crítica sobre os problemas nacionais e a doutrinação política como pressupostos para a ação política fizeram parte da "política de espírito" apregoada pela esquerda republicana, através de órgãos como a *Seara Nova*, as *Universidades Populares* e outras iniciativas coletivas que as antecederam, como o *Grupo da Biblioteca Nacional* e a publicação e movimento que se lha sucedeu: a *Renascença Portuguesa*. A relação estreita entre produção cultural e ação política marcou os sentidos atribuídos ao trabalho intelectual e se desdobrou, ao longo do tempo, nas páginas da *Seara Nova*, espaço de referência para as gerações seguintes, de comunistas a socialistas ou "independentes". No Brasil, o jornal *Portugal*

Republicano, a *Revista Portuguesa* e a vida associativa, com suas atividades cívicas e rituais de celebração do 5 de outubro, promovidas por *Centros Republicanos*, em São Paulo e no Rio de Janeiro, procuraram revigorar o legado da esquerda republicana. Mesmo a partir da década de 1940, quando o republicanismo perdeu força no campo da oposição para o comunismo e movimentos de unidade como o MUNAF. o MUD e o MND, as *Universidades Populares*, a *Seara Nova* e outras iniciativas republicanas foram apropriadas e ressignificadas por jovens militantes e intelectuais do pós-guerra, o que pode ser atestado nas práticas de Bento de Jesus Caraça, Joaquim Barradas de Carvalho, Agostinho da Silva, Manuel Rodrigues Lapa e, no exílio do Brasil, no núcleo reunido em torno do jornal *Portugal Democrático*.

Além de se apropriar de parte do legado republicano, o PCP exerceu um papel central na atração de intelectuais em Portugal e no exílio, entre as décadas de 1940 e 1960. O neo-realismo em grande medida traduziu, no plano estético, o projeto comunista de cultura engajada para a transformação política: apesar de serem vistos pelo partido como "engenheiros de almas" (MADEIRA, 1996), as tensões entre a preservação da autonomia ou a instrumentalização da produção cultural marcaram muitos dos debates sobre os sentidos do trabalho intelectual, nas décadas assinaladas. Isto vale também para o caso espanhol e as tensões entre republicanos, comunistas e trotskistas durante a Guerra Civil. Do mesmo modo, a evocação da "unidade", nas ações contra os regimes autoritários instaurados na Europa - que traziam no seu bojo as tensões existentes no campo da oposição, entre elas os debates em torno da relativa "autonomia" dos intelectuais frente a correntes ideológicas -, levaram à criação de frentes como o MUNAF. o MUD e o MND em Portugal, similares, por exemplo, às da França e Espanha. No exílio português do Brasil, tais tensões estiveram presentes nas páginas do órgão mais representativo da "unidade", o *Portugal Democrático*. Em São Paulo, as tentativas de superação de tais dissidências, em prol da "unidade", estiveram presentes em

iniciativas tais como a criação da UDP, além da organização de congressos e inúmeros debates e reuniões.

Para o caso português, além do republicanismo e do comunismo, outras iniciativas coletivas, ao mesmo tempo em que se demarcavam no campo da oposição política e cultural ao regime, procuraram se afirmar como "independentes". O presencismo e o surrealismo, preservadas suas especificidades, afirmaram o compromisso ético do intelectual frente às questões do seu tempo, mas se opuseram à utilização instrumental da cultura em favor de uma ideologia. No exílio do Brasil o jornal *Portugal Livre*, em sua curta duração, foi o órgão que mais reivindicou esta posição. No entanto, nas páginas de outros órgãos da "unidade", como no *Portugal Democrático*, apareceram constantemente artigos que defenderam a autonomia dos intelectuais aliada a um compromisso ético, o que pode ser assinalado, entre outros casos, em muitos dos textos de Jorge de Sena e de Adolfo Casais Monteiro que, a certa altura, distanciaram-se temporariamente ou definitivamente do jornal em decorrência de vetos comunistas. De fato, o *Portugal Democrático* é o órgão da oposição exilada no Brasil onde mais claramente podem ser assinaladas as tensões entre projetos republicanos, comunistas e demais vertentes que procuraram intervir na vida cultural portuguesa do século XX: presencismo, surrealismo, neo-realismo e aqueles que se afirmavam como "independentes". A editora *Felman-Rêgo* também editou obras de republicanos, socialistas e maoístas e a editora *Giroflé* abriu espaço, no Brasil, para publicações de literatura infantil afinadas com os preceitos estéticos do neo-realismo e do surrealismo, além de ter contribuído para a estreitamento das relações e intercâmbios entre escritores brasileiros e portugueses. Por sua vez, os jornalistas portugueses que trabalharam em *O Estado de São Paulo* seguiram caminhos distintos, que vão desde a ruptura com a oposição ao distanciamento das ações políticas no exílio ou, senão, a ligação com grupos de ação direta, a filiação ao comunismo ou, ainda, a reivindicação de "independência" frente a quaisquer correntes. Neste sentido,

atuaram no *Portugal Democrático*, no *Portugal Livre* e dinamizaram iniciativas como o *Comitê dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão*. Em certa altura, constituíram-se também em um importante braço da UDP. Embora tenham seguido caminhos distintos, todos reivindicaram, à sua maneira, a liberdade de expressão. Por fim, o "movimento matemático", que desde sua gênese aliou o "compromisso" do cientista com o desenvolvimento da ciência aliado ao engajamento na difusão do conhecimento, reunidos em torno das figuras emblemáticas de Bento de Jesus Caraça, António Aniceto Monteiro e Ruy Luiz Gomes, mesclou elementos do civismo republicano – da *Seara Nova* e *Universidades Populares* – a uma aproximação ao comunismo, o que não impediu que muitos dos seus membros mantivessem uma postura de "independência" frentes a correntes político-ideológicas específicas.

Tendo-se em conta a lista de organizações de exilados portugueses no exílio brasileiro – *Centro Republicano*, *Revista Portuguesa*, jornais *Portugal Republicano*, *Portugal Democrático* e *Portugal Livre*, editoras *Giroflé* e *Felman-Rêgo*, *Unidade Democrática Portuguesa*, *Comitê dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão* e revistas científicas matemáticas, entre outros – podemos perceber a relação que estabeleceram com movimentos de intervenção científica, cultural e política engendrados originalmente em Portugal – *Seara Nova*, *Universidade Popular*, movimentos de "unidade", entre outros -, a ponto de poderem ser considerados como desdobramentos de *projetos* e atividades iniciados em Portugal e ressignificados em um novo contexto, brasileiro. Neste sentido, fica clara a complementaridade do processo de constituição de organizações e de idéias e sua transferência cultural. Outrossim, isto corrobora a afirmação de que havia um nexo entre produções culturais e atividade política contra o regime, uma vez que, embora os bens culturais produzidos por esses intelectuais não se limitassem à instrumentalização política, demarcavam-se no campo da oposição e questionavam muitos dos pressupostos do Estado

Novo. A criação e difusão de uma cultura cívica e valores democráticos, a reflexão crítica sobre os problemas nacionais e a doutrinação política como condição para a ação política, a crítica à censura, a preocupação com os destinos da cultura e da sociedade portuguesa, a oposição, de modo geral, aos preceitos ideológicos do regime, por conseguinte, à cultura oficial, à "educação nacional" e as limitações da política científica, entre outros assuntos, foram temas recorrentes nos órgãos de imprensa, nas produções culturais, eventos, celebrações e rituais dinamizados pela oposição ao regime em Portugal e no exílio. Em outros termos, podemos afirmar que, sem desconsiderar a heterogeneidade dos intelectuais portugueses que se posicionaram no campo da oposição ao salazarismo e ao Estado Novo, um dos elementos mais marcantes da atividade desses intelectuais, ao longo de gerações, foi o "compromisso" ou "responsabilidade" ética assumidos em prol de uma intervenção cultural questionadora dos limites impostos à liberdade de criação – seja através da censura, seja pela política cultural e científica restritivas, muitas vezes direcionadas à propaganda do Estado -, o que, em contrapartida, levou-os à defesa da modernidade e atualização da cultura portuguesa frente a outras manifestações culturais, artísticas e científicas do seu tempo. Para muitos, o criticismo também se constituía em um elemento de atualização e inovação na produção dos bens culturais. De modo geral, a defesa dessas sentenças conduziu-os à indissociação entre intervenção cultural e política, se por política compreendemos não apenas a filiação a correntes ideológico-partidárias específicas, mas posicionamento crítico. Constantemente presente, a evocação de termos como "missão", "guardiões da cultura portuguesa", "responsabilidade", "dever", "tarefa", "compromisso", serviu para dar sentido às suas ações. Assim, não se tratava apenas da produção de conhecimento *per se* ou para o Estado, mas de uma atividade intelectual que somente adquiria sentido se voltada a uma práxis de ruptura com a produção de conhecimento desinteressada ou oficial.

Em sua configuração histórica e política, tais organizações representam a passagem da hegemonia política do republicanismo para o comunismo e outras formas de mobilização política oriundas da ocupação ou emergência de regimes autoritários na Europa. Termos como "resistência" e "fascismo", este último empregado como categoria acusatória, emergiram do contexto francês, durante a ocupação nazista, ou italiano, e foram apropriados por outros movimentos de oposição na Europa ou exilada. Neste sentido, a emergência de bandeiras como o pacifismo, a defesa dos Direitos Humanos, do "antifascismo" e do "anticolonialismo", defendidas por organismos internacionais, bem como o discurso de democratização entre as grandes potências ocidentais, marcaram os posicionamentos e manifestos de intelectuais no pós-guerra. O mesmo se pode dizer da Guerra Fria e suas conseqüências, como a expansão do comunismo e do "anticomunismo". Por esses motivos, entre outros, as organizações da oposição, tanto na Europa quanto no exílio, que emergiram do pós-guerra, apesar de reelaborarem o legado republicano, foram substantivamente diferentes daquelas surgidas anteriormente à Segunda Guerra.

Outro aspecto a se considerar diz respeito às estratégias de mobilização, com base nas relações internas e externas às organizações. Um dos modos mais eficazes de inserção da "questão portuguesa" no Brasil se deu a partir do ingresso de artistas, intelectuais, universitários e jornalistas portugueses em setores da "cultura brasileira" e da opinião pública neste país. A imprensa política é um indicativo desta circulação dos exilados portugueses nos meios culturais brasileiros. De fato, além das atividades conjuntas a movimentos político-sociais e/ou partidários, parte desta militância ocorreu também em universidades, em meios literários e artísticos e no jornalismo. Os indicadores dessas atividades e do ambiente de efervescência cultural e política que ajudaram a promover estiveram presentes em manifestos em que intelectuais portugueses, juntamente com brasileiros, vieram a público reivindicar uma política cultural para Portugal e para os portugueses no Brasil. Tais manifestações

tiveram lugar em ocasiões como bienais de artes plásticas, reuniões de escritores, simpósios universitários ou mesmo em visitas de intelectuais portugueses ao Brasil. Os manifestos eram dirigidos ao governo de Portugal e não circulavam apenas em meios restritos, mas na grande imprensa, como no caso do jornal *OESP*, entre outros. De início, tais manifestos eram assinados pelo *Comitê dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Anistia e Liberdade de Expressão*; posteriormente, foram assinados em nome de uma frente unitária. Um sentido muito comum aos manifestos, bem como nos depoimentos sobre a prática artística e intelectual no exílio, encontrava-se na idéia de que estavam a realizar, no exterior, a "cultura portuguesa" que não foi possível realizar em seu país, devido à censura, ao obscurantismo das idéias e mentalidades do regime, além das discordâncias político-ideológicas. Tais sentidos impulsionavam esses intelectuais a uma "tarefa" de realização de uma cultura portuguesa crítica, moderna e, em aspectos variados, contestatória ao regime. Outro sentido comum nos manifestos era a auto-atribuição do papel de "guardiões" desse lado da cultura portuguesa, uma vez que consideravam o traço inovador, no campo das idéias, das artes e da ciência, uma das principais características de Portugal. Eram recorrentes as referências ao papel "inovador" e "desbravador" de Portugal no Ocidente e sua contraposição ao período salazarista, em que Portugal encontrava-se "vigiado" intelectualmente, além de ser um dos países mais pobres da Europa.

No caso do *Portugal Democrático*, tornou-se comum em suas páginas a publicação de textos literários de autores que se encontravam exilados no Brasil ou em outras partes do mundo. A coluna "Uma Frente de Batalha Chamada Poesia" era uma amostra disto. O próprio trabalho gráfico e as ilustrações eram cuidadosamente elaborados, no caso das ilustrações, pelo artista plástico Fernando Lemos. A série de desenhos "Salazar, o rato", que acompanhava os textos do editorial durante um bom período da publicação, tornou-se uma referência do jornal. De fato, um dos *campos sociais* que mais dinamizavam a atividade "anti-

salazarista" no Brasil, com conseqüências para o estabelecimento de redes e de contatos com o movimento em diversas partes do mundo e internamente ao Brasil, foi a atividade intelectual Tais redes promoveram e viabilizaram a vinda de expressivos e numerosos contingentes de intelectuais ao Brasil e sua inserção nessa sociedade.

Mas foram as redes sociais de esquerda, que transpassavam campos sociais tão diversos quanto partidos, editoras, sindicatos, associações científicas, literárias e artistas, imprensa, entre outros, que viabilizaram, em uma sociedade brasileira das décadas de 1950 e 1960 uma significativa inserção de intelectuais portugueses, com efeitos na ampliação da capacidade de intervenção cultural e política. Ao contrário do que ocorreu com exilados europeus nos Estado Unidos do pós-guerra, a filiação ou aproximação ao comunismo não se tornou, em certos casos, um entrave tão significativo à inserção em meios sociais da sociedade receptora, tendo sido inclusive, em alguns casos, um elemento facilitador.

Por fim, a compreensão nativa do nexo constitutivo entre cultura e política nos faz pensar, teoricamente, sobre as limitações de estudos que partem de dicotomias como as que separam subjetividade e objetividade, produção simbólica e ação. Levar em conta a práxis dos personagens estudados, em suas relações sociais, supera essas limitações de análise. Mesmo se considerarmos, sob uma perspectiva sociológica, que a cultura e a política podem ser estudadas como campos sociais específicos e, portanto, com suas regras próprias, a práxis é ao mesmo tempo o elemento constitutivo e constituinte das relações sociais deste campo. A compreensão dessa práxis pressupõe, portanto, o exame das regras e estratégias que medeiam as relações em campos sociais como a ciência, a cultura e a política, mas também demanda um esforço de detalhamento, processual, de como se configuram as práticas sociais. A compreensão dos efeitos da atividade cultural produzida por intelectuais portugueses no Brasil pressupõe este tipo de análise.

5.3 EFEITOS DA PRESENÇA INTELECTUAL PORTUGUESA

Esta seção trata dos efeitos da presença intelectual portuguesa no Brasil, a partir da intervenção cultural e organizações que constituíram e das atividades de militância que exerceram neste país, com ênfase em São Paulo e no Recife. A literatura sobre viajantes e missionários, assim como de cientistas, e os efeitos de suas narrativas e investigações para uma tomada de consciência nacional nos países do continente americano são relativamente bem conhecidas. Do mesmo modo, já não são tão escassos os estudos sobre as relações entre a grande migração de fins do século XIX da Europa para a América e sua importância para a difusão de idéias políticas e sociais. No que diz respeito ao Brasil, além dos personagens aqui estudados, estiveram também presentes cientistas e intelectuais em "missões culturais", como a italiana, a alemã e a francesa, com a finalidade de constituir áreas de conhecimento, formar quadros e divulgar saberes, métodos de investigação e tecnologias. Além disto, e de maneira esporádica, muitos estrangeiros foram decisivos para o estabelecimento ou atualização de saberes e áreas de conhecimento no Brasil, de tal maneira que é possível dizer que o fenômeno da *migração de idéias* e sua (re)territorialização local é parte constitutiva da história do campo da cultura neste país. Menos conhecidos e pouco freqüentes são os estudos sobre os efeitos da presença de exilados e suas especificidades, tanto para a difusão de idéias políticas e sociais, quanto para sua importância na constituição de certas áreas de conhecimento, e isto não se restringe ao Brasil. A este respeito, os estudos sobre os judeus, sobretudo alemães, nos Estados Unidos, durante e após a Segunda Guerra, e espanhóis republicanos no México e em outros países da América Latina, durante a Guerra Civil em Espanha, são, de certo, os que alcançaram maior repercussão.

O exílio é uma forma de migração que se distingue das migrações chamadas econômicas. Apesar de, em muitos casos, os motivos econômicos e políticos se justaporem, o

exílio é aqui compreendido como uma migração de caráter forçado, para escapar de perseguições ou ameaças e com o intuito de salvaguardar a vida e a liberdade, motivadas, sobretudo, por razões de ordem política. Deste modo, o exílio é um aspecto específico do fenômeno migratório mais geral. Mas, em decorrência do vínculo que o exilado procura estabelecer com seu país de origem, através de organizações ou outras iniciativas pessoais, a práxis dos exilados pode ser considerada como distinta das dos demais imigrantes, com intervenções culturais e políticas diferenciadas, em parte em decorrência dos campos sociais onde atuam, não tão mais comuns ao "imigrante econômico", com efeitos nas produções e, consequentemente, no modo como suas idéias e ações são recebidas na sociedade receptora. Se as considerações acima permitem estabelecer a distinção entre o imigrante e o exilado, do mesmo modo há diferenças significativas entre o imigrante – que pode até vir a ser um oposicionista eventual - e o militante diariamente engajado.

Assim, quando se estuda o deslocamento dos exilados constata-se que, da mesma maneira que existe uma geografia das migrações econômicas, pode-se também configurar uma geografia, que muitas vezes é a mesma, das rotas do exílio e das migrações políticas. Neste sentido, Pierre Milza (1994) procura estabelecer uma tipologia dos países que pertencem mais ao grupo dos países-refúgios, em contrapartida àqueles países que se abandonam. Neste sentido, a França, no século XX acabou por gozar da reputação de terra que recebe os exilados, por ter sido o centro de diversos exílios europeus, como de espanhóis, italianos e portugueses, dentre outros, apesar de, no passado, em diferentes épocas, ter tido os seus próprios emigrantes políticos (realistas, republicanos, comuneiros, colaboracionistas, para mencionar alguns exemplos). Nesta geografia do exílio há pólos de atração, centros onde a presença dos exilados é particularmente importante: assim, Paris, Londres, Bruxelas, Genebra, têm sido no curso dos dois últimos séculos as capitais do exílio europeu. Para Milza (*op.cit.*), de acordo com o tipo de exílio, freqüentemente há uma capital e outros centros que,

em relação com esta, desempenham o papel de províncias. Pelos anos 1920 e 1930, por exemplo, Paris era a capital mundial do exílio antifascista italiano, que tinha ramificações em todas as colônias de emigrados italianos no mundo. Mas o exílio de europeus não ficou limitado à Europa. Desde o século XIX exilados europeus procuraram refúgio em outros continentes, em particular na América, e este movimento continuou no século seguinte, paralelamente ao das migrações econômicas. Com os homens viajaram também as idéias. A geografia do exílio também é uma geografia da difusão das idéias políticas, culturais e sociais, posto que os exilados foram os vetores privilegiados destas idéias. É muito conhecido o papel dos exílios europeus na difusão das idéias socialistas e anarquistas nos Estados Unidos e na América Latina (principalmente na Argentina e no Brasil), no século XIX. No século XX o exílio alemão e o exílio espanhol foram exemplos fascinantes de *transferência cultural* da Europa para a América, de modo similar ao pouco estudado exílio português no Brasil.

Para Groppo (2002), os "imigrantes políticos" procuram com freqüência estabelecerem-se em países onde já se encontram compatriotas seus, com a finalidade de formar núcleos de atividades políticas ou dar continuidade a uma militância. O Brasil, por ser naquela altura, o maior núcleo da emigração portuguesa, pode ter sido atrativo por este motivo. No entanto, geralmente a perspectiva de manutenção do engajamento faz também com que não se distanciem muito geograficamente do país de origem (*ibid.*). Neste sentido, de fato, o centro do exílio português variou da Espanha republicana para a França. Durante a Segunda Guerra a ocupação nazista da França fez com que os exilados portugueses se espalhassem por vários países, com um significativo incremento da emigração política para a América, onde se constituíram núcleos significativos no Brasil, Venezuela, Argentina, Uruguai, Estados Unidos e Canadá. O Brasil talvez tenha sido um dos centros do exílio anti-salazarista no pós-guerra, juntamente com a França, e, sobretudo, na fase entre 1958 e 1964. A partir de então, a emergência de uma ditadura no Brasil, ao lado do surgimento do conflito colonial e a aliança

com exilados espanhóis, fez com que a África, em particular a Argélia recém-independente e com uma política favorável à acolhida de exilados europeus – e "anti-colonialistas" – aparecesse no mapa deste exílio. Por conta disto é que há ainda um outro fator importante a se considerar: os alcances de uma atuação política no estrangeiro dependem sempre do país receptor e, embora sejam mais comumente tolerados em regimes democráticos, os limites podem variar em cada caso. De fato, o Brasil atraiu um número maior de exilados em sua fase democrática, de 1946 a 1964. Portanto, a possibilidade de dar continuidade às atividades culturais e políticas, compreendidas como uma forma de manter um vínculo com seu país de origem, para onde direciona mais suas atenções se comparado aos demais imigrantes, é significativamente determinante para a condição de exilado, mais até do que a contingência formal de o exílio ter sido imposto como medida punitiva pela autoridade constituída. Estes elementos parecem pesar na decisão pela escolha, se esta for possível, entre um ou outro país-refúgio. Seguindo-se esta mesma linha de raciocínio, os possíveis efeitos das atividades que exercem no estrangeiro, tanto para o país de recepção quanto para o país de origem, podem variar em decorrência da política de acolhida, como mais ou menos significativos. No caso estudado, por exemplo, a visibilidade das ações de intervenção de exilados portugueses no Brasil diminuiu bastante em decorrência da perda de apoios internos, da sociedade civil brasileira, após a instauração de um regime autoritário em 1964.

Mas, além das razões acima apontadas, em muitos depoimentos o Brasil foi apontado como destino privilegiado por razões históricas e culturais e, sobretudo, pela língua portuguesa. Para o caso dos escritores e profissionais de letras, a interação com escritores e a literatura brasileira abriu portas a convites para palestras e para o trabalho em editoras, universidades e na imprensa. Jorge de Sena e Casais Monteiro vieram para o Brasil por conta de contatos anteriormente estabelecidos. No Brasil puderam exercer a profissão que aspiravam em Portugal, sem o crivo da censura e ajudaram a consolidar os estudos de crítica

literária e língua portuguesa nas universidades paulistas. A divulgação de autores portugueses ou da literatura universal, através de coleções, traduções e críticas, constituem-se como outros legados, ao lado de métodos de estudos e análises de obras literárias elaborados por ambos. De fato, este parece ser o mais referenciado legado acadêmico de ambos, por terem formado discípulos que se utilizaram ou tomaram por base tais critérios de análise crítica. Entre meados das décadas de 1950 e 1960 os estudos de crítica e teoria literária se consolidaram como área de conhecimento e pesquisa no Brasil, como parte de um movimento iniciado por literatos brasileiros, do qual Adolfo Casais Monteiro e Jorge de Sena tomaram parte. Além da universidade, o *Suplemento Literário* de *O Estado de São Paulo*, onde Casais Monteiro colaborou ao longo de anos, tornou-se o espaço de referência para a divulgação de obras, exercício da crítica e discussão sobre a arte e pressupostos da crítica, de maneira geral. Ademais, ambos deram continuidade ao trabalho iniciado por Fidelino de Figueiredo, na formação de estudiosos de língua e literatura portuguesa, e contribuíram na efetiva inserção de autores portugueses clássicos e contemporâneos, inclusive eles próprios, uma vez que estudiosos da obra de ambos surgiram desde então, sobretudo em São Paulo e Araraquara, mas, significativamente, no Rio de Janeiro, local onde Afrânio Coutinho era a figura mais emblemática. Curiosamente, em muitas de suas cartas Jorge de Sena acusa Afrânio Coutinho de "anti-portuguesismo", conflito que, de certo, nos remete às tensões existentes nas ambíguas relações históricas e coloniais entre os dois países (VIEIRA, 1991). Ademais, o período brasileiro foi, sobretudo para Jorge de Sena, extremamente produtivo no tocante à escrita de sua obra literária. Por fim, Vitor Ramos exerceu um papel semelhante, no tocante à língua e literatura francesa, contribuindo para a tradução, análise crítica e edição de coleções de autores de língua francesa, embora não tenha exercido um método de análise crítica próprio, formou discípulos em São Paulo e Araraquara.

Um contraponto interessante aos literatos e escritores que atuaram na universidade pode ser estabelecido a partir dos casos de Sidónio Muralha, Castro Soromenho, Carlos Maria de Araújo, Fernando Correia da Silva e Fernando Lemos. Embora menos conhecidos nos meios acadêmicos e, por conseguinte, menos estudados, tais escritores, que exerceram no Brasil outros ofícios não relacionados às letras, estabeleceram estreitas relações com escritores, associações de escritores e editoras no Brasil. Sidónio Muralha, Carlos Maria de Araújo e Castro Soromenho circularam e tinham obra conhecida entre escritores brasileiros. Os dois últimos viveram apenas alguns anos no Brasil, tendo aqui produzido poucas obras, faleceram relativamente jovens. O texto de Castro Soromenho tem sido apontado por seus críticos como etnográfico. Na USP, foi um dos fundadores do Centro de Estudos Africanos. Fernando Correia da Silva atuou por alguns anos no mercado editorial, além da imprensa. Fernando Lemos, que trabalhou principalmente como artista plástico, teve boa inserção entre artistas e escritores, tendo contribuído, entre outros aspectos, na inserção da estética surrealista neste país. A partir da iniciativa da editora *Giroflé*, Sidónio Muralha teve sua obra mais difundida no Brasil, sobretudo aquela destinada ao público infantil.

Mas, outro contraponto instigante se encontra nos casos de Maria Archer e Henrique Galvão. Embora tivessem uma vasta obra quando desembarcaram no Brasil, ambos eram pouco conhecidos nos meios literários brasileiros e, de fato, não conseguiram levar adiante uma carreira no campo literário, apesar de não deixarem de continuar a escrever e a publicar. Em Portugal, ambos estiveram em algum momento afinados com o regime, até romperem por questões políticas diferentes. Maria Archer por seu posicionamento contra a censura e Henrique Galvão pela postura contrária à política colonial praticada, apesar de não ser contrário à presença portuguesa nos territórios africanos. Diante das sanções sofridas, desembarcaram no Brasil, ela em 1955, ele em 1961, e aqui viveram de colaborações,

empregos temporários ou atividades diferentes daquelas do campo das letras[96]. No mais, é importante destacar que Henrique Galvão era militar, profissão estreitamente ligada à prestação de serviços a um Estado-nação específico. Mas Galvão era dos autores mais lidos em Portugal e colecionava prêmios do SNI, o serviço de propaganda do regime. Maria Archer, por sua vez, também chegou a ser premiada pelo SNI uma vez. Por outro lado, os demais escritores que temos tratado optaram por publicar suas obras ou escritos de crítica na imprensa literária, de cultura ou política, não afinadas com o regime, de modo que jamais submeteram seus trabalhos a concursos e premiações do SNI. No campo literário, em Portugal, ao contrário das artes plásticas, uma das regras tácitas, subjacente ao reconhecimento entre pares, era a de submeter seus escritos a concursos, editoras, saraus que se demarcavam autonomamente ou contrariamente ao regime, além da sociabilização nos cafés, associações de escritores, clubes de leitura, entre outros espaços. No Brasil, Maria Archer e Henrique Galvão foram acolhidos pela oposição exilada, mas Galvão desta logo se distanciou, sobretudo em decorrência do seu posicionamento frente à questão colonial. Maria Archer, no entanto, manteve contínua colaboração junto à imprensa política, mas sua ambigüidade frente à "questão colonial" a deixou afastada, por exemplo, do *Portugal Democrático*, embora tivesse levado adiante a *União das Mulheres Portuguesas*, órgão que contava com o apoio dos demais setores da oposição e que, sobretudo, prestou solidariedade às famílias de presos políticos. Assim como Galvão, Maria Archer tinha uma estreita relação com a África, onde passou a maior parte de sua infância. Suas obras faziam referência constante à paisagem africana ou ao espaço colonial, tendo sido um dos seus livros - *Terras Onde se Fala o Português*, de 1957 -, prefaciado por Gilberto Freyre. No Brasil, sua obra é pouco estudada, não mais sendo editados os seus livros. Em Portugal, tem sido redescoberta

[96] Maria Archer foi assessora do deputado federal Ulysses Guimarães e fez contribuições esporádicas para jornais e revistas. Henrique Galvão foi contratado pelo jornal *O Estado de São Paulo*, primeiro como colaborador e mais tarde como chefe da seção de arquivos.

recentemente, sobretudo pelo tratamento e a centralidade na narrativa que dá às personagens femininas.

Dentre os historiadores, podemos observar distinções nas trajetórias dos dois personagens: Jaime Cortesão e Joaquim Barradas de Carvalho. O primeiro esteve à parte do sistema universitário e atuou profissionalmente como professor de cartografia e pesquisador junto ao Itamarati. Produziu no Brasil grande parte de sua obra historiográfica, tendo alcançado um expressivo reconhecimento do Estado brasileiro e do governo de São Paulo, pelos trabalhos realizados no Itamarati e por ocasião do IV Centenário de São Paulo. Não formou discípulos historiadores, mas sua obra se tornou referência entre estudiosos das grandes navegações. Barradas de Carvalho, por sua vez, atuou na universidade e, sua passagem por São Paulo, representou a continuidade de uma tradição historiográfica ligada à França e, particularmente, à Escola dos Annales, iniciada no Brasil por Fernand Braudel. Ademais, formou discípulos e ajudou a consolidar a inserção da pesquisa em história no ensino superior paulista e revistas científicas da área. De certo modo, deu continuidade, no Brasil, embora sob outra perspectiva, aos estudos de Jaime Cortesão, uma vez que se interessou pelo mesmo período histórico e pela literatura de viagem e, assim como Cortesão, ajudou na edição brasileira de obras clássicas sobre os temas estudados por ambos. A filiação teórica de Barradas a uma vertente historiográfica que constituiu tradição desde a formação do ensino superior paulista em história, através da "missão francesa", não apenas foi decisiva para sua vinda ao Brasil, mas também para sua inserção nos meios acadêmicos. Sua presença na USP ajudou a estreitar ainda mais os laços entre a historiografia praticada no Brasil com a da França.

Do mesmo modo, a presença dos matemáticos portugueses no Recife foi decisiva para a consolidação da pesquisa científica no ensino superior de matemática e da física. De fato, participaram do processo de conquista de autonomia dessas áreas no campo científico brasileiro, frente às engenharias, e fizeram parte da implantação de uma instituição de

pesquisa que tinha como inspiração os modelos adotados no Rio de Janeiro, através do CBPF e do IMPA, e em São Paulo, a partir das missões estrangeiras que constituíram a USP. Neste sentido, contribuíram em parte para a descentralização da produção científica do país, formaram discípulos e ajudaram a estreitar relações com instituições européias (sobretudo França, Portugal e Suíça), além de Estados Unidos e Argentina, locais onde tiveram parte de suas formações ou para onde se disseminaram os membros do "movimento matemático" português. Outrossim, o comprometimento com a difusão do conhecimento científico, oriundo das iniciativas dinamizadas desde Portugal ou da França – através do grupo "Bourbaki" – levaram-nos a manterem no exílio publicações como a *Gazeta de Matemática* e a *Portugaliae Mathematica*, além da edição de novas coleções e revistas científicas. Ruy Luiz Gomes e José Morgado, juntamente com outros pesquisadores brasileiros, e a partir do trabalho iniciado no IFM, participaram do processo de consolidação do sistema de pós-graduação brasileiro, desde meados da década de 1960, o que culminou nas conceituadas pós-graduações em matemática e, mais tarde, em física, na Universidade Federal de Pernambuco.

Para além de fatores internos às relações e regras sociais em diferentes campos de conhecimento, outros fatores podem ter sido mais ou menos favoráveis à inserção e aos efeitos decorrentes das atividades que exerceram no Brasil. De pronto, o investimento do Estado brasileiro, em sucessivos governos do pós-guerra, na ampliação do ensino superior e, mais tarde, a implantação do sistema de pesquisa e pós-graduação, gerou demandas por profissionais extremamente qualificados para tanto, e escassos no Brasil. Outro fator que pode ter contribuído diz respeito à distinção feita por Hans Speier (1952) entre especialistas tecnicamente treinados como engenheiros e químicos, cujos conhecimentos independem de qualquer particularidade local e outros profissionais, como militares ou diplomatas, cujos conhecimentos dependem fundamentalmente de um vínculo nacional. Se muitos dos matemáticos, em seus depoimentos ou registros de memórias, assinalou que, a princípio, não

pensaram em vir para o Brasil, mas para outros centros como a França ou os Estados Unidos, quando não, passaram primeiro pela Argentina, por outro lado mencionaram a universalidade da linguagem do conhecimento matemático, apesar de terem considerado a língua e a acolhida que receberam elementos que lhes foram facilitadores. Por outro lado, quando comparados com profissionais de letras e jornalistas, para quem a língua, a princípio se apresentava como um atrativo, em decorrência de razões históricas e diacríticas entre os dois países, o ser português ou falante e escritor em língua portuguesa com "sotaque" lusitano representou, em certos meios sociais e ocasiões, mais um entrave, ao menos inicial, do que propriamente um elemento facilitador.

Além disto, a maior ou menor *coesão* interna de grupos sociais parece ter sido decisiva para uma eficaz inserção das iniciativas e organizações de exilados. Neste sentido, podemos pensar na distinção, estabelecida por Elias & Scott (2001) entre estabelecidos e *outsiders*. No tocante às organizações de cunho científico, artístico ou literário, os fatores de coesão variaram desde afinidades teóricas à comunhão de projetos político-científicos, estéticos ou ideológicos. Tal foi o que permitiu, por exemplo, a continuidade da edição das revistas científicas portuguesas de matemática a partir do Recife.

No campo das letras esta distinção se mostrou presente à medida em que parte do reconhecimento e da integração em atividades de cunho literário travaram estreita relação, em Portugal e no Brasil, com a interação continuada no âmbito de uma rede de relações. Os jornalistas, por sua vez, atuaram em conjunto em iniciativas de intervenção política e cultural como o *Comitê dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão*, na edição do *Boletim* da *Unidade Democrática Portuguesa* e na reunião de materiais para elaboração de dossiês de denúncia da "Guerra Colonial", encaminhados à ONU, a partir das redações de *O Estado de São Paulo* e do *Portugal Livre*. Contudo, após dissidências ideológicas e o fim do *Portugal Livre*, cada indivíduo se articulou a grupos distintos,

associando-se aos escritores, a lideranças políticas ou a correntes partidárias[97]. Por fim, o grupo constituído a partir do "movimento matemático" talvez tenha sido dos mais coesos e, em grande medida, este foi um dos fatores cruciais para que tornassem efetivas tantas iniciativas, tanto em Portugal quanto no exílio. A literatura sobre exílio (cf., por exemplo, COSER, *op.cit.*) chama também a atenção para a maior ou menor propensão a se integrar na sociedade receptora: no caso de especialistas, o exemplo a que se refere Coser em sua obra é o de Hannah Arendt, que preferia identificar-se como "paria", ao invés de se articular a grupos ou redes de refugiados nos Estados Unidos. Mas, para o caso dos intelectuais portugueses exilados no Brasil talvez isto não se aplique. De fato, estes preferiram se articular a organizações constituídas no exílio brasileiro e que mantinha vínculos com Portugal e com outras diásporas. Não foi encontrada, em quaisquer das trajetórias pessoais estudadas, algum personagem que tenha se articulado tão somente a redes transnacionais ou da diáspora, ao invés de organizações locais de exilados na sociedade receptora.

No campo da oposição política, a coesão interna entre comunistas e demais correntes no âmbito do *Portugal Democrático*, ao partirem do princípio da tomada de decisões coletivas, contrariamente a ações individuais, possibilitou uma inserção mais eficaz na sociedade brasileira. Isto se torna mais evidente ainda quando comparado a outras iniciativas de menor longevidade, como o jornal *Portugal Livre* e outras iniciativas, como ações *putchistas* ou individualistas, com o DRIL e a FAPLE, de Henrique Galvão. A conquista de apoio para as ações políticas lançou mão das redes de esquerda - a que já se fez menção - atravessou múltiplos campos sociais, da política (partidos, associações, sindicatos, movimentos sociais) e da cultura (editoras, jornais, universidades, entre outros).

[97] Miguel Urbano Rodrigues filiou-se ao comunismo e reaproximou-se do *Portugal Democrático*, como Carlos Maria de Araújo, estreitamente relacionado aos escritores. João Santana Mota apoiou Henrique Galvão. João Alves das Neves afastou-se da oposição. Paulo de Castro e Victor da Cunha Rego retornaram ao *Portugal Democrático* após o fim do *Portugal Livre*, sem se filiarem ao comunismo.

Mas, além disto, perguntamo-nos, no campo da ação política, acerca dos aspectos que produziram a coesão necessária de núcleos que, apesar da diversidade político-ideológica, mantiveram a "unidade" almejada em torno de ações em comum. Em outras palavras, quais elementos permitem-nos compreender a práxis militante em sua *totalidade*, isto é, nos aspectos que lhe deram *organicidade*. Se a almejada "unidade" da oposição no exílio não foi possível no campo ideológico, o que viabilizou a manutenção de tantas iniciativas conjuntas por tanto tempo? Discutir esta questão pode no apontar na direção dos efeitos que produziram na sociedade receptora as suas atividades políticas.

A este respeito, a nossa tese é a de que o que possibilitou a coesão do núcleo constituído em torno do *Portugal Democrático* e sua longevidade foi *a crença compartilhada na ação política como um valor para si*. Embora, na prática, a "unidade" se efetivasse de maneira mais intensificada em certos momentos e relativamente a certas questões, a busca contínua da atividade militante não significou apenas uma tarefa diária de enfrentamento de um regime, mas também a tentativa de se imaginar e viabilizar um outro modelo de sociedade, mesmo no exílio. Através da *práxis*, o intelectual e militante afirmou sua diferença, pela oposição demarcou seu posicionamento diante do mundo; por meio da ação política confirmou sua condição de pessoa e, conseqüentemente, realizou sua humanidade. Neste sentido, a categoria "resistência" revestiu-se de um significado ético-político, cuja tradução foi uma incansável "luta" cotidiana em busca de uma *práxis* política coletiva. O personalismo nas ações foi um dos maiores fatores de cisão política, o mesmo se pode dizer de questões ideológicas e partidárias, vetos a artigos ou o anti-comunismo dos anos da Guerra Fria. Mas, de fato, o posicionamento frente à "questão colonial" provocou as maiores e definitivas cisões na "unidade", revista a partir da postura favorável à autonomia das colônias, com a criação da UDP. Ademais, através da feitura do *Portugal Democrático* e das iniciativas a ele adjacentes, buscou-se constituir meios de expressão e realização coletiva da atividade/tarefa militante.

Nas páginas do jornal foram buscadas não apenas formas de tomada do poder, mas a própria *construção* desse poder, envolvendo em maior ou menor grau, em consonância com a orientação ideológica, o apoio dos setores populares. Aliás, o *Portugal Democrático* é parte material do legado de uma militância e para muitos dos que o fizeram constitui-se, além disto, em referência à memória imaterial daqueles dias. Apesar de sua diversidade interna, este tornou-se um conjunto orgânico com temáticas, modos de se expressar (através de categorias nativas) e maneiras de atuar politicamente, específicas, compondo o núcleo em sua singularidade, para além de fundamentos estritamente de cunho ideológico-partidário. Em outras palavras, este *modo de atuar* adquiriu *coerência* interna, resultado de escolhas dos próprios membros do núcleo ao longo do tempo, e da integração orgânica de elementos que compuseram os sentidos que orientaram, circunscreveram e julgaram essas práticas políticas. Este conjunto de manifestações e sentidos que orientaram a práxis política faz, ainda hoje, com que suas práticas apareçam como um sistema simbólico, uma *tradição militante* que serve de referência, aberta à história, à atuação política de muitos daqueles que participaram deste exílio[98]. Assim, compartilho do mesmo pressuposto de Sahlins (1979), para quem toda *práxis* apóia-se em um esquema de significação. Nesta concepção, existe um vínculo entre ética e *razão cultural*. Por conseguinte, denomino tal integração orgânica (de sentidos, princípios, valores, elementos e fatores substantivos relativos a uma conduta) de *sistema ético*.

Ao se buscar interpretar a base encontrada pelo núcleo reunido de exilados reunido em torno do *Portugal Democrático*, para expressar seus posicionamentos políticos, sua visão de mundo e sua afirmação de humanidade, através de um *sistema ético*, não estou mais lidando com a circunstância de exprimir um aspecto da realidade, social ou individual, mas "a um modo ou à maneira porque o faz" (CANDIDO, 1964). Contudo, a apreensão dos significados e práticas determinantes da organicidade do núcleo, torna-se ainda melhor de se perceber sob

[98] A este respeito, conferir a seção 5.4.

a perspectiva de uma análise processual, ao partir dos contextos e relações sociais que lhe deram origem à sua trajetória, no tempo. Assim, o eixo interpretativo que aqui se propõe busca uma articulação entre a coerência interna, das práticas, e externa, das fases. Os elementos estruturantes dessas práticas são, portanto, aqueles que adquiriram significado orgânico (*ibid.*), no tempo, sendo a *coerência* aqui entendida como a interseção orgânica dos diferentes elementos, fatores, princípios e valores que, no todo, compuseram um conjunto de sentidos que orientaram, circunscreveram e julgaram a ação. A compreensão analítica desses fatores permite interpretar essas ações internamente; assim como seu diálogo crítico com os aspectos externos. Nas linhas que seguem a tarefa mais importante será a de construir analiticamente, e no tempo, esta *coerência*, aqui denominada de *sistema ético*.

De acordo com esta análise, os elementos estruturantes do *sistema ético* do núcleo foram, ao longo do tempo, os seguintes:

- 1) a elaboração de um vocabulário próprio, categorias diferenciais resultantes de relações sociais travadas tanto em Portugal (antes do exílio) quanto no Brasil: expressões como “imigrantes políticos”, “diáspora”, “exilados”, “oposição”, “intelectuais”, “resistência”, entre outras, adquiriram significados específicos decorrentes da interação em diferentes contextos sociais. Do mesmo modo, “tarefa”, “missão”, “responsabilidade”, “dever”, “compromisso” foram utilizadas para se referiram aos sentidos atribuídos ao trabalho intelectual;
- 2) a produção de *ideologias alternativas* (FOX, 1990) acerca das noções de pátria e nação: desde os primeiros anos de atividade política, a oposição desdobrou-se na construção de uma outra noção de “patriotismo”. No bojo estavam a afirmação da liberdade de expressão como um valor e as críticas à subordinação política dos imigrantes portugueses no Brasil, frente ao Estado Novo português e à sociedade brasileira. Aos ataques ao discurso da “ordem”, seguia-se a conclamação à afirmação

da portugalidade através da crítica e do engajamento, em maior ou menor grau, na vida política da nação e na afirmação da identidade portuguesa frente às hierarquias e discriminações existentes na sociedade brasileira. Tardiamente, constituiu-se também em uma noção de nação como "negação do Império", da mística imperial, do espaço e geografia coloniais;

- 3) a recorrência de alguns temas de engajamento na produção literária, artística e na militância como, por exemplo, liberdade de expressão, anistia, democracia, a condição de exilado, entre outros;
- 4) imagens sobre o regime e o governo: por exemplo, o "obscurantismo" salazarista; Salazar, o rato (personagem criado por Fernando Lemos), entre outras;
- 5) concepções sobre o tempo e a pessoa humana: fazer a história e afirmar sua humanidade significou, para esses militantes, uma "luta ativa", incansável, pertinaz, por sua liberdade, a liberdade do seu povo e de outros povos; a luta por direitos, dentre os quais o direito à liberdade, estreitamente vinculado às idéias de democracia e igualdade.

Se, de acordo com Sahlins (1990), os esquemas de significação são ordenados historicamente, torna-se de fundamental importância identificar as relações sociais e os momentos de configuração, no tempo, dos contrastes e representações que deram significado às práticas do núcleo e configuraram sua identidade. Os *posicionamentos* dos "imigrantes políticos" do *Portugal Democrático* dialogaram e se opuseram a outros esquemas de significação e foram reavaliados na prática, buscando a atualização de sua eficácia simbólica e prática. Por fim, o trabalho de identificação dos momentos em que se deu a formação orgânica do grupo deve-se apoiar sobre as motivações internas ao próprio núcleo em se constituir como uma "resistência", com uma ética singular.

Assim, parte-se da tese de que tais motivações, subjetivas e objetivas, assim como a contraposição ao regime, surgiram desde Portugal, pois foi o sentimento e, mais tarde, a contingência de exclusão em sistemas de privilégios, que produziram a rejeição sistemática do regime. Tal recusa fez com que lançassem um olhar diferenciado sobre a sociedade portuguesa do seu tempo e, mais tarde, sobre a sociedade brasileira na qual se inseriram, marcada pela singular *presença* de Portugal e do português. O exílio deixou de ser um sentimento subjetivo para tornar-se uma contingência concreta. Valores como o civismo estiveram presentes desde a gênese deste *ethos* e serviram de amálgama na fase inicial do núcleo no Brasil. A convergência do núcleo nesse momento foi possível por compartilharem um desejo comum de contestação ao regime. No pós-guerra, a *tradição militante* republicana, já presente no Brasil, foi reelaborada, tendo-se em conta a experiência na participação em movimentos "antifascistas" no Portugal das décadas de 1940 e 1950 (o MUNAF, o MUD e o MND), que defendiam novos modos de atuação, e valores como a democracia e a "unidade".

Outro elemento de *integração* foi a aspiração de uma *unificação das tendências.* Na fase inicial do *Portugal Democrático* , tal unidade teve como motivador principal a crítica à extensão do regime para a "diáspora". As ações procuraram alcançar os imigrantes portugueses no Brasil, através do questionamento da "imagem oficial" do regime, de sua identidade projetada sobre o "caráter" do povo português e sobre o papel "heróico" do imigrante no "destino migratório do país". O modo encontrado para expressar tais idéias se deu por intermédio do reforço, no discurso, da condição contingente e forçada de tais fluxos, chamando a atenção para a situação de subalternidade da maioria dos imigrantes portugueses no Brasil. A opção não foi a da apologia da "ordem" em Portugal, recurso adotado pela propaganda "oficial" e que obteve expressiva adesão (ativa ou passiva) entre amplos setores da imigração, mas sim a da afirmação da *diferença* frente ao discurso oficial, ao questionarem práticas que apontaram, em tom acusatório, como "conciliadoras", por parte dos imigrantes: a

"perda" do sotaque e demais sinais diacríticos; a negação da discriminação na sociedade brasileira; a solução dos conflitos pelo discurso da "irmandade"; a apatia ou "invisibilidade" da maior parte da "colônia" no tocante às questões portuguesas e sua situação social. Ao identificarem que suas aspirações eram, sobretudo, políticas, e não a do triunfo econômico na "aventura migratória", elaboraram a categoria diferencial de "emigrantes políticos", em contraposição a "imigrantes econômicos". O questionamento da "imagem oficial" e da situação migratória convergiu, ainda, em uma referência nacional distinta, através de outra acepção sobre o sentimento e manifestação do "patriotismo".

Ainda na fase de integração do núcleo reunido em torno do *Portugal Democrático*, um dos principais vetores de críticas foram as associações de imigrantes – representadas nas figuras dos comendadores. Na concepção da oposição, a promoção de um patriotismo "conciliador" para com o regime impedia a melhoria da situação migratória do português no Brasil, tanto por gerar a "apatia" dos imigrantes quanto, principalmente, por tornar eficaz a "desmobilização" pretendida pelo esforço empreendido pelo Estado-nação, através de seus agentes corporativos. Às dificuldades de adesão à participação dos imigrantes em atividades políticas e conquistas de Direitos apontou-se como principais impedimentos o discurso "oficial" e a exclusão da maioria dos imigrantes das instâncias decisórias.

Uma nova fase de discussão e articulação da coerência interna teve início com a chegada de novos contingentes, após a campanha de Humberto Delgado. Se, de um lado, representaram a possibilidade de inserção das idéias "antisalazaristas" em diversas esferas da sociedade brasileira, por outro, também produziram cisões que vieram a reforçar as orientações e escolhas políticas do núcleo.

À inserção da "questão portuguesa" na sociedade brasileira, e à entrada de novos contingentes em diferentes domínios da opinião pública no Brasil, seguiu-se a configuração de redes e de um circuito de trocas que deram bases materiais e estratégicas ao *Portugal*

Democrático e à oposição no exílio. Por outro lado, esta extensão produziu o aumento da influência do PCP. Portanto, entre as novas orientações, pôde-se identificar, ainda, uma tendência ao internacionalismo, através da ampliação da participação dos comunistas, do estreitamento dos vínculos com outros núcleos "anti-salazaristas" espalhados pelo mundo, e com a "resistência" clandestina interna a Portugal. Naquele contexto de fins dos anos 1950 e início dos anos 1960, tal internacionalismo esteve associado à idéia de união mundial dos diversos movimentos populares e de trabalhadores. Se não necessariamente implicava em uma relação direta ao comunismo ou ao socialismo, representava a aspiração pela realização de reformas sociais e mudanças estruturais na sociedade e seu *status quo*. No entanto, a unificação das tendências, reforçada num primeiro momento de configuração da nova rede de relações, veio a sofrer cisões decorrentes da Guerra Fria, do "anticomunismo", das diferentes concepções sobre a *práxis* a ser adotada pela "resistência" no exílio; do contexto brasileiro e latino-americano dos anos 1960 e, por fim, da "questão colonial".

Um exame sobre as esquerdas desse período evidencia algumas das características do *Portugal Democrático*. Em linhas gerais, uma concepção comum a essas esquerdas, em particular comunistas e socialistas, era a de que a ação transformadora dependia de método, isto é, de tomada de decisões coletivas e debatidas, seguidos da elaboração de estratégias e de metas que implicavam, por sua vez, no estabelecimento de uma, mais ou menos rígida, disciplina coletiva. Eram homens e mulheres de "tarefas". A militância era como um "dever", fixado por regras, cuja execução cotidiana exigia a superação do individualismo nas ações. Em geral, a coerência orgânica de tais movimentos sociais procurava dialogar e identificar-se com as aspirações populares. Embora possa se apontar que, em muitos casos, havia disparidade de intenções, sobretudo em decorrência da centralização de tomadas de decisão ou vanguardismos que marcaram fortemente o comunismo no século XX -, tais posturas distanciavam-se de outras: o populismo, o *putchismo*, o individualismo e o guevarismo.

Os posicionamentos do *Portugal Democrático* caracterizaram-se, nesta fase de discussões, por uma dupla distinção: 1) a tentativa de preservação de uma certa autonomia frente aos partidos comunistas, reforçando a "unidade" – aliás, postura também defendida pelo PCP – muito embora o aumento do contingente de militantes comunistas tivesse viabilizado a internacionalização do núcleo e um reforço da disciplina coletiva, o que pode ser lido, por outros, como uma camisa-de-força à exposição de idéias; 2) o distanciamento de posições populistas ou individualistas, como a de Humberto Delgado e do *putschismo*, tendência comum entre os republicanos, reforçada, no contexto latino-americano do início da década de 1960, pelo guevarismo (postura adotada pelo DRIL, e por lideranças como Henrique Galvão e Fernando Queiroga).

Outros elementos foram reforçados ou agregados ao *sistema ético* do núcleo, com a chegada de expressivos contingentes de intelectuais. A defesa da liberdade de expressão tornou-se uma nota dominante a partir desta fase, embora já fosse temática comum no *Portugal Democrático*, desde sua fundação. As críticas à ideologia nacional do regime desdobraram-se para além de sua propaganda, quando se debateu a "cultura nacional". Neste sentido, a busca da modernidade foi contraposta ao ruralismo e ao obscurantismo das idéias, atribuídos ao salazarismo. Ao conservadorismo autoritário contrapôs-se a uma defesa em prol da abertura à universalização da "cultura portuguesa" (curiosamente, o Portugal empreendedor, mas que não se confunde com o colonialismo). Tornou-se uma das temáticas centrais do núcleo o estabelecimento de uma diferenciação frente à "cultura oficial", através de manifestações e modos de expressar, evocando-se, sobretudo, a liberdade de criação.

Contudo, o surgimento de cisões levantou o questionamento sobre o modo de atuação política e o papel a serem assumidos pela oposição no exílio. Neste sentido, a busca de uma ação conjunta, coletiva, foi reforçada como valor, mediante o "individualismo" de expressivas lideranças políticas que aportaram no Brasil. A questão central, de integração do núcleo em

uma "unidade", passou por uma reelaboração substantiva, para que se reforçasse o caráter unitário do movimento.

Nesse momento o esquema de significação foi reavaliado na prática. De fato, a ordem do dia passou a ser discutir quais os critérios da "unidade", e com quem estabelecê-la? A partir da formação da UDP o "anticolonialismo" tornou-se gradativamente um valor, assim como o fim dos preconceitos ideológicos e a defesa da democracia. O "anticomunismo" que, estreitamente vinculado à Guerra Fria, desde há muito vinha fragmentando as forças da oposição, também figurava em sua "declaração de princípios". A reconstrução da "unidade", através da ação, marcou a fase final da "resistência" no exílio, a par da coesão interna e do esforço de diferentes correntes em afirmarem sua identidade política.

A partir dessa fase, o questionamento da ideologia nacional-colonial tornou-se cada vez mais central e um dos elementos estruturantes das ações do núcleo. Até esse momento, as críticas da oposição portuguesa no exílio assentavam-se mais sobre a propaganda do regime e suas produções culturais do que à sua ideologia nacional-colonial.

Paralelamente, outro desafio que se impunha à "resistência" era o de definir o seu próprio *modo de atuação*. Novamente, a "Carta de Princípios" da UDP foi o documento que procurou dar organicidade a uma orientação ético-política. Definiu-se o papel da "resistência" no exílio; o apoio ao "anticolonialismo", a aspiração pela libertação de Portugal e suas colônias, independentemente da extensão dos avanços dessa transformação social; a unidade sem preconceitos ideológicos (o reforço à cobrança às democracias ocidentais e a crítica ao "anticomunismo" da Guerra Fria); a crítica ao regime, com relação ao seu *projeto nacional*, sua ideologia, seu aparato político-institucional; o pacifismo; a disciplina coletiva contra o individualismo nas ações; a autonomia frente a tendências partidárias; o internacionalismo. E, principalmente, o reforço de uma "unidade na ação". A ação, mais do que antes, tornou-se um valor *em si* e *para si.* Nesse sentido, compreendia-se que as causas da "resistência" somente

seriam possíveis de se concretizarem através de uma constante conduta política contestatória, mesmo que não houvesse "unidade" ideológica: "soubemos esperar combatendo, e combatendo nos mantivemos unidos", avaliou Miguel Urbano Rodrigues em seu discurso em nome do "Conselho Editorial" do *Portugal Democrático*, após o fim do exílio. A principal tarefa, nesta visão de mundo, é "a ação de resistir".

Assim, foi a partir de 1961 que o processo formativo do núcleo assumiu gradativamente uma coesão interna. Nesta altura, o *sistema ético* do núcleo adquiriu uma formulação teórica, com base na experiência de anos de atividade de oposição, em Portugal e no exílio. Contudo, pelo menos até 1964 a "Carta de Princípios" e a própria UDP não alcançaram a eficácia desejada, em decorrência de um contexto histórico que mesclou o aumento de mobilizações sociais com vistas a processos revolucionário no Brasil e na América Latina, à iminência do fim do Estado Novo português, após o início dos confrontos em África. A "unidade" esteve em suspenso num momento onde diferentes correntes da oposição buscaram afirmar sua identidade política. Somente após o golpe militar no Brasil é que tornou-se efetivo o *sistema ético*, quando as correntes e militantes que compunham o *Portugal Democrático* se amalgamaram. Na prática, os princípios defendidos pelo coletivo adquiriram coerência e passaram a julgar e a justificar todas as ações e posicionamentos do núcleo. Portanto, a *pertinácia* do *Portugal Democrático* e sua persistência no tempo podem ser compreendidas tanto por sua constituição como núcleo e suas negociações e articulações políticas, no processo, quanto pelo estabelecimento de um *sistema ético* de uma "resistência", apoiado em um universo simbólico próprio, formulado historicamente. Tal formação diz respeito, ainda, a um contexto específico, ao espírito de uma época e de uma sociedade, mas tornou-se, após o fim do regime, num *legado* político, apropriado e ressignificado por alguns setores da imigração portuguesa no Brasil[99]. Mesmo com as limitações impostas pela alteração do

[99] Conferir seção 5.4.

contexto político no Brasil, o *Portugal Democrático* modificou algumas de suas estratégias, mas sem deixar de buscar o mesmo sentido e coerência em suas práticas.

Por fim, cabe ainda perguntar por que motivos a ação política continuada, traduzida numa *ética da resistência* tornou-se, para essas pessoas, num "dever" – de tal modo que a principal "tarefa" passou a ser a de "resistir"? Parte da resposta reside no fato de que a ação política constituiu-se, para esses militantes, num *valor para si*, um *ethos* central no *sistema ético* compartilhado. De modo complementar, a ação política era vista como uma forma de afirmação da própria condição humana. A noção de *pessoa* compartilhada pelo núcleo pressupunha o ato político engajado como o ser sujeito de sua própria história e expressão de sua própria humanidade. Este foi, ao meu ver, um dos elementos centrais (senão o central) do esquema nativo, e substrato para todas as ações de "resistência".

Isto posto, explicita-se a importância política dos exilados, tanto para a difusão de idéias políticas e sociais - o que muitas vezes também o fez os chamados "imigrantes econômicos" -, quanto para a constituição de organizações políticas no país de exílio que são peculiares - embora relacionadas -, àquelas de partidos, sindicatos e outras formas de associações e mobilizações sociais: o vínculo com o país de origem e a aspiração de pôr fim ao exílio produzem uma práxis diferenciada, ao mesmo tempo em que atribui significados distintos à tal prática, tornando-a uma experiência única. Talvez isto explique a recorrência, nos depoimentos, da frase:"uma vez exilado, para sempre exilado".

5.4 TRADIÇÃO MILITANTE, MEMÓRIA E RECONHECIMENTO SOCIAL TARDIO

Esta seção pode ser encarada como uma espécie de prólogo. As celebrações, homenagens, produção de memórias e diversas formas de manifestar o reconhecimento social dos personagens aqui estudados, suas obras e atividades, serão tratados nesta seção, que se

desdobra com uma etnografia acerca dos modos como o período do exílio é interpretado para a produção de uma memória coletiva cuja referência principal é o legado deixado por uma "tradição militante".

Homenagens a intelectuais portugueses que estiveram exilados no Brasil ocorreram ainda durante a vigência do Estado Novo em Portugal. Em 1957, por ocasião do seu retorno do exílio, Jaime Cortesão recebeu o título de cidadão paulistano como forma de reconhecimento pelo trabalho de pesquisa histórica e organização de exposição, desenvolvidos para as celebrações do IV Centenário de São Paulo. O governo brasileiro também lhe prestou uma homenagem, através da concessão da Ordem Cruzeiro do Sul. Após o 25 de Abril, o Estado português, através do Instituto Camões, fundou, no Brasil, duas cátedras que fazem referência a intelectuais que estiveram exilados durante a vigência da ditadura em Portugal: a primeira, na Universidade de São Paulo, recebeu o nome de Jaime Cortesão; em seguida, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi criada a Cátedra Jorge de Sena. É importante destacar que a constituição dessas instituições contou com o apoio e iniciativa de intelectuais brasileiros, em muitos casos de discípulos ou estudiosos das obras desses autores.

Nas universidades onde lecionaram, diversas iniciativas têm marcado a lembrança e a celebração do legado de conhecimento que produziram, entre outros, Joaquim Barradas de Carvalho, Adolfo Casais Monteiro e os "matemáticos portugueses do Recife". Neste último caso, Ruy Luiz Gomes dá nome a um auditório no Centro de Ciências da Natureza da Universidade Federal de Pernambuco e a um concurso de monografias. Em 1997, o Congresso Luso-Brasileiro de Matemática homenageou a produção coletiva dos matemáticos portugueses que estiveram em Recife e no Rio de Janeiro, o que inclui o caso de António Aniceto Monteiro[100]. Muitos de seus discípulos e colegas de profissão têm prestado depoimentos voltados para a constituição do campo de pesquisa científica matemática no

[100] Na Argentina, António Aniceto Monteiro, a exemplo do que ocorre com Ruy Luiz Gomes no Recife, dá nome a um dos mais importantes concursos científicos daquele país.

Brasil, com singular referência à presença portuguesa. Para os casos de Casais Monteiro e Joaquim Barradas de Carvalho, ao universidades onde lecionaram organizaram números especiais de publicações científicas como uma forma de homenagem póstuma.

Mas, para além das homenagens individuais, o que nos interessa assinalar são as iniciativas, rituais e celebrações destinados a homenagear o legado de produção de conhecimento de intelectuais portugueses em uma perspectiva coletiva. Um esforço em apreender as contribuições desses intelectuais no seu conjunto, incluindo iniciativas pessoais e coletivas, foi sugerido em um primeiro momento por Carlos Drummond de Andrade, em uma crônica publicada no Jornal do Brasil por ocasião do falecimento de Adolfo Casais Monteiro, em 1972: "vieram para fazer alguma coisa mais que fugir a restrições e constrangimentos: vieram ensinar nas faculdades e debater questões teóricas, estimulando o espírito do livre exame" e, mais adiante, aponta para a importância de um estudo do trabalho desenvolvido por esses intelectuais, em seu conjunto, uma vez que as contribuições que trouxeram "para o meio cultural brasileiro ainda não foram avaliados" (*apud* SANTOS, 1999a: 23).

Em 1990, uma iniciativa do jornalista João Alves da Neves serviu para homenagear a presença de intelectuais portugueses no Brasil do século XX em seu conjunto, através de palestras com base em estudos sobre as obras dos homenageados (NEVES, 1992)[101]. Mas foi em 1998, por ocasião do ano vinte da morte de Jorge de Sena que, um grupo de estudiosos deste autor, ligado à área de letras e à Cátedra Jorge de Sena, da UFRJ, ao lado de estudiosos da mesma área, da Unesp de Araraquara e Assis - locais onde atuaram Sena, Casais Monteiro e Vitor Ramos -, resolveram levar adiante a iniciativa proposta por Carlos Drummond de Andrade. Uma exposição fotobibliográfica, organizada pelo artista plástico Fernando Lemos integrou-se às atividade de um Seminário sobre "Sinais de Jorge de Sena e demais escritores

[101] A iniciativa recebeu o nome de "Encontro dos Intelectuais e Artistas Portugueses do Brasil" e ocorreu na Biblioteca Municipal Mário de Andrade.

portugueses num Brasil recente"[102] destinado a homenagear e analisar "como eles entenderam, que participação eles deram, que massa crítica eles trouxeram sob o ponto de vista cultural para as obras literárias e poética no Brasil" (depoimento de Fernando Lemos). Entre os autores referenciados estavam Casais Monteiro, Agostinho da Silva, Carlos Maria de Araújo, Castro Soromenho, Eduardo Lourenço, Eudoro de Sousa, Melo e Castro, Fidelino de Figueiredo, Jaime Cortesão, João Sarmento Pimentel, Joaquim Barradas de Carvalho, Manuel Rodrigues Lapa, Vitor Ramos e Sidónio Muralha, além da Exposição de Jaime Cortesão para o IV Centenário, o jornal *Portugal Democrático*, a editora *Giroflé* e a participação dos portugueses nos primeiros Congressos Brasileiros de Crítica e História Literária. No dia 02 de setembro daquele ano assisti, como parte da programação do Seminário, a palestra de Antonio Candido sobre "Intelectuais Portugueses e a Cultura Brasileira", na qual propunha o termo "missão" para designar o sentido das atividades realizadas por intelectuais brasileiros, tomados em seu conjunto, na sociedade e cultura brasileiras. Candido tomou por referência as missões estrangeiras que vieram para constituir algumas áreas de conhecimento na USP, mas ressaltou que se tratava de uma "missão de tipo especial, não apenas por não ser formada por grupos definidos nem ter existido oficialmente, mas porque atuou dentro do universo da mesma língua" (trecho transcrito do evento). Portanto, o sentido da missão a que se referia dizia respeito à aproximação entre os dois países – como troca recíproca e não de uma só via, como nas missões com intuitos coloniais. Neste sentido, Candido apontava na direção da retomada de um diálogo interrompido pelos modernistas, de aproximação e trocas entre a cultura brasileira e a portuguesa. Apesar de não terem sido contemplados por estudiosos, naquele dia também se fez menção à importância do trabalho dos "matemáticos portugueses do Recife" e às atividades de militância política. A proposta de Antonio Candido foi parcialmente levada adiante, através de duas publicações decorrentes do Seminário (cf.

[102] Título do Seminário.

LEMOS & LEITE, 2002 e GOBBI, FERNANDES & JUNQUEIRA, 2002), através de estudos sobre as trajetórias pessoais dos personagens ou sobre suas obras, em muitos casos com ênfase no período brasileiro de suas vidas e para as contribuições que deram para uma aproximação entre a produção cultural dos dois países.

No que concerne a este trabalho, pudemos averiguar que o termo "missão esteve associado às "tarefas", "deveres" ou "responsabilidades" do intelectual frente às questões do seu tempo, sentido engendrado em um contexto europeu, a partir do caso Dreyfus, mas também com especificidades do contexto português. Mas, de fato, o exílio tornou direto o contato que intelectuais brasileiros e portugueses estabelecerem desde, pelo menos, o primeiro modernismo. Contudo, partimos da tese de que, em primeiro plano, a partida para o exílio representava a continuidade de *projetos* engendrados em Portugal e, muito mais como conseqüência do que elemento central apareceu no horizonte a vinda para o Brasil com o intuito de reforçar as trocas e intercâmbios culturais entre os dois países. De certo, podemos considerar, contudo, que em certas trajetórias a perspectiva de aproximação com a cultura brasileira pode ter sido o fator determinante mas, pelos depoimentos que deixaram registrados a maioria dos exilados aqui estudados, a contínua relação dinâmica com a sociedade e cultura portuguesa, no estrangeiro, apresentou-se como elemento central à práxis intelectual.

Ademais, além dos meios culturais e universitários, a presença e o legado político da oposição ao Estado Novo exilada no Brasil tem sido celebrada por associações de imigrantes, sobretudo aquelas cujos membros têm trajetórias pessoais ligadas às atividades da "resistência". Com o fim do regime salazarista, muitos dos antigos exilados retornaram a Portugal e procuraram participar dos acontecimentos da Revolução, seguindo orientações partidárias e programáticas diversas, decorrentes do processo de redemocratização da sociedade portuguesa. Contudo, uma parcela considerável desses militantes retornou ao Brasil ou aqui permaneceram e fundaram, em 1982, o Centro Cultural 25 de Abril (CC25A), em São Paulo.

De fato, os signos da *resistência*, do anti-colonialismo e as narrativas de nação engendrados durante os anos de resistência ao salazarismo permanecem em disputa e são, ainda hoje, passado os anos da Revolução dos Cravos e a entrada de Portugal na Comunidade Econômica Européia, aspirações de uma parcela da liderança imigrante no Brasil. Durante os anos de exílio, a celebração anual do 5 de outubro, aniversário da Revolução Republicana, teve grande significado para a "resistência". Após o fim do regime, a celebração do 25 de abril substitui a do 5 de outubro e tem sido organizada, ano após ano, em São Paulo, pela CC25A, associação que procura ressignificar a "tradição militante" decorrente dos anos do exílio, do *Portugal Democrático* e do antigo *Centro Republicano Português*. Neste sentido, a memória dos anos do exílio tem sido construída e celebrada, como parte da estratégia de lideranças políticas associativas que tiveram ligações com a "resistência". Estas práticas se inserem em um outro contexto sócio-histórico, pós-colonial, que passamos a descrever a seguir.

De fato, desde pelo menos a década de 1980 – e acentuadamente entre 1996 e 2001, durante o governo do Partido Socialista (PS) –, o Estado-nação português pós-colonial tem procurado criar laços junto às populações emigradas, através de um conjunto de políticas e da criação de espaços para encaminhamento de demandas. Além do mais, tem concedido o direito à dupla cidadania aos luso-descendentes e vem atribuindo aos chamados "portugueses espalhados pelo mundo"[103] o papel de *intermediários culturais* (WOLF, 1999) [104] na promoção da intensificação de trocas de capitais entre Brasil e Portugal, e no fomento de uma visibilidade pública de uma "nova imagem de Portugal" no Brasil, onde se representa um Portugal moderno e europeu (FELDMAN-BIANCO, 2001).

[103] Ao se imaginar não mais em termo de território imperial-colonial, mas de população, o estado-nação tem procurado incorporar os contingentes migratórios, como parte de uma estratégia que visa manter os vínculos com essas populações ou, em outros termos, como "um modo de continuar a mantê-los portugueses". A expressão "portugueses espalhados pelo mundo" vem em substituição, na própria legislação, à palavra "imigrante".
[104] Wolf utiliza-se da noção de *intermediário cultural* para se referir aos indivíduos capazes de atuar, como mediadores, em termos de expectativas tanto locais quanto nacionais.

Durante o processo de descolonização, decorrido após o fim da ditadura salazarista em 1974, os sucessivos governos procuraram rever a inserção de Portugal em novos espaços supranacionais, tendo-se optado pela entrada de Portugal na União Européia (U.E.), em 1986, e pela constituição, em 1996, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Nesses dois espaços, o Estado-nação português tem procurado reelaborar o seu papel de intermediário entre a Europa e a África – e sua centralidade em relação ao novo espaço lusófono (FELDMAN-BIANCO, 1992).

Por fim, o espaço das relações entre Brasil e Portugal tem se intensificado novamente, com a entrada de novos capitais e investimentos portugueses no Brasil, em decorrência do processo de privatização levado a cabo durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Como corolário, o Estado português tem procurado estreitar as relações com a "comunidade" portuguesa no Brasil, atribuindo-lhe a responsabilidade – ou compromisso – em trabalhar por uma mais intensa reaproximação dos dois países. O discurso que procura justificar a necessidade de vínculos entre esses dois países não é muito distinto daquele apregoado por Gilberto Freyre, em suas teses sobre o lusotropicalismo. A associação entre afetividade (os laços de irmandade e a semelhança entre Brasil e Portugal) e migração de novos capitais encontra-se outra vez presente, no contexto de novas inversões que fazem de Portugal um dos principais investidores no Brasil.

No dia 27 de abril de 1997 realizou-se o primeiro ato que viria a compor a figuração de poder que aqui se analisa: as primeiras eleições para a constituição do Conselho das Comunidades Portuguesas. Câmara de caráter consultivo, composta por cem Conselheiros (25 do Brasil e os demais de diversos países onde há número expressivo de imigrantes portugueses), essas eleições revestiam-se de um dado significativo: tratava-se da primeira possibilidade de se exercer, na emigração, o direito do voto. As chapas que se constituíram acabaram por repor clivagens internas à "colônia" portuguesa em São Paulo, relacionadas ao

passado salazarista. De um lado, antigos exilados do regime e, de outro, membros de associações cujo passado esteve, de algum modo, vinculado ao apoio ao regime ditatorial. As eleições foram marcadas por acusações recíprocas de "salazaristas" e "antidemocráticos". Entretanto, um desafio comum a ambas as lideranças emergiu desse processo: solucionar o chamado dilema da "invisibilidade", expresso na fraca presença às urnas, em torno de 121 mil votantes em um universo de quase 3 milhões de eleitores aptos ao voto.

Encontrar um modo de despertar nos "portugueses espalhados pelo mundo" o interesse não apenas por uma afirmação identitária como "português", mas o próprio interesse em participar do conjunto de políticas então propostas pelo governo português, representava um desafio tanto para o governo - que para tanto conclamava, em seguidos atos públicos, os *intermediários culturais* -, quanto para essas lideranças. A aparente "apatia" do imigrante diante de direitos que a ele estavam sendo outorgados encontrava-se expresso no que se chamou, no decorrer do ato, de dilema da "invisibilidade". Em outros termos, o que temos nos deparado é com uma espécie de "dilema de legitimidade".

A crença na legitimidade de algo como, por exemplo, um conjunto de políticas imigratórias é, de acordo com Weber (1964), elemento central para que se constitua uma relação de dominação. Ao definir a dominação como a probabilidade de ser obedecido, esse autor via na legitimidade uma pretensão à obe-diência, não uma certeza. A ação de obedecer, por sua vez, pressupõe interesse[105].

Outras condutas, que não a máxima do Estado, apontam-nos para a diferenciação estabelecida por Weber entre legal (legalidade do Estado) e legítimo (onde a premissa é o reconhecimento social) e chamam a atenção para o fato de os indivíduos estarem orientados por mais de um conjunto de normas, que não apenas aquelas dos direitos, por exemplo.

Interessado em atrair o maior contingente possível de imigrantes, o então governo do PS passou a disponibilizar verbas, a partir de 1999, para atividades que promovessem a

participação desses imigrantes nas atividades de estreitamento das relações econômicas, culturais e políticas entre Brasil e Portugal. Mais especificamente, o governo português, que passaria a investir fortemente no mercado brasileiro, neste momento, via no numeroso contingente de imigrantes neste país, empresários ou consumidores em geral, a possibilidade de atrair fiéis "aliados", "clientes" e "consumidores", além da dinamização das redes de remessas de dinheiro da imigração para Portugal.

Ao disponibilizar tais recursos o Estado português visou, ainda, a objetivação de uma cultura portuguesa moderna e européia, como parte da estratégia de atração de investimentos no espaço bilateral Brasil-Portugal. Entretanto, tem encontrado respostas diferentes, tanto da parte daquelas lideranças – os *intermediários culturais* -, quanto dos demais imigrantes.

Ao descrever a rede de relações entre imigrantes portugueses em São Paulo, cabe-nos ter como pano de fundo uma disputa, constantemente em aberto, em torno do estabelecimento sobre quem tem força para impor as representações do mundo social ou, em outros termos, em torno da aquisição do monopólio da violência simbólica legítima (WEBER, *op.* cit.). Revestir de crença e legitimidade suas ações é o que tem sido aspirado não apenas por representantes do governo português, mas por aqueles imigrantes que se apresentam como lideranças ou *intermediários culturais*. No caso de São Paulo, as lideranças têm se diferenciado em torno de duas questões substantivas: 1) a relação que travaram no passado com o regime salazarista, seja de apoio ou de oposição; 2) a afirmação do regionalismo ou de uma visão "nacional" do "ser português".

Imigrantes que vieram para o Brasil fazer fortuna, trabalhadores de origem rural ou urbana e antigos exilados do salazarismo, constituem apenas algumas das experiências que decorrem da ancestral imigração portuguesa para este país (e da ambivalente *presença* do português como colonizador e imigrante). Entrecruzam-se, ainda, múltiplas referências de tempo e espaço (regionais, nacionais, transnacionais), que se relacionam a experiências

[105] Necessário dizer que tais interesses não se restringem ao material ou a uma suposta racionalidade econômica.

migratórias, trajetórias de vida e localizações sociais específicas, sendo acionadas por esses imigrantes para comporem as mediações simbólicas pelas quais tempo e espaço participam da figuração do social.

Talvez por esses motivos a produção de memórias tem se tornado uma das arenas privilegiadas das disputas por poder e legitimidade como *intermediário cultural* entre Brasil e Portugal. De fato, a construção de memórias traz no seu bojo não apenas respostas diferenciais às políticas de objetivação da cultura portuguesa, mas referenciais à produção de identidades, traduzindo modos distintos de imaginar o pertencimento à nação. A promoção de eventos, festejos, celebração de datas e edificação de monumentos têm trazido à tona os dilemas de se imaginar a *presença* portuguesa no Brasil.

A partir da disponibilização de recursos oficiais e de cargos (de confiança ou eletivos) para a promoção de uma imagem do "Portugal moderno e europeu" (em contraposição aos estereótipos de "atraso" e "ignorância", em geral acionados por brasileiros), uma série de eventos, celebrações e a constituição de marcos simbólicos na paisagem paulistana têm disputado e fomentado, de maneira diferencial, a renovação da imagem de Portugal no Brasil.

A aposta no estado pós-colonial e na promoção da imagem de uma nação européia, moderna e empreendedora tem ficado a cargo de instituições governamentais que, em São Paulo, encontram-se instaladas no "complexo" da Casa de Portugal. O consulado português desta cidade, o Instituto Camões (responsável pela área cultural) e o ICEP – Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal.

A Casa de Portugal é o segundo elo aqui descrito de uma rede de relações de poder entre os imigrantes portugueses em São Paulo. Composta por antigas lideranças, cujo passado está associado, de alguma maneira, ao salazarismo, este segmento da imigração que tem sido alcunhado de "comendadores" (no passado, um símbolo de honraria, no presente, uma categoria acusatória), concentra-se em algumas associações, como a Casa de Portugal de São Paulo, a

direção da Federação das Associações Luso-Brasileiras, a Academia Lusíada de Letras e Artes, as diversas sedes regionais do Real Gabinete Português de Leitura, o Conselho das Comunidades Luso-Brasileiras e a Câmara de Comércio.

Embora sob várias siglas, essas associações são controladas por um número muito restrito de imigrantes, onde o acúmulo de cargos não é algo incomum. Em vista das atuais políticas culturais e de investimento portuguesas, tais lideranças têm se empenhado na promoção de eventos os mais variados, cujo cronograma intercala atividades culturais, rodadas de negócios e celebrações públicas e religiosas, com destaque para a construção ou restauro de monumentos e bens simbólicos na paisagem paulistana. Em várias dessas ocasiões, a figura de Camões é retomada, agora como símbolo de um Portugal da nova era, europeu, empreendedor, desterritorializado. Simboliza, ainda, o "caráter épico e desbravador dos portugueses", tanto por (uma leitura de) sua obra, quanto por sua vida além-mar. Enaltecem a figura do imigrante, como modelos de "heróicos empreendedores" na "aventura" ou "destino migratório" do país, o que conota uma associação direta com as imagens do salazarismo acerca do "império", das "colônias" e dos "imigrantes". Nas manifestações públicas, consideram a recente demanda portuguesa por mercados para além das fronteiras nacionais como o revigoramento de "um grande feito histórico", significando, para Portugal, um "novo ciclo de expansão internacional".

Ocorre, no entanto, de São Paulo ter sido, num passado algo recente, um dos principais centros de contestação ao Estado Novo e, por conseguinte, ao colonialismo português, congregando alguns dos mais importantes núcleos de oposição a esse regime. O Centro Cultural 25 de Abril (CC25A) constitui um terceiro elo da rede de relações que estamos a detalhar. Fundada em 1982, esta associação congrega os antigos exilados e membros da oposição ao salazarismo, que atuaram, em São Paulo, através do jornal *Portugal Democrático* e do *Centro Republicano Português*.

Um quarto elo completa a rede de relações entre os imigrantes portugueses de São Paulo aqui detalhada. Trata-se das casas de apelo regional, dentre as quais a de maior destaque é a Casa dos Açores. Fundada em 1974, logo após a Revolução, com o intuito de "reviver a tradição", a associação tem voltado suas atividades culturais para a promoção da açorianidade, através de festejos religiosos (o calendário da Casa dos Açores segue datas religiosas católicas, como dia de pentecostes e páscoa) e juninos, procurando celebrar a "tradição", a "autenticidade" e o regionalismo (SANTOS, 1998).

Os atos que se seguiriam, como desdobramento dos investimentos anunciados pelo governo português no início de 1999, tornariam-se situações liminares para a observação dos comportamentos dos indivíduos e instituições em questão.

No dia 22 de abril de 1999, junto à estátua de Pedro Álvares Cabral, no Parque do Ibirapuera, celebrava-se o aniversário do "descobrimento do Brasil", além do "Dia da Comunidade Luso-brasileira". Ao lado de políticos locais, lideranças migrantes, governamentais e empresariais lusas (a maioria ligados à Casa de Portugal), assistiram ao discurso do cônsul português de São Paulo, do qual destacamos o trecho:

> Eu penso que esta data que hoje é importante, para o ano é mais importante ainda porque estamos a comemorar 500 anos e penso que temos a sorte de estarmos a comemorar esta data numa altura em que a relação entre os dois países, Portugal e Brasil, nunca foram tão estreitas, desde a independência do Brasil, penso. Temos relações políticas excelentes hoje, como pudemos ver pela recente visita do Presidente Fernando Henrique a Portugal, pela forma como as coisas ocorreram e que, além disso, uma presença econômica no Brasil das nossas empresas, que é cada vez mais forte. Os investimentos aqui, nós estamos neste momento em quarto lugar (...). Penso que, o fato de hoje em dia termos ultrapassado a fase em que havia apenas os símbolos e laços afetivos entre os dois povos, para termos também uma entrada e uma participação muito forte na área política e econômica. Para tal, é de fundamental importância a atuação e o empenho da "comunidade portuguesa" no Brasil. Creio que com tudo isto estão criadas as condições para que as comemorações dos 500 anos dentro de um ano sejam um marco que vá ser lembrado durante muitos anos aqui.

No dia 10 de julho desse mesmo ano, data que marca a celebração do Dia de Camões e das Comunidades Portuguesas, junto à estátua de Camões no centro de São Paulo (em frente à biblioteca municipal Mário de Andrade), Francisco Knopfli, então embaixador português no Brasil,

voltou a reforçar esses argumentos, destacando ainda mais a importância das populações migrantes para o reforço desses vínculos "culturais, afetivos, políticos e econômicos".

Já a data do 25 de Abril, aniversário da Revolução dos Cravos, tem sido celebrada anualmente, pelo núcleo de imigrantes reunidos em torno do CC25A, desde 1975, antes mesmo da fundação da associação. A celebração do "Dia da Comunidade Luso-Brasileira" provocou reações críticas do CC25A, não apenas por discordarem da retomada do calendário salazarista, mas pela associação entre "comunidade" e figuras de "empreendedores e heróis descobridores". O CC25A tem preferido ressaltar "o caráter forçado dos fluxos migratórios", seja por motivos políticos ou econômicos. Têm optado, ainda, por um discurso que visa ressaltar as difíceis condições de vida da maioria dos portugueses no Brasil. Discordam, portanto, do modo tido pelo núcleo por "ufanista" representado nas manifestações dos chamados "comendadores". O desagravo foi ainda maior quando souberam que, à programação do 22 de abril, seguir-se-iam apresentações com artistas cujos nomes e canções estavam ligados aos acontecimentos da Revolução e, no mesmo dia e horário da celebração do 25 de Abril pelo CC25A haveria uma "Missa do Descobrimento", com cobertura pela TV (SBT), celebrada pelo Padre Marcelo Rossi, tendo como outros atrativos a vinda de uma imagem de Nossa Senhora de Fátima e de um padre português cuja ascendência familiar remontava a Pedro Álvares Cabral.

Em decorrência desses acontecimentos, o CC25A publicou artigos manifestando suas opiniões na imprensa migrante. A principal iniciativa do núcleo consistiu na proposta de criação de uma data: o "Dia da Diáspora". A expressão "diáspora" viria a reforçar o caráter forçado dos fluxos migratórios e uma postura "não laudatória" da condição migrante, entre outras acusações direcionadas aos comendadores, como a de que "usavam das celebrações de datas para se enaltecerem e se apoiarem em cargos de interesse pessoal". A data escolhida foi o dia 5 de outubro, dia que marca o início da Revolução Republicana de 1910, de forte apelo simbólico,

tendo sido comemorada durante todo o período do exílio, retomada como celebração após 25 anos.

De fato, o CC25A estava reivindicando o reconhecimento de um legado ativismo cultural e político, ao lado de uma participação de seus membros como *intermediários culturais* nas então recentes políticas de governo para a migração. Uma dessas disputas se deu por ocasião da Bienal do Livro de São Paulo em 1999, cuja temática central naquele ano foi a "literatura portuguesa". A Academia Lusíada de Letras e Artes, com sede na Casa de Portugal, teve membros de seu quadro escolhidos para a promoção das atividades de divulgação cultural do evento, por parte do governo português, sendo seu então presidente o indicado para os contatos públicos. A reação pública do CC25A foi imediata. Além de se dirigir à imprensa migrante, fez circular uma "carta aberta" nos corredores da Bienal, denunciando a presença de "antigos agentes da PIDE", a polícia política do regime salazarista, entre os quadros representativos das atividades a cargo do governo português. As indicações, de fato, provocaram a indignação emotiva de vários dos antigos exilados que compõem o CC25A, que apontaram alguns dos representantes escolhidos como responsáveis por uma série de prisões realizadas pelo DOPS em 1961, onde um dos inidicados, de acordo com depoimentos e artigos acusatórios publicados ao longo de 1999, identificava e apontava pessoalmente os integrantes da oposição ao regime, nos porões do DOPS.

Outro desdobramento desse ato consistiu na reinauguração da sede do CC25A e na elaboração de uma programação "cultural e artística". Alegavam que a eles cabia este papel de promotor cultural, uma vez que durante o todo o período da ditadura salazarista foi no exílio, e através dos anti-salazaristas (muitos deles participantes diretos do jornal "Portugal Democrático") que se produziu uma literatura e manifestações artísticas vinculadas à modernidade e sem comprometimento político ou estético com o antigo regime.

Entre abril e julho de 2000, integrantes da Casa de Portugal reinaugurariam os monumentos a Pedro Álvares Cabral e Camões, por ocasião da celebração dos "500 anos de descobrimento do Brasil". O CC25A se opôs às comemorações do "descobrimento". Em 2001, durante as celebrações anuais do 25 de Abril, inauguraram o "Monumento ao 25 de Abril – Revolução dos Cravos", erguido no "Largo Mestre de Aviz", local que já congregava estátuas de Fernando Pessoa e do Infante Dom Henrique.

Através de festejos juninos, ranchos folclóricos e da celebração do "Divino Espírito Santo", a Casa dos Açores, localizada na Vila Carrão, bairro de forte presença demográfica de trabalhadores portugueses, tem sido a associação que maior número de imigrantes tem atraído para seus eventos. A festa, as missas, as comidas "típicas" e os grupos folclóricos, em associação com programas de rádios obtêm inigualável sucesso de público, em comparação com as outras atividades promovidas pela Casa de Portugal e pelo CC25A.

Portanto, a aspiração de legitimidade como *intermediário cultural* junto ao governo português tem sido marcada pelas celebrações e rituais acima descritos e por outras iniciativas que têm visado atrair os demais imigrantes portugueses. Além dos elementos ideológicos, essas associações, em conjunto com empresários portugueses e o governo, têm dinamizado iniciativas como a concessão de créditos, facilidades de abertura de contas correntes (na Caixa Geral de Depósitos; no Brasil, Banco Bandeirante), encaminhamentos e divulgação de pedidos de dupla cidadania, disposição a um investimento pessoal e econômico em promover atividades culturais, inaugurar monumentos, patrocinar a imprensa imigrante, entre outros.

Por seu turno, os representantes do Estado português têm de saber dividir suas atenções a essas múltiplas manifestações. Acusado de apenas ir aos festejos e celebrações da Casa de Portugal, o Cônsul português de São Paulo passou a discursar nas comemorações do 25 de Abril e freqüentar os ranchos folclóricos e festas regionalistas. O Instituto Nacional do Folclore tem promovido cursos, desde 1974, com o intuito de "orientar, treinar e formar" pessoal qualificado em

representar danças e cantos 'tradicionais' regionais e portugueses de modo "autêntico" (KLIMT, 2000). O critério de "autenticidade" é um elemento de disputa entre os diferentes ranchos folclóricos e é através desses ranchos e das festas regionalistas que o governo, em conjunto com tais associações, têm conseguido atrair um expressivo número de imigrantes e luso-descendentes que vêm a se reconhecer como portugueses.

A imagem de um "Portugal moderno e europeu", simbolizado por novos investimentos no Brasil através de bancos, empresas de telecomunicações, redes de supermercados e indústrias (ou pela ressignificação do "expansionismo imperial português"), entre outros, deparou-se com um reconhecimento do ser português ruralista, regionalista e tradicional.

Norbert Elias (s/d) chama a atenção para que se compreenda as relações humanas como processos que configuram as regras, em padrões de equilíbrio[106], onde nenhum agente tem poder em si, pois este é relacional. O governo português depende da adesão dos imigrantes e lideranças associativas, tendo em vista, entre outros aspectos, a intensificação da troca de capitais. A interdependência é recíproca. O financiamento dos festejos, atividades culturais ou rodadas de negócios têm sido dinamizadas pelo governo, através do ICEP, do Instituto Camões e do Instituto Nacional do Folclore. Essas lideranças, por sua vez, também dependem da adesão dos imigrantes, sendo algo valorizado socialmente conquistar a probabilidade ou disposição para seguir a orientação de tais lideranças associativas. A adesão de imigrantes, no presente, torna-se capital simbólico para se reivindicar a legitimidade como *intermediário cultural*.

As disputas giram em torno de quem tem mais poder sobre a representação do mundo social, dinamizando as políticas, encadeadas a interesses distintos, numa disputa constante pela manutenção ou alteração do modo pelo qual se "configura" o equilíbrio das forças.

---

[106] A noção de equilíbrio, em Elias, não remete à idéia de que os agentes detenham as mesmas capacidades de poder, partilhadas entre si, mas a de que se estabelecem "padrões de equilíbrio" através da figuração de certa ordem de poder, não necessariamente igualitária. Encontrar esse padrão, analiticamente, é tarefa de elaboração sociológica.

A importância que Elias atribui aos valores, como motivadores para os homens, nos faz perguntar sobre quais os valores em jogo. Talvez o valor que mais interessa nessa configuração social e política seja o do reconhecimento, aqui qualificado de modo diferenciado: reconhecimento do legado de intervenção cultural e política, para os membros do CC25A. O reconhecimento pelo sucesso alcançado no empreendimento da "aventura migratória", seguido de honrarias, aos integrantes da Casa de Portugal. A busca pela "autenticidade" e por "reviver uma tradição", como sentido às práticas dos membros da Casa dos Açores, cuja gratificação está em despertar os imigrantes para a singularidade de ser regional, e português.

Em todos os casos, este prestígio manifesta-se em homenagens, em cargos ou verbas. O que mobiliza esses grupos sociais, para além do fato de procurarem expressar uma "identidade", é o reconhecimento social do trabalho que empreendem. Os recursos de poder que lançam mão visam este reconhecimento ou legitimidade, através da adesão, isto é, da probabilidade da ação da obediência, com conseqüências simbólicas, materiais e políticas: a conformação de uma leitura do mundo social, seguida, em muitos dos casos, da indicação para cargos políticos.

Neste sentido, podemos observar que o exílio de intelectuais portugueses no Brasil encontra correlações com outros processos migratórios ou de exílio decorrentes dos desdobramentos da economia global e conjunturas políticas do século XX. No entanto, seus significados também são peculiares à presença secular do português no Brasil, às relações ambíguas entre os dois países, à imigração e às contínuas inversões que fazem, no presente, de Portugal um dos maiores investidores no Brasil – ao mesmo tempo em que o Brasil se tornou um país exportador de imigrantes, quando no passado figurava entre os países receptores da "grande migração". Tais especificidades permanecem nas tensões dialéticas presentes tanto nas relações entre os dois países quanto na reelaboração de categorias e práticas sociais de imigrantes e do Estado. Neste sentido, o legado de intervenção que imigrantes e exilados

produziram nos campos da cultura e da política têm sido continuamente apropriados e ressignificados: no presente, um dos mais significativos efeitos dos *projetos* que engendraram e levaram adiante no passado é o fato de que aqueles servem como referência, entre setores específicos da imigração portuguesa no Brasil, para a produção da memória e, por conseguinte, a reconfiguração de identidades.

6 **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste trabalho, propusemo-nos a analisar o processo de *transferência cultural* de *projetos* coletivos, de cunho cultural, político, profissional ou científico, decorrentes do exílio de intelectuais portugueses no Brasil, durante a vigência, em Portugal, da ditadura militar e do Estado Novo que se lha sucedeu, entre os anos de 1926 a 1974. Ao longo do texto, procuramos descrever os desdobramentos deste processo com o objetivo de se produzir uma reflexão sobre o exílio em sua dimensão *coletiva,* como fenômeno que pode ser estudado sob a perspectiva das Ciências Sociais. Assim, observamos que, os estudos literários e de psicologia, embora tenham por vezes alguma preocupação com a historicidade do fenômeno, direcionam-se mais à análise das condições subjetivas da experiência do exílio. Ao longo deste trabalho, procurou-se não se negligenciar este aspecto da questão, mas deu-se ênfase, sobretudo, a uma abordagem do exílio como experiência histórica e coletiva, e não apenas como pessoal ou individual. Essa dimensão histórica também se encontra marginalmente presente em obras que documentam ou reúnem análises acerca da atuação e dos trabalhos desenvolvidos por intelectuais exilados, nas quais as referências às práticas sociais de exilados aparecem menos enfocadas do que as obras produzidas pelos personagens em questão. Ora para celebrar ou reconhecer a importância dos personagens, ora para agregar estudos com diferentes recortes analíticos acerca dos mesmos, poucos são os trabalhos que oferecem uma compreensão do fenômeno do exílio coletivo em sua *totalidade*. Portanto, o desafio constituía-se na elaboração de uma perspectiva de análise que desse conta, num processo de longa duração, das experiências e vicissitudes pessoais e coletivas do exílio, sobretudo quando este traz consigo a especificidade da configuração de um *ethos* e de sentidos singulares a uma determinada experiência histórica e social.

Mas, outro aspecto inerente à literatura sobre o exílio consistia nas dificuldades de definição acerca de quem é um "exilado". Neste sentido, algumas abordagens enfatizavam as formas de expulsão, motivações para o exílio e seus significados, com distinções entre "fuga" e "partida"; as experiências sociais e psicológicas de exilados antes da partida; o ajustamento ou assimilação no país de recepção. Em contrapartida, optamos por um modelo de análise do fenômeno que concentrasse maior atenção às atividades e organizações, culturais e/ou políticas, de exilados, dirigidas às políticas do seu país de origem, ao regime ou ao sistema político como um todo, de modo a pôr termo ao seu exílio. Contudo, a opção por este tipo de análise não resultou em um enfoque exclusivo nas práticas sociais de exilados a partir das organizações constituídas no estrangeiro, mas em uma abordagem que abrangesse o processo como um todo, de modo a dar conta da migração de idéias e projetos e do nexo existente entre a gênese de intervenções políticas e culturais, em um contexto social europeu e português, e sua *transferência cultural*. Neste sentido, as organizações das quais participaram os personagens aqui estudados foram situadas na história dos dois países, reconstituindo-se suas histórias e os sentidos da atividade intelectual e de militância política que, a partir delas, foram engendrados.

Assim, a apresentação dos personagens se deu de modo associado às organizações ou intervenções culturais e políticas das quais participaram em Portugal. A contextualização do regime, seus aspectos ideológicos e estruturas, políticas e formas de intervenção, foram contrapostos às práticas da oposição, nos campos da política e da cultura, suas formas de sociabilidade – ou a sociabilidade possível em decorrência da censura – e os meios de reconhecimento social em diferentes campos de conhecimento. Em seguida, o processo de *formação* foi analisado a partir das interações estabelecidas em territórios intelectuais específicos pelos quais circulou os diferentes personagens: "movimento matemático", comunismo, republicanismo, "seareiros", "Universidade Popular", movimentos estéticos –

presencismo, neo-realismo, surrealismo -, experiência e interações que deram amálgama e sentidos à práxis e os inseriram em redes de relações em meios sociais da política e da cultura, internas ou externas a Portugal, cruciais para a partida e, em muitos casos, também para a inserção na sociedade receptora.

O localização na sociedade brasileira se deu através da bagagem cultural que traziam de antes do exílio, tendo sido ressignificada em um novo contexto social, marcado pela *presença* secular do português e do Estado Novo junto aos imigrantes. As especificidades históricas e sociais da sociedade brasileira de então, na qual a expansão econômica e do sistema de ensino, decorrentes da implantação de um capitalismo nacional e do desenvolvimentismo, produziram condições favoráveis ao aproveitamento de mão-de-obra qualificada, de especialistas. Apesar disto, a inserção em campos sociais os mais distintos se deu de maneira diferenciada. A oposição política se valeu da imprensa escrita, através da grande imprensa e da imprensa política, para constituir ou reforçar redes de esquerda. De fato, tais redes transpassaram os múltiplos campos sociais, de tal modo que a inserção da "questão portuguesa" atravessou organizações políticas (partidos, sindicatos, movimentos sociais e associações) e culturais (editoras, universidades, meios literários e artísticos, imprensa, entre outros). A atuação no ensino e na pesquisa se deu durante a vaga de expansão do ensino superior em São Paulo e no Recife, bem como do processo de constituição do sistema de pós-graduação no Brasil. Por outro lado, o golpe militar cessou ou tornou menos intensos muitos dos contatos e relações estabelecidos, conduzindo uma parte dos personagens a um duplo exílio. Além disto, a "questão colonial" e a emergência do conflito colonial em África deixaram evidentes as contradições na "unidade" até então alcançada pela oposição. As opiniões a respeito desta questão foram divergentes a ponto de tornar algumas das cisões definitivas.

No quadro dos exílios europeus do século XX, o exílio português no Brasil encontra características que lhe são próprias, em meio a muitas correlações com outros exílios que lhe foram contemporâneos. O emprego de certas categorias e estratégias de inserção e de intervenção cultural e política comuns, além de características históricas singulares a mobilizações sociais do entre ou pós-guerra, em um período fortemente marcado pela Guerra Fria, pela expansão do comunismo e do anticomunismo, do pacifismo e do anti-colonialismo, estiveram ao lado de aspectos singulares a um exílio de intelectuais portugueses no Brasil do século XX. A este respeito, o passado histórico de relações entre os dois países, a língua compartilhada, mas ao mesmo tempo sinal diacrítico, a imigração e o legado da colonização, entre outros fatores, produziram certo estranhamento brasileiro pela figura do "intelectual português", bem como algum "mal estar" português, produto da história de (des)encontros entre Portugal e Brasil. Neste novo contexto, as "fronteiras da condição migrante" - e o vocabulário nativo que lhe era constitutivo – foram ressignificados, tendo-se em conta elementos internos e externos às organizações e relações sociais constituídas no exílio.

Nas últimas seções, a análise dos efeitos da presença intelectual portuguesa buscou apreender as contribuições que deram à constituição, expansão ou consolidação de áreas de conhecimento em Recife e São Paulo, ao mesmo tempo em que se averiguou em que medida as atividades que exerceram no exílio encontra nexos constitutivos com a práxis desenvolvida nas organizações sociais das quais fizeram parte em Portugal, o que reforça a tese de que a *transferência cultural*, para ser apreendida analiticamente, demanda a análise do processo em sua totalidade, na longa duração. Assim, destacamos também a importância do exílio como processo de *transferência cultual* singular frente às "imigrações econômicas", bem como a de viajantes ou a de cientistas designados para "missões" específicas. Em particular, as organizações e os vínculos que mantêm com a sociedade de origem, o modo como encaram a permanência no estrangeiro demarcam diferenças quanto ao discurso, à práxis e às

intervenções políticas e culturais que realizam na sociedade receptora. A maior ou menor coesão entre os grupos e suas relações com a inserção e os efeitos alcançados no Brasil e os sentidos da práxis apreendidos em sua *totalidade*, com ênfase nas atividades de militância, constituíram-se em dois outros aspectos explorados neste trabalho.

Ao final, a trajetória do exílio, as organizações que constituíram e a presença que estabeleceram em múltiplos campos sociais, através de intervenções culturais e políticas, constituíram um legado que, ao longo dos anos, tem sido celebrado através de homenagens, rituais de reconhecimento ou publicações. A apreensão dos significados dos trabalhos que desenvolveram no Brasil – e não apenas – tem sido proposta como desafio nessas ocasiões, entre outras, como na proposição de Antonio Candido para que se encarassem as contribuições de intelectuais portugueses exilados, para a cultura brasileira, como uma "missão". Tarefa esta não apenas de levar, apoiar ou fazer constituir, no Brasil, determinadas áreas de conhecimento, mas também manter vínculos com as organizações – e seus sentidos e princípios – engendrados em Portugal ou em um contexto europeu, de oposição a regimes autoritários.

Além do legado no campo da cultura, a constituição de uma "tradição militante", que remonta ao período republicano e ao comunismo, mas que remete, sobretudo, à "resistência" em Portugal e no exílio, tem sido celebrada desde o 25 de Abril. No entanto, a partir da emergência do Estado-nação pós-colonial e suas políticas de aproximação junto aos emigrantes, tal "tradição militante", ao lado do legado de intelectuais portugueses exilados para a cultura brasileira e aproximação entre os dois países, têm se constituído em objeto de disputas por reconhecimento, através da produção de memórias, o pode ser encarado, também, como mais um dos efeitos do longo processo de *transferência cultural* que se deu entre Portugal e Brasil, ao longo do século XX, decorrentes de um processo social singular: o exílio.

REFERÊNCIAS

PUBLICAÇÕES EM LIVROS E ARTIGOS

ABRAMOVICH, Fanny. (2005) "Sidónio Muralha" in *Vidas Lusófonas* (www.vidaslusofonas.pt), 15p. Acessado em 07/07/2005.

ALEXANDRE, Valentim. (1998) "The Colonial Empire" in COSTA PINTO, Antônio. (ed.) *Modern Portugal*, Palo Alto/California, The Society for the Development of Science, pp.41-59.

AMORA, Antônio Soares (s/d) "Fidelino de Figueiredo" in *Fidelino de Figueiredo 1818-1967*, Lisboa: Biblioteca Nacional.

AMORIM, Silvana & AMORIM, Orlando. (1999) "Carlos Maria de Araújo: ´Eu sou Poeta por Acaso´" in *Convergência Lusiada*, 16, Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, pp.65-81.

ANDERSON, Benedict. (1993) *Comunidades Imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*, México, Fondo de Cultura Económica, 2ª edição.

ARCHER, Maria. (1955) *Os Últimos Dias do Fascismo Português*, São Paulo: Edição do Autor

_____. (1957) *Terras Onde se Fala o Português*, São Paulo: Edicão do Autor.

ARENDT, Hannah. (1989) *Origens do Totalitarismo*, São Paulo: Companhia das Letras.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. (2002) "Joaquim Barradas de Carvalho: o itinerário de um missionário dos novos tempos (Lisboa, Paris, São Paulo) in LEMOS, Fernando. & MOREIRA LEITE, Rui. (orgs.) *A Missão Portuguesa. Rotas Entrecruzadas.* São Paulo e Bauru: EDUNESP/EDUSC, pp.125-133.

BAGANHA, Maria I. B. (1994) "As correntes emigratórias portuguesas no século XX e seu impacte na economia nacional" in *Análise Social*, XXIX (128), 959-980.

BARNES, J.A. (1987) “Redes sociais e processo político” in FELDMAN-BIANCO, Bela. (org.) *Antropologia das Sociedades Contemporâneas – Métodos*, São Paulo: Global, pp.159-193.

BASTOS, Cristiana; FELDMAN-BIANCO, Bela & VALE DE ALMEIDA, Miguel.(orgs.) (2002) *Trânsitos Coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

BAVA JR., Augusto Caccia (1986) *A Dialética do Anti-Colonialismo: economia política da política exterior brasileira*, dissertação de mestrado em Ciências Sociais, PUC-SP.

BENDA, Julien. (1927) *La Trahison des Clercs*, Paris: Grasset.

BERARDINELLI, Cleonice. (2002) “Fidelino de Figueiredo, mestre dos mestres” in LEMOS, Fernando. & MOREIRA LEITE, Rui. (orgs.) *A Missão Portuguesa. Rotas Entrecruzadas.* São Paulo e Bauru: EDUNESP/EDUSC, pp.103-108.

BERNARDO, Maristela V. C. (1986) *Re-vendo a Formação do Professor Secundário nas Universidades Públicas do Estado de São Paulo*, Tese de Doutorado em Psicologia da Educação, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica.

BOFFA, Massimo. (1988) “Emigrés” in FURET, Francçois & OZOUF, Mona. (eds.) *Dictionaire Critique de la Révolution Française*, Paris: Flammarion, pp.346-359.

BOTT, Elizabeth. (1976) *Família e Rede Social*, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora.

BOURDIEU, Pierre. (1984) *Homo Academicus*, Paris: Lês Éditions de Minuit.

_____.(2004) *O Poder Simbólico*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____. (1996) *As Regras da Arte,* São Paulo: Companhia das Letras.

BRITO, J. M. Brandão de. & ROSAS, Fernando. (dir) (1996) *Dicionário de História do Estado Novo,* 2 volumes, Venda Nova: Bertrand Editora.

CAETANO DA SILVA, Eduardo. (2002) "Dialéticas da Inclusão e da Exclusão: lideranças portuguesas de São Paulo e a questão da invisibilidade" in *Convergência Lusíada*, n. 19, Rio de Janeiro, Real Gabinete Português de Leitura, pp.120-136.

CANDIDO, Antônio. (1964) *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*, São Paulo, Livraria Martins Editora, vol.1, 2ª edição.

_____. (2002a) "Prefácio" in LEMOS, Fernando. & MOREIRA LEITE, Rui. (orgs.) *A Missão Portuguesa. Rotas Entrecruzadas.* São Paulo e Bauru: EDUNESP/EDUSC, pp. 15-20.

_____. (2002b) "Intelectuais Portugueses e a Cultura Brasileira" in GOBBI, Márcia Valéria Zamboni; FERNANDES, Maria Lúcia Outeiro & JUNQUEIRA, Renata Soares (orgs.) *Intelectuais Portugueses e a Cultura Brasileira. Depoimentos e Estudos.* São Paulo e Bauru: EDUNESP/EDUSC, pp. 19-32.

CAPINHA, Graça. (1997). "Female Voices in the Poetry of Portuguese Immigrants" in *Oficina do CES* 92, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Julho.

CAPINHA, Graça. & FELDMAN-BIANCO, Bela (orgs.) (2000) *Identidades. Estudos de Cultura e Poder*, São Paulo, Editora Hucitec.

CARAÇA, Bento de Jesus (1970) "A Cultura Integral do Indivíduo – Problema Central do Nosso Tempo" in *Conferências e Outros Escritos*, Lisboa.

CARVALHO, Alberto Arons de. & CARDOSO, A. Monteiro (1971) *Da Liberdade de Imprensa*, Lisboa.

CARVALHO, Joaquim Barradas de. (1969) "Em Torno do Obscurantismo na Universidade" in *Paz e Terra*, 10, Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp. 59-71.

_____ (1974) *O Obscurantismo Salazarista*, Lisboa: Seara Nova.

CASTELO, Cláudia. (1998) *"O Modo Português de Estar no Mundo": O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, Porto, Edições Afrontamento.

COGGIOLA, Oswaldo. (org.) (1995) *Espanha/Portugal: o fim das ditaduras*, São Paulo, Xamã/FFLCH.

COSER, Lewis. 1984. *Refugee Scholars in America*, Chicago: University of Chicago Press.

COSTA PINTO, Antonio. (1994) *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa.

CUNHAL, Álvaro. (1994) *Acção Revolucionária, Capitulação e Aventura*, Lisboa, Edições Avante!, 2ª edição.

DEGL'INNOCENT, Maurizio. (1992) "L'esilio nella storia contemporanea" in DEGL'INNOCENT (org.) *L'Esilio nella Storia del Movimiento Operaio e L'Emigrazione*, Bari/Roma: Lacaita.

DELGADO, Iva. (1995) "O Brasil e a Saga de Humberto Delgado" in COGGIOLA, Oswaldo. (org.) *Espanha e Portugal. O Fim das Ditaduras*, São Paulo: Xamã/FFLCH História USP.

DEPARTAMENTO DE MATEMÁTICA (2005) "Luiz Freire - Discurso por ocasião da inauguração do Instituto de Física e Matemática", disponível em www.ufpe.br/dm/historiadoinstitutodefiscaematematica.html, acesso 29/06/2005.

EDINGER, Lewis G. (1956) *German Exile Politics: The Social Democratic Executive Committee in the Nazi Era*, Berkeley: University of California Press.

ELIAS, Norbert. (s/d) *O que é Sociologia*, Lisboa: Edições 70.

_____. & SCOTSON, John L. (2000) *Os Estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

ESQUÍVEL, Patrícia. (1996) "Presencismo" in BRITO, J. M. Brandão de. & ROSAS, Fernando. (dir) *Dicionário de História do Estado Novo*, 2 volumes, Venda Nova: Bertrand Editora, pp. 792-794.

FARINHA, (1995) "Fernando Queiroga: Um Revolucionário no Exílio" in *Penelope*, 16, pp.87-105.

FELDMAN-BIANCO, Bela. (org.) (1987) *Antropologia das Sociedades Contemporâneas – Métodos*, São Paulo: Global.

_____. (1992) “Multiple Layers of Time and Space: the construction of class, ethnicity and nationalism among Portuguese immigrants” in GLICK-SCHILLER, Nina.; BASCH, Linda. & BLANC- SZANTON, C. (orgs.) *Toward a Transnational Perspective on Migration: Race, Class, Ethnicity and Nationalism Reconsidered.* Annals of the New York Academy of Sciences, vol.65, julho, pp.145-174.

_____. (1995) “The State, Saudade and the Dialetics of Deterririalization and Reterritorialization” in *Oficina do CES*, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Janeiro.

_____. (2002) “Entre a ´Fortaleza` da Europa e os Laços Afetivos da ‘Irmandade’ Luso-Brasileira: um drama familiar em um só ato in BASTOS, Cristiana; FELDMAN-BIANCO, Bela & VALE DE ALMEIDA, Miguel. *Trânsitos Coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 385-415.

FIGUEIREDO, Fidelino de. (1936) *O Dever dos Intelectuais*, Porto: Livraria Lello e Irmãos.

FITAS, Augusto J. S. & VIDEIRA, António A. P. (orgs.) (2004) *Cartas entre Guido Beck e Cientistas Portugueses*, Lisboa: Instituo Piaget.

FIÚZA, Alexandre Felipe. (2006) *Entre um Samba e um Fado: a censura e a repressão aos músicos no Brasil e em Portugal nas décadas de 1960 e 1970*, Tese de Doutorado em História, Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Ciências e Letras, Assis: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

FOX, Richard. (1990). *Nationalist Ideologies and the Production of National Cultures*, Washington D.C, American Ethnological Monograph Series, Number 2.

GALVÃO, Walnice Nogueira. 2002. “O Congresso Internacional de Escritores de 1954: a chegada de Adolfo Casais Monteiro” in LEMOS, Fernando. & MOREIRA LEITE, Rui. (orgs.) *A Missão Portuguesa. Rotas Entrecruzadas.* São Paulo e Bauru: EDUNESP/EDUSC, pp. 23 a 28.

GARAY, Cristián & NORAMBUENA, Carmen. (2002) *Disconformes y Exiliados: Artistas e Intelectuales Españoles en Chile 1939-2000*, Santiago do Chile: Universidad de Santiago de Chile/Instituto de Estudios Avanzados.

GARCIA, José Manuel. (1987) *O Essencial Sobre Jaime Cortesão*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

GLICK-SCHILLER, Nina., BLANC-SZANTON, Cristina & BASCH, Linda. (orgs.) (1992) *Toward a Transnational Perspective on Migration: Race, Class, Ethnicity and Nationalism Reconsidered.* Annals of the New York Academy of Sciences, vol. 645, julho.

GOBBI, Márcia Valéria Zamboni; FERNANDES, Maria Lúcia Outeiro & JUNQUEIRA, Renata Soares (orgs.) (2002). *Intelectuais Portugueses e a Cultura Brasileira. Depoimentos e Estudos.* São Paulo e Bauru: EDUNESP/EDUSC.

GOMES, Alfredo Pereira. (1997) "Implantação no Recife de um núcleo de matemáticos portugueses na década de 50" in *Actas do II Encontro Brasileiro de História da Matemática & II Seminário Nacional de História da Matemática*, Águas de São Pedro, pp. 67-84.

GORJÃO, Vanda. (2002).*Mulheres em Tempos Sombrios. Oposição Feminina ao Estado Novo,* Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

GRAMSCI, Antonio. (1972) *A Formação dos Intelectuais*, Amadora: M Rodrigues Xavier.

_____. (1978) *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2ª. edição.

GRIFFIN, Roger. (1994) *The Nature of Fascism*, London and New York, Routledge.

GROPPO, Bruno. (2001). "Los exilios europeos en el siglo XX" (mimeo).

HANSEN, Art. & OLIVER-SMITH, Anthony. (1982) "Preface" in HANSEN, Art. & OLIVER-SMITH, Anthony (eds.) *Involuntary Migration and Ressetlement: The Problems and Responses of Dislocated People*, Boulder, Colo: Westview Press.

KELMAN, Herbert. (1970) "A Social-Psychological Model of Political Legitimacy and Its Relevance to Black and White Student Protest Movements" in *Psychiatry*, 33.

KLIMT, Andrea. (2000) Enacting National Selves: authenticity, adventure and disaffection in the portuguese diaspora. In: *Identities: Global Studies in Culture and Power*, v 6 (4), p. 513-550, 2000.

KUNZ, Egon F. (1973) “The Refugee in Flight: Kinetic Models and Forms of Displacement” in *International Migration Review*, 7, pp: 125-146.

LEITE, Dante Moreira & SENA, Jorge de. (1996) *Correspondência. Registros de uma Convivência Intelectual*, Campinas: Editora da Unicamp.

LEMOS, Fernando. (1999). “Símbolos Suspeitos” in *Convergência Lusíada*, n. 16, Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, pp. 105-106.

_____. (2002) “Editora Giroflé” in LEMOS, Fernando. & MOREIRA LEITE, Rui. (orgs.) *A Missão Portuguesa. Rotas Entrecruzadas.* São Paulo e Bauru: EDUNESP/EDUSC, pp. 191-192.

_____. & MOREIRA LEITE, Rui. (orgs.) (2002). *A Missão Portuguesa. Rotas Entrecruzadas.* São Paulo e Bauru: EDUNESP/EDUSC.

LÉONARD, Yves. (1998) *Salazarismo e Fascismo*, Nem Martins/Portugal, Editorial Inquérito.

LEQUIN, Yves. (1992) “Metissages Imprudents?” in LEQUIN, Yves (org.) *Histoire des Étrangers et de L´Immigration en France*, Paris: Larousse.

LINS, Álvaro. (1960) *Missão em Portugal*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

LOBO, Maria Eulália Lahmeyer. (2001) *Imigração Portuguesa no Brasil*, São Paulo: Hucitec.

LOURENÇO, Eduardo. (1998) “Cultura e lusofonia ou os três anéis” in *Actas do 5º Congresso da AIL-Associação Internacional de Lusitanistas*. Oxford/Coimbra, v. 3, pp. 1772-1775.

LOURENÇO, Jorge Fazenda. (1987) *O Essencial sobre Jorge de Sena*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

LUCENA, Manuel de. (1976) *A Evolução do Sistema Corporativo Português*, 2 vols., Lisboa, Perspectivas & Realidades.

MACHADO, Igor José de Rennó. (2003) *Cárcere Público: processos de exotização entre imigrantes brasileiros no Porto, Portugal*, Tese de Doutoramento, Campinas, IFCH/UNICAMP.

MADEIRA, João. (1996) *Os Engenheiros de Almas. O Partido Comunista e os Intelectuais*, Lisboa: Editorial Estampa.

MALKII, Lisa. (1995) "Refugees and Exile: From 'Refugee Studies' to the National Order of Things" in *Annual Review of Anthropology*, volume 24, pp.495-523.

MARRUS, Michael. (1986) *Les Exclus. Les Réfugiés Européens au Xxe Siècle*, Paris: Calmann-Lévy.

MARTINHO, Fernando J.B. (1995) "Prefácio" in MONTEIRO, Adolfo Casais. *O Que Foi e o Que Não Foi o Movimento da Presença*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 7-13.

MASCARENHAS, João Mário. (coord.) (1997) *A Censura na Iconografia e na Caricatura Portuguesa*, Lisboa: Humorgrafe/ Biblioteca Museu República e Resistência.

_____. & RÊGO, Manuela. (coords.) (2000) *O Sabor dos Cafés. Cafés de Lisboa*, Lisboa: Biblioteca Museu República e Resistência.

MATOS, Mauricio. (2002) "O Poder do Gesto em Fernando Lemos" in LEMOS, Fernando. & MOREIRA LEITE, Rui. (orgs.) *A Missão Portuguesa. Rotas Entrecruzadas.* São Paulo e Bauru: EDUNESP/EDUSC, pp. 195-204.

MICELI, Sérgio. (1979) *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*, São Paulo e Rio de Janeiro: Difel.

MILZA, Pierre. (1991) "Introduction et problématique générale" in MILZA, Pierre. *L'Emigration Politique en Europe aux XIXe et XXe Siècles*, Roma: Ecole Française de Rome

MITCHELL, J. Clyde. (org.) (1969) *Social Networks in Urban Situations*, Manchester: Manchester University Press.

MONTEIRO, Adolfo Casais. (1995) *O Que Foi e o Que Não Foi o Movimento da Presença*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

MOTA, Carlos Guilherme. (1989) *Idéia de Revolução no Brasil (1789-1801)*, São Paulo, Cortez, 3ª. edição.

_____. (2005) "Joaquim Barradas de Carvalho" in *Revista Estudos Avançados*, São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 20 p.

NEVES, Helena. (2001) *O Estado Novo e as Mulheres. O gênero como investimento ideológico e de mobilização*, Lisboa: Biblioteca Museu República e Resistência.

NEVES, João Alves das. (org.) (1992) *Intelectuais e Artistas Portugueses no Brasil*, São Paulo: Centro de Estudos Americanos Fernando Pessoa.

NÓVOA, António. (1996) "Educação Nacional" in BRITO, J. M. Brandão de. & ROSAS, Fernando. (dir) *Dicionário de História do Estado Novo,* 2 volumes, Venda Nova: Bertrand Editora, pp. 286-288.

OLIVEIRA, Fábio Ruela. (2002) *História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis (1958-1964). Memória da Formação de um Instituto Superior no Interior Paulista*, Dissertação de Mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Ciências e Letras, Assis: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

PAULO, Heloísa. (1995) "Os 'Insubmissos da Colônia': a recusa da imagem oficial do regime pela oposição no Brasil, 1928-1945" in *Penélope*, Lisboa, Cosmos, n. 16, pp.9-24.

PAYNE, Stanley G. (1995) *A History of Fascism 1914-1945*, London, UCL Press.

PEREZ, Ilda. (1997) *Movimento Matemático 1937-1947*, Lisboa: Biblioteca Museu República e Resistência.

PETERSEN, William. (1958) "A General Typology of Migration" in *American Sociological Review*, 25, June, pp. 256-266.

PIMENTEL, João Sarmento. (1974) *Memórias do Capitão*, Porto: Editorial Inova.

PIRES, Daniel. (1997). *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do Século XX (1941-1974)*, volume I (A-P), Lisboa: Grifo.

_____. (1999) *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do Século XX (1941-1974)*, volume II (Q-Z), Lisboa: Grifo.

PITTA, António Pedro. (2003) "Bento de Jesus Caraça: Crise e Enciclopedismo" in *Revista Intellectus*, ano 2, Vol. II, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (www2.uerj.br/~intellectus), pp. 1-9.

PONTES, Heloísa. (1998) *Destinos Mistos. O Críticos do Grupo Clima em São Paulo 1940-1968*, São Paulo: Companhia das Letras.

PONTY, Janine. (1996) "Réfugiés, Éxiles, des Catégories Problématiques" in *Matériaux pour L´Histoire de notre Temps*, 44, octubre-diciembre, p.11.

PROVENZO JR., Eugene F. & GARCIA, Concepción, "Exiled Teachers and the Cuban Revolution" in *Cuban Studies*, 13.

QUEIROZ, Maria José de. (1998) *Os Males da Ausência ou A Literatura do Exílio*, Rio de Janeiro: Topbooks.

RABY, Dawn Linda. (1988) *A Resistência Antifascista em Portugal: comunistas, democratas e militares em oposição a Salazar, 1941-1974*, Lisboa, Ed. Salamandra.

_____. (1995) "O DRIL (1956-1961). Experiência única de oposição ao Estado Novo" in *Penélope*, 16, Lisboa, Cosmos, pp. 63-86.

RAMOS, Rui. (1992) "A Formação da Intelligentsia Portuguesa (1860-1880)" in *Análise Social*, 116-117, pp. 484.

RAMOS, Ubirajara Bernini. (2004) *"Portugal Democrático". Um jornal da resistência ao salazarismo publicado no Brasil*, dissertação de mestrado em História, São Paulo, PUC-SP.

RAMOS, Victor de Almeida. (1969) "Breve Análise da Repressão à Vida Intelectual em Portugal" in *Paz e Terra*, 10, Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp. 43-57.

RAMOS DO Ó, Jorge. (1996a) "Censura" in BRITO, J. M. Brandão de. & ROSAS, Fernando. (dir) *Dicionário de História do Estado Novo,* 2 volumes, Venda Nova: Bertrand Editora, pp. 139-141.

_____. (1996b) "Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) / Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI) / Secretaria de Estado da Informação e Turismo (SEIT)" in BRITO, J. M. Brandão de. & ROSAS, Fernando. (dir) *Dicionário de História do Estado Novo,* 2 volumes, Venda Nova: Bertrand Editora, pp. 893-896.

_____. (1996c) "Instituto de Alta Cultura" in BRITO, J. M. Brandão de. & ROSAS, Fernando. (dir) *Dicionário de História do Estado Novo,* 2 volumes, Venda Nova: Bertrand Editora, pp. 482-483.

RÊGO, Victor da Cunha (org.) (1962) *Salazar Visto do Brasil*, São Paulo, Ed. Felman-Rêgo.

REIS, António. (1996) "Seara Nova" in BRITO, J. M. Brandão de. & ROSAS, Fernando. (dir) *Dicionário de História do Estado Novo,* 2 volumes, Venda Nova: Bertrand Editora, pp. 890-893.

REIS, Jaime Batalha. (1988) *O Descobrimento do Brasil Intelectual pelos Portugueses do Século XX*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.

RIBEIRO, António Sousa. (1995) "From One Fin de Siècle to Another: some notes on 'intellectuals'" in *Oficina do CES* 54, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, agosto.

RIBEIRO, Gladys Sabina. (1990) *Mata Galegos: Os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*, São Paulo, Brasiliense.

RIBEIRO, Maria de Fátima Maia. 2002. "IV Colóquio Internacional de Estudos Luso Afro-Brasileiros: malhas de sombras que o império tece..." in LEMOS, Fernando. & MOREIRA LEITE, Rui. (orgs.) *A Missão Portuguesa. Rotas Entrecruzadas.* São Paulo e Bauru: EDUNESP/EDUSC, pp. 29 a 40.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. (2002) "A Europa dos Intelectuais nos alvores do século XX" in *Estudos do Século XX*, n.2: 109-133, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, Universidade de Coimbra.

RODRIGUES, Anna Maria Moog. (1999) "O Papel do Intelectual em Época de Crise (O pensamento de Fidelino de Figueiredo)" in *Convergência Lusiada*, 16, Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, pp.27-39.

RODRIGUES, Miguel Urbano. (2002). *O Tempo e o Espaço em que Vivi* – Vol I – *Procurando um Caminho*, Porto: Campo das Letras.

_____. (2004). *O Tempo e o Espaço em que Vivi* – Vol II – *Revolução e Contra Revolução na América Latina*, Porto: Campo das Letras.

ROSAS, Fernando. (1994) *O Estado Novo (1926-1974)* – Volume VII da *História de Portugal* – direção de José Mattoso, Lisboa, Editorial Estampa.

_____. Et alli. (orgs.) (1993) *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa, Editorial Estampa.

SAHLINS, Marshall. (1979) *Cultura e Razão Prática*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

_____. (1990) *Ilhas de História*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

SAID, Edward. (1984) "The Mind of Winter: Reflection on Life in Exile" in *Harper's*, September, pp. 49-56.

SANTOS, Alfredo Ribeiro dos. (1993) *Jaime Cortesão. Um dos grandes de Portugal*, Porto: Fundação Eng. António de Almeida.

SANTOS, Gilda. (1999) "Um aspecto meio-esquecido do diálogo cultural luso-brasileiro" in *Convergência Lusíada*, n. 16, Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, p. 23-24.

_____. (org.) (1999b) *Jorge de Sena em Rotas Entrecruzadas*, Lisboa: Edições Cosmos.

SANTOS, Gustavo Adolfo P.D. (1998) "A Festa do Divino Espírito Santo entre os Açorianos de São Paulo" in *Travessia*, São Paulo, n.26, maio/agosto, p.26-30.

SCHUTZ, Alfred. (1979) *Fenomenologia e Relações Sociais*, Rio de Janeiro: Zahar.

SENA, Jorge de. (1978) “Fui sempre um exilado, mesmo antes de sair de Portugal” in *Abril*, Lisboa, n.3, pp.36-38.

SENA, Mécia de. (org. e notas). (1991). *Eduardo Lourenço/Jorge de Sena. Correspondência*, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda

SERTÓRIO, Manuel. (1990) *Humberto Delgado. Setenta Cartas Inéditas*, Lisboa, Publicação Alfa.

SHAIN, Yossi. (1989) *The Frontier of Loyalty. Political Exiles in the Age of the Nation-State*, Hannover and London: University Press of New England.

SILVA, Circe Mary Silva da. (1997) “António Aniceto Monteiro no Brasil (1907-1980)” in *Atas do II Encontro Luso-Brasileiro de História da Matemática & II Seminário Nacional de História da Matemática*, Águas de São Pedro, pp. 113-121.

SILVA, Douglas Mansur da. (2000) *A Ética da Resistência. Os exilados anti-salazaristas do “Portugal Democrático” (1956-1975)*, dissertação de mestrado em Antropologia Social, Campinas, IFCH/UNICAMP.

_____. (2002) “Tensões Pós-Coloniais entre Imigrantes Portugueses em São Paulo” in *Temáticas*, ano 10, ns. 19/20, Campinas, IFCH/UNICAMP, pp. 61-75.

_____. (2006) *A Oposição ao Estado Novo no Exílio Brasileiro. 1956-1974*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

SILVEIRA, Marieta da. (1997). “Entrevista” in *Diário de Notícias*, 24 de maio de 1997, p.22

SPEIER, Hans. (1952) *Social Order and the Risks of War: Papers in Political Sociology*, New York: G.W. Stewart.

SPÍNOLA, António de. (1974) *Portugal e o Futuro: análise da conjuntura nacional*, Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira.

STEIN, Barry N. (1981) “The Refugee Experience: Defining the Parameters of a Field of Study in *International Migration Review*, 15: 318-329.

THOMAZ, Omar Ribeiro. (2002) *Ecos do Atlântico Sul. Representações sobre o Terceiro Império Português*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Fapesp.

VELHO, Gilberto. (1988) "Memória, Identidade e Projeto" in *Revista Tempo Brasileiro* 95: 119-126, Rio de Janeiro.

VENTURA, António. (2001) *Memórias da Resistência. Literatura Autobiográfica da Resistência do Estado Novo,* Lisboa: Biblioteca Museu República e Resistência.

VIEIRA, Nelson. (1991) *Brasil e Portugal -. A Imagem Recíproca,* Lisboa: Ministério da Educação. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

WEBER, Max. (1964) *Economia y Sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, vol.1.

WEIL, Patrick. (1995) *La France et ses Étrangers*, Paris: Gallimard.

WOLF, Eric. (1999) "Aspectos das Relações de Grupos em uma Sociedade Complexa: México in FELDMAN-BIANCO, Bela. & RIBEIRO, Gustavo Lins. (orgs.) *Antropologia e Poder. Contribuições de Eric Wolf*, Campinas e Brasília: Editoras Unicamp e UnB.

OUTRAS FONTES

ATAS

Documentos da 1ª Conferência Sul-Americana Pró-Anistia para os Presos e Exilados Políticos de Espanha e Portugal (1960)

Atas do II Encontro Luso-Brasileiro de História da Matemática & II Seminário Nacional de História da Matemática. Tema: A contribuição de Matemáticos Portugueses para o desenvolvimento da Matemática no Brasil. Águas de São Pedro, 23 a 26 de março de 1997.

REVISTAS: NÚMERO TEMÁTICO

- CONVERGÊNCIA LUSÍADA (1999), dossiê Presenças Portuguesas no Brasil do Século XX, Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, n.16.

- OPOSIÇÕES (1996) número temático "Latitudes Intercontinentais de um combate antifascista e anticolonialista" Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra.

- PENÉLOPE. (1995), número temático "Portugal no Exílio: século XX", Lisboa, Cosmos, n16.

- REVISTA PAZ E TERRA. (1969), número temático "43 Anos de Fascismo em Portugal", Rio de Janeiro, ano IV, n.10, dezembro/1969.

JORNAIS

Portugal Democrático, coleção completa catalogada, 205 números: julho/1956 a abril/1975.

Portugal Livre (1959 a 1960) - consultas

O Estado de São Paulo (1957 a 1974) - consultas

Diário Popular (1964 a 1966) – consultas

Última Hora (1962 a 1964) – consultas

JORNAIS E REVISTAS CIENTÍFICAS

Gazeta de Matemática (janeiro de 1940 a novembro de 1947, 34 números)

ARQUIVOS E ESPÓLIOS

Arquivo do Estado (seção Deops), São Paulo/SP. Registros: Adolfo Casais Monteiro (52-Z-O- 5944); Alexandre Antunes Pereira (52-Z-O-13428); Alfredo Masson (30-C-1); Augusto Aragão (52-Z-O-4369); Fernando Lemos (52-Z-O- 14775); (41-E-5-5); (50-Z-9-41176); (50-D-26-5611); (50-C-O-2455); (21-2-14-1949); Francisco Lopes (50-H-67-777 e 778); Francisco Vidal (50-Z-O-4373); Henrique Galvão (41-Z-3-3523); Humberto Delgado (41-E-5-1); Ildefonso Garcia (50-Z-129-3918); João Alves das Neves (52-Z-O-26138); João Sarmento Pimentel (52-Z-O-13427); Fernando Correia da Silva (30-C-1-16988); Joaquim Quitério (30-C-1); Jorge de Sena (41-E-5-5); Lenine de Jesus Alexandre (30-C-1); Manuel Rodrigues da Silva (30-C-1); Maria Archer (50-C-24-321); (20-C-22-646); (50-D-67-153); (50-J-O-813); (30-B-38-187); (30-C-13604 a 13874); (30-C-1-15433); (41-Z-3-2416 e 2449); Miguel Urbano Rodrigues (52-Z-O-14573); Manuel Myre Dores (52-Z-O-35379); Paulo de Castro (52-Z-O-11955); Ruy Luiz Gomes (20-C-44-277); (50-E-33-2529); (21-Z-14-6057); Victor da Cunha Rêgo (52-Z-O-984); (50-Z-130-1676); (50-Z-9-2590); (30-C-17937); Vítor de Almeida Ramos (50-K-104-427); (52-Z-O-4374); (30-Z-160-1157); (52-Z-O-4372); (52-Z-O-4376); (50-C-22-7491); (50-C-22-7499); (52-Z-O-10119); (20-C-43-3282); (50-H-32-501)

Biblioteca Museu República e Resistência:
- pasta “Estado Novo Oposição no Estrangeiro”;
- pasta “Estado Novo Oposição no Estrangeiro – Imprensa”;
- pasta “Estado Novo – Censura e Figuras Políticas”;
- pasta “Estado Novo – Censura e Figuras Políticas 2”;
- pasta “Escritores e Exílio”;

Biblioteca Nacional (Lisboa): espólio de Adolfo Casais Monteiro

Espólio privados: Alfredo Pereira Gomes, António Brotas, Fernando Lemos, Manuel Lourenço Neto e Victor de Almeida Ramos.

Instituto de Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Arquivo PIDE/DGS), Lisboa, Portugal. Registros: Adolfo Casais Monteiro SC SPS 2324 4341; SC PC 17/49 4996; SC Cad 8816; SC PC 122/37 4466; SC PC 211/43 4789; SC Bol 19739 7975; SC SR 4635 2410; SC E/GT 8118 1556; DEL P Cad 3303; DEL P PC 11-A/37 2847; DEL P PC 56/43 2926; DEL P PI 8385 2926; SC RGP 4867; DEL A PI 3395 1076;

Alexandre Antunes Pereira SC SR 474/47 2595; Alfredo Pereira Gomes SC Bol 35738 7984; SC SR 421/46 2565; SC Pinf 17-9-C; DEL P Bol 3447 6298; DEL P PI 11560 3636; João Sarmento Pimentel DEL P PI 12205; Joaquim Barradas de Carvalho SC Bol 103756; SC GT 344 1405; SC CL(2) 79 6958; DEL P – 27749 3883; Jorge de Sena SC Bol 2402 7967; SC E/GT 4358 1505; SC CL (2) 15 6942; DEL C PI 33917 4825; DEL P PI 23851 3821; Maria Archer SC SR 131/48 2619; DEL P PI 15443 3694; DEL C PI 11470 4598; Victor da Cunha Rêgo SC CL(2) 2390; DEL P PI 23805 3820; Victor de Almeida Ramos SC Bol – 7975; SC SR 833/47 2603.

ENTREVISTAS

Alexandre Antunes Pereira: 12 de abril e 18 de abril de 1997

Ildefonso Garcia: 12 de abril de 1997

Manuel Jeremias Soares: 08 de junho de 1999

Floriano Durão: 10 de junho de 1999

Fernando Lemos: 16 de junho de 1999

Alexandre Leal Dias: 17 de junho de 1999

Manuel Lourenço Neto: 28 de junho de 1999

Dulce Helena Pessoa Ramos: 14 de julho de 1999

João dos Santos Baleizão: 29 de julho de 1999

Miguel Urbano Rodrigues: 27 de setembro de 1999

(Todas as entrevistas acima foram realizadas na cidade de São Paulo, à exceção de Manuel Lourenço Neto, realizada em Niterói/RJ)

Alfredo Pereira Gomes: 15 de julho de 2005

Antonio Brotas: 22 de julho de 2005

(Entrevistas realizadas em Lisboa)

PALESTRAS E EVENTOS

- CÂNDIDO, Antonio. - *"Os Intelectuais Portugueses e a Cultura Brasileira"*, palestra proferida durante o "Simpósio Internacional Sinais de Jorge de Sena", Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, 02 de setembro de 1998

- Eventos: celebrações de aniversário da Revolução dos Cravos, em 25 de Abril, entre 1997 e 2004, organizadas pelo Centro Cultural 25 de Abril (CC25A) de São Paulo.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo